



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL



DIÁRIO DO SENADO FEDERAL

ANO LXIV - Nº 135 - SÁBADO, 5 DE SETEMBRO DE 2009 - BRASÍLIA-DF

MESA DO SENADO FEDERAL	
PRESIDENTE José Sarney - (PMDB-AP) 1º VICE-PRESIDENTE Marconi Perillo - (PSDB-GO) 2º VICE-PRESIDENTE Serys Slhessarenko - (PT-MT) 1º SECRETÁRIO Heráclito Fortes - (DEM-PI) 2º SECRETÁRIO João Vicente Claudino - (PTB-PI)	3º SECRETÁRIO Mão Santa- (PMDB-PI) 4º SECRETÁRIO Patrícia Saboya - (PDT-CE) Suplentes de Secretário 1º - César Borges - (PR-BA) 2º - Adelmir Santana - (DEM-DF) 3º - Cícero Lucena - (PSDB-PB) 4º - Gerson Camata - (PMDB-ES)

LIDERANÇAS

Maioria (PMDB/PP) - 20 Líder Renan Calheiros - PMDB Vice-Líderes Valdir Raupp Paulo Duque Lobão Filho Francisco Dornelles Gilvam Borges Gerson Camata Geraldo Mesquita Júnior Líder do PMDB - 19 Renan Calheiros Vice-Líderes do PMDB Wellington Salgado de Oliveira Almeida Lima Valter Pereira Gilvam Borges Leomar Quintanilha Neuto De Conto Líder do PP - 1 Francisco Dornelles	Bloco de Apoio ao Governo (PT/PR/PSB/PRB/PC DO B) - 20 Líder Aloizio Mercadante - PT Vice-Líderes João Ribeiro Renato Casagrande Inácio Arruda Marcelo Crivella Líder do PT - 11 Aloizio Mercadante Vice-Líderes do PT Eduardo Suplicy Fátima Cleide Flávio Arns Líder do PR - 4 João Ribeiro Vice-Líder do PR Expedito Júnior Líder do PSB - 2 Antonio Carlos Valadares Líder do PRB - 2 Marcelo Crivella Líder do PC DO B - 1 Inácio Arruda	Bloco Parlamentar da Minoria (DEM/PSDB) - 26 Líder Raimundo Colombo - DEM¹ Vice-Líderes Alvaro Dias Kátia Abreu Flexa Ribeiro Gilberto Goellner João Tenório Rosalba Ciarlini Lúcia Vânia Adelmir Santana Líder do DEM - 13 José Agripino Vice-Líderes do DEM Jayme Campos ² Antonio Carlos Júnior Rosalba Ciarlini Efraim Moraes Líder do PSDB - 13 Arthur Virgílio Vice-Líderes do PSDB Alvaro Dias Lúcia Vânia Cícero Lucena Papaléo Paes
PTB - 7 Líder Gim Argello - PTB Vice-Líderes Sérgio Zambiasi Romeu Tuma	PSOL - 1 Líder José Nery - PSOL	Governo Líder Romero Jucá - PMDB Vice-Líderes Delcídio Amaral Antonio Carlos Valadares João Pedro Gim Argello Romeu Tuma
PDT - 5 Líder Osmar Dias - PDT		

1. Senador Raimundo Colombo indicado Líder do Bloco Parlamentar da Minoria até o dia 6 de maio de 2010, conforme comunicação lida na sessão deliberativa ordinária de 6 de maio de 2009.

2. Senador Jayme Campos licenciou-se nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 130 dias, a partir de 26.08.09, conforme Requerimento nº 1.041/2009, aprovado na sessão deliberativa ordinária de 25 de agosto de 2009.

EXPEDIENTE	
Haroldo Feitosa Tajra Diretor-Geral do Senado Federal Florian Augusto Coutinho Madruga Diretor da Secretaria Especial de Editoração e Publicações José Farias Maranhão Diretor da Subsecretaria Industrial	Cláudia Lyra Nascimento Secretária-Geral da Mesa do Senado Federal Maria Amália Figueiredo da Luz Diretora da Secretaria de Ata Denise Ortega de Baere Diretora da Secretaria de Taquigrafia

SENADO FEDERAL

SUMÁRIO

1 – ATA DA 150ª SESSÃO NÃO DELIBERATIVA, EM 4 DE SETEMBRO DE 2009

1.1 – ABERTURA

1.2 – EXPEDIENTE

1.2.1 – Pareceres

Nº 1.438, de 2009, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 38, de 2009 (nº 5.560/2001, na Casa de origem, da Deputada Nice Lobão), que *autoriza o enteado a adotar o nome de família do padrasto, alterando a Lei nº 6.015, de 31 de dezembro de 1973.* 41856

Nº 1.439, de 2009, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, sobre o Requerimento nº 639, de 2007, do Senador Flexa Ribeiro, *solicitando seja apresentado voto de censura e repúdio à decisão do Governo da Venezuela de não renovar a concessão da emissora privada “RCTV”.* 41861

Nº 1.440, de 2009, da Comissão de Serviços de Infraestrutura, sobre o Ofício nº “S” 42, de 2009 (nº 171/2009, na origem), da Agência Nacional de Aviação Civil (Anac), que *encaminha ao Senado Federal o Relatório de Desempenho Regulatório da Anac de 2008.* 41872

Nº 1.441, de 2009, da Comissão de Assuntos Econômicos, sobre o Aviso nº 44, de 2009 (nº 245/2009, na origem), do Ministério da Fazenda, *referente ao Programa de Emissão de Títulos e de Administração de Passivos de Responsabilidade do Tesouro Nacional no Exterior.* 41876

Nº 1.442, de 2009, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, sobre a Proposta de Emenda à Constituição nº 16, de 2008, tendo como primeiro signatário o Senador Cristovam Buarque, que *altera o art. 4º da Constituição Federal para vedar o reconhecimento de novo país latino-americano criado a partir de secessão.* 41883

Nº 1.443, de 2009, da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 37, de 2008 (nº 7.550/2006, na Casa de origem, do Deputado Antônio Carlos Pannunzio), que *denomina Professor Arthur Fonseca o campus da Universidade Federal de São Carlos – UFSCAR, localizado no Município de Sorocaba, Estado de São Paulo.* 41891

Nºs 1.444 e 1.445, de 2009, das Comissões de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informá-

tica; e de Constituição, Justiça e Cidadania, respectivamente, sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 170, de 2008 (nº 6.693/2006, na Casa de origem, da Deputada Sandra Rosado), que *acrescenta o art. 375-A à Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973 – Código de Processo Civil (inclui o e-mail como prova documental).* 41899

1.2.2 – Comunicações da Presidência

Inclusão, em Ordem do Dia oportunamente, do Projeto de Lei da Câmara nº 38, de 2009, cujo parecer foi lido anteriormente, a fim de ser declarada prejudicada. 41913

Arquivamento do Requerimento nº 639, de 2007, nos termos do parecer lido anteriormente. 41913

Arquivamento do Ofício nº S/42, de 2009 e do Aviso nº 44, de 2009, nos termos dos pareceres lidos anteriormente. 41913

Abertura do prazo de dois dias úteis para interposição de recurso, por um décimo da composição da Casa, para que a Proposta de Emenda à Constituição nº 16, de 2008, cujo parecer foi lido anteriormente, continue sem tramitação. 41913

Abertura do prazo de cinco dias úteis para recebimento de emendas ao Projeto de Lei da Câmara nº 37, de 2008, cujo parecer foi lido anteriormente... 41913

Abertura do prazo de dois dias úteis para interposição de recurso perante à Mesa, ao Projeto de Lei da Câmara nº 170, de 2008, cujo parecer foi lido anteriormente, a fim de que a matéria continue sua tramitação. 41913

Término do prazo, ontem, sem apresentação de emendas, aos Projetos de Resolução nºs 52 e 53, de 2009. 41913

Término do prazo, ontem, sem apresentação de emendas, ao Projeto de Lei do Senado nº 4, de 2008. 41914

Término do prazo, ontem, com a apresentação de duas emendas, ao Projeto de Lei do Senado nº 202, de 2005. 41914

Deferimento, nos termos do Ato nº 2, de 2009, do Requerimento nº 1.100, de 2009, do Senador Demóstenes Torres, que *solicita a tramitação conjunta do Projeto de Lei do Senado nº 220, de 2009, com o Projeto de Lei do Senado nº 207, de 2009-Comple-*

mentar, que já tramita em conjunto com o Projeto de Lei do Senado nº 238, de 2009-Complementar. 41914

1.2.3 – Leitura de requerimentos

Nº 1.153, de 2009, da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, *solicitando informações ao Ministro de Estado dos Transportes.* 41915

Nº 1.154, de 2009, da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, *solicitando informações ao Ministro de Estado do Desenvolvimento, Indústria e Comércio.* 41920

1.2.4 – Discursos do Expediente

SENADOR MÃO SANTA – Registro de passeata organizada pela Associação Piauiense de Municípios, para protestar contra a grave situação dos municípios piauienses, a ser realizada no próximo dia 8 de setembro, em Teresina-PI. 41923

SENADOR HERÁCLITO FORTES – Recomendação de cautela em relação às expectativas quanto aos recursos oriundos da exploração do petróleo da camada pré-sal. Críticas ao governo federal pela redução de investimentos na região Nordeste. Denúncia de fracasso do PAC no estado do Piauí. 41925

SENADOR MARCO MACIEL – Manifestações sobre a discussão e votação do projeto de reforma eleitoral vindo da Câmara. Apelo ao Plenário para que a reforma política e institucional seja a primeira prioridade da próxima sessão legislativa. Leitura de trechos do livro de Norberto Bobbio, intitulado “O Futuro da Democracia”. 41929

SENADOR CÍCERO LUCENA – Leitura de artigo publicado no site da Agência Tucana sobre a lei do petróleo e do pré-sal. Manifestação sobre a votação, ontem, da Medida Provisória nº 462/2009, que amplia repasses do FPM. Preocupação com a questão do lixo das cidades da Paraíba. Transcrição nos Anais da matéria de capa da **Revista Nordeste**, intitulada “Quem boicota os projetos espaciais do Brasil?” 41933

SENADOR CRISTOVAM BUARQUE – Análise da crise de credibilidade que atravessa o Congresso Nacional e apresentação de propostas sobre alguns itens da reforma política que poderiam contribuir para resolver essa situação. 41940

SENADORA FÁTIMA CLEIDE – Convocação dos servidores públicos de Rondônia para mobilização no dia 16 de setembro, na Câmara dos Deputados, para a votação da PEC nº 483. Anúncio de mobilização nacional de servidores da educação, em defesa do piso salarial. Cumprimentos à revista Carta Capital, pela matéria publicada em sua edição de nº 561, intitulada “Ivo Cassol, o Governador de Rondônia, no limiar da degola”. Decisão do Governador de notificar o Foro Transparência Rondônia. 41948

SENADOR PEDRO SIMON – Registro da importância do pronunciamento do Senador Cristovam Buarque, que apresentou propostas para contornar a crise que enfrenta o Legislativo. Manifestação sobre

o lançamento do pré-sal, analisando os aspectos econômicos e sociais da matéria. 41963

SENADOR ADELMIR SANTANA – Registro de abertura da exposição “Obras Primas dos Museus na França”, de iniciativa do SESC, em comemoração ao Ano da França no Brasil. Apresentação dos programas relevantes prestados pelo SESC, na área cultural e a população do Distrito Federal. 41968

SENADOR PAULO PAIM – Manifestação sobre o pré-sal, principalmente no tocante aos aspectos relativos à distribuição dos recursos gerados na sua exploração. Considerações sobre o Fundo Social Soberano. Importância do ensino técnico para o País, e o trabalho desenvolvido por S. Ex^a e outros Srs. Senadores para viabilizarem a apreciação de proposta de emenda à Constituição que criará o Fundep – Fundo de Desenvolvimento do Ensino Profissional e Qualificação do Trabalhador. 41969

1.3 – ENCERRAMENTO

2 – RETIFICAÇÃO DE ATA ANTERIOR

Ata da 146ª Sessão Deliberativa Ordinária, realizada em 1º de setembro de 2009 e publicada no Diário do Senado Federal do dia subsequente. 41974

SENADO FEDERAL

3 – COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL

4 – COMISSÕES PARLAMENTARES DE INQUÉRITO

5 – COMISSÕES TEMPORÁRIAS

6 – COMISSÕES PERMANENTES E SUAS SUBCOMISSÕES

CAE – Comissão de Assuntos Econômicos
CAS – Comissão de Assuntos Sociais
CCJ – Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

CE – Comissão de Educação
CMA – Comissão de Meio Ambiente e Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle
CDH – Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa

CRE – Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional

CI – Comissão de Serviços de Infra-Estrutura
CDR – Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo

CRA – Comissão de Agricultura e Reforma Agrária

CCT – Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática

7 – CONSELHOS E ÓRGÃOS

Corregedoria Parlamentar (Resolução nº 17, de 1993)

Conselho de Ética e Decoro Parlamentar (Resolução nº 20, de 1993)

Procuradoria Parlamentar (Resolução nº 40, de 1995)

Conselho do Diploma Mulher-Cidadã Bertha Lutz (Resolução nº 2, de 2001)

CONGRESSO NACIONAL

8 – CONSELHOS E ÓRGÃOS

Conselho da Ordem do Congresso Nacional
(Decreto Legislativo nº 70, de 1972)

Conselho de Comunicação Social (Lei nº
8.389, de 1991)

Representação Brasileira no Parlamento do
Mercosul (Resolução nº 2, de 1992)

Comissão Mista de Controle das Atividades
de Inteligência – CCAI (Lei nº 9.883, de 1999)

Ata da 150ª Sessão não Deliberativa, em 4 de Setembro de 2009

3ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura

Presidência dos Srs. Adelmir Santana, Cícero Lucena, Paulo Paim e da Srª. Fátima Cleide.

(Inicia-se a Sessão às 9 Horas e Encerra-se às 13 Horas e 11 Minutos)

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) –
Há número regimental.
Declaro aberta a sessão.

Sobre a mesa, pareceres que passo a ler.

São lidos os seguintes:

PARECER Nº 1.438, DE 2009

Da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA, sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 38, de 2009 (nº 5.560/2001, na Casa de origem, da Deputada Nice Lobão, que autoriza o enteado a adotar o nome de família do padrasto, alterando a Lei nº 6.015, de 31 de dezembro de 1973).

RELATORA: senadora IDELI SALVATTI

I – RELATÓRIO

O Projeto de Lei da Câmara nº 38, de 2009, foi distribuído a esta Comissão para ser analisado em caráter terminativo, com base no disposto no art. 91, § 1º, IV, do Regimento Interno, e conforme decisão da reunião de líderes realizada em 24 de março de 2009.

A matéria é de autoria da deputada Nice Lobão, por quem foi apresentada na Câmara dos Deputados em 18 de outubro de 2001, onde recebeu parecer favorável da sua Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, obtendo aprovação em caráter terminativo.

Trata-se de proposta concernente ao acréscimo de um § 8º ao art. 57 da Lei de Registros Públicos (Lei nº 6.015, de 31 de dezembro de 1973) – inserido no seu Título II, que trata “Do Registro Civil das Pessoas Naturais” –, de modo a tornar possível que o enteado requeira ao juiz competente que, no seu registro de nascimento, seja averbado o nome de família de seu padrasto, sem prejuízo de seus apelidos de família e desde que haja motivo ponderável.

A justificação da matéria chama a atenção para o fato de que “hoje é muito comum que crianças sejam criadas pelo padrasto e não pelo pai”, sendo que, “com o grande número de separações e novos casamentos, as crianças acabam passando a maior parte da sua vida com padrastos, e por ele sendo educadas”.

Além disso, a autora lembra que “a Lei de Registros Públicos previu o acréscimo do patronímico ao nome da mulher solteira nos tempos em que não contávamos ainda com o divórcio entre nós”.

No prazo regimental, não foram apresentadas emendas à matéria.

II – ANÁLISE

Não há óbices de natureza constitucional, de regimentalidade ou quanto à técnica legislativa relativamente ao Projeto de Lei da Câmara nº 38, de 2009.

Entretanto, quanto à juridicidade, particularmente no quesito inovação do ordenamento jurídico, não há como prosperar a matéria.

Isso porque, em 17 de abril de 2009 – portanto, enquanto ainda tramitava o projeto de lei em análise – foi editada a Lei nº 11.924, que “altera o art. 57 da Lei nº 6.015, de 31 de dezembro de 1973, para autorizar o enteado ou a enteada a adotar o nome da família do padrasto ou da madrasta”.

Observa-se que o teor do dispositivo acrescentado ao art. 57 da Lei de Registros Públicos é praticamente o mesmo do proposto no projeto de lei em análise, conforme se vê da redação que se segue:

§ 8º O enteado ou a enteada, havendo motivo ponderável e na forma dos §§ 2º e 7º deste artigo, poderá requerer ao juiz competente que, no registro de nascimento, seja averbado o nome de família de seu padrasto ou de sua madrasta, desde que haja expressa concordância destes, sem prejuízo de seus apelidos de família.” (NR)

Aliás, a redação da nova lei chega a aprimorar o texto proposto no Projeto de Lei da Câmara nº 38, de 2009, tendo em vista que faz referência expressa à possibilidade de utilização do nome da madrasta, além do padrasto, e à necessidade de expressa concordância do padrasto ou madrasta.

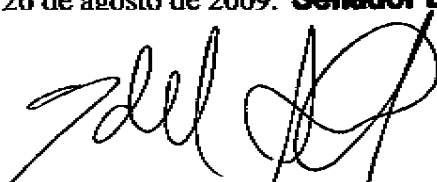
Acrescente-se que, a despeito de o Projeto de Lei da Câmara nº 115, de 2007, do deputado Clodovil Hernandez (Projeto de Lei nº 206, de 2007, na Câmara dos Deputados), que deu origem à referida Lei nº 11.924, de 2009, ter sido apresentado após o projeto de lei em análise, sua leitura deu-se em ocasião em que este se encontrava arquivado, entre 31 de janeiro e 14 de abril de 2007.

Em outro aspecto, o art. 334, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal é bastante claro quando preceitua que o Presidente da Casa deve declarar prejudicada matéria dependente de deliberação do Senado em virtude de seu prejulgamento pelo Plenário em outra deliberação.

III – VOTO

Ante o exposto, opinamos pelo arquivamento do Projeto de Lei da Câmara nº 38, de 2009, após a sua declaração de prejudicialidade pelo Presidente do Senado Federal.

Sala da Comissão, 26 de agosto de 2009. **Senador DEMÓSTENES TORRES**, Presidente



, Relatora

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA**PROPOSIÇÃO:** PLC Nº 38 DE 2009ASSINAM O PARECER NA REUNIÃO DE 26/08/09, OS SENHORES(AS) SENADORES(AS):

PRESIDENTE: Senador DEMÓSTENES TORRES	
RELATOR: SENADORA IDELI SALVATTI	
BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PR, PSB, PCdoB, PRB)	
MARINA SILVA	1. RENATO CASAGRANDE
ALOIZIO MERCADANTE	2. AUGUSTO BOTELHO
EDUARDO SUPLICY	3. MARCELO CRIVELLA
ANTONIO CARLOS VALADARES	4. INÁCIO ARRUDA
IDELI SALVATTI	5. CÉSAR BORGES
EXPEDITO JÚNIOR	6. SERGIUS HESSARENKO
MAIORIA (PMDB, PP)	
PEDRO SIMON	1. ROMERO JUCÁ
ALMEIDA LIMA	2. LEOMAR QUINTANILHA
GILVAM BORGES	3. GERALDO MESQUITA JÚNIOR
FRANCISCO DORNELLES	4. LOBÃO FILHO
VALTER PEREIRA	5. VALDIR RAUPP
WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA	6. NEUTO DE CONTO
BLOCO DA MINORIA (DEM, PSDB)	
KÁTIA ABREU	1. EFRAIM MORAIS
DEMÓSTENES TORRES	2. ADEL MIR SANTANA
JAYME CAMPOS	3. RAIMUNDO COLOMBO
MARCO MACIEL	4. JOSÉ AGRIPINO
ANTONIO CARLOS JÚNIOR	5. ELISEU RESENDE
ALVARO DIAS	6. EDUARDO AZEREDO
SÉRGIO GUERRA	7. MARCONI PERILLO
LÚCIA VÂNIA	8. ARTHUR VIRGÍLIO
TASSO JEREISSATI	9. FLEXA RIBEIRO
PTB	
ROMEU TUMA	1. GIM ARGELLO
PDT	
OSMAR DIAS	1. FLÁVIO TORRES

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA

LISTA DE VOTAÇÃO NOMINAL

DECLARAÇÃO DE PREJUDICIALIDADE AO
PROPOSIÇÃO: PL N° 38, DE 2009

TITULARES - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PR, PSB, PC do B e PRB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PR, PSB, PC do B e PRB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
MARINA SILVA					1 - RENATO CASAGRANDE				
ALOIZIO MERCADANTE	X				2 - AUGUSTO BOTELHO				
EDUARDO SUPLICY	X				3 - MARCELO CRIVELLA				
ANTONIO CARLOS VALADARES	X				4 - INACIO ARRUDA				
IDELI SALVATTI (ZELATOCA)	X				5 - CESAR BORGES				
EXPEDITO JUNIOR					6 - SERYS SHRESSARENKO	X			
TITULARES - PMDB e PP	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PMDB e PP	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
PEDRO SIMON	X				1 - ROMERO JUCA				
ALMEIDA LIMA					2 - LEOMAR QUINTANILHA				
GILVAM BORGES					3 - GERALDO MESQUITA JUNIOR				
FRANCISCO DORNELLES					4 - LOBÃO FILHO				
VALTER PEREIRA					5 - VALDIR RAUPP				
WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA	X				6 - NEUTO DE CONTO				
TITULARES - BLOCO DA MINORIA (DEM e PSDB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - BLOCO DA MINORIA (DEM e PSDB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
KÁTIA ABREU	X				1 - EFRAIM MORAIS				
DEMÓSTENES TORRES (PRESIDENTE)					2 - ADELMIR SANTANA				
JAYME CAMPOS					3 - RAIMUNDO COI OMBO				
MARCO MACIEL	X				4 - JOSÉ AGRIPINO				
ANTONIO CARLOS JUNIOR	X				5 - ELISEU RESENDE				
ALVARO DIAS					6 - EDUARDO AZEREDO				
SÉRGIO GUERRA					7 - MARCONI PERILLO	X			
LÚCIA VÂNIA					8 - ARTHUR VIRGÍLIO				
TASSO JEREISSATI	X				9 - FLEXA RIBEIRO				
TITULARES - PTB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PTB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
ROMEU TUMA	X				1 - GIM ARGELLO				
TITULARES - POF	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - POF	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
OSMAR DIAS					1 - FLAVIO TORRES				

TOTAL: 24 SIM: 13 NÃO: 11 ABSTENÇÃO: 0 AUTOR: 1 PRESIDENTE 1

SALA DAS REUNIÕES, EM 26 / 08 / 2009

Senador DEMÓSTENES TORRES

Presidente

O VOTO DO AUTOR DA PROPOSIÇÃO NÃO SERÁ COMPUTADO, CONSIGNANDO-SE SUA PRESENÇA PARA EFEITO DE QUORUM (art. 132, § 8º, do RISF)
U:\CCJ2009\Reunião\Votação nominal.doc (atualizado em 04/08/2009).

LEGISLAÇÃO CITADA ANEXADA PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA
LEI Nº 6.015, DE 31 DE DEZEMBRO DE 1973.

Dispõe sobre os registros públicos, e dá outras providências.

Art. 57 - Qualquer alteração posterior de nome, somente por exceção e motivadamente, após audiência do Ministério Público, será permitida por sentença do juiz a que estiver sujeito o registro, arquivando-se o mandato e publicando-se a alteração pela imprensa. (Renumerado do art. 58 com nova redação pela Lei nº 6.216, de 1975).

§ 8º O enteado ou a enteada, havendo motivo ponderável e na forma dos §§ 2º e 7º deste artigo, poderá requerer ao juiz competente que, no registro de nascimento, seja averbado o nome de família de seu padrasto ou de sua madrasta, desde que haja expressa concordância destes, sem prejuízo de seus apelidos de família. (Incluído pela Lei nº 11.924, de 2009)

LEI Nº 11.924, DE 17 DE ABRIL DE 2009.

Altera o art. 57 da Lei nº 6.015, de 31 de dezembro de 1973, para autorizar o enteado ou a enteada a adotar o nome da família do padrasto ou da madrasta.

OFÍCIO Nº 256/09 – PRESIDÊNCIA/CCJ

Brasília, 26 de agosto de 2009.

Excelentíssimo Senhor
Senador **JOSÉ SARNEY**
Presidente do Senado Federal
Assunto: decisão terminativa.

Senhor Presidente,

Em cumprimento ao disposto no artigo 91, § 2º, do Regimento Interno desta Casa, comunico a Vossa Excelência que, em Reunião Ordinária realizada nesta data, esta Comissão deliberou, em caráter terminativo, pela **prejudicialidade**, do Projeto de Lei da Câmara nº 38, de 2009, que "Autoriza o enteado a adotar o nome de família do padrasto, alterando a Lei nº 6.015, de 31 de dezembro de 1973", de autoria da Deputada Nice Lobão.

Aproveito a oportunidade para renovar protestos de estima e consideração.

Cordialmente,


Senador **DEMÓSTENES TORRES**
Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania
(À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania)

PARECER Nº 1.439, DE 2009

Da COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL, sobre o Requerimento nº 639, de 2007, do Senador Flexa Ribeiro, solicitando seja apresentado voto de censura e repúdio à decisão do Governo da Venezuela de não renovar a concessão da emissora privada "RCTV".

RELATOR: Senador EDUARDO AZEREDO

I – RELATÓRIO

Esta Comissão é chamada a opinar sobre o Requerimento nº 639, de 2007, de autoria do Senador FLEXA RIBEIRO, destinado a instar o Senado Federal a manifestar voto de censura e repúdio à decisão do Governo da Venezuela de não renovar a concessão da emissora privada "RCTV".

II – ANÁLISE

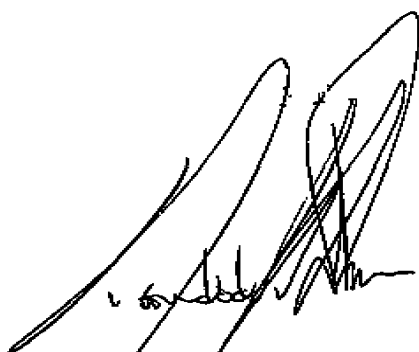
O Requerimento atende ao disposto no art. 223 do Regimento Interno do Senado Federal (RISF).

Vê-se, porém, que a matéria tornou-se intempestiva, tendo o fato citado ocorrido no ano de 2007. Acrescente-se, ainda, que o Senador Flexa Ribeiro, autor da proposta em exame, apresentou um novo Requerimento tratando da escalada do autoritarismo do Governo da Venezuela. Sendo assim, é conveniente que a matéria seja encaminhada ao arquivo.

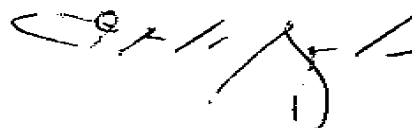
III – VOTO

Diante do exposto, concluímos pelo arquivamento do Requerimento nº 639, de 2007.

Sala da Comissão, 6 de agosto de 2009.



, Presidente



, Relator

COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL

PROPOSIÇÃO: ROS Nº 639, DE 2007ASSINAM O PARECER NA REUNIÃO DE 6 / 8 / 09 AS SENHORAS SENADORAS E OS SENHORES SENADORES:

PRESIDENTE: SENADOR FLEXA RIBEIRO	
RELATOR: SENADOR EDUARDO AZEREDO	
TITULARES	SUPLENTE
BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PR, PSB, PC do B, PRB)	
EDUARDO SUPLICY (PT)	1 - FLÁVIO ARNS (PT)
ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB)	2 - MARINA SILVA (PT)
JOÃO RIBEIRO (PR)	3 - RENATO CASAGRANDE (PSB)
JOÃO PEDRO (PT)	4 - MAGNO MALTA (PR)
TIÃO VIANA (PT)	5 - AUGUSTO BOTELHO (PT)
PMDB, PP	
PEDRO SIMON	1 - ALMEIDA LIMA
FRANCISCO DORNELLES	2 - INÁCIO ARRUDA
GERALDO MESQUITA JÚNIOR	3 - WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA
ROMERO JUCÁ	4 - VALDIR RAUPP
PAULO DUQUE	5 - GILVAM BORGES
BLOCO DA MINORIA (DEM e PSDB)	
EFRAIM MORAIS (DEM)	1 - ADELMIR SANTANA (DEM)
DEMÓSTENES TORRES (DEM)	2 - ROSALBA CIARLINI (DEM)
MARCO MACIEL (DEM)	3 - JOSÉ AGRIPINO (DEM)
HERÁCLITO FORTES (DEM)	4 - ROMEU TUMA (PTB)
JOÃO TENÓRIO (PSDB)	5 - ÁLVARO DIAS (PSDB)
EDUARDO AZEREDO (PSDB)	6 - ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB)
FLEXA RIBEIRO (PSDB)	7 - TASSO JERBISSATI (PSDB)
PTB	
FERNANDO COLLOR	1 - MOZARILDO CAVALCANTI
PDT	
FLÁVIO TORRES	- CRISTOVAM BUARQUE

DOCUMENTOS ANEXADOS PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA, NOS TERMOS DO ART. 250, PARÁGRAFO ÚNICO, DO REGIMENTO INTERNO**RELATÓRIO****RELATOR: Senador EDUARDO AZEREDO****I – RELATÓRIO**

Esta Comissão é chamada a opinar sobre o Requerimento nº 639, de 2007, de autoria do Senador FLEXA RIBEIRO, destinado a instar o Senado Federal a manifestar voto de censura e repúdio à decisão do Governo da Venezuela de não renovar a concessão da emissora privada “RCTV”. O Requerimento tem como base o art. 223 do Regimento Interno do Senado Federal (RISF).

O Senador entende que a decisão do governo venezuelano é ato antidemocrático, de caráter político e deixa claro “o perigoso totalitarismo que se instala naquele País”.

II – ANÁLISE

A Rádio Caracas de Televisão (RCTV) é uma das empresas de televisão mais tradicionais da Venezuela. Possui programação variada, desempenhando relevante papel social junto à população daquele país.

A imprensa, de modo geral, tem identificado como motivo da decisão de Hugo Chávez a postura crítica adotada pela RCTV em relação a seu governo.

Ainda que as acusações de participação da RCTV no golpe de Estado contra o governo de Chávez sejam verídicas, devemos sempre ter em mente que o argumento da soberania estatal não deve ser utilizado como forma de justificar agressões às manifestações de liberdade de expressão.

A nosso sentir, sobre a decisão do governo de Hugo Chávez de não renovar a concessão da RCTV para transmissão em sinal aberto, até o momento, não foram revelados fundamentos suficientemente claros e capazes de elidir a suspeita de que o direito de liberdade de expressão na Venezuela foi atingido. Como dissemos, a noção de soberania não se presta a encobrir eventuais desmandos de um ou outro governo. É nesse sentido que a opinião pública internacional tem se mostrado contrária à decisão do presidente venezuelano.

Vale destacar que, em 23 de junho de 1977, a Venezuela ratificou a Convenção Americana de Direitos Humanos, cujo art. 13 garante o direito à liberdade de pensamento e expressão.

Assim, em uma verdadeira democracia, eventuais cerceamentos a esse direito, mesmo que por ato soberano estatal, demandam contornos claramente definidos. Infelizmente, nesse episódio da RCTV, não verificamos a transparência necessária por parte do governo venezuelano. Ademais, as próprias declarações do presidente Hugo Chávez nos últimos dias sobre o Congresso brasileiro apenas corroboram práticas antidemocráticas e atentatórias à liberdade de expressão por parte de seu governo.

Certamente uma das grandes conquistas da humanidade foi a idéia de universalidade dos direitos humanos. Dessarte, deve-se promover a liberdade de expressão tanto interna quanto externamente, ou seja, no caso específico, por meio de gestões junto ao governo venezuelano, no âmbito da diplomacia congressual, que tornem inequívocos os valores postulados em nossas relações exteriores.

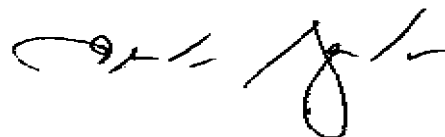
Com efeito, a aprovação do Requerimento nº 639, de 2007, representa apoio incondicional desta Casa ao fortalecimento das instituições democráticas venezuelanas, além de coerência e respeito aos princípios das relações exteriores do Brasil, segundo mandamento constitucional, dos quais se destaca a prevalência dos direitos humanos.

III – VOTO

Pelo exposto, concluímos pela **aprovação** do Requerimento nº 639, de 2007.

Sala da Comissão,

, Presidente



, Relator

**27ª REUNIÃO, ORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL, DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 53ª LEGISLATURA.
REALIZADA NO DIA 06 DE AGOSTO DE 2009, ÀS 10 HORAS E 41 MINUTOS.**

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG):

Havendo número regimental, declaro aberta a 27ª Reunião, Ordinária, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, da 3ª Sessão Legislativa Ordinária, da 53ª Legislatura.

Submeto à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da Ata da reunião anterior. As Sras. Senadoras e os Srs. Senadores que aprovam, permaneçam como se encontram. Aprovada.

Passo à leitura de alguns comunicados a esta Comissão. Para conhecimento, eu recebi os seguintes expedientes: o Expediente 1.550/2009, encaminhando informações e respostas ao requerimento sobre as decisões e deliberações realizadas na reunião do grupo de trabalho, previsto no art. 11, do Protocolo de Adesão da República Bolivariana, da Venezuela ao MERCOSUL. Eu peço ao secretário que, portanto, faça o encaminhamento aos senadores dessa resposta do Ministério das Relações Exteriores sobre o requerimento.

Na verdade, já tinha havido... O primeiro já tinha sido encaminhado, então essa seria a segunda resposta. Também o Ofício 186/2009, do Ministro Miguel Jorge, encaminhando cópia do expediente enviado ao Presidente do Senado, informando que chefiará a missão empresarial à América Latina, Peru, Panamá e Venezuela, nos próximos dias 16 e 21 de agosto.

O Ofício nº 03, de 2009, do Presidente do Grupo Parlamentar Brasil/Bélgica, do Deputado Edinho Bez, comunicando a instalação, no Congresso Nacional, do Grupo Parlamentar Brasil/Bélgica, com eleição e posse da diretoria, ocorridas no último dia 02 de junho.

Ainda, o Expediente do Encarregado de Negócios da Embaixada da Rússia no Brasil, o Sr. Andrey Kuskov, encaminhando o texto da Declaração do Conselho da Federação da República da Assembléia Federal da Federação da Rússia, aprovada em 18 de julho de 2009.

O Ofício nº 720, de 2009, da Câmara Municipal de Uruguaiana, informando a realização de audiência pública, por aquela casa legislativa, para debater os problemas enfrentados pelos condutores brasileiros de veículos de carga, caminhoneiros, na Argentina, quando foi elaborada a pertinência da homenagem, pela alta carga simbólica de que se reveste, consideramos oportunos os votos de solidariedade e louvor requeridos.

Voto. Pelo exposto, atendidos os pressupostos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, nos pronunciamos pela aprovação do Requerimento 656/2009.

Eu subscrevo integralmente ao parecer do Senador Arthur Virgílio. O fato do escritor Mario Vargas Llosa propor à Venezuela discutir a questão da existência, Senador Mozarildo, de um processo democrático naquele país é, de fato, louvável. Lamentavelmente, como diz aqui, não houve, a audiência não houve a participação que o debate seria veiculado por uma TV estatal, cada vez mais restrita naquele país, lamentavelmente, a liberdade da imprensa.

Então, nada mais oportuno de que aprovemos o parecer do Senador Arthur Virgílio ao requerimento do Senador João Tenório de votos de solidariedade e de aplausos. Solidariedade por não ter sido possível o debate e a audiência pública lá, e de aplauso pelo escritor Mario Vargas Llosa mostrar a sua independência, a sua posição em defesa da democracia, não só na América do Sul, mas em todo mundo. É pela aprovação o parecer, Presidente, Senador.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Obrigado, Senador Flexa Ribeiro. Continua em discussão. Não havendo quem queira discutir, coloco em votação. Os Senadores que estiverem de acordo, permaneçam como estão. Então, aprovado.

Passamos, agora, ao último item da pauta, ainda previsto, que é o item 13, que trata de um requerimento nº 48, da Senadora Marina Silva, que solicita a realização de audiência pública dessa Comissão, em conjunto com a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, com o objetivo de debater o PLS nº 69/2004 complementar, que dispõe sobre a atuação das Forças Armadas e da Polícia Federal, nas terras indígenas, nos termos do art. 231, § 6º, da Constituição Federal. Solicita que sejam convidadas as seguintes autoridades: representante da Comissão Nacional de Política Indigenista, representante da Articulação dos Povos Indígenas do Brasil, Procuradora-Chefe da 6ª Câmara do Ministério Público Federal, representante do Ministério da Defesa e representante da Organização Internacional do Trabalho. Portanto, estão propostos e está subscrito por mim também esse requerimento. Em discussão. Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão. Coloco em votação. As Sras. Senadoras que o aprovam, permaneçam como se encontram. Aprovado.

Tem, ainda, aqui, extra pauta, nós temos o Requerimento nº 639, também de 2007, portanto já é um requerimento muito antigo, do Senador Flexa Ribeiro e com a minha relatoria, em relação, ainda, à Venezuela. Trata-se de um voto de censura e repúdio a decisão do governo da Venezuela de não renovar a concessão da emissora privada RCTV. O meu parecer é favorável. Entretanto, eu quero reformular o

parecer aqui nesse momento, pelo fato de que nós já fizemos uma aprovação referente ao mesmo tema e foi um apelo para que não fosse fechada esta emissora. Foi aprovado o apelo, foi aprovado pelo plenário e o assunto também já está, de alguma forma, superado de maneira negativa, quer dizer, a emissora foi realmente fechada. Então, o objetivo do Senador Flexa Ribeiro é o objetivo que o meu relatório foi favorável, mas, no momento, eu quero reformular aqui verbalmente o relatório e propondo o arquivamento--

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Para discutir, presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): -propondo o arquivamento deste voto, tendo em vista o tempo já passado.

Com a palavra, para discutir, o Senador Flexa Ribeiro.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): V. Exa. tem toda razão, quando diz que o fato já foi acontecido há bastante tempo e que já estaria ultrapassado. Mas eu quero pedir a V. Exa., como relator da matéria--

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Só um instantinho. Senador Pedro Simon. Só um instantinho, Senador Flexa, antes de a gente... A questão ainda da Colômbia. Eu vou entrar em contato com V. Exa. Já foi feito o contato com o embaixador da Colômbia e, de início, está sendo encaminhado, e nós teríamos um encontro, eu falo com V. Exa. mais tarde, para a gente poder ter um encontro com o Presidente Uribe, antes dele embarcar na base aérea. Mas eu entro em contato com V. Exa. ainda na parte da tarde.

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS): [pronunciamento fora do microfone].

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Está ótimo. Tudo bem. Perfeito. Está ótimo.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Senador Pedro Simon, gostaria que V. Exa. pudesse ouvir...

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS): [pronunciamento fora do microfone].

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Eu entendo. Todos nós temos 501 coisas. Mas eu acho que deveria ser também às segundas, não só às sextas.

Mas eu dizia ao Senador Eduardo Azeredo que, como relator do meu requerimento, realmente, o fato que levou à apresentação do requerimento, ele já está ultrapassado, porque ele foi há dois anos ou um ano e meio atrás. Acontece, Senador Simon, Senador Flávio, que,

lamentavelmente, essas atitudes do governo do Presidente Hugo Chávez estão sendo continuadas.

Eu quero reformular, e aí peço ao relator que possa considerar essa reformulação para que também sejam considerados não só aquele fato da não renovação da licença na RCTV, como também os jornais têm informado, e comprovando o nosso receio, o Presidente Chávez através do líder do Partido Pró-Chávez que criaram agora o UPV, orquestra inovações à última emissora de televisão que não foi cooptada ou fechada, deixando clara a sua intenção de privar o cidadão venezuelano de obter informações imparciais, não só isso, mas privando o povo de um dos princípios básicos da democracia, ou seja, liberdade de imprensa. Ainda antes dessa invasão que houve a esse canal de televisão, alguns dias antes, o governo da Venezuela encerrou 35, me parece, emissoras e empresas de comunicação na Venezuela, alegando haver incorreções em alguns documentos. O fato é que houve o fechamento.

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS): [pronunciamento fora do microfone].

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Exato. É verdade. V. Exa. tem toda razão.

Então, eu solicito ao Senador Azeredo que incorpore ao requerimento original esses fatos recentes que continuam a acontecer, lamentavelmente, naquele país irmão, o que leva a, realmente, não haver liberdade de imprensa lá, e que, sendo assim, ele mantenha o parecer pela aprovação.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Seria um novo requerimento?

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Não, não, é um aditivo a esse que eu estou propondo, porque V. Exa. ao propor o arquivamento diz que já houve--

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Está superado pelo tempo.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): --Está superado. Eu estou colocando novos fatos que a imprensa está colocando. Então, V. Exa. quer considerar um novo requerimento, eu o faço já, então apresento e peço que seja extra-pauta.

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS): V. Exa. não arquiva, dá vista para ele, e ele apresenta.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Não, eu sou o autor.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): É que ele é o autor, eu que sou o relator, é que invertemos aqui. Na verdade, faltou... Eu tenho que passar a presidência para o Senador Flexa para eu poder ser o relator. Então, eu que sou o relator, ele é o autor.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): E é importante, Senador-

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS): Mas a proposta que ele está fazendo é o seguinte: em vez de arquivar, dá vista para ele.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Não, não é vista, não.

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS): Não é vista. Eu sei. Na próxima sessão...

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Não, não. A minha proposta, eu quero substituir este requerimento por um novo, até porque existe...

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS): Sim, mas por um novo e na próxima sessão aprovamos um novo.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Não, não, ele está com o relator, ele pode dar o parecer imediato.

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS): Acho que não, sinceramente acho que...

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Senador Flexa, vamos fazer o seguinte: vamos terminar esse requerimento, que é de 2007, que estava exatamente, digamos, na gaveta aqui, nós fazemos uma atualização--

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Eu só quero aditar.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): -e arquiva esse e fazemos um novo requerimento para votar na próxima semana.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Se V. Exa. me permitir, Presidente, se V. Exa. me permitir, eu quero aditar mais uma informações aos Srs. Senadores, que estão no requerimento que eu estou reapresentando. Confirmando a postura de ditador, foi encaminhada à Assembléia Nacional, pela Procuradora-Geral da Venezuela, Sra. Luisa Ortega Díaz, projeto de lei que prevê a prisão de jornalistas e outros profissionais da imprensa que cometerem os chamados crimes midiáticos, querendo claramente manipular a opinião pública ao comparar qualquer notícia jornalística de cunho oposicionista a crime. Esses fatos que já estão sendo repetitivos lá na Venezuela. Precisa que tenha por parte da Comissão uma posição de aprovação ou não do requerimento. Então, eu

apresento e peço que seja colocado extra pauta. Não há necessidade de haver parecer formulado, apenas será colocado em discussão, aprovado ou não o requerimento. É um requerimento, não é um projeto.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG):

Sim.

Senador, V. Exa. está como presidente momentaneamente. Então, ainda como relator, eu quero, então, concluir essa questão do requerimento anterior 639, com o relatório que será formulado. Estou fazendo aqui, verbalmente, pelo arquivamento, em virtude da superação temporal do assunto.

[troca de presidência]

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Então eu coloco...

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS): Mantém o arquivamento.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Estou mantendo o arquivamento do anterior.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Sim.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): O arquivamento anterior.

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS): [pronunciamento fora do microfone].

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Sim, o próximo--

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Não, está arquivado. Não há *quórum* qualificado.

É votação simbólica, Presidente. V. Exa. tem aprovado dezenas, centenas de projetos com votação simbólica no plenário e aqui na Comissão, então não é o caso. Se V. Exa. não quiser aprovar--

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS): [pronunciamento fora do microfone].

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Não.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Deixa-me só explicar. Senador Flexa, só um momento. É porque, nesse momento, Senador, como eu sou o relator, eu tive que, então, passar a presidência para o Senador Flexa. Então, nesse caso específico do requerimento do Senador Flexa, de 2007--

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Está arquivado.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): --eu estou propondo o arquivamento. Agora, depois, ele vai me devolver a presidência, e aí eu vou decidir sobre o requerimento que ele está apresentando agora.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Isso.

Então, devolvo a presidência ao--

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Não, antes, tem que votar.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Ah, coloco em votação o arquivamento do requerimento, que foi aqui exposto. Requerimento nº 639, de 2007. Os Senadores, que concordam, permaneçam como se encontram. Então, arquivado, aprovado o arquivamento.

Eu devolvo a presidência ao nosso chanceler, Senador Eduardo Azeredo.

[troca de presidência]

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): É um brincalhão, não sou chanceler.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): É chanceler da diplomacia parlamentar.

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS): [pronunciamento fora do microfone].

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): É o nosso candidato à chancelaria.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Está certo. Muito obrigado.

Srs. Senadores, Senador Flexa, eu quero dizer que, pelo caráter, de alguma forma, polêmico do requerimento, nós não temos aqui o número suficiente, e me perdoe, V. Exa. é meu companheiro de partido, mas eu vou transferir para a próxima reunião a votação desse requerimento, para que seja dado conhecimento a todos os membros, tendo em vista que se trata de um voto de censura e repúdio a outro governo, a um dirigente, de maneira que eu terei que fazê-lo na minha função de Presidente da Comissão.

Nada mais havendo a tratar, está encerrada a sessão.

Sessão encerrada às 12h44.

(À Secretaria de Arquivo)

PARECER Nº 1.440, DE 2009

Da COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRA-ESTRUTURA, sobre o Ofício “S” nº 42, de 2009 (nº 171/2009, na Casa de origem), da Agência Nacional de Aviação Civil (ANAC), que encaminha ao Senado Federal o Relatório de Desempenho Regulatório da ANAC de 2008.

RELATOR: Senador **FRANCISCO DORNELLES**

I – RELATÓRIO

Por meio do ofício em epígrafe, a Diretora Presidente da Agência Nacional de Aviação Civil (ANAC) encaminha ao Senado Federal o Relatório de Desempenho Regulatório de 2008, “em que são descritas as principais atividades desenvolvidas pela Agência, a fim de permitir à sociedade a compreensão do papel da Anac e o acompanhamento de suas atividades no setor de aviação civil no último ano, ampliando a transparência de suas ações e a publicidade de seus atos”.

A matéria foi distribuída exclusivamente à Comissão de Serviços de Infra-Estrutura.

II – ANÁLISE

Nos termos da Lei nº 11.182, de 27 de setembro de 2005, compete à Anac “elaborar e enviar o relatório anual de suas atividades ao Ministério da Defesa e, por intermédio da Presidência da República, ao Congresso Nacional” (art. 8º, XL).

O relatório ora apreciado foi enviado diretamente pela Diretora Presidente da Agência ao Presidente do Senado Federal, sem a intermediação prevista em lei.

Sendo assim, o documento não preenche os requisitos necessários para sua apreciação pelo Congresso Nacional. A intermediação do Ministério da Defesa e da Presidência da República não é mera formalidade, tendo em vista que a Agência está obrigada legalmente a observar a orientação do Conselho de Aviação Civil (CONAC), que, nos termos do art. 1º do Decreto nº 3.564, de 2000, é “órgão de assessoramento do Presidente da República para a formulação da política de ordenação da aviação civil”:

Art. 3º A ANAC, no exercício de suas competências, deverá observar e implementar orientações, diretrizes e políticas estabelecidas pelo Conselho de Aviação Civil – CONAC, especialmente no que se refere a:

I – a representação do Brasil em convenções, acordos, tratados e atos de transporte aéreo internacional com outros países ou organizações internacionais de aviação civil;

II – o estabelecimento do modelo de concessão de infra-estrutura aeroportuária, a ser submetido ao Presidente da República;

III – a outorga de serviços aéreos;

IV – a suplementação de recursos para aeroportos de interesse estratégico, econômico ou turístico; e

V – a aplicabilidade do instituto da concessão ou da permissão na exploração comercial de serviços aéreos.

A Política Nacional de Aviação Civil (PNAC) é de responsabilidade, portanto, do Presidente da República. Tanto é assim que a PNAC em vigor foi aprovada pelo Decreto nº 6.780, de 18 de fevereiro de 2009.

Antes da manifestação do Congresso Nacional, é importante, assim, que o Conac emita um parecer sobre o relatório da Agência que avalie até que ponto a implementação de suas políticas tem sido satisfatória.

É preciso considerar, ainda, que a Anac não é o único órgão federal competente para atuar na aviação civil. Também integram o Sistema de Aviação Civil os seguintes organismos, todos vinculados ao Ministério da Defesa: o Departamento de Controle do Espaço Aéreo (DECEA), o Centro de Investigação e Prevenção de Acidentes Aeronáuticos (CENIPA) e a Empresa Brasileira de Infra-Estrutura Aeroportuária (INFRAERO).

Além disso, a política de aviação deve ser harmonizada com outras políticas setoriais, como a de comércio exterior, sob a responsabilidade dos Ministérios das Relações Exteriores e do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, e de logística e transportes, sob a responsabilidade do Ministério dos Transportes.

A Presidência da República deverá, portanto, encaminhar ao Congresso Nacional o relatório de atividades de todo o Sistema de Aviação Civil, do qual o relatório de atividades da Anac será parte integrante.

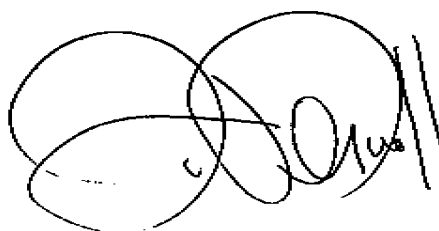
É importante registrar, entretanto, que, embora a Anac tenha sido instalada em 20 de março de 2006, por meio do Decreto nº 5.731, editado na mesma data, a Presidência da República ainda não encaminhou ao Poder Legislativo os relatórios relativos aos anos de 2006, 2007 e 2008.

III – VOTO

Ante o exposto, voto pelo arquivamento da matéria.

Sala da Comissão,

, Presidente



, Relator

COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA

DECISÃO DA COMISSÃO

A Comissão de Serviços de Infraestrutura, em reunião realizada no dia 27 de agosto de 2009, aprovou Parecer que conclui pelo arquivamento do Ofício “S” nº 42, de 2009, que Encaminha ao Senado Federal o Relatório de Desempenho Regulatório da ANAC de 2008, por esta Comissão.

Sala da Comissão, 27 de agosto de 2009.



Senador FERNANDO COLLOR
Presidente

COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA

Ofício "S" nº 42, de 2009

ASSINAM O PARECER, NA REUNIÃO DE 27/08/2009, OS SENHORES (AS) SENADORES (AS)

PRESIDENTE: Senador Fernando Collor

RELATOR: Senador Francisco Dornelles

SERYS SLHESARENA

DELÍCIO AMARAL - PT

IDELI SALVATTI - PT

NÁCIO ARRUDA - PC do B

FÁTIMA CLEIDE - PT

JOÃO RIBEIRO - PR

1- MARINA SILVA - PT

2- PAULO PAIM - PT

3- ANTONIO CARLOS VALADARES - PSB

4- EXPEDITO JÚNIOR - PR

5- EDUARDO SUPPLY - PT

6- JOÃO PEDRO - PT

FRANCISCO DORNELLES

GILVAM BORGES

PAULO DUQUE

MÃO SANTA

VALDIR RAUPP

WELLINGTON SALGADO

1- NEUTO DE CONTO

2- LOBÃO FILHO

3- PEDRO SIMON

4- VALTER PEREIRA

5- (vago)

6- ALMEIDA LIMA

GILBERTO GOELLNER - DEM

ELISEU RESENDE - DEM

HERÁCLITO FORTES - DEM

JAYME CAMPOS - DEM

KÁTIA ABREU - DEM

MÁRIO COUTO - PSDB

JOÃO TENÓRIO - PSDB

FLEXA RIBEIRO - PSDB

MARCONI PERILLO - PSDB

1- ANTONIO CARLOS JUNIOR - DEM

2- EFRAIM MORAIS - DEM

3- ADELMIR SANTANA - DEM

4- ROSALBA CIARLINI - DEM

5- DEMÓSTENES TORRES - PTB

6- CÍCERO LUCENA - PSDB

7- ARTHUR VIRGÍLIO - PSDB

8- ÁLVARO DIAS - PSDB

9- SÉRGIO GUERRA - PSDB

FERNANDO COLLOR

1- GIM ARGELLO

JOÃO DURVAL

1- OSMAR DIAS

PARECER

Nº 1.441, DE 2009

Da COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS, sobre o Aviso nº 44, de 2009 (nº 245/2009, na Casa de origem), do Ministério da Fazenda, referente ao Programa de Emissão de Títulos e de Administração de Passivos de Responsabilidade do Tesouro Nacional no Exterior.

RELATOR: Senador ROBERTO CAVALCANTI

I – RELATÓRIO

Em cumprimento ao disposto no art. 4º da Resolução nº 20, de 16 de novembro de 2004, do Senado Federal, o Ministro da Fazenda, mediante o Aviso nº 44, de 2009, encaminha a esta Casa o Relatório sobre as emissões de títulos da República realizadas pela União no período de 1º de abril a 30 de julho de 2008, no âmbito do *Programa de Emissão de Títulos e de Administração de Passivos de Responsabilidade do Tesouro Nacional no Exterior*.

O Relatório inclui quadros com o detalhamento das operações realizadas no período (Anexo I), os títulos da dívida pública resgatados com os recursos oriundos das referidas operações (Anexo II) e relação de todos os demais bônus emitidos ao amparo do referido Programa (Anexo III).

O Ministro informa que, nesse segundo trimestre, o Tesouro Nacional realizou, no dia 7 de maio de 2009, a primeira reabertura do bônus denominado Global 2019 N, no volume de US\$ 750 milhões, com ingresso de recursos em 14 de maio de 2009.

A emissão, liderada pelos bancos *Barclays Capital Inc.* e *Citigroup Global Markets Inc.* foi realizada ao preço de 100,539% do valor de face, resultando em rendimento (*yield*) de 5,8% ao ano. Os cupons de juros, de 5,875% a.a., serão pagos semestralmente nos dias 15 de janeiro e 15 de julho de cada ano, até o vencimento, em 15 de janeiro de 2019. O *spread* da operação foi de 252 pontos-base acima do *Treasury* (título do Tesouro americano) com vencimento em fevereiro de 2019.

Atualmente, já considerada essa nova emissão, o passivo externo sob essa modalidade de título (Global 2019 N) alcança US\$ 1,775 bilhões.

Destaque-se que o bônus Global 2019 N, como as demais emissões desse título, foi vendido com previsão do pagamento do principal, em parcela única, no vencimento, em 15 de janeiro de 2019, e juros de 5,875% a.a., pagos semestralmente em janeiro e julho de cada ano.

Na captação original, no dia 6 de janeiro, o título foi vendido ao preço de 98,135% do seu valor de face, com volume de US\$ 1,025 bilhão, rendimento (*yield*) de 6,127% ao ano, e *spread* em 370 pontos-base sobre título americano com vencimento em novembro de 2018.

As condições de reabertura foram mais favoráveis ao Tesouro, pois o preço do valor de face subiu de 98,135% na captação original para 100,539% na primeira reabertura, tendo o rendimento caído de 6,127% ao ano para 5,8% ao ano.

O Relatório veio acompanhado de anexos detalhando as operações realizadas no período e os títulos da dívida pública resgatados com os recursos oriundos da referida operação.

A matéria foi distribuída à Comissão Assuntos Econômicos.

II – ANÁLISE

Mediante a Resolução nº 20, de 16 de novembro de 2004, o Senado Federal autorizou a União a executar o *Programa de Emissão de Títulos e de Administração de Passivos de Responsabilidade do Tesouro Nacional no Exterior*. Esse programa compreende operações de emissões de títulos, com contrapartida em moeda corrente nacional ou estrangeira, e a administração de passivos, contemplando operações de compra, de permuta e outras modalidades de operações, inclusive com derivativos financeiros.

Dentre as características das operações de emissão de títulos e de administração de passivos estipuladas no art. 2º da citada Resolução, destacam-se a fixação de um limite para o montante de emissões, de até US\$ 75 bilhões ou seu equivalente em outras moedas.

Vale lembrar, por oportuno, o disposto no art. 4º da mesma Resolução, onde estabelece que *o Ministro da Fazenda apresentará, em reunião da Comissão de Assuntos Econômicos do Senado Federal, em até 30 (trinta) dias corridos após o final de cada trimestre, relatório da execução do Programa de*

Emissão de Títulos e de Administração de Passivos de Responsabilidade do Tesouro Nacional no Exterior.

De qualquer modo, quanto ao mérito do relatório, cumpre-nos ressaltar que a operação realizada no referido trimestre dá continuidade ao processo de gestão integrada da dívida pública federal, considerando ativos e passivos, tanto internos quanto externos, no âmbito do Tesouro Nacional, e que vem proporcionando ganhos, em vista das reduções de custos e riscos obtidos nesse processo.

Assim sendo, a emissão segue a diretriz do Plano Anual de Financiamento – PAF de que *a gestão da dívida pública federal externa buscará o aperfeiçoamento do perfil do passivo externo, com vistas a consolidar a curva de juros externa em dólares por meio da manutenção de pontos de referência (benchmarks) nos principais mercados de títulos.*

De acordo com o Tesouro Nacional, a emissão do Global 2019 se destaca pelo seu caráter qualitativo, ao buscar o aperfeiçoamento do perfil do passivo externo, com vistas a consolidar a curva de juros externa em dólares por meio da manutenção de pontos de referência (*benchmarks*). A operação foi realizada a um custo de captação menor do que o encontrado no mesmo período por emissores com *rating* mais elevado que o da República e cumpriu o objetivo de estabelecer uma referência de preço no mercado, inclusive para o setor privado.

De fato, em virtude de o País ter recebido o grau de investimento de várias agências internacionais de classificação de risco, significando que foi atingida a categoria de país com baixo risco de inadimplência, a emissão em exame incorporou o menor custo de captação em dólares já obtido por um título de República em emissões externas.

De fato, em virtude de o País ter atingido a categoria de país com baixo risco de inadimplência, atestado por várias agências internacionais de classificação de risco, o País tem obtido melhores condições de financiamento, em particular por meio da redução dos custos de captação. Isso, tanto para o setor público, pois gera nova demanda por títulos públicos vinda dos grandes investidores institucionais, quanto privado, porque empresas ganham espaço para ter sua classificação de risco elevada em função do aumento do *rating* soberano.

Essa classificação, dada em um momento de incerteza internacional, ratifica a posição brasileira como um dos importantes destinos de recursos daqueles que buscam segurança em seus investimentos de longo prazo, refletindo boas oportunidades de negócios e um arcabouço institucional estável.

Em conformidade com a destinação legal de tais recursos para o pagamento da dívida pública federal, é informado no Relatório que essas emissões permitem o resgate de títulos da dívida interna no montante de R\$ US\$ 766, 98 milhões. Houve, assim, no período, continuidade da execução de uma política de substituição de dívida pública federal interna por externa, mediante captações nos mercados internacionais a taxas de juros e prazos de vencimento mais favoráveis relativamente às prevalecentes no mercado interno.

Abstraindo-se do risco cambial embutido em tais operações, a administração integrada da dívida, pelo Tesouro Nacional, sinaliza para reduções dos custos financeiros do passivo financeiro da União.

Por fim, o Relatório informa sobre a utilização do limite de emissões autorizadas pelo Senado Federal, disponibilizando quadro com todas as emissões

realizadas pelo País ao amparo da Resolução nº 20, de 2004. Dos US\$ 75 bilhões autorizados, US\$ 23,618 bilhões já foram emitidos.


Finalmente, ressalte-se o fato de que nos termos dispostos na referida Resolução nº 20, de 2004, o presente Relatório constitui procedimento que visa formalmente, levar ao conhecimento do Senado Federal as ações levadas a efeito com a execução do referido programa de gestão da dívida pública externa. Nesse sentido, aos membros desta Comissão cabe, tão-somente, tomar conhecimento de seu teor.

III – VOTO

Diante do exposto, recomendo que os membros desta Comissão tomem ciência do Aviso nº 44, de 2009, do Ministro da Fazenda, após o qual deve se proceder ao seu arquivamento.

Sala da Comissão, 1º de setembro de 2009.

, Presidente

 , Relator

COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS
 AVISO Nº 44, DE 2009 (Nº 245/2009, NA ORIGEM)
 NÃO TERMINATIVO

ASSINARAM O PARECER NA REUNIÃO DE 01/09/09, OS SENHORES(AS) SENADORES(AS):

PRESIDENTE:

RELATOR(A):

Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PCdoB e PRB)

EDUARDO SUPLICY (PT)	1-ANTÔNIO CARLOS VALADARES (PSB)
DELCEÍDIO AMARAL (PT)	2-RENATO CASAGRANDE (PSB)
ALOIZIO MERCADANTE (PT)	3-JOÃO PEDRO (PT)
TIÃO VIANA (PT)	4-IDELI SALVATTI (PT)
MARCELO CRIVELLA (PRB)	5-ROBERTO CAVALCANTI (PRB)
INÁCIO ARRUDA (PCdoB)	6-EXPEDITO JÚNIOR (PR)
CÉSAR BORGES (PR)	7-JOÃO RIBEIRO (PR)

Maioria (PMDB e PP)

FRANCISCO DORNELLES (PP)	1- ROMERO JUCÁ (PMDB)
GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB)	2- GILVAM BORGES (PMDB)
GERSON CAMATA (PMDB)	3-WELLINGTON SALGADO (PMDB)
VALDIR RAUPP (PMDB)	4-LEOMAR QUINTANILHA (PMDB)
NEUTO DE CONTO (PMDB)	5-LOBÃO FILHO (PMDB)
PEDRO SIMON (PMDB)	6-PAULO DUQUE (PMDB)
VAGO	7-VAGO

Bloco Parlamentar da Minoria (DEM e PSDB)

ELISEU RESENDE (DEM)	1-GILBERTO GOELLNER (DEM)
ANTONIO CARLOS JÚNIOR (DEM)	2-DEMÓSTENES TORRES (DEM)
EFRAIM MORAIS (DEM)	3-HERÁCLITO FORTES (DEM)
RAIMUNDO COLOMBO (DEM)	4-ROSALBA CIARLINI (DEM)
ADELMIR SANTANA (DEM)	5-KÁTIA ABREU (DEM)
JAYME CAMPOS (DEM)	6-JOSÉ AGRIPINO (DEM)
CÍCERO LUCENA (PSDB)	7-ALVARO DIAS (PSDB)
JOÃO TENÓRIO (PSDB)	8-SÉRGIO GUERRA (PSDB)
ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB)	9-FLEXA RIBEIRO (PSDB)
TASSO JEREISSATI (PSDB)	10-EDUARDO AZEREDO (PSDB)

PTB

JOÃO VICENTE CLAUDINO	1-SÉRGIO ZAMBIASI
GIM ARGELLO	2- FERNANDO COLLOR DE MELO

PDT

OSMAR DIAS	1-JEFFERSON PRAIA
------------	-------------------

PARECER

Nº 1.442, DE 2009

Perante a COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA, sobre a Proposta de Emenda à Constituição nº 16, de 2008, tendo como primeiro signatário o Senador Cristovam Buarque, que altera o art. 4º da Constituição Federal para vedar o reconhecimento de novo país latino-americano criado a partir de secessão.

RELATORA DO VENCIDO: Senadora **SERYS SLHESSARENKO**

I – RELATÓRIO

Cabe a esta Comissão a análise da Proposta de Emenda à Constituição No 16, de 2008, tendo como primeiro signatário o Senador Cristovam Buarque, que tem como objetivo alterar a constituição para incluir em seu texto a vedação de reconhecimento de novo país latinoamericano criado a partir de secessão.

A Proposição, no seu art. 1º, inclui novo parágrafo ao art. 4º do texto constitucional, com o fito de asseverar que o Brasil não reconhecerá novo Estado criado a partir de separação territorial de qualquer país da América Latina. Em seu art 2º, determina que o novo dispositivo entre em vigor na data de sua publicação.

Durante a tramitação da matéria, não foram apresentadas emendas.

II – ANÁLISE

Por primeiro cumpre ressaltar que o termo secessão não tem este peso pejorativo que a proposta pretende atribuir. Quer dizer que, nem toda secessão é necessariamente fruto de injustiça praticada por um governador tirano, pelo contrário, pode ser fruto de um plebiscito que assim decida e o povo, livremente, ratifica a separação de parte de seu território como uma nova nação independente.

Portanto a proposta tem seu objetivo baseado na idéia errônea da secessão como resultante de uma ação que contraria o interesse maior da Nação e seu povo.

Outro ponto que merece destaque é que vedar o reconhecimento geraria uma distorção dentro da própria constituição ao afrontar os princípios constitucionais insculpidos no inciso III, do Art. 4º da Constituição Federal, que assegura a autodeterminação dos povos como um dos princípios fundamentais que regem as relações internacionais do Brasil. Ora, se o Brasil não reconhecer novos países na América Latina estará contrariando fortemente este princípio.

José Cretella Júnior, nos seus “Comentários à Constituição Brasileira de 1988” (Volume I. Rio de Janeiro: Forense, 1997, p. 172), ao tratar do citado princípio, afirma que “cada Estado tem direito, decorrente de sua soberania, de estabelecer parâmetros de ordem pública interna, livre de quaisquer ingerências de outros Estados. (...) A autodeterminação é uma escolha ou opção interna, cujo característico deve ser o da liberdade absoluta”.

Não podemos ter como princípio de relações internacionais uma postura prévia que já veda o reconhecimento. Tal posição não se coaduna com a cultura de política internacional onde cada caso deve ser analisado em sua especificidade.

Em que pese a intenção democrática do autor, a proposta tem em seu espírito uma premissa falsa que poderia engessar a política externa brasileira neste tocante.

Segundo preceitua o Direito Internacional o reconhecimento de novos Estados, deve seguir uma estrutura mais prudente, na direção dos critérios adotados pelo Conselho das Comunidades Europeias, que faz as seguintes exigências ao novo Estado:

- respeitar a Carta da Organização das Nações Unidas (ONU), o Acordo Final de Helsinque e a Carta de Paris;
garantir os direitos dos grupos étnicos e nacionais;
respeitar os limites territoriais estabelecidos;
aceitar todas as obrigações atinentes ao desarmamento e não-proliferação de armas nucleares;
- aceitar os instrumentos pacíficos de solução das controvérsias

Assim sendo, a aprovação da presente proposta traria rigidez desnecessária às relações internacionais do país, em desacordo com a própria doutrina internacional. Em nosso entendimento, e no da própria doutrina, o reconhecimento de um novo Estado deve ser uma decisão discricionária do Governo, analisando cada caso concreto conforme os elementos que se apresentem.

Destacamos uma vez mais o mérito da intenção do autor da proposta, buscando apenas garantir que o país, sendo um relevante ator da América Latina, agisse em auxílio aos interesses de povos prejudicados por ações despropositadas de governantes e facções que não respeitassem a aristotélica vontade geral, mas por todo o exposto não podemos concordar com sua aprovação.

III – VOTO

Diante do exposto, votamos pela rejeição da Proposta de Emenda à Constituição nº 16, de 2008.

Sala da Comissão, 5 de agosto de 2009.

Senador DEWOSTENES TORRES

, Presidente

, Relatora

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA

PROPOSIÇÃO: PEC Nº 16 DE 2008

ASSINAM O PARECER NA REUNIÃO DE 15/08/09, OS SENHORES(AS) SENADORES(AS):

PRESIDENTE: Senador DEMÓSTENES TORRES	
RELATOR: <u>DO VENCIDO: SENADORA SERYS SHESSARENKO</u>	
BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PR, PSB, PCdoB, PRB)	
MARINA SILVA	1. RENATO CASAGRANDE
ALOIZIO MERCADANTE	2. AUGUSTO BOTELHO
EDUARDO SUPLICY	3. MARCELO CRIVELLA
ANTONIO CARLOS VALADARES	4. INÁCIO ARRUDA
IDELI SALVATTI	5. CÉSAR BORGES
EXPEDITO JÚNIOR	6. SERYS SHESSARENKO
MAIORIA (PMDB, PP)	
PEDRO SIMON	1. ROMERO JUCÁ
ALMEIDA LIMA	2. LEOMAR QUINTANILHA
GILVAM BORGES	3. GERALDO MESQUITA JÚNIOR
FRANCISCO DORNELLES	4. LOBÃO FILHO
VALTER PEREIRA	5. VALDIR RAUPP
WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA	6. NEUTO DE CONTO
BLOCO DA MINORIA (DEM, PSDB)	
KÁTIA ABREU	1. EFRAIM MORAIS
DEMÓSTENES TORRES	2. ADELMIR SANTANA
JAYME CAMPOS	3. RAIMUNDO COLOMBO
MARCO MACIEL	4. JOSÉ AGRIPINO
ANTONIO CARLOS JÚNIOR	5. ELISEU RESENDE
ALVARO DIAS	6. EDUARDO AZEREDO
SÉRGIO GUERRA	7. MARCONI PERILLO
LÚCIA VÂNIA	8. ARTHUR VIRGÍLIO
TASSO JEREISSATI	9. FLEXA RIBEIRO
PTB	
ROMEU TUMA	1. GIM ARGELLO
PDT	
OSMAR DIAS	1. FLÁVIO TORRES

LEGISLAÇÃO CITADA ANEXADA PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA

CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL DE 1988

.....

Art. 4º A República Federativa do Brasil rege-se nas suas relações internacionais pelos seguintes princípios:

.....

III - autodeterminação dos povos;

.....

DOCUMENTO ANEXADO, NOS TERMOS DO ART. 250, PARÁGRAFO ÚNICO, DO REGIMENTO INTERNO.

RELATÓRIO

RELATOR: Senador GILVAM BORGES

RELATORA "AD HOC": Senadora LÚCIA VÂNIA

I – RELATÓRIO

A Proposta de Emenda à Constituição (PEC) nº 16, de 2008, de autoria do Senador Cristovam Buarque, acrescenta um § 2º ao art. 4º da Constituição Federal, para dispor que a República Federativa do Brasil não reconhecerá novo Estado criado a partir da secessão territorial de qualquer país latino-americano.

A PEC apresenta como justificativa a circunstância de que eventual secessão territorial em país pertencente à comunidade latino-americana de nações representaria atentado à história local, bem assim às boas relações de convivência na região. Sugere-se, por igual, que eventual secessão poderia ensejar grave precedente a afastar as sólidas relações existentes entre os Estados que, por laços culturais e de amizade, pertencem a essa comunidade.

II – ANÁLISE

O mérito da proposta está em assegurar a unidade territorial e política dos países que compõem o universo latino-americano. A previsão constitucional alvitrada, mais do que oferecer balizamento técnico-jurídico ao reconhecimento de Estado, proporciona importante sinalização política tanto para o Poder Executivo, responsável entre nós por esse reconhecimento, quanto para grupos favoráveis, por tal ou qual motivo, à secessão, dentro ou fora de um dado país.

O desfecho em secessão da eventual míngua de desenvolvimento econômico e do possível aumento dos problemas políticos não deve ser tolerado. Assim proceder representa homenagem à história regional, bem assim convite à solução de possíveis contendas acaso existentes pelos meios pacíficos admitidos pelo direito internacional e até aqui empregados pelos países da região.

III – VOTO

Diante do exposto, nosso voto é pela **aprovação** da Proposta de Emenda à Constituição nº 16, de 2008.

Sala da Comissão

, Presidente

, Relator



VOTO EM SEPARADO DO SENADOR EDUARDO
SUPPLY PERANTE A COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO,
JUSTIÇA E CIDADANIA.

I – RELATÓRIO

Vem à análise desta Comissão a Proposta de Emenda à Constituição Nº 16, de 2008, tendo como primeiro signatário o Senador Cristovam Buarque, que objetiva incluir no texto constitucional vedação expressa ao reconhecimento de novo país latino-americano criado a partir de secessão.

A Proposição, no seu art. 1º, inclui novo parágrafo ao art. 4º do texto constitucional, com o fito de asseverar que o Brasil não reconhecerá novo Estado criado a partir de separação territorial de qualquer país da América Latina. Em seu art. 2º, determina que o novo dispositivo entre em vigor na data de sua publicação.

Durante a tramitação da matéria, não foram apresentadas emendas.

II – ANÁLISE

O presente voto em separado escuda-se no inciso I, do § 6º, do art. 132, do Regimento Interno do Senado Federal (RISF).

É de competência desta Comissão, com base no art. 356, *caput*, do Regimento da Casa, emitir parecer, inclusive quanto ao mérito, sobre Propostas de Emenda à Constituição.

Inicialmente, avaliamos que, sob os aspectos jurídico-constitucionais, a PEC Nº 16, de 2008, não fere quaisquer limitações temporais, formais ou materiais previstas, respectivamente, nos parágrafos 1º, 2º e 4º do art. 60 da Constituição. Está referendada por trinta assinaturas das senhoras e dos senhores senadores e não toca na forma federativa de Estado, no voto direto, secreto universal e periódico, na separação de Poderes nem nos direitos e garantias individuais.

Com relação à técnica legislativa, encontramos pequenos reparos. A ementa da matéria seria mais clara se dissesse que acrescenta parágrafo ao artigo 4º, pois, como redigida, pode passar a ideia de que alguns dos princípios que regem a postura do Brasil em suas relações internacionais seriam modificados, o que não ocorre. É conveniente, também, acrescentar uma linha pontilhada após o *caput* do art. 4º, para demonstrar que seus incisos não foram alterados, bem como evitar a repetição do texto do parágrafo único, que não foi modificado pela nova Proposta.

A análise do mérito deve começar por lembrar que o termo “secessão”, do latim *secessione*, é abrangente, podendo significar – para o assunto em comento – desde uma separação imposta ao povo, pela força, por um dirigente ou grupo antidemocrático até, no outro extremo, por um desligamento feito com suporte em plebiscito popular, dentro de preceitos constitucionais.

No âmbito interno, Pontes de Miranda identifica como princípio a “garantia constitucional do *status quo*”, pelo qual “os Estados-membros marcharão, juntos, dentro do tempo” (Comentários à Constituição de 1967. Tomo I. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 1967). A projeção desse princípio além-fronteiras, como postura prévia para o reconhecimento de novas nações da América Latina, precisa ser questionada, a despeito de identificarmos a intenção democrática que moveu seu autor.

Segundo o Professor Marcelo Dias Varella, o reconhecimento de um Estado “é a manifestação unilateral e discricionária de outros Estados ou Organizações Internacionais no sentido de aceitar a criação do novo sujeito de direito internacional, portanto, com direitos e obrigações” (Direito Internacional Público. São Paulo: Saraiva, 2009, p. 221).

A doutrina dominante do Direito Internacional entende como mais prudente, para o reconhecimento de novos Estados, a adoção do critério editado pelo Conselho das Comunidades Européias, no qual se exige que o novo Estado: respeite a Carta da Organização das Nações Unidas (ONU), o Acordo Final de Helsinque e a Carta de Paris, especialmente no tocante a direitos humanos, estado de direito e democracia; garanta os direitos dos grupos étnicos e nacionais; respeite os limites territoriais estabelecidos; aceite todas as obrigações atinentes ao desarmamento e não-proliferação de armas nucleares; e aceite os instrumentos pacíficos de solução das controvérsias. O reconhecimento da ONU depende da anuência de seu Conselho de Segurança.

Ao discorrer sobre a natureza declaratória do reconhecimento de Estado, o Professor Francisco Rezek (Direito Internacional Público: curso elementar. 11. Ed. São Paulo: Saraiva, 2008. p. 226) considera como sendo a melhor tese para a questão a que está estampada no art. 13 da Carta da Organização dos Estados Americanos (Reformada pelo Protocolo de Buenos Aires (1967), de Cartagena (1985), de Washington (1992), de Manágua (1993) e de Washington (1997):

Art. 13 A existência política do Estado é independente do seu reconhecimento pelos outros Estados. Mesmo antes de ser reconhecido, o Estado tem o direito de defender a sua integridade e independência, de promover a sua conservação e prosperidade, e, por conseguinte, de se organizar como melhor entender, de legislar sobre os seus interesses, de administrar os seus serviços e de determinar a jurisdição e a competência dos seus tribunais. O exercício desses direitos não tem outros limites senão o do exercício dos direitos de outros Estados, conforme o direito internacional.

O reconhecimento de um Estado pode ser, basicamente, de quatro tipos distintos: - formal, com uma declaração aos demais Estados, notificando que reconhece a existência do novo ente; - diplomático, com o envio de diplomatas ao novo Estado ou acreditando seus representantes; de direito, com o estabelecimento de tratados com o novo governo; e de fato, com a formalização de projetos de cooperação conjunta. Não existe a obrigação de reconhecimento pleno.

É plausível e, por vezes, mais indicado, que um Estado não reconheça outro pela vertente da formalidade ou do direito, mas o reconheça sob o aspecto diplomático e de fato. Assim, neste exemplo, poderia acompanhar os direitos dos seus nacionais que se encontram no território do novo Estado, bem como prestar ajuda humanitária quando fosse o caso.

Dessa forma, avaliamos que o reconhecimento de um novo Estado, na América Latina ou fora dela, é uma decisão discricionária que precisa ser tomada pelo Governo, assessorado por sua Chancelaria, para cada caso concreto que se apresente.

Além disso, devemos perscrutar o significado do princípio da autodeterminação dos povos, inscrito no caput do art 4º da Constituição, como um dos regentes da conduta do nosso país face às relações internacionais. José Cretella Júnior, nos seus "Comentários à Constituição Brasileira de 1988" (Volume I. Rio de Janeiro: Forense, 1997, p. 172), ao tratar do citado princípio, afirma que "cada Estado tem direito, decorrente de sua soberania, de estabelecer parâmetros de ordem pública interna, livre de quaisquer ingerências de outros Estados. (...) A autodeterminação é uma escolha ou opção interna, cujo característico deve ser o da liberdade absoluta".

Como corolários do princípio da autodeterminação dos povos, temos o princípio da autonomia e o princípio da não-ingerência. Este último determina a não-interferência de um Estado nos assuntos internos de outros Estados. É certo que a não-ingerência não significa ausência de influência política e econômica, pois os Estados são interdependentes em vários níveis. Porém, devemos ter em mente que esse princípio de direito internacional "garante ao Estado a liberdade de escolha de seu próprio destino" (Marcelo Dias Varella. Direito Internacional Público. São Paulo: Saraiva, 2009, p. 6).

Em virtude do que foi mencionado, constatamos que o acréscimo de um parágrafo ao art. 4º da Constituição, conforme pretende a PEC Nº 16, de 2008, vedando o reconhecimento de qualquer novo país latino-americano criado a partir de separação territorial, entra em choque com o princípio da autodeterminação dos povos, constante do inciso III do mesmo artigo. Sendo assim, deve o princípio ter prevalência, visto que é um dos esteios da postura brasileira no trato de suas relações internacionais.

III – VOTO

Diante de todo o exposto, opinamos pela **rejeição** da Proposta de Emenda à Constituição Nº 16, de 2008.

Sala da Comissão,

, Presidente



, Relator

PARECER Nº 1.443, DE 2009

Da COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES, sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 37, de 2008, (nº 7.550/2006, na Casa de origem, do Deputado Antônio Carlos Pannunzio), que denomina Professor Arthur Fonseca o campus da Universidade Federal de São Carlos – UFSCAR, localizado no Município de Sorocaba, Estado de São Paulo.

RELATOR DO VENCIDO: ÁLVARO DIAS

I – RELATÓRIO

Sob análise desta Comissão, encontra-se o Projeto de Lei da Câmara nº 37, de 2006, de autoria do Deputado Antonio Carlos Pannunzio, que objetiva conferir ao campus da Universidade Federal de São Carlos, no município de Sorocaba/SP, a denominação de Professor Arthur Fonseca.

A iniciativa legislativa, que pretende homenagear destacado educador e político atuante no Município de Sorocaba, mereceu, na Câmara dos Deputados, onde tramitou em caráter conclusivo, segundo as regras regimentais daquela Casa, a aprovação da Comissão de Educação e Cultura, quanto ao mérito, e manifestação pela constitucionalidade, juridicidade e boa técnica legislativa, expedida pela Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania.

A justeza desse tratamento pode ser facilmente constatada, ao se compulsar o currículo dessa personalidade ilustre, cujas qualidades levaram ao exercício de inúmeras atividades em benefício daquela cidade, onde nasceu e viveu, falecendo, recentemente, aos oitenta e três anos de idade, conforme está detalhado tanto na justificação do autor como na formalização dos pareceres das citadas comissões.

Durante esse período, ele foi professor e diretor de importantes escolas, bem como de instituições de ensino superior, que o tornam parte integrante da vida e da história da população local, através de sucessivas décadas, rendendo-lhe, em sinal de reconhecimento e como prova de sua capacidade de trabalho, a condição de Vereador e Deputado Federal, Secretário Municipal de Educação e Saúde, além de membro da Academia Sorocabana de Letras.

II – ANÁLISE

Não obstante essas informações e considerações, o Senador João Pedro, enquanto Relator da matéria, apesar de não oferecer reparos aos elogios que se possa prestar a tão imponente figura, à qual muito se deve, até por gratidão, naquela localidade e, talvez até à região, em que esta se insere, intenta desqualificar a maneira escolhida pelo autor do projeto de lei para materializar tal propósito.

Para tanto, recorre a dispositivos da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (9.234/96), que se referem à autonomia universitária, garantindo a essas instituições prerrogativa de auto-determinar a sua organização e funcionamento, como parte de sua autonomia administrativa e financeira, constitucionalmente assegurada, e ainda a Lei nº 4.759/65, um instrumento típico da ditadura, que padronizou a designação das Universidades e Escolas Técnicas, subordinadas ao então Ministério da Educação e Cultura.

Esta última lei, para que se compreenda seu alcance e teor, titula tais universidades e escolas técnicas obrigatoriamente como federais, além de prescrever que contenham, na sua designação, o respectivo estado de sua localização; define que as faculdades ou escolas que as compõem terão indicação de sua especialidade, acompanhada do nome da Universidade; e estabelece que, se a sede da universidade ou da escola técnica estiver situada em outra cidade que não a capital do estado, contará também com a qualificação de federal, seguida da respectiva cidade.

Afinal, ressalta a necessidade de comprovação da concordância da comunidade quanto ao batismo ou rebatismo de bens públicos (no caso, do *campus*), conforme indica Súmula de Recomendações aos Relatores da Comissão de Educação e Cultura da Câmara dos Deputados, de 2007.

Diante desse elenco de assertivas, opinou o Relator pela rejeição do projeto de lei.

Mesmo com o respeito que tenho pelo nobre Relator não posso concordar com seu parecer, razão pela qual, na sequência de meu pedido de vistas, apresento à Comissão os contra-argumentos que me parecem adequados, nas circunstâncias:

- a) O instrumento jurídico para fixação de denominação de órgão público federal ou de qualquer das partes de seu patrimônio, que integrem o domínio da União, é, sem sombra de dúvida, uma lei federal, em relação a que há, no geral, inúmeros precedentes, que apenas servem para confirmar a regra;

Nesta dimensão, não encontro na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, nenhuma disposição expressa que colida diretamente com a possibilidade de uma lei federal nomear ou renomear um bem público da União, que integre o patrimônio de uma universidade federal;

Ademais, existe preceito constitucional no sentido de que ninguém é obrigado a fazer ou deixar de fazer nada, senão decorrência da lei. Por outro lado, doutrinária e jurisprudencialmente, no campo do direito público, só é possível fazer o que estiver expresso, enquanto no campo do direito privado só não se pode fazer o que estiver expressamente vedado.

Diante desses fundamentos, cabe a interpretação mais do que plausível de que a Lei de Diretrizes e Bases não chega a estender a autonomia administrativa a detalhe de tamanha particularidade – como o de estabelecer a denominação de um *campus*;

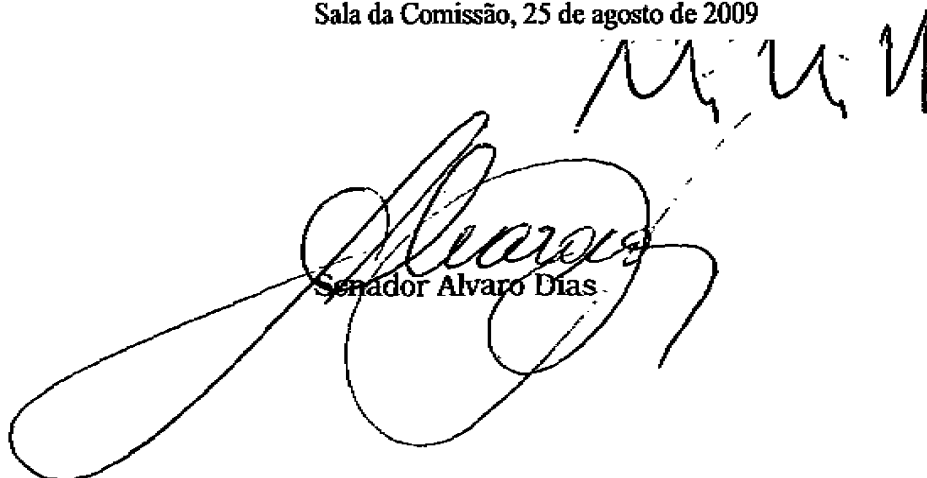
Tampouco a invocação de dispositivo da Lei nº 4.759/65, conflita com a proposição, na medida em que a denominação da Universidade Federal de São Carlos, sediada fora da capital do Estado de São Paulo, já atende aos ditâmes da lei e querer que isso também se aplique a um *campus* – e simplesmente um *campus* – de que não trata a lei, localizado num município (Sorocaba) diverso de sua sede no município de São Carlos mostra-se um exagero inominável.

Afinal, a questão da Súmula de Recomendações aos Relatores da Comissão de Educação e Cultura da Câmara dos Deputados (e não do Senado Federal) acha-se superada pela aprovação do projeto de lei no Plenário (que é soberano) da própria Comissão.

III - VOTO

Nestes termos, e a vista da irreparável biografia do Professor Arthur Fonseca e de sua valiosa contribuição educacional e cultural à cidade de Sorocaba/SP, atestada pelos fatos, defendo a rejeição do parecer do Relator e a aprovação do Projeto de Lei da Câmara nº 37, de 2008, por esta Comissão, repetindo o que se deu no âmbito da Comissão de Educação e Cultura da Câmara dos Deputados, de acordo com este voto em separado.

Sala da Comissão, 25 de agosto de 2009



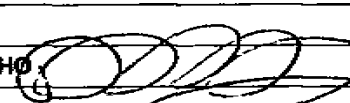
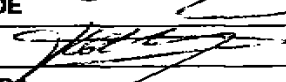
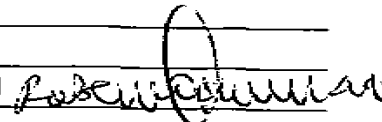
Senador Alvaro Dias

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE

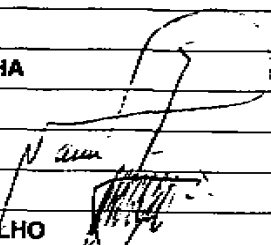
ASSINAM O VOTO EM SEPARADO AO PLC Nº 037/08 NA REUNIÃO DE ^{Sessão 1071} 09
OS SENHORES SENADORES:

PRESIDENTE:  SEN. FLÁVIO ARNS

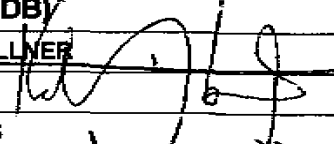
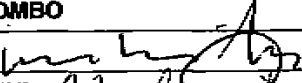
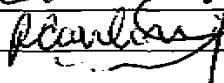
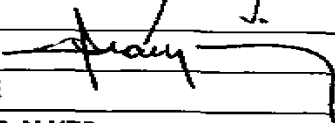

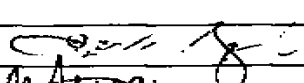

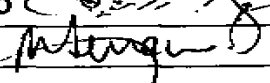
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC do B e PRB)

FLÁVIO ARNS	1- JOÃO PEDRO
AUGUSTO BOTELHO 	2- IDELI SALVATTI
FÁTIMA CLEIDE	3- EDUARDO SUPLCY
PAULO PAIM 	4- JOSÉ NERY
INÁCIO ARRUDA	5- ROBERTO CAVALCANTI 
MARINA SILVA	6- JOÃO RIBEIRO
EXPEDITO JÚNIOR	7- (VAGO)

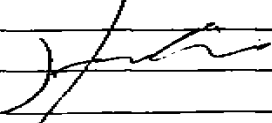
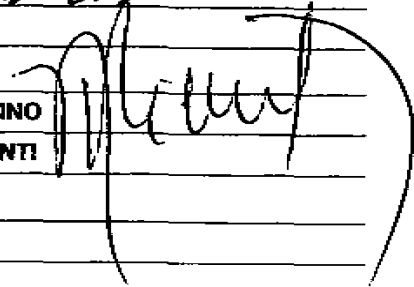
MAIORIA (PMDB e PP)

VALTER PEREIRA	1- ROMERO JUCÁ
MAURO FECURY	2- LEOMAR QUINTANILHA
GILVAM BORGES	3- PEDRO SIMON
WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA	4- NEUTO DE CONTO 
GERSON CAMATA	5- VALDIR RAUPP
FRANCISCO DORNELLES	6- GARIBALDI ALVES FILHO
(VAGO)	7- LOBÃO FILHO

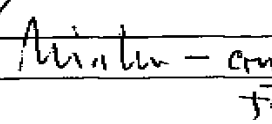
BLOCO DA MINORIA (DEM E PSDB)

RAIMUNDO COLOMBO	1- GILBERTO GOELLNER 
MARCO MACIEL 	2- KÁTIA ABREU
ROSALBA CIARLINI 	3- JAYME CAMPOS
HERÁCLITO FORTES	4- EFRAIM MORAIS 
JOSÉ AGRIPINO	5- ELISEU RESENDE
ADELMIR SANTANA	6- MARIA DO CARMO ALVES
ALVARO DIAS	7- (VAGO)
RELATOR 	
CÍCERO LUCENA	8- MARCONI PERILLO
EDUARDO AZEREDO 	9- PAPALÉO PAES 
MARISA SERRANO 	10- SÉRGIO GUERRA

PTB

SÉRGIO ZAMBIASI 	JOÃO VICENTE CLAUDINO 
ROMEU TUMA	MOZARILDO CAVALCANTI

PDT

CRISTOVAM BUARQUE 	1- JEFFERSON PRAIA
---	--------------------

fra

LEGISLAÇÃO CITADA ANEXADA PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA**LEI Nº 4.759, DE 20 DE AGOSTO DE 1965.**

Dispõe sobre a denominação e qualificação das
Universidades e Escolas Técnicas Federais.

.....

LEI Nº 9.394, DE 20 DE DEZEMBRO DE 1996.

Estabelece as diretrizes e bases da educação
nacional.

.....

Art. 4º A República Federativa do Brasil rege-se nas suas relações internacionais pelos
seguintes princípios:

.....

III - autodeterminação dos povos;

.....

DOCUMENTO ANEXADO, NOS TERMOS DO ART. 250, PARÁGRAFO
ÚNICO, DO REGIMENTO INTERNO.

RELATÓRIO VENCIDO

RELATOR: Senador JOÃO PEDRO

I – RELATÓRIO

O Projeto de Lei da Câmara (PLC) nº 37, de 2008, de autoria do Deputado Antonio Carlos Pannunzio, tem como finalidade denominar Professor Arthur Fonseca o *campus* da Universidade Federal de São Carlos que se localiza na cidade paulista de Sorocaba.

De acordo com o art. 2º da proposição, após aprovada, a lei sugerida entrará em vigor na data de sua publicação.

Ao justificar a apresentação do projeto de lei, o autor revela sua intenção de homenagear o Professor Arthur Fonseca, a quem considera *destacado educador e político atuante no Município de Sorocaba*.

Na Câmara dos Deputados, a proposta recebeu parecer pela aprovação da Comissão de Educação e Cultura e pela constitucionalidade, juridicidade e boa técnica legislativa da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania.

Nesta Casa, foi distribuído a esta Comissão, onde não houve abertura de prazo para o oferecimento de emendas.

II – ANÁLISE

Em princípio, a intenção do autor da iniciativa merece todo nosso apoio. De fato, a trajetória do Professor Arthur Fonseca, falecido aos 83 anos, honra o Município de Sorocaba e o Estado de São Paulo.

Além de ser filho de Sorocaba, o homenageado exerceu cargos importantes em escolas e em instituições de ensino superior do Município. Foi Secretário Municipal de Educação e Saúde, membro da Academia Sorocabana de Letras e, como político, exerceu mandatos de vereador e de deputado federal.

Não obstante, rezeamos que a via escolhida pelo Deputado Antonio Carlos Pannunzio para render homenagem ao ilustre Professor não seja a mais adequada.

Sabe-se que a Constituição Federal, em seu art. 207, garante às universidades autonomia didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial.

Em harmonia com nossa Lei Maior, a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que *estabelece as Diretrizes e Bases da Educação*, conhecida como LDB, ao tratar da autonomia, assegura às universidades diversas e variadas atribuições, entre as quais, destacamos: criar, organizar e extinguir, em sua sede, cursos e programas de educação superior; elaborar e reformar seus estatutos e regimentos; adotar medidas relativas tanto à contratação e regulamentação de seu pessoal docente, técnico e administrativo quanto à elaboração, aprovação e execução de planos, programas e projetos de investimentos referentes a obras, serviços e aquisições em geral. Garante também que elaborem seus orçamentos e que adotem o regime financeiro e contábil que lhes seja mais conveniente.

Enfim, a legislação educacional reserva às universidades a prerrogativa do exercício das funções primordiais relacionadas à sua organização e funcionamento. Certamente, a atribuição de se autodenominar e de designar seus *campi* e unidades acadêmicas faz parte desse conjunto de funções.

Ainda com relação ao tema em foco, a Lei nº 4.759, de 20 de agosto de 1965, que *dispõe sobre a denominação e qualificação das Universidades e Escolas Técnicas Federais* determina que, *se a sede da universidade ou da escola técnica federal for em uma cidade que não a capital do Estado, será qualificada de federal e terá a denominação da respectiva cidade.*

Dessa forma, a denominação *Campus* de Sorocaba propicia a identificação da instituição com a comunidade local e regional, facilitando seu reconhecimento pela população.

Por fim, cabe ressaltar que falta à proposição documento que comprove a concordância da comunidade local e regional com a mudança pretendida. Afinal, a Súmula de Recomendações aos Relatores da Comissão de Educação e Cultura da Câmara dos Deputados, de 25 de abril de 2007 aconselha, na análise de projetos de lei de denominação de bens públicos, voto favorável no Parecer do Relator apenas para aqueles Projetos de Lei de denominação ou redenominação de bem público instruídos com prova clara de concordância da comunidade local ou regional.

III – VOTO

Em face das ponderações acima apresentadas, nosso voto é pela REJEIÇÃO do Projeto de Lei da Câmara nº 37, de 2008.

Sala da Comissão,

, Presidente



, Relator

PARECERES

Nºs 1.444 E 1.445, DE 2009

Sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 170, de 2008 (nº 6.693/2006, na Casa de origem, da Deputada Sandra Rosado), que acrescenta o art. 375-A à Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973 - Código de Processo Civil (inclui o e-mail como prova documental).

PARECER Nº 1.444, DE 2009

(Da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática)

RELATOR: Senador RENATO CASAGRANDE

I – RELATÓRIO

Vem à apreciação da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT) o Projeto de Lei da Câmara (PLC) nº 170, de 2008, que *acrescenta o art. 375-A à Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973 – Código de Processo Civil.*

O dispositivo mencionado estabelece que o *e-mail* (correio eletrônico) goza de presunção de veracidade quanto ao emitente e a suas declarações unilaterais de vontade, desde que certificado digitalmente nos moldes da Infra-Estrutura de Chaves Públicas Brasileira (ICP – Brasil).

O projeto original, de autoria da Deputada Sandra Rosado, recebeu substitutivo na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania da Câmara dos Deputados.

Após apreciação na CCT, a proposição seguirá para a Comissão de CCI, consideramos que, nesta oportunidade, cabe analisá-lo sob dois pontos de vista. Segundo entendemos, as questões de juridicidade e de mérito, neste caso, parecem indissociáveis, porque têm o cerne compartilhado pela *finalidade de lege ferenda*, da qual surge o questionamento se a finalidade, de fato, recomenda a alteração.

Do ponto de vista do mérito, é inegável que a proposição contribui com os esforços de modernização do processo judicial brasileiro. Trata-se, em última análise, de reconhecer de maneira expressa, que a mensagem eletrônica goza de presunção de veracidade quanto a seu emitente e a suas declarações de vontade.

É verdade que já existem, no ordenamento jurídico brasileiro, disposições sobre a validade de documentos eletrônicos. É o caso da Lei nº 11.419, de 19 de dezembro de 2006, que *dispõe sobre a informatização do processo judicial*, que autorizou os tribunais a admitir a comunicação de atos e a transmissão de peças processuais por meio eletrônico.

Também é o caso do próprio CPC, que, no parágrafo único do art. 154, estabelece que os tribunais, no âmbito da respectiva jurisdição, poderão disciplinar a prática e a comunicação oficial dos atos processuais por meios eletrônicos, atendidos os requisitos de autenticidade, integridade, validade jurídica e interoperabilidade da Infra-Estrutura de Chaves Públicas Brasileira.

No entanto, consideramos que a positivação, em Código, do preceito proposto pela iniciativa em exame, contribui para a remoção dos inconvenientes de uma legislação fragmentária, pela aproximação e coordenação dos textos que se interligam para unificação de princípios jurídicos relativos a determinada matéria.

Por fim, aplicando-se o princípio da razoabilidade ao exame da proposição, segundo o qual se pondera o ônus normativo imposto (pela simples existência de mais uma lei) e eventual benefício trazido por essa lei à sociedade, constata-se a *adequação* da proposição (a medida é apta à consecução do objetivo). Identifica-se, também, que *não há excesso* no comando, nem meio gravoso para a sociedade.

Reconhecido o mérito da presente medida legislativa, consideramos necessária uma adequação de natureza terminológica no texto da proposição. Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) desta Casa Legislativa.

Não foram apresentadas emendas perante esta Comissão.

II – ANÁLISE

Nos termos do art. 104-C do Regimento Interno do Senado Federal (RISF), compete à CCT opinar sobre proposições pertinentes ao tema da informática.

O projeto de lei da Câmara sob análise, na forma do substitutivo aprovado naquela Casa, visa a acrescentar o seguinte artigo ao Código de Processo Civil (CPC):

Art. 375-A. O *e-mail* transmitido pela rede mundial de computadores – *internet* goza de presunção de veracidade quanto ao emitente e às suas declarações unilaterais de vontade, desde que certificado digitalmente nos moldes da Infra-Estrutura de Chaves Públicas Brasileira – ICP – Brasil.

Com essa nova redação, em nosso entendimento, o substitutivo corrigiu equívoco existente na iniciativa original. Esta, conforme consta em sua justificação, interpretava o art. 375 do CPC como estabelecendo “a presunção de autenticidade de telegramas”. Assim, alterava a sua redação para estender a “mesma prerrogativa para o e-mail”, uma vez que “as novas relações sociais (...) exigem que o ordenamento jurídico também se modernize” e que “a legislação pátria não regulamenta aspectos inerentes ao serviço de e-mail eletrônico”.

O substitutivo aprovado na Câmara apontou corretamente que o mencionado art. 375 tratava apenas da equivalência entre documentos originais e seus correspondentes, não da aludida presunção de autenticidade, e propôs a inclusão do citado art. 375-A, para atribuir essa equivalência à mensagem de correio eletrônico.

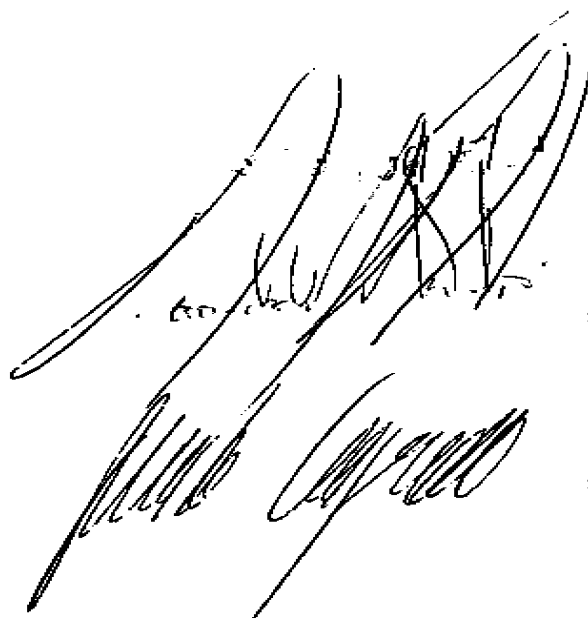
O exame técnico das proposições legislativas deve debruçar-se sobre pelo menos quatro fatores: *constitucionalidade, juridicidade, forma e mérito* das iniciativas. Conquanto o presente PLC deva posteriormente ser apreciado pela Propomos, mediante emenda de redação, que a expressão “e-mail” seja substituída pela expressão “mensagem eletrônica”.

III – VOTO

Em face do exposto, votamos pela aprovação do Projeto de Lei da Câmara nº 170, de 2008, com a seguinte emenda de redação:

EMENDA Nº 1 – CCT (De redação)

Substitua-se no art. 375-A incluído na Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973, pelo art. 1º do Projeto de Lei da Câmara nº 170, de 2008, a expressão “e-mail” por “mensagem eletrônica”.



, Presidente


, Relator

IV – DECISÃO DA COMISSÃO

A Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, em Reunião Extraordinária, realizada nesta data, aprova o parecer ao Projeto de Lei da Câmara nº 170, de 2008, com a Emenda nº I-CCT, abaixo descrita:

EMENDA Nº 1 – CCT

Substitua-se no art. 375-A incluído na Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973, pelo art. 1º do Projeto de Lei da Câmara nº 170, de 2008, a expressão “e-mail” por “mensagem eletrônica”.



Sala das Comissões, 06 de maio de 2009.

Senador **FLEXA RIBEIRO**

Presidente da Comissão de Ciência, Tecnologia,
Inovação, Comunicação e Informática

**COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA
ASSINAM O PARECER AO PLC 170/08 NA REUNIÃO DE 06/05/2009
OS SENHORES SENADORES:**

PRESIDENTE:

(Senador Flexa Ribeiro)
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC do B e PRB)

MARCELO CRIVELLA

1. DELCÍDIO AMARAL

RENATO CASAGRANDE
RELATOR2. FLÁVIO ARNS *Flávio Arns*

MAGNO MALTA

3. ANTÔNIO CARLOS VALADARES

ROBERTO CAVALCANTI

4. JOÃO RIBEIRO *João Ribeiro*

Maioria (PMDB e PP)

WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA

1. VALTER PEREIRA

LOBÃO FILHO

2. ROMERO JUCÁ

GERSON CAMATA

3. GILVAM BORGES

VALDIR RAUPP

4. LEONAR QUINTANILHA

Bloco Parlamentar da Minoria (DEM e PSDB)

ANTONIO CARLOS JÚNIOR

1. GILBERTO GOELLNER *Gilberto Goellner*

DEMÓSTENES TORRES

2. ELISEU RESENDE

JOSÉ AGRIPINO

3. MARCO MACIEL

EFRAIM MORAIS

4. KÁTIA ABREU

CÍCERO LICENA *Cícero Licena*5. EDUARDO AZEREDO *Eduardo Azeredo*

FLEXA RIBEIRO

6. SÉRGIO GUERRA

PAPALÉO PAES *Papaléo Paes*

7. ARTHUR VIRGÍLIO

PTB

SÉRGIO ZIMBIASI

1. FERNANDO COLLOR

PDT

PATRÍCIA SABOYA

1- CRISTOVAM BUARQUE

**PARECER Nº 1.445, DE 2009,
(Da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania)**

RELATOR “AD HOC”: Senador **RAIMUNDO COLOMBO**

I – RELATÓRIO

O Projeto de Lei da Câmara (PLC) nº 170, de 2008, de autoria da deputada Sandra Rosado, alberga o propósito de acrescentar o art. 375-A ao Código de Processo Civil (CPC), para outorgar presunção de veracidade ao e-mail transmitido pela rede mundial de computadores – internet, quanto ao emitente e às suas declarações unilaterais de vontade, desde que esteja certificado digitalmente, de conformidade com a Infra-Estrutura de Chaves Públicas Brasileira – ICP-Brasil.

Não há emenda a examinar.

II – ANÁLISE

A iniciativa atende os requisitos dos art. 22, inciso I, e 48, da Constituição Federal.

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania tem competência para se manifestar sobre a matéria, pertencente ao direito processual civil, conforme dispõe o art. 101, incisos I e II, alínea *d*, do Regimento Interno do Senado Federal.

O exame da técnica legislativa, ditado pela Lei Complementar (LC) nº 95, de 26 de fevereiro de 1998, que disciplina a elaboração, a redação, a alteração e a consolidação das leis, conforme determina o parágrafo único do art. 59 da Constituição Federal, evidencia que o projeto não atende ao art. 5º dessa Lei, pois a ementa omite a finalidade da proposição. A norma em elaboração também descumpre o preceito do inciso VII do art. 7º, que remete os temas para as leis preexistentes, de modo a evitar a superposição de normas tratando do mesmo tema.

O exame dos fatores de juridicidade, que compreende a potencialidade da proposição para, ao ser alçada à condição de lei, *innovar* o ordenamento jurídico, conter o atributo da *generalidade*, ser consentânea com os *princípios gerais do direito* e dotada de potencial *coercitividade*, revela, no presente caso, que a proposição não teria o poder de inovar a ordem jurídica.

De fato, a Lei nº 11.419, de 19 de dezembro de 2006, de maneira mais abrangente que a da proposição, dispõe sobre a informatização do processo judicial e permite o uso de meio eletrônico não apenas na tramitação de processos judiciais, mas também na comunicação de atos, transmissão de petições e de outras peças processuais.

O meio eletrônico, definido na Lei nº 11.419, de 2006, compreende qualquer forma de armazenamento ou tráfego de documentos, peças e arquivos digitais, e a transmissão eletrônica envolve toda forma de comunicação à distância com a utilização de redes de comunicação, preferencialmente a rede mundial de computadores, o que torna o sistema aberto a inovações tecnológicas.

Quanto à assinatura eletrônica, a Lei nº 11.419, de 2006, admite tanto a *assinatura digital*, baseada em certificado emitido por autoridade certificadora credenciada, quanto o *cadastro de usuário*, junto ao Poder Judiciário (Infra-Estrutura de Chaves Públicas Brasileira – ICP-Brasil).

Portanto, a Lei nº 11.419, de 2006, autoriza o envio de mensagem eletrônica, condicionado apenas a que o sistema o disponibilize (art. 2º, § 3º), pois essa forma de comunicação deve ser pactuada entre a parte ou o seu advogado, e o cartório do Juízo, para que a remessa da mensagem, ao ser colhida pelo destinatário, produza os efeitos jurídicos dela esperados. Essa autorização do uso de mensagem eletrônica esvazia o objetivo do PLC nº 170, de 2008, que deixa de cumprir o requisito de juridicidade relativo ao poder de *innovar* o ordenamento jurídico.

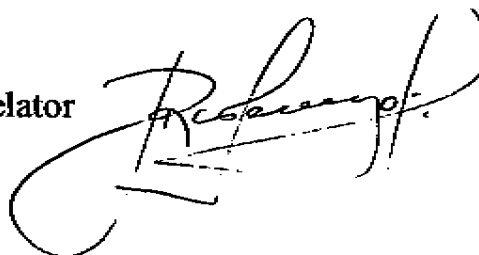
III – VOTO

Por todos os motivos expendidos, opinamos pela rejeição do Projeto de Lei da Câmara nº 170, de 2008.

Sala da Comissão, 5 de agosto de 2009.

Senador DEMÓSTENES TORRES, Presidente

Relator



COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA**PROPOSIÇÃO:** PLC Nº 170 DE 2008ASSINAM O PARECER NA REUNIÃO DE 05/08/09, OS SENHORES(AS) SENADORES(AS):

PRESIDENTE: Senador DEMÓSTENES TORRES	
RELATOR: "AD HOC": SENADOR RAIMUNDO COLOMBO	
BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PR, PSB, PCdoB, PRB)	
MARINA SILVA	1. RENATO CASAGRANDE
ALOIZIO MERCADANTE	2. AUGUSTO BOTELHO
EDUARDO SUPLICY	3. MARCELO CRIVELLA
ANTONIO CARLOS VALADARES	4. INÁCIO ARRUDA
IDELI SALVATTI	5. CÉSAR BORGES
EXPEDITO JÚNIOR	6. SERYS SLHESSARENKO
MAIORIA (PMDB, PP)	
PEDRO SIMON	1. ROMERO JUCÁ
ALMEIDA LIMA	2. LEOMAR QUINTANILHA
GILVAM BORGES	3. GERALDO MESQUITA JÚNIOR
FRANCISCO DORNELLES	4. LOBÃO FILHO
VALTER PEREIRA	5. VALDIR RAUPP
WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA	6. NEUTO DE CONTO
BLOCO DA MINORIA (DEM, PSDB)	
KÁTIA ABREU	1. EFRAIM MORAIS
DEMÓSTENES TORRES	2. ADELMIR SANTANA
JAYME CAMPOS	3. RAIMUNDO COLOMBO
MARCO MACIEL	4. JOSÉ AGRIPINO
ANTÔNIO CARLOS JÚNIOR	5. ELISEU RESENDE
ALVARO DIAS	6. EDUARDO AZEREDO
SÉRGIO GUERRA	7. MARCONI PERILLO
LÚCIA VÂNIA	8. ARTHUR VIRGÍLIO
TASSO JEREISSATI	9. FLEXA RIBEIRO
PTB	
ROMEU TUMA	1. GIM ARGELLO
PDT	
OSMAR DIAS	1. FLÁVIO TORRES

LEGISLAÇÃO CITADA ANEXADA PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA**CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL DE 1988**

.....

Art. 22. Compete privativamente à União legislar sobre:

I - direito civil, comercial, penal, processual, eleitoral, agrário, marítimo, aeronáutico, espacial e do trabalho;

.....

Art. 48. Cabe ao Congresso Nacional, com a sanção do Presidente da República, não exigida esta para o especificado nos arts. 49, 51 e 52, dispor sobre todas as matérias de competência da União, especialmente sobre:

I - sistema tributário, arrecadação e distribuição de rendas;

II - plano plurianual, diretrizes orçamentárias, orçamento anual, operações de crédito, dívida pública e emissões de curso forçado;

III - fixação e modificação do efetivo das Forças Armadas;

IV - planos e programas nacionais, regionais e setoriais de desenvolvimento;

V - limites do território nacional, espaço aéreo e marítimo e bens do domínio da União;

VI - incorporação, subdivisão ou desmembramento de áreas de Territórios ou Estados, ouvidas as respectivas Assembléias Legislativas;

VII - transferência temporária da sede do Governo Federal;

VIII - concessão de anistia;

IX - organização administrativa, judiciária, do Ministério Público e da Defensoria Pública da União e dos Territórios e organização judiciária, do Ministério Público e da Defensoria Pública do Distrito Federal;

~~X - criação, transformação e extinção de cargos, empregos e funções públicas;~~
~~XI - criação, estruturação e atribuições dos Ministérios e órgãos da administração pública;~~

X - criação, transformação e extinção de cargos, empregos e funções públicas, observado o que estabelece o art. 84, VI, b; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 32, de 2001)

XI - criação e extinção de Ministérios e órgãos da administração pública; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 32, de 2001)

XII - telecomunicações e radiodifusão;

XIII - matéria financeira, cambial e monetária, instituições financeiras e suas operações;

XIV - moeda, seus limites de emissão, e montante da dívida mobiliária federal.

~~XV - fixação do subsídio dos Ministros do Supremo Tribunal Federal, por lei de iniciativa conjunta dos Presidentes da República, da Câmara dos Deputados, do Senado Federal e do Supremo Tribunal Federal, observado o que dispõem os arts. 39, § 4º, 150, II, 153, III, e 153, § 2º, I. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998)~~

XV - fixação do subsídio dos Ministros do Supremo Tribunal Federal, observado o que dispõem os arts. 39, § 4º; 150, II; 153, III; e 153, § 2º, I. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 41, 19.12.2003)

Art. 59. O processo legislativo compreende a elaboração de:

Parágrafo único. Lei complementar disporá sobre a elaboração, redação, alteração e consolidação das leis.

LEI Nº 5.869, DE 11 DE JANEIRO DE 1973.

Institui o Código de Processo Civil.

Art. 154. Os atos e termos processuais não dependem de forma determinada senão quando a lei expressamente a exigir, reputando-se válidos os que, realizados de outro modo, lhe preenchem a finalidade essencial.

Parágrafo único. Os tribunais, no âmbito da respectiva jurisdição, poderão disciplinar a prática e a comunicação oficial dos atos processuais por meios eletrônicos, atendidos os requisitos de autenticidade, integridade, validade jurídica e interoperabilidade da Infra-Estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP - Brasil. (Incluído pela Lei nº 11.280, de 2006)

Art. 375. O telegrama ou o radiograma presume-se conforme com o original, provando a data de sua expedição e do recebimento pelo destinatário. (Redação dada pela Lei nº 5.925, de 1º.10.1973)

LEI COMPLEMENTAR Nº 95, DE 26 DE FEVEREIRO DE 1998

Dispõe sobre a elaboração, a redação, a alteração e a consolidação das leis, conforme determina o parágrafo único do art. 59 da Constituição Federal, e estabelece normas para a consolidação dos atos normativos que menciona.

.....

Art. 5o A ementa será grafada por meio de caracteres que a realcem e explicitará, de modo conciso e sob a forma de título, o objeto da lei.

.....

Art. 7o O primeiro artigo do texto indicará o objeto da lei e o respectivo âmbito de aplicação, observados os seguintes princípios:

I - excetuadas as codificações, cada lei tratará de um único objeto;

II - a lei não conterá matéria estranha a seu objeto ou a este não vinculada por afinidade, pertinência ou conexão;

III - o âmbito de aplicação da lei será estabelecido de forma tão específica quanto o possibilite o conhecimento técnico ou científico da área respectiva;

IV - o mesmo assunto não poderá ser disciplinado por mais de uma lei, exceto quando a subsequente se destine a complementar lei considerada básica, vinculando-se a esta por remissão expressa.

.....

LEI Nº 11.419, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2006.

Dispõe sobre a informatização do processo judicial;
altera a Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973 –
Código de Processo Civil; e dá outras providências.

.....

Art. 2o O envio de petições, de recursos e a prática de atos processuais em geral por meio eletrônico serão admitidos mediante uso de assinatura eletrônica, na forma do art. 1o desta Lei, sendo obrigatório o credenciamento prévio no Poder Judiciário, conforme disciplinado pelos órgãos respectivos.

.....

§ 3o Os órgãos do Poder Judiciário poderão criar um cadastro único para o credenciamento previsto neste artigo.

.....

DOCUMENTO ANEXADO, NOS TERMOS DO ART. 250, PARÁGRAFO ÚNICO, DO REGIMENTO INTERNO

RELATÓRIO

RELATOR: Senador **EDUARDO AZEREDO**

I – RELATÓRIO

O Projeto de Lei da Câmara (PLC) nº 170, de 2008, é oriundo da Câmara dos Deputados, onde foi apresentado pela deputada Sandra Rosado, em 7 de março de 2006. Naquela Casa foi aprovado com substitutivo e, em seguida, remetido à revisão do Senado.

Por intermédio de acréscimo do art. 375-A no Código de Processo Civil, seu objetivo é assegurar, relativamente à mensagem eletrônica transmitida pela rede mundial de computadores, a presunção de veracidade quanto ao seu emitente e às suas declarações unilaterais de vontade, desde que esteja a mensagem certificada digitalmente nos moldes da Infra-Estrutura de Chaves Públicas Brasileiras – ICP – Brasil.

A autora da matéria argumenta, em sua justificação, que “as novas relações sociais decorrentes da utilização da Internet, mormente do correio eletrônico, exigem que o ordenamento jurídico também se modernize”, razão pela qual se faz necessário “que o direito brasileiro se adapte à nova realidade”, até porque “a legislação pátria não regulamenta aspectos inerentes ao serviço de e-mail eletrônico”, de forma que “as questões atinentes à essa nova tecnologia são bastante controvertidas tanto na doutrina quanto na jurisprudência”.

Após ser lido nesta Casa em 19 de novembro de 2008, o projeto foi remetido primeiramente à Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT), onde recebeu parecer pela aprovação, com

emenda de redação, a fim de substituir a expressão “*e-mail*” por “mensagem eletrônica”.

II – ANÁLISE

Não há óbices quanto à regimentalidade, tendo em vista que o PLC nº 170, de 2008, ao ser lido, foi despachado pelo presidente da Casa primeiramente à Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, que tem atribuição para opinar sobre informática e assuntos correlatos, a teor do disposto no art. 104-C, incisos VI e IX do Regimento Interno, para, em seguida, ser analisado por esta Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, que, segundo o art. 101, inciso II, alínea *d*, do Regimento Interno, é competente para opinar sobre a constitucionalidade, juridicidade e regimentalidade das matérias que lhe forem submetidas por despacho da Presidência, especialmente as que tratem de direito civil e processual civil.

Registre-se, ainda, que a matéria se encontra em conformidade com os ditames constitucionais, visto que se insere no âmbito da competência da União para legislar, a teor do art. 22, inciso I, da Constituição Federal, cabendo ao Congresso Nacional dispor sobre todas as matérias de competência da União, conforme estatui o *caput* do art. 48 do texto constitucional. Além disso, o seu conteúdo não vulnera cláusula pétrea alguma, e a iniciativa quanto à sua apresentação por qualquer membro da Câmara dos Deputados encontra amparo no art. 61 da Constituição Federal.

No que concerne à juridicidade, a proposição se afigura irretocável, porquanto *i*) o meio eleito para o alcance dos objetivos pretendidos (normatização via edição de lei) é o adequado, *ii*) as disposições nela contidas *inovam* o ordenamento jurídico, *iii*) possui o atributo da *generalidade*, *iv*) mostra-se dotada de potencial *coercitividade* e *v*) é compatível com os princípios diretores do sistema de direito pátrio.

Quanto à técnica legislativa, destaca-se que a mencionada emenda adotada na Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, de fato, aprimorou a sua redação. No entanto, a ementa do projeto ainda merece aperfeiçoamento redacional, tendo em vista o disposto no art. 5º da Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998, que preceitua a explicitação do objeto da lei, de forma concisa, não bastando a mera indicação do dispositivo a ser alterado.

No que se refere ao mérito, consideramos o projeto oportuno e digno de louvor, porquanto tem o condão de dissipar controvérsias indesejáveis sobre o cabimento da mensagem eletrônica como meio de prova, tornando o processo civil mais confiável, célere e consentâneo com o seu objetivo de pacificação social.

Convém ressaltar que o projeto apenas propõe seja presumida a veracidade quanto ao emitente e às suas declarações unilaterais de vontade veiculadas por mensagem eletrônica, o que vem permitir, a *contrario sensu*, a sua impugnação por falsidade, desde que devidamente demonstrada pela parte interessada.

III – VOTO

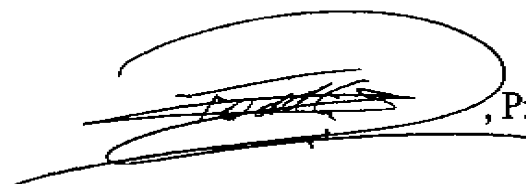
Ante o exposto, opinamos pela aprovação do PLC nº 170, de 2008, com a emenda proposta pela CCT, acrescido da seguinte emenda de redação:

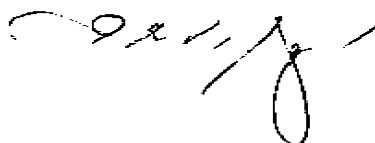
EMENDA Nº – CCJ

Dê-se a seguinte redação à ementa do PLC nº 170, de 2008:

Acrescenta o art. 375-A à Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973 (Código de Processo Civil), a fim de atribuir presunção de veracidade às mensagens eletrônicas transmitidas pela rede mundial de computadores, quando utilizadas como meio de prova.

Sala da Comissão,

, Presidente

, Relator

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Os pareceres que acabam de ser lidos vão à publicação.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Foi lido anteriormente o **Parecer nº 1.438, de 2009**, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, que conclui pela prejudicialidade do Projeto de Lei da Câmara nº 38, de 2009.

A matéria será incluída em Ordem do Dia oportunamente, a fim de ser declarada prejudicada, nos termos do § 1º do art. 334 do Regimento Interno.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Foi lido anteriormente o **Parecer nº 1.439, de 2009**, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, concluindo pelo arquivamento do **Requerimento nº 639, de 2007**.

A Presidência, em cumprimento à sua conclusão, encaminha a matéria ao Arquivo.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Foram lidos anteriormente os **Pareceres nºs 1.440 e 1.441, de 2009**, das Comissões de Serviços de Infraestrutura; e de Assuntos Econômicos, concluindo pelo arquivamento do **Ofício nº S/42, de 2009 e do Aviso nº 44, de 2009**, respectivamente. A Presidência, em cumprimento às suas conclusões, encaminha as matérias ao Arquivo.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Foi lido anteriormente o **Parecer nº 1.442, de 2009**, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, concluindo pela rejeição da **Proposta de Emenda à Constituição nº 16, de 2008**, tendo como primeiro signatário o Senador Cristovam Buarque, que altera o art. 4º da Constituição Federal para vedar o reconhecimento de novo país latino-americano criado a partir de secessão.

De acordo com o disposto no parágrafo único do art. 254 do Regimento Interno, fica aberto o prazo de dois dias úteis para interposição de recurso, por um décimo dos membros do Senado, para que a matéria continue sua tramitação.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Foi lido anteriormente o **Parecer nº 1.443, de 2009**, da Comissão de Educação, Cultura e Esportes, sobre o **Projeto de Lei da Câmara nº 37, de 2008** (nº 7.550/2006, na Casa de origem, do Deputado Antônio Carlos Pannunzio), que *denomina Professor Arthur Fonseca o campus da Universidade Federal de São Carlos – UFSCAR localizado no Município de Sorocaba, Estado de São Paulo*.

A matéria ficará perante a Mesa durante cinco dias úteis a fim de receber emendas, nos termos do art. 235, II, “d”, do Regimento Interno.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Foram lidos anteriormente os **Pareceres nºs 1.444 e 1.445, de 2009**, das Comissões de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática e de Constituição, Justiça e Cidadania, respectivamente, sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 170, de 2008 (nº 6.693/2006, na Casa de origem, da Deputada Sandra Rosado), que *acrescenta o art. 375-A à Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973 – Código de Processo Civil* (inclui o e-mail como prova documental).

Uma vez que os pareceres sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 170, de 2008, foram discordantes, a Presidência determina a abertura do prazo, perante a Mesa, de dois dias úteis para interposição do recurso previsto no parágrafo único do art. 254 do Regimento Interno, a fim de que a proposição continue a sua tramitação.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Encerrou-se ontem o prazo para apresentação de emendas às seguintes matérias:

– Projeto de Resolução nº 52, de 2009, de autoria da Senadora Marisa Serrano, que *altera a Resolução nº 20, de 17 de março de 1993, que institui o Código de Ética e Decoro Parlamentar, para dar nova disciplina à escolha dos membros do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar, e dá outras providências*; e

– Projeto de Resolução nº 53, de 2009, de autoria da Senadora Marisa Serrano, que *altera a Resolução nº 17, de 17 de março de 1993, que Dispõe sobre a Corregedoria Parlamentar, para dar nova disciplina à escolha do Corregedor, e dá outras providências*.

Aos Projetos não foram oferecidas emendas.

As matérias vão à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania; e Diretora.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Encerrou-se ontem o prazo para apresentação de emendas ao Projeto de Lei do Senado nº 202, de 2005, de autoria da Senadora Lúcia Vânia, que altera a Lei nº 8.629, de 25 de fevereiro de 1993, para dispor sobre a fixação e o ajuste dos parâmetros, índices e indicadores de produtividade.

Ao Projeto foram oferecidas duas emendas.

A matéria volta à Comissão de Agricultura e Reforma Agrária.

São as seguintes as emendas apresentadas:

EMENDA Nº 2 – PLEN (PLS Nº 202, DE 2005)

Dê-se, no art. 1º do PLS Nº 202 de 2005, a seguinte redação à alteração do **caput** do art. 6º da Lei nº 8.629 de 1993:

Art. 6º Considera-se propriedade produtiva aquela que cumpre com os critérios e graus de exigência contidos nesta Lei, observados os parâmetros, índices e indicadores fixados pelo órgão federal competente.

Justificação

A proposta legislativa em análise suprime o critério de utilização da terra como elemento do conceito de propriedade produtiva, o que não se coaduna com a realidade brasileira e a Constituição Federal.

A reforma agrária destina-se a resolver dois problemas fundamentais: I) reduzir a imensa desigualdade social com a destinação de terras para trabalhadores excluídos do sistema de produção; II) obrigar que a função social da terra seja efetivamente cumprida. A função social, neste caso, é a adequada utilização da terra para produção de bens, asseguradas as limitações naturais, ambientais e o valor social do trabalho.

Neste sentido, é totalmente ilógico pensar que o grau de ociosidade da terra deve ser excluído do conceito de produtividade. Isto não se justifica sobre qualquer fundamentação, seja de natureza econômica, social ou ambiental.

Terra ociosa deve ser destinada ao brasileiro ou brasileira pobre que queira produzir, de forma a reduzir as desigualdades sociais, especialmente em centros econômicos já desenvolvidos.

Terra ociosa é transformar um importante fator de produção em objeto de especulação imobiliária, com graves prejuízos para o interesse da coletividade. Terra ociosa é privar o país do pleno emprego.

Terra ociosa com tanta gente querendo produzir é uma das mazelas que o Brasil, segundo a Constituição, deve superar! – Senadora **Serys Slhessarenko**

EMENDA Nº 3, DE 2009 – PLEN

(PLS 202, DE 2005)

Suprima-se a alteração do art. 11 da Lei nº 8.629 de 1993, no art. 1º do PLS Nº 202 de 2005.

Justificação

A mudança legislativa pretende trazer para o Congresso Nacional a competência para atualização

dos índices de produtividade da terra para fins de reforma agrária.

Esta medida é contraproducente, tendo em vista que a alteração de índices deve ser um processo técnico, dinâmico e ligado aos órgãos especializados para o tema, no caso, os Ministérios da Agricultura e da Reforma Agrária.

A democratização destas decisões técnicas deve ser feita com a participação dos setores envolvidos. Trazer este assunto para o Congresso Nacional vai atrasar ainda mais a revisão dos índices que foram fixados há mais de 30 anos. – Senadora **Serys Slhessarenko**

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS)

– Encerrou-se ontem o prazo para apresentação de emendas ao Projeto de Lei do Senado nº 4, de 2008, de autoria do Senador Cristovam Buarque e outros Senhores Senadores, que insere o art. 67-A na Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, para instituir o regime de dedicação exclusiva para os profissionais da educação básica pública, e dá outras providências.

Ao Projeto não foram oferecidas emendas.

A matéria será incluída em Ordem do Dia oportunamente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS)

– A Presidência comunica ao Plenário que foi deferido, nos termos do Ato da Mesa nº 2, de 2009, o **Requerimento nº 1.100, de 2009**, do Senador Demóstenes Torres, que solicita a tramitação conjunta do Projeto de Lei do Senado nº 220, de 2009, com o Projeto de Lei do Senado nº 207, de 2009-Complementar, que já tramita em conjunto com o Projeto de Lei do Senado nº 238, de 2009-Complementar.

Deferido o requerimento, o Projeto de Lei do Senado nº 220, de 2009, perde o caráter terminativo. As matérias passam a tramitar em conjunto e voltam às Comissões de Constituição, Justiça e Cidadania e de Assuntos Econômicos.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS)

– Sobre a mesa, requerimentos que passo a ler.

São lidos os seguintes:

REQUERIMENTO

Nº 1.153, DE 2009

(REQUERIMENTO Nº 67, DE 2009 – CMA)

Nos termos do § 2º do art. 50 da Constituição Federal, combinado com o art. 216 do Regimento Interno do Senado Federal, e considerando os diferentes estudos e levantamentos feitos no Congresso Nacional sobre esse objeto específico, requeiro sejam prestadas, pelo Exmo. Sr. Ministro de Estado dos Transportes, na qualidade de responsável pela direção superior das atividades de transporte e respectivas entidades e agências, nos termos das alíneas do artigo 27, inciso XXII, da Lei nº 10.683, de 28 de maio de 2003, as seguintes informações:

a) Qual a execução, nos exercícios de 2006, 2007, 2008 e 2009, de dotações orçamentárias do Orçamento da União que destinem recursos a obras em ativos públicos federais que são objeto de concessão, arrendamento ou outro tipo de cessão da exploração a terceiros alheios à Administração Federal (tais como ferrovias arrendadas ou trechos concedidos de rodovias, entre outros)?

b) Quais os concessionários, arrendatários ou demais beneficiados pelas dotações de que trata a alínea anterior, e por quais valores?

c) Para cada dotação orçamentária executada, qual o fundamento legal para a realização de tais despesas, à luz da legislação aplicável e dos respectivos processos licitatórios e instrumentos de concessão, arrendamento ou similares que regem a situação dos referidos bens?

d) Para cada dotação orçamentária executada, quais os procedimentos adotados para avaliação do seu impacto na alteração do equilíbrio econômico-financeiro do contrato de concessão ou arrendamento?

e) Para cada dotação orçamentária executada, quais os instrumentos de formalização do termo aditivo de modificação contratual para reequilíbrio econômico-financeiro do ajuste envolvido?

JUSTIFICAÇÃO

Diferentes trabalhos realizados e publicados pelo Congresso Nacional, inclusive o Relatório Setorial da área de infra-estrutura da Lei Orçamentária para 2008, dão conta da existência de um número expressivo de dotações do Orçamento da União, quer provenientes de emendas parlamentares, quer do próprio projeto de lei, que destina recursos a obras em ativos públicos federais que são objeto de concessão, arrendamento ou outro tipo de cessão da exploração a terceiros alheios à Administração Federal. Dentre estes, destacam-se os portos concedidos à exploração comercial de Estados, Municípios e empresas privadas, bem como as malhas ferroviárias arrendadas ao setor privado quando do processo de desestatização da Rede Ferroviária Federal S.A. Tais valores alcançam montantes expressivos, em termos absolutos e como proporção da despesa federal nos segmentos.

Sob o ponto de vista das políticas públicas consideradas, não questionamos em princípio o mérito de tais obras. Porém, considerando a condição particular dos ativos que são beneficiados, e sua afetação à exploração por terceiros, é preciso investigar os limites e condições jurídicas da destinação de recursos orçamentários federais para incorporação nestes bens, à luz dos instrumentos contratuais correspondentes. Além disso, é mister examinar se o necessário reequilíbrio econômico-financeiro dos contratos de concessão ou similares – em favor do Erário, lembre-se, dado que cada obra foi feita com recursos públicos federais e terá presumíveis efeitos econômicos favoráveis ao concessionário privado – foi calculado e assegurado.

A matéria requer minuciosa investigação, especialmente porque o alegado objetivo principal das concessões e arrendamentos de infra-estrutura era desafogar o Estado Nacional das obrigações de investimento que não teria, em tese, meios fiscais para realizar.

Este é o objetivo do presente requerimento: apurar, de forma inicial, os montantes envolvidos e a destinação, bem como os procedimentos administrativos adotados pelo governo federal para realizar tais despesas. Dirige-se o pedido ao Ministro dos Transportes como autoridade superior responsável pela supervisão da elaboração orçamentária e da atuação administrativa das diferentes agências relacionadas a cada um dos aspectos da questão, como a ANTT e o DNIT.

Sala das Sessões, 25 de agosto de 2009.

Senador RENATO CASAGRANDE

[Handwritten signatures and initials, some with circled numbers 1 through 9, indicating a sequence of approvals or amendments.]

COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE

REQUERIMENTO Nº 67, DE 2009-CMA

**ASSINAM O REQUERIMENTO EM 25 DE AGOSTO DE 2009,
OS SENHORES(AS) SENADORES(AS):**

01. AUTOR: RENATO CASAGRANDE

02. VALDIR RAUPP

03. CÉSAR BORGES

04. JEFFERSON PRAIA

05. LEOMAR QUINTANILHA

06. FLEXA RIBEIRO

07. JOÃO PEDRO

08. GILBERTO GOELLNER

09. MARISA SERRANO

Em discussão a matéria, não havendo quem queira discutir, em votação. Os Srs. Senadores que forem favoráveis a matéria permaneçam como se encontram. Aprovado.

Um outro requerimento, é um requerimento de pedido de informação, ao Ministro dos Transportes, fazendo as seguintes perguntas:
A) Qual a execução dos exercícios de 2006, 2007 e 2008, e 2009 de dotações orçamentárias do Orçamento da União, que destinem recursos as obras em ativos públicos federais, que são objetos de concessão, arrendamento ou outro tipo de cessão da exploração a terceiros alheios da Administração Federal, tais como ferrovias, arrendadas ou trechos concedidos de rodovias entre outros?

B) Quais concessionárias arrendatárias ou demais beneficiados pelas dotações de que trata a alínea anterior e por quais valores?

C) Para cada dotação orçamentária executada, qual o fundamento legal para realização de tais despesas à luz da Legislação aplicável e dos respectivos processos licitatórios e instrumento de concessão, arrendamento ou similares, que regem a situação de referidos bens?

D) Para cada dotação orçamentária executada, quais os procedimentos adotados para a avaliação de seu impacto na alteração do equilíbrio econômico-financeiro do contrato da concessão ou arrendamento?

E) Para cada dotação orçamentária executada, quais os instrumentos de formalização do termo aditivo de modificação contratual para reequilíbrio econômico-financeiro do ajuste envolvido?

Diversas rodovias, ferrovias concedidas, nós não temos informações exatas de qual é o recurso público envolvido. Na hora que envolve o recurso público, qual é o novo formato de concessão estabelecida? Então, eu estou pedindo uma informação ao Ministério dos Transportes com relação a esse tema.

Em discussão a matéria, não havendo quem queira discutir, em votação. Os Srs. Senadores que foram favoráveis a matéria permaneçam como se encontram. Aprovada a matéria.

Os outros projetos são terminativos não temos *quorum*. Eu queria muito combinar com vocês o seguinte, nós temos aqui muitas matérias terminativas e nós não estamos conseguindo *quorum* para votarmos as matérias terminativas.

Então, nós temos do Item 13, ao Item 23, são dez itens, onze itens de matérias terminativas. Eu quero saber o seguinte, é possível nós fazermos uma Sessão Extraordinária para tentarmos fazer votar as matérias terminativas? Ou é possível a gente tentar fazer na terça-feira que vem, com a presença dos Senadores, para que a gente tente votar as matérias terminativas? Nós não podemos deixar de votar as matérias terminativas são fundamentais que a gente vote aproxima concluir o projeto legislativo.

(À Mesa para decisão)

REQUERIMENTO

Nº 1.154, DE 2009

(REQUERIMENTO Nº 63, DE 2009 – CMA)

REQUEIRO, nos termos dos art. 50, parágrafo 2º, da Constituição da República e 216 do Regimento Interno do Senado Federal, que sejam solicitadas ao Senhor Ministro de Estado do Desenvolvimento, Indústria e Comércio as seguintes informações acerca do contingenciamento de recursos da Superintendência da Zona Franca de Manaus (Suframa).

- Série histórica dos valores contingenciados entre os exercícios de 2003 e 2009.
- Impactos desse contingenciamento no orçamento da Suframa (despesas de custeio e investimentos) ao longo do período acima.

JUSTIFICAÇÃO

Atualmente 45% dos recursos da Suframa, provenientes do recolhimento de Taxas de Serviços Administrativos, nos termos da Lei nº 9960, de 28 de janeiro de 2000 (originária da Medida Provisória nº 2015/00) se encontram bloqueados nos cofres da União. Esse contingenciado em 2009 é de R\$ 130 milhões (cento e trinta milhões de reais), e o acumulado até aqui é de aproximadamente R\$ 700 milhões (setecentos milhões).

Cabe reiterar que esses recursos derivam-se dos serviços prestados pela Suframa às empresas do Pólo Industrial de Manaus (PIM).

Entre as iniciativas dependentes dos investimentos a cargo daquela autarquia, todos de alta relevância econômica e social, destacam-se o Centro de Ciência e Tecnologia e Inovação do PIM (CTPIM), o Centro de Biotecnologia (CBA) da Amazônia, programas de Inserção internacional e de Capacitação de Pessoal.

Paralelamente, o contingenciamento impede a Suframa de investir em projetos, cujo valor total monta a R\$ 920 milhões (novecentos e vinte milhões de reais), e que beneficiariam não apenas Manaus e o estado do Amazonas, mas também os municípios e demais estados abrangidos pela Amazônia Ocidental.

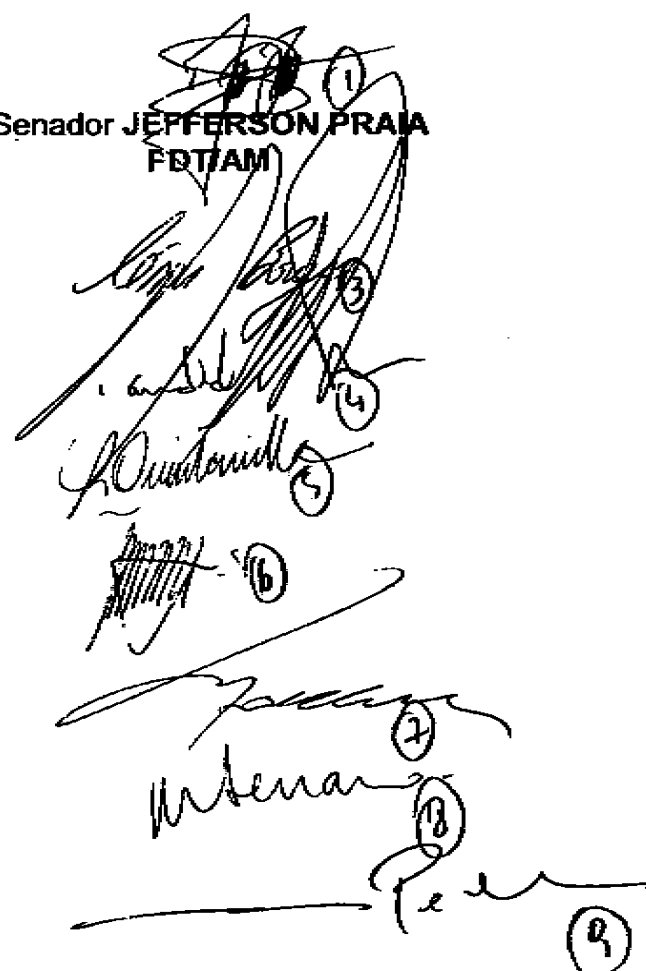
Estudos econométricos conduzidos pelo Instituto Nacional de Pesquisas de Comunicação (Inpa) e pela Universidade Federal do Amazonas comprovam o efeito socioambiental positivo da Zona Franca, pois a industrialização, ao multiplicar oportunidades de emprego formal de boa qualidade, transformou-se em alternativa eficaz à devastação da floresta. Por esta razão, o estado do Amazonas foi capaz, até agora, de manter mais de 90% de sua cobertura vegetal original.

Diante do imperativo de dar continuidade e ampliar o papel da ZFM em uma área onde nós, amazônidas e brasileiros, enfrentamos crescente cobrança da comunidade internacional em nome do futuro comum da Humanidade, conto com o apoio dos ilustres pares para a aprovação do presente requerimento.

Salá das Sessões, 25 de agosto de 2009.

Senador **JEFFERSON PRAIA**
PM/AM

1
2
3
4
5
6
7
8
9



**COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR
E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE**

REQUERIMENTO Nº 63, DE 2009-CMA

**ASSINAM O REQUERIMENTO EM 25 DE AGOSTO DE 2009,
OS SENHORES(AS) SENADORES(AS):**

01. AUTOR: JEFFERSON PRAIA

02. RENATO CASAGRANDE

03. CÉSAR BORGES

04. FLEXA RIBEIRO

05. LEOMAR QUINTANILHA

06. VALDIR RAUPP

07. GILBERTO GOELLNER

08. MARISA SERRANO

09. JOÃO PEDRO

Item nº. 3, também de Senador Jefferson Praia, que requer nos termos do art. 50, § 2º, da Constituição da República e 216 do Regimento Interno do Senado Federal, que sejam solicitadas ao Sr. Ministro de Estado do Desenvolvimento, Indústria e Comércio as seguintes informações acerca do contingenciamento de recursos da Superintendência da Zona Franca de Manaus: A) Série histórica dos valores contingenciada entre os exercícios de 2003 e 2009. B) Impacto desse contingenciamento no orçamento da Suframa, ao longo do período acima.

Senador Jefferson Praia, com a palavra.

SENADOR JEFFERSON PRAIA (PDT-AM): Sr. Presidente, essa também é uma solicitação que, de extrema urgência para mim, porque hoje nós temos dos recursos gerados na Suframa, através de taxas, que as empresas que estão ali estabelecidas pagam aquela superintendência e desenvolvimento da Zona Franca de Manaus, hoje estão contingenciados.

São aproximadamente 700 milhões de gerados no modelo e que não são utilizados para os mais diversos investimentos que precisamos fazer nos Estados da Amazônia ocidental.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Em discussão o requerimento. Os Senadores que forem favoráveis ao requerimento do Senador Jefferson Praia permaneçam como se encontram. Aprovado o requerimento.

(À Mesa para decisão)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Os requerimentos que acabam de ser lidos serão despachado à Mesa para decisão, nos termos do art. 216, III, do Regimento Interno.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Há oradores inscritos.

Passamos a palavra ao nobre Senador Mão Santa; em seguida, falará o Senador Heráclito Fortes.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Senador Paulo Paim; Parlamentares presentes; brasileiros e brasileiras que nos assistem aqui, no plenário do Senado, e através do sistema de comunicação, este é o melhor Senado da história da República. Como o nosso Presidente diz, “nunca antes” – e Camões, “nunca dantes” – o Congresso funcionava às sextas e às segundas-feiras; era fechado.

Senador Heráclito, essa televisão é tão forte que, quando acabei o meu pronunciamento e V. Ex^a deu um aparte mais bonito que o meu discurso, um cidadão lá de Corrente, Raimundinho, aquele oftalmologista, telefonou-me, e também um outro, lá do interior de São Paulo, de Piracicaba, dizendo: “Que dois cabras-machos são os Senadores do Piauí”. Isso foi simultâneo, imediato, na hora, pelo telefone, Heráclito, e eu estava ali na Mesa. Como ele elogiou V. Ex^a também, quero lhe transmitir isso. Realmente, o seu aparte foi mais contundente do que o meu discurso. Ele disse: “Rapaz, o Piauí...” E isso lá de Piracicaba. Foi imediato!

Aquele convite está aqui. Nós, do Piauí, matamos a cobra e mostramos o pau e a cobra e tudo. Está aqui o convite da Associação Piauiense de Municípios. Ô Luiz Inácio, “nunca antes” houve isso! “Nunca dantes!”. Tenho 66 anos, já fui um bocado de coisas no Piauí – o Heráclito é mais novo –, mas fazer passeata sob aquele sol de 40° de Teresina não é mole! Agora o Heráclito está macérrimo, pode ir. Rapaz, nós vamos.

“Associação Piauiense de Municípios
Gabinete da Presidência
Ao Exmº Sr.
Mão Santa
Senador da República

Com os nossos cumprimentos, fazemos referência à Reunião da Diretoria da APPM, realizada em 26-08-2009, da qual resultou aprovada a realização de uma manifestação pública de todos os Prefeitos e Prefeitas Municipais do Estado do Piauí, a realizar-se no próximo dia 8 de setembro de 2009...”

Sete de setembro marcham os soldados, os colégios; no dia 8 de setembro, os Prefeitos. “Nunca antes”, ô Luiz Inácio, “nunca dantes” houve um fato desse: Prefeitos vão marchar.

Cansaram de marchar para cá, tiraram retrato com Dilma, retrato com Luiz Inácio, e aquela confusão. Agora vão marchar sob o sol de Teresina!

E continua o documento:

“(...) com início às 8h, saindo do Palácio de Karnak até a Assembleia Legislativa, onde ocorrerá uma sessão especial de apoio aos gestores municipais, em face da crítica situação financeira por que passam os Municípios, em decorrência da sistemática redução dos recursos oriundos das transferências do Governo Federal.

Dada a relevância do evento que torna pública a crise sem precedentes, esperamos contar com o inestimável apoio de V. Ex^a a essa nossa luta, a qual imaginamos ser oportuna e justa.

Francisco de Macedo Neto
Presidente da APPM.”

Dias atrás, ele enviou-me uma outra correspondência; encontrei-me com ele.

Luiz Inácio, aprenda! Esse Francisco Macedo é Prefeito pela terceira vez, e disse-me que “nunca antes” houve tanta dificuldade. Então, Luiz Inácio, tira esses aloprados da conversa. Não vão enganar ninguém com esse negócio de pré-sal não. Isso é coisa de cientista, de pesquisador, é da Marinha, é da Petrobras, é dos estudiosos, é dos pesquisadores. Não é para estar essa fofoca e desviar a atenção. Está todo o Brasil lascado! Essas pesquisas são mentirosas, são compradas. Os aloprados que se acostumaram a mentir, a roubar e até a matar em São Paulo... Então, não se iluda não. “Nunca antes” houve esse negócio de Prefeito sair no sol quente, como um pedinte, Luiz Inácio!

Então, está aqui o convite.

Acabou, Luiz Inácio. Eu vou ensiná-lo aqui, pois nós somos os pais da Pátria. É o seguinte, Heráclito: isso dava certo com o Goebbels. Com Hitler, deu no que deu. Goebbels dizia que uma mentira repetida se torna verdade. Então, era assim, Heráclito: o Hitler ia invadir uma cidade lá da Polônia. Aí ele saía com três mil soldados, e o Goebbels: “Hitler vai com 20 mil soldados...” Aí se entregava todo mundo, correndo, com medo de Hitler. Está entendendo? Ele ia invadir outra cidade, ia com dois mil soldados, Goebbels dizia: “Vai Hitler com 10 mil soldados”. Aí pegou, mas naquele tempo, e deu no que deu: o desastre. A mentira não constrói, Luiz Inácio. Mas, naquele tempo, Luiz Inácio, a comunicação era difícil. Hoje, na terceira onda, com essa parafernália toda... O negócio é tão avançado, Luiz

Inácio, que até eu estou tonto. Esse negócio de Internet, Twitter... Todos os dias inventam um negócio aí.

Olha, com esse negócio aí de *e-mails* que a gente recebe, eu recebi um aqui do portal GP1. Está cheio de portal; é uma confusão, já tem até um tal Twitter. Heráclito, tu entendes esse negócio? Agora tudo é Twitter.

Mas o caso é que há um livro chamado *A Terceira Onda*, de Alvin Toffler... Luiz Inácio, a primeira onda foi há dez mil anos, com a agricultura. O homem se fixou. O homem era nômade. Ele andava atrás da caça e da pesca, que às vezes faltava. Aí, a inteligência humana fixou o homem pela agricultura. Ele passou a ter família, a viver, era poderoso quem tinha terra, plantava, criava. Isso permaneceu por 10 mil anos. Lá pelos idos de 1760, houve a revolução industrial, iniciada na Inglaterra. Aí o mundo mudou. Esta, a segunda onda. O povo quis o emprego, o povo foi morar nos centros urbanos, deixou o campo para ter emprego. E a terceira onda é essa, que se caracteriza pela desmassificação da comunicação.

Senador Heráclito, os jornais do mundo todo estão diminuindo, estão desaparecendo, não é porque são diminuídos não, é porque aparecem outros especializados: jornal de interesse médico, jornal da arquitetura, jornal dos religiosos, jornal dos evangélicos. Então, há uma desmassificação das comunicações.

Quando eu era menino, meu pai tinha um rádio grande, e todo mundo ouvia o *Repórter Esso*, e só era aquele. Hoje há tantos. Então, é a desmassificação da comunicação que chega com toda essa parafernalia aí.

Diz o portal GP1: "Vereador acusa Wellington Dias de abandonar obras em São Raimundo Nonato".

Ele aprisiona os órgãos oficiais, os jornais oficiais, a televisão. Isso não dá não! Mas surgiu isso.

Recebi um, Heráclito, de Batalha, em que o cara começa dizendo: "Governador, o Sr. Mentira! Cadê as cinco hidrelétricas? Cadê os aeroportos internacionais? Cadê o porto? Cadê a ferrovia?" Ele chama o Governador nesses termos. Então, não tem jeito, Luiz Inácio! Não dá certo esse negócio de mentira. Deus, Deus, Deus, mas no tempo de Goebbels, do Hitler; hoje não dá mais.

Então, continuando, o GP1, um portal muito bom, livre, diz:

"Vereador acusa Wellington Dias de abandonar obras em São Raimundo Nonato."

Vereador Rosibal Ribeiro disse que o Governador prometeu uma série de obras que não foram iniciadas ou foram abandonadas sem terminar.

O Senador Mão Santa (PMDB – PI), por várias vezes, pediu que o Presidente da República, Luiz Inácio, acompanhe as obras inacabadas do seu governo, especialmente no Piauí. Para retratar os pedidos do senador, o assunto principal da Câmara dos Vereadores de ontem (02) foi as inúmeras obras inacabadas em São Raimundo Nonato.

O Vereador Rosibal Ribeiro disse que o governador Wellington Dias prometeu uma série de obras que ou não foram iniciadas, ou foram abandonadas sem terminar. Rosibal pediu cobrança para que o prefeito Herculano, 'petista como Lula e Wellington Dias', acione o Governo do Estado pelas obras paralisadas.

– Na comunidade São Vitor e Moisés, o governador já enviou praticamente todo o dinheiro para as empreiteiras, foram R\$320 mil de piçarra de péssima qualidade – questionou.

Rosibal ainda falou que as obras foram iniciadas no período eleitoral [é aquele golpe, viu Heráclito?] quando parte do dinheiro foi jogado nas eleições".

Foi só para lavar; venderam até uma serra, a Serra Vermelha, Cícero. Esses aloprados do Piauí, que é quente e que tem ondas desérticas, como Gilbués. Venderam. Quem botou um freio foi a Marina Silva. E os aloprados mais fortes que ela botaram a pobrezinha para fora. Venderam lá para carvão, para transformar o pouquinho de vegetação que nós temos em carvão. E, com esse dinheiro, uma firma do Rio de Janeiro elegeu muitos aloprados que estão por aqui.

Em parte, o vereador Guilherme Laranjeira disse que passou no local e as obras feitas com piçarra parece um "carreiro de bode". "Falta responsabilidade a quem entregar esses recursos", finalizou.

Rosibal [o vereador] denunciou várias obras inacabadas em São Raimundo Nonato, como asfalto nos bairros Santa Luzia e Baixo da Guimar, paralela em frente à Câmara sem ser concluída; obra da BR 020 parada, aeroporto sem finalizar [é aquele em que batemos muito, que dizem que é internacional, com sinalização deficiente: só fizeram começar e ficaram com o dinheiro], R\$120 mil para sinalização, onde o recurso já foi todo aplicado e só se vê sinalização apenas no centro, nada nos bairros, entre dezenas de locais citados pelo vereador.

Segundo Rosibal Ribeiro, se em 60 dias não forem iniciadas as obras, irá encaminhar ofício ao Presidente da Assembléia..."

Mas é difícil; é uma tristeza. Heráclito Fortes! Eu fui Deputado Estadual. Naquela época em que V. Ex^a foi Deputado Federal, eu fui Estadual. Lembra-se daquela? Pois eram 24; não havia seis da oposição. Cabras machos: Delclécio Dante; Oscar Eulálio; o velho Themístocles, o pai; o Bruno; o de Floriano... Sei que seis valentes Deputados enfrentavam a ditadura de 24.

O Sr. Heráclito Fortes (DEM – PI) – Manoel Simplício.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – Não, Edílio Macedo, da oposição. Eram 24, e apenas seis contra a ditadura. Agora, tem um negócio lá que cooptaram.

Mas, aqui, no Senado, foi diferente: eu e Heráclito demos o exemplo para o País. Ah, e nos *e-mails* diziam que nos comportávamos como Rui Barbosa, fazendo uma oposição honesta, correta, cívica e patriótica, para salvar a democracia, que exige divisão de poder e alternância no poder.

Então, essas são as minhas palavras. E convo-co todos os Prefeitos e Prefeitas. Estaremos lá nessa primeira, nunca antes! Olhe, lá, na Paraíba, diga para os Prefeitinhos que os do Piauí já estão andando no sol quente com o pires na mão. É como Boris Casoy dizia: “Isto é uma vergonha!”

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Passamos a palavra... Não sei quem prefere falar primeiro, o Senador Cícero Lucena ou o Senador Heráclito Fortes. Isso tem a ver com a viagem de ambos.

O Senador Cícero Lucena, que seria, então, o próximo orador, sem prejuízo, faz permuta com o Senador Heráclito Fortes. O Senador Cícero Lucena falará em seguida ao Senador Heráclito Fortes.

O SR. HERÁCLITO FORTES (DEM – PI) – A Paraíba é generosa.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – A Paraíba, como sempre, é generosa. Por isso, o Senador Cícero Lucena dividiu a Presidência, durante dois anos, comigo, da Comissão de Direitos Humanos, e foi sempre muito solidário.

O SR. HERÁCLITO FORTES (DEM – PI. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, quero trazer a esta tribuna um tema sobre o qual, Senador Cícero Lucena, pouco se sabe, mas muito se discute e que vai provocar atritos entre governantes e entre a base do governo. Falo, Senador Paulo Paim, do pré-sal.

E, aqui, quero confessar como é grande – quero reconhecer – o grande poder de convencimento do Presidente Lula.

Ele fala do pré-sal, como se o dinheiro, produto de sua produção, já estivesse em caixa. Tanto é verdade que, nesta semana, recebi alguns prefeitos, que conversaram comigo, convictos de que já receberiam

neste exercício o produto arrecadado pela exploração do pré-sal. Claro, porque é assim que as coisas estão colocadas.

Na verdade, Senador Cícero Lucena, o pré-sal é igual a quem compra um lote na lua. Alguém já foi lá, pode até vender, mas a ocupação desse lote demanda tempo. Não há diferença nenhuma entre o lote da lua, investimento que faz um investidor que acredita no futuro, um investidor otimista, e o pré-sal. Daí por que acho criminoso esse debate que induz, de maneira errada, os prefeitos, que estão vivendo a crise talvez mais profunda desde a estabilidade da moeda, a ficarem pensando que resolverão os seus problemas com a exploração do pré-sal.

Eu, ontem, ouvi um comentário, na CBN, muito interessante e muito profundo. O comentarista falava das vantagens do pré-sal, mas também das cautelas que era preciso ter com relação a ele, porque, na realidade, é um investimento de trilhões. E, aí, ele questionava. O mundo inteiro, hoje, pesquisa, dia e noite, alternativas para substituir os combustíveis fósseis. Se amanhã – o amanhã que eu digo pode ser o amanhã mesmo ou daqui a 10 anos, para a história pouco importa – se descobre essa alternativa, o investimento dos trilhões feito não quebraria somente um empresário: quebraria nações. Daí por que, para sair da falácia, do blábláblá à realidade, vai uma distância muito grande.

Uma coisa é a exploração do pré-sal já descoberto e já existente. Embora com custos elevados, sabe-se que há a garantia de que a exploração será um sucesso. O difícil é essa exploração atabalhoada, mas correta, que se está querendo imputar aos diversos setores do empresariado ligado ao petróleo, sem nenhuma garantia, sem nenhum seguro.

Nós já tivemos, no Brasil, alguns prejuízos – e quero ficar apenas num exemplo localizado – nessa matéria. Quem não se lembra, por exemplo, do retumbante fracasso que foi a Petropaulo, uma empresa constituída pelo governo de São Paulo em determinada época com a certeza de que o solo daquele Estado era abundante em gás e petróleo? Furar e achar, achar e vender! E a verdade foi bem diferente. A Petropaulo tornou-se um fracasso, e o prejuízo, ainda hoje, é contestado na Justiça brasileira.

Nós queremos, Senador Cícero Lucena, de todo coração, que o pré-sal seja uma espécie de segundo descobrimento da nossa pátria mais de 500 anos depois. Mas aí é querer induzir a população brasileira a achar que é um projeto para agora, um projeto para já. Além de uma irresponsabilidade, é, nada mais nada menos, do que um tema eminentemente eleitoral. E enganarmos a população brasileira mais uma vez é inaceitável.

Vejam os senhores, e aí o setor de comunicação do Governo nisso se vai muito bem... Aliás acho, Senador Paulo Paim, que a maior conquista e a maior aquisição do Governo Lula foi o Ministro das Comunicações, Franklin Martins, que entende do ramo, conhece o assunto.

Veja a situação do PAC, Senador Cícero Lucena: será que V. Ex^a tem levantamento do que, na realidade, no Estado da Paraíba, em termos de PAC, está realizado e o que está apenas prometido?

No Piauí é um desastre. Agora mesmo estou vendo os jornais mostrando o fracasso do PAC no Piauí, em pelo menos trinta Municípios. Daí por que o Governo, já contando com a frustração que foi o PAC, começa a navegar em outras águas, e desta vez profundas, criando uma falsa expectativa ao eleitor brasileiro.

O Governo Federal precisa, antes de mais nada, assumir com muita responsabilidade e resolver a crise que o municipalismo brasileiro enfrenta neste momento. Aquelas reuniões havidas com troca de fotografias entre governantes, candidatos e Prefeitos incautos, que saíram de seus Municípios, não resultaram em nada. A arrecadação vem caindo mês a mês.

E aí, Senador Paim, vem uma situação, no mínimo, esquisita. O Governo reduz o IPI, ajuda as montadoras aumentando a venda de veículos, mas, quando ele reduz o IPI, promove a queda dos repasses desse imposto aos Municípios.

E nós, que somos de uma região em que a grande maioria dos Municípios sobrevive praticamente à base desses repasses, ficamos a pagar um preço bem maior, o que faz com que a situação dos Municípios, principalmente dos nordestinos, hoje seja desesperadora. Sou favorável e estarei ao lado dos Prefeitos brasileiros nesses protestos e nessas manifestações.

Ontem, votamos aqui – a contragosto, tenho certeza, Senador Cícero Lucena – aquela medida provisória. É verdade que há ali algumas arapucas, o que, aliás, é uma velha praxe do Governo. Mas, o simples fato de recompor o repasse de recursos para Municípios, recursos prometidos pelo Governo e não honrados, acho que já faz com que nós saíamos, neste final de semana, com a consciência tranquila de que cumprimos a nossa parte. Eu, pessoalmente, saio com a segunda convicção do dever cumprido. Foi a votação do art. 19, que restabelece recursos, Senador Marco Maciel, para a nossa tão necessária e tão urgente Transnordestina. No art. 19, ontem, recompõe-se o projeto e se estabelece o prazo da sua conclusão.

Nós somos de uma região onde a Transnordestina será de grande valia, ou seja, para Pernambuco, para o Ceará e para o Piauí.

Até então, nós estávamos vivendo apenas da falácia, das obras que são inauguradas através dos canteiros e das intenções. Mas o trabalho pleno da construtora, no leito da sua ferrovia, não passava e não passa, até o momento, de quimera. Alguma coisa pequena está sendo feita de maneira localizada.

No caso do Piauí, onde ela é fundamental e em relação à qual, juntamente com os Senadores Sérgio Guerra e Tasso Jereissati, venho travando uma batalha desde o início deste Governo, apenas inaugurou-se, na cidade de Canto do Buriti, um canteiro de obras, antes mesmo do licenciamento do Ibama.

É, mais uma vez, o Governo jogando para a plateia. É, mais uma vez, o Governo criando uma falsa expectativa de um fato concreto, quando, na realidade, é um sonho. É um sonho que todos nós temos o dever e a obrigação de compartilhar, porque, independentemente de posições, nós queremos o benefício de nossa terra e de nossa região.

Senador Marco Maciel, com o maior prazer, escuto V. Ex^a.

O Sr. Marco Maciel (DEM – PE. Com revisão do aparteaute.) – Nobre e prezado Senador Heráclito Fortes, lídimo representante do Estado do Piauí no Senado Federal, gostaria de, em breve aparte, solidarizar-me com V. Ex^a pelo discurso que está proferindo a respeito da necessidade da execução concreta e real das obras da Transnordestina. Esse é um pleito que já vem de muitas e muitas décadas atrás. Se quisermos recuar muito no passado, chegaremos ao período imperial, quando o Brasil ainda não era República e vivíamos sob a Monarquia. Não podemos deixar de reconhecer que, sobretudo a partir do Governo do Presidente Fernando Henrique Cardoso, o processo de construção da Transnordestina tomou novo impulso, porque se fez a privatização da malha do Nordeste, criando condições para que a União, em parceria com instituições privadas, pudesse começar efetivamente as obras. Após o Governo do Presidente Fernando Henrique Cardoso, temos que reconhecer, porque os fatos falam mais do que as palavras, que pouco se andou nesse sentido. Aliás, isso não se aplica só à Transnordestina, mas também às obras de irrigação. O último orçamento do Governo do Presidente Fernando Henrique Cardoso foi em 2002, isto é, quando já estava prestes a se empossar o Presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Deixamos uma provisão de recursos para que as obras de irrigação prosseguissem, e o fato é que um dos primeiros decretos, de 1º de janeiro de 2003, do atual Governo, que se reelegeu a seguir, foi contingenciar 100% das obras previstas para irrigação. Então, hoje, podemos proclamar, infelizmente, que, de 2003 aos nossos dias – estamos entrando em 2010 –, não se

irrigou um hectare de terra no Nordeste, porque não houve consignação de verbas. Enquanto os Governos anteriores, até durante o regime militar, chegaram a fazer grandes obras de irrigação, e, mais do que isso, fizeram barragens como a de Sobradinho, que é de uso múltiplo, inclusive podendo gerar energia. Gera mais de um milhão cento e cinquenta mil quilowatts, se não estou equivocado. Além disso, fizeram grandes obras de irrigação, porque, no semiárido nordestino, é a opção que temos, uma opção viável, que se comprova vendo a transformação que se conheceu em todo submédio São Francisco, uma área em pleno desenvolvimento, em que pese a dificuldade que atravessamos na presente crise em que vive o País e pervade o mundo todo. Queria me solidarizar com V. Ex^a nesse apelo que V. Ex^a faz ao Governo Federal para que essas obras avancem. Não é sem razão, portanto, que há certa frustração da sociedade nordestina com relação à não viabilização desses projetos que são fundamentais para que possamos reduzir as distâncias, que ainda são muito grandes, entre a economia nordestina e do sul-sudeste. O País é ainda assimétrico, com grandes disparidades sociais, com grandes desigualdades também no plano econômico. Não podemos deixar de consignar esse nosso apelo. Pode ficar certo que o apelo de V. Ex^a é também meu. É uma luta antiga que temos nesse sentido para fazer com que o País cresça de forma mais integrada, mais homogênea e, portanto, com menos desníveis e de forma compatível com as aspirações da sociedade brasileira.

O SR. HERÁCLITO FORTES (DEM – PI) – Agradeço a V. Ex^a e não podia ter recebido um aparte tão oportuno, porque V. Ex^a, enquanto falava, me fez lembrar aqui o tratamento dado pelo Governo Fernando Henrique, pelo menos com relação ao meu Estado do Piauí. Lembro-me bem de que V. Ex^a inclusive foi peça importante para solucionar algo que era fundamental para que nós pudéssemos incentivar a última fronteira agrícola, situada no Piauí, nos grandes cerrados. Lembro-me, Senador Marco Maciel, do seu empenho junto ao Presidente da República, no sentido de que nós liberássemos recursos para a instalação da linha de energia elétrica da chamada Serra do Quilombo, no Município de Bom Jesus. Foram 90 quilômetros naquela época instalados. De lá para cá, não se colocou mais um palmo de energia. Lembro-me também do empenho com relação ao Luz para Todos, na época Luz no Campo. Hoje, o Luz para Todos, sucessor do Luz no Campo, no Piauí pelo menos, vive parado, porque se encontra com problemas junto ao Tribunal de Contas. V. Ex^a se lembra muito bem.

Preocupado com a fronteira agrícola, eu coloquei recursos para a construção da ponte de Santa Filomena.

O recurso foi desviado. No ano passado, na discussão, aqui neste Senado, no caso da incorporação do Banco do Estado do Piauí pelo Banco do Brasil, o Secretário de Fazenda assumiu o compromisso de colocar os recursos para fazer o aporte. Até agora, não o fez.

A minha preocupação, Senador Marco Maciel, é com as frustrações constantes que estamos vendo o povo do Piauí passar. O Presidente da República, três anos atrás mais ou menos, Senador Cristovam, foi ao interior do Piauí – foi a Floriano e foi a Canto do Buriti – levando empresários privados e lá lançou, com muita pompa e circunstância, o projeto do *biodiesel* através dessa empresa Ecodiesel, cuja planta base seria a mamona.

Criou-se expectativa. Piauienses que estavam em outras regiões voltaram para o Piauí na esperança de que tivessem possibilidade de emprego. O que nós vimos foi uma frustração de sonhos. A empresa, quebrada, dá prejuízo à Nação, e não se vê providência alguma ser tomada para responsabilizar-se quem participou e praticou aqueles desatinos com o Erário – dinheiro do Governo e dinheiro do contribuinte colocados na mão de empresas que, sem estrutura e sem um estudo mais detalhado da mamona, criaram a expectativa.

Quebraram no Piauí, quebraram no Ceará, e nós não vemos os responsáveis punidos através de providências enérgicas tomadas pelo Governo.

Senador Marco Maciel, hoje pela manhã, o comentarista Sardenberg – eu iniciei o meu pronunciamento, e V. Ex^a não estava ainda aqui – fazia um comentário muito interessante sobre o pré-sal. Vou finalizar repetindo, Senador Cristovam: o pré-sal é um sonho. Mas, do sonho à realidade vai uma distância muito grande. E eu comparei aqui: o investimento do pré-sal é como quem compra um lote na Lua. Alguém já foi lá, sabe que existe, mas o problema é habitá-la.

Pois bem, hoje, o Sardenberg perguntava onde estava o dinheiro – os zilhões, os trilhões e os bilhões prometidos para o investimento no pré-sal.

A conta não bate. Enquanto isso, eu vejo o Governo brasileiro prometer para quatro anos o trem rápido ligando o Rio de Janeiro a São Paulo. Vejo o Governo brasileiro assumir compromissos estratosféricos para a realização de uma Copa do Mundo e de uma Olimpíada, criando verdadeiros monstros, estádios que, no dia seguinte, Senador Cristovam, serão abandonadas porque não há demanda para o seu gigantismo. É uma repetição do que houve no pós-Copa 70, quando vários Governadores de Estado fizeram verdadeiras babilônias, como palácios de futebol. O Nordeste todo ficou infestado por esses estádios, e hoje eles estão aí su-

butilizados. É o dinheiro que poderia ir para a saúde e para a educação, Senador Cristovam.

É lamentável que, conforme foi anunciado inicialmente, a responsabilidade da construção desses estádios não seja da iniciativa privada. Já se está querendo jogar na conta do Governo, para endividá-lo, para comprometer as suas finanças. Não é justo que esse dinheiro não vá para a educação, para o saneamento básico e para a saúde! Daí por que é preciso que se pise o chão, que se saia do mundo da lua e se veja que estamos criando expectativas para fazer investimentos com os quais nós não temos condições financeiras para arcar.

Senador Cristovam, com o maior prazer, escuto V. Ex^a.

O Sr. Cristovam Buarque (PDT – DF) – Senador Heráclito, primeiro comparto com o senhor as dúvidas sobre a viabilidade do projeto, o tamanho do projeto. Não temos ainda as informações suficientes. Pode virar um terreno na Lua, mas eu quero colocar um outro lado que talvez seja mais grave ainda: é um terreno na Lua que, se a gente descobrir, se for realidade, poderá servir para aumentar o aquecimento global, com consequências trágicas para a humanidade. Todos sabemos dos riscos que estamos correndo pelo desequilíbrio climático no mundo. Há pouco eu ouvia na rádio o jornalista Cláudio Abrantes dizendo que já se prevê o fim da regularização do clima na Índia e que a consequência disso será a falta de comida para um terço da população da Índia, ou seja, 300 milhões de pessoas. Imaginem as consequências disso para o mundo. A exploração do pré-sal de uma maneira rápida levará, sem dúvida alguma, a acirrar a crise ecológica. E, se for numa velocidade lenta, como se diz, não trará os recursos que se prevêem. Tudo é contraditório. Se a gente colocar tudo isso no mercado, o preço cai, e aí não haverá retorno ao investimento. Se colocarmos devagar, a renda é pequena, não haverá retorno ao investimento. Creio que estamos fazendo...

O SR. HERÁCLITO FORTES (DEM – PI) – Senador Cristovam, vamos dialogar. Vamos imaginar, no mundo inteiro hoje, pesquisas alternativas para combustível fóssil. Vamos admitir que se ache essa alternativa. Quem é que vai arcar com o prejuízo desse investimento gigantesco e açodado?

O Sr. Cristovam Buarque (PDT – DF) – Vai se encontrar a alternativa, a gente não sabe se é em cinco, dez, quinze anos. O pré-sal é para trinta, quarenta, cinquenta anos, senão ele não justifica os investimentos. Então, nós estamos querendo aprovar rapidamente – porque não é nem analisar – um projeto que exige toda a responsabilidade deste País. E esta Casa, que deveria ser a mãe da responsabilidade, pode não estar

sendo. Nós não podemos aprovar isso rapidamente; é uma leviandade, é uma irresponsabilidade com o futuro do País. Por isso, creio que esse tema deve voltar aqui todos os dias, até que a gente convença o Brasil de que, primeiramente, não deve haver urgência; segundo, devemos não negar o projeto, obviamente, até por causa do fundo social que é uma excelente ideia. Agora, não podemos aprovar isso sem um estudo muito cuidadoso, de tal maneira que, ao tomar a decisão, a gente saiba que nem é um terreno na lua e nem é uma fonte energética que vai ajudar a desarticular o clima no planeta.

O SR. HERÁCLITO FORTES (DEM – PI) – V. Ex^a estava em outra dependência da Casa e lembrei, evidentemente em escala bem menor, a frustração que foi para o povo paulista da famosa Petropaulo, uma coisa muito parecida. Criou-se a expectativa de que era furar e achar, achar e vender, vender e gastar. Hoje a Petropaulo vive na Justiça, as ações contra os governantes que foram responsáveis pela Petropaulo.

Agora, Senador Marco Maciel, vou finalizar apenas dizendo que chamei a atenção, no primeiro momento, é que a irresponsabilidade do Governo deixa para a população a impressão de que a solução do pré-sal, o dinheiro no caixa, produto do pré-sal, é para amanhã. E eu contei, Senador Cristovam, que recebi um prefeito no meu gabinete, e ele achava que até o final deste exercício, até o final deste ano, já teria dinheiro repassado para os municípios, produto do pré-sal. É o poder de convencimento do Presidente Lula que, reconheço, é grande, mas não pode ser usado numa questão tão séria como é a questão do pré-sal.

Acho que o Brasil já é grande em dominar tecnologia de exploração de petróleo em águas profundas, tem que investir, agora, tem que investir com cautela, tem que investir com cuidado e não pode comprometer o nosso orçamento, não pode dar um passo além do que aguenta.

De forma que faço esse alerta, chamo atenção e volto a dizer aos Prefeitos: continuem fazendo as suas marchas, continuem fazendo as suas lutas de reivindicação para a reparação das injustiças que o atual Governo comete com os Municípios brasileiros. Esse Governo tem sido algoz, esse Governo tem sido insensível, esse Governo tem sido enganador com os Municípios brasileiros.

Portanto, faço um apelo aos Prefeitos para que não se deixem levar por quimeras e por promessas que não serão para a nossa geração, quem sabe para os nossos filhos, o que já será uma grande vitória do nosso País.

Muito obrigado.

Durante o discurso do Sr. Heráclito Fortes, o Sr. Paulo Paim deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr^a. Fátima Cleide.

O SR. MARCO MACIEL (DEM – PE) – Nobre Senadora Fátima Cleide, eu gostaria de solicitar a palavra para uma comunicação inadiável e urgente, se for possível.

A SR^a PRESIDENTE (Fátima Cleide. Bloco/PT – RO) – Com a palavra o Senador Marco Maciel (DEM-PE), para uma comunicação inadiável.

O SR. MARCO MACIEL (DEM – PE. Para uma comunicação inadiável. Com revisão do orador.) – Sr^a Senadora Fátima Cleide, representante do Estado de Rondônia no Senado Federal, Srs. Senadores Cícero Lucena, Cristovam Buarque, Heráclito Fortes, Sr^s e Srs. Senadores, venho, hoje, nesta sessão matutina, colocar algumas questões a respeito da discussão e votação do projeto de reforma eleitoral que a Câmara dos Deputados nos remeteu no fim de julho, começo de agosto. Gostaria de fazer uma colocação preliminar, que considero importante. Infelizmente não realizamos a chamada reforma política tão reivindicada pela sociedade brasileira. Sobre esse aspecto, o Congresso Nacional está em débito com a sociedade brasileira que há muito tempo cobra a realização de uma reforma política. Eu diria até mais que uma reforma política, uma reforma institucional, posto que destinada a vertebrar, fortalecer as instituições políticas brasileiras e criar, assim, condições para que tenhamos bons níveis de governabilidade.

Um grande pensador italiano, Norberto Bobbio, insistiu na tese de que não basta ter bons partidos políticos, não basta ter instituições que viabilizem o processo democrático, é necessário que elas estejam, adequadamente, vertebradas e que possam fazer com que o Governo atenda as demandas da sociedade. Verificamos que pouco avançamos nesse campo. Fala-se muito na reforma política ou reformas institucionais, mas, infelizmente, o Congresso fez muito pouco até agora. Vamos realizar o pleito de 2010, praticamente, sem grandes avanços, num clima de discussão sobre aquilo que deixou de ser feito, embora o Senado Federal haja aprovado algumas proposições, inclusive emendas constitucionais, que muito ajudariam a melhorar o sistema eleitoral e também o sistema partidário.

Advogo, há muito tempo, que, com relação ao sistema eleitoral, precisamos alterar o sistema eleitoral em vigor. O sistema eleitoral que praticamos no Brasil é o chamado sistema proporcional de políticas abertas. Isto vem desde o Código Eleitoral de 1932 e da Constituição de 1934 – de pouca duração, pois em 1937, como todos sabemos, Getúlio Vargas fechou o Congresso Nacional, desconheceu a Federação e go-

vernou até 1945 com a Constituição por ele mesmo promulgada. Foi o período chamado de Estado Novo em que o mundo vivia, também, em grande efervescência, haja vista o que aconteceu na Alemanha e na Itália com o nazismo e o fascismo, respectivamente.

O processo democrático foi retomado somente após o fim da Segunda Grande Guerra mundial, em 1946. O fato é que o sistema eleitoral proporcional de políticas abertas não leva a coisa alguma, não leva à criação de partidos políticos, não conduz a fazer com que o eleitor vote numa proposta e não numa pessoa. O voto no Brasil, insisto, é “fulanizado”, e somente com a reforma política poderemos efetivamente melhorar o desempenho das instituições representativas, que são expressas através do Parlamento, sobretudo do Parlamento Federal: Câmara dos Deputados e Senado Federal. Por isso venho aqui dizer que, lamentavelmente, o projeto de reforma eleitoral enviado pela Câmara, que estamos discutindo e votando, se produziu alguns resultados positivos, se contém algumas regras que de alguma forma melhoram o processo partidário-eleitoral, esse projeto basicamente, ancora em mudanças nas Leis 9.096 e 9.504. Essas duas leis foram promulgadas por meu intermédio, à época, tanto em 1995 quanto em 1997, eu me encontrava como Presidente da República em exercício em decorrência de viagens do Presidente Fernando Henrique Cardoso. Esses dois diplomas legais, de fato, são de natureza permanente. Isso quer dizer que, em tese, permitem fazer com que as eleições se realizem sem necessidade de nova lei a cada eleição, o que concorre para dar mais estabilidade às instituições.

O fato é que não avançamos nesse campo e estamos trabalhando aqui e agora, com alguma dificuldade, mas com muito êxito, no sentido de aprovar essa nova legislação, ainda no mês de setembro, para entrar em vigor antes do dia 2 de outubro próximo e, assim, as regras estabelecidas possam ser válidas para as eleições de 2010, as chamadas eleições gerais, posto que para Presidente da República, Vice-Presidente, Governadores, Vice-Governadores, dois terço do Senado Federal, a totalidade da Câmara dos Deputados, Assembleias Legislativas, Câmara Distrital.

Mas eu gostaria de aproveitar...

O Sr. Heráclito Fortes (DEM – PI) – V. Ex^a me permite um aparte?

O SR. MARCO MACIEL (DEM – PE) – Pois não, nobre Senador Heráclito Fortes.

O Sr. Heráclito Fortes (DEM – PI) – Vai um pouco produto da minha ignorância sobre a matéria, mas eu tenho recebido muitos questionamentos sobre isso. O que ficou acordado com relação à eleição para o Parla-

mento do Mercosul? Que seria feito no mesmo pleito, durante as eleições gerais? O que há de concreto?

O SR. MARCO MACIEL (DEM – PE) – O projeto que nós estamos discutindo não trata dessa questão, ou seja, com relação ao Parlasul.

O Sr. Heráclito Fortes (DEM – PI) – Mas a eleição já está anunciada para o ano que vem?

O SR. MARCO MACIEL (DEM – PE) – Exatamente.

O Sr. Heráclito Fortes (DEM – PI) – Terá que vir regulamentação posterior? Ela pode ser no mesmo ano ou tem que ser votada este ano para...

O SR. MARCO MACIEL (DEM – PE) – Não estou em condições de dar resposta com relação a esse tema, porque não tenho participado das negociações de criação do Parlasul, mas entendo, pelo andar da carruagem, como se diz, que o cronograma está todo feito de maneira que tenhamos, já no próximo ano, constituído o Parlasul com uma representação brasileira, inclusive dos diferentes Estados do País. Já começo a descobrir candidatos ao Parlasul. É bom que isso seja devidamente divulgado para que, além dos Parlamentares do Sul e Sudeste, apareçam também candidatos no Norte e no Nordeste.

O Sr. Heráclito Fortes (DEM – PI) – É; pela proporcionalidade, o Nordeste tem direito a vagas, tem a obrigatoriedade da representação feminina. Então, impõem-se regras que precisam ser cumpridas.

O SR. MARCO MACIEL (DEM – PE) – Exatamente. Toda vez em que se fala em Parlasul e em Mercosul, sempre ficamos pensando que se trata de um projeto que beneficia basicamente os Estados do Sul e do Sudeste. Enfim, a questão do Prata, que sempre preocupou muito Rio Branco... Inclusive, essa questão do Prata nos uniu, por meio do Mercosul: Brasil, Argentina, Uruguai e Paraguai. A partir daí, estamos avançando. É lógico que o Mercosul não está avançando na velocidade que nós gostaríamos, mas, de toda maneira, no campo político, os avanços são evidentes.

O Sr. Heráclito Fortes (DEM – PI) – Agradeço a V. Ex^a.

O SR. MARCO MACIEL (DEM – PE) – Pois não.

Prosseguindo, Sr. Presidente, não quero me alongar, porém gostaria de chamar a atenção para alguns pontos positivos – não vou falar de todos eles – do projeto de reforma eleitoral que aprovamos na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania e também na Comissão de Ciência e Tecnologia. Fui Relator na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania e o Senador Eduardo Azeredo, na Comissão de Ciência e Tecnologia. Ao Senador Eduardo Azeredo coube rela-

tar a parte que diz respeito à Internet, ou seja, ao uso dessas novas tecnologias no próximo pleito de 2010.

Até devo abrir um parênteses para dizer que S. Ex^a, o Senador Eduardo Azeredo, há muito tempo, estuda e trabalha as questões dessas tecnologias virtuais, que tanto têm alterado o mundo e contribuído para que conheçamos o período de grande aceleração histórica que vive a humanidade. S. Ex^a, o Senador Eduardo Azeredo, desde as décadas de 70 e 80, quando o conheci, já estava estudando e trabalhando essas questões relativas à informática, posteriormente, ao aparecimento da Internet e assim por diante.

Ele estará apresentando, possivelmente na próxima terça-feira, quando o projeto virá a ser discutido e – esperamos – votado, uma emenda de Plenário que vai esclarecer as questões que geraram polêmica em função do uso da Internet na campanha eleitoral para 2010.

Devo pedir a atenção agora para alguns pontos que considero importantes no projeto aprovado tanto na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, quanto na Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática. Aliás, fizemos um relatório conjunto. Com isso, quero dizer que houve plena harmonia na discussão e votação dessa matéria nas duas Comissões. Vou citar apenas alguns pontos.

Em primeiro lugar, acaba com o voto impresso, instrumentaliza a Justiça Eleitoral, os partidos e os candidatos de meios para auditoria do sistema e garante que as urnas fiquem preservadas por 180 dias após as eleições.

Isso é importante para que tenhamos aquilo que os especialistas em Direito Eleitoral chamam de verdade eleitoral, ou seja, que o resultado das eleições expresse o sentimento do povo por intermédio das urnas.

O voto em trânsito foi suprimido para ser implantado em outra oportunidade, quando a Justiça eleitoral adotar a identificação biométrica.

Houve emenda no sentido de que se fizesse o voto em trânsito para Presidente da República, mas os expositores chamados aqui em audiências públicas, inclusive o ex-Ministro Nelson Jobim, mostraram que era absolutamente inviável, em um curto período de tempo, implementar o sistema de voto em trânsito para as eleições presidenciais.

Estamos com o eleitorado se aproximando, se não estou equivocado, de 130 milhões – talvez fique um pouco aquém disso. Então, o voto em trânsito seria algo difícil de tornar viável já nas eleições de 2010, mas, quem sabe, quando a Justiça Eleitoral dispuser de urnas dotadas de identificação biométrica, certamente será possível o voto em trânsito não somente

para Presidente da República, mas também para as eleições estaduais e municipais, sobretudo porque sabemos que são mais de cinco mil e quinhentos os municípios brasileiros, e isso exige, naturalmente, quando essa modalidade for devidamente implantada, que o seja de forma compatível com o progresso que estamos alcançando no campo da Justiça Eleitoral e da legislação eleitoral e partidária.

Esse projeto retorna o poder de legislar sobre as eleições e os partidos políticos para o Congresso Nacional. É um fato importante porque, de fato, a Constituição de 1988 estabelece que é competência privativa do Congresso Nacional legislar sobre matéria eleitoral e partidária. É certo que alguém poderá dizer, e terá razão, que no Brasil temos uma Justiça Eleitoral. São poucos países – não são muitos – que dispõem de uma justiça privativa para a questão eleitoral e partidária. No Brasil isso ocorre e não vem de agora. Estava lembrando que isso vem do tempo da chamada Revolução de 1930, quando se fez o Código Eleitoral de 1932 e se estabeleceu a Justiça Eleitoral. Assim, o Brasil não deixa de ter sido um país vanguardeiro neste campo.

O projeto faculta a doação de recursos para partidos, candidatos ou coligações por meio da Internet e telefone, inclusive com uso de cartão de crédito.

Reforça restrições ao uso de cartazes, faixas, pinturas, inscrições e placas, e veda o uso de outdoors, colaborando com o esforço das administrações municipais, sobretudo, em manter as cidades limpas e o padrão estético peculiar. Esse é um avanço muito importante e sabemos que a adoção dessa medida vai contribuir para que os programas como Cidade Limpa sejam devidamente mantidos.

Disciplina critérios para eleição por ocasião do cancelamento do registro da candidatura ou da diplomação de candidatos a Presidente, Vice – Presidente, Governador, Vice-Governador, Prefeito e Vice-Prefeito.

Define critérios para transmissão de debates por rádio e televisão, permite que militares possam votar em esquema de rodízio, quando em escala de serviço nos Municípios ou nas cidades onde eles mantêm domicílio eleitoral; define responsabilidades dos diretórios municipais, estaduais – chamados também de regionais – e nacionais dos partidos políticos; regulamenta, na hipótese de cancelamento de registro ou cassação de diploma dos candidatos a presidente, vice-presidente, governador e vice-governador, prefeito e vice-prefeito, o processo do preenchimento de vagas.

No **Jornal do Senado** de hoje, o Senador Eduardo Azeredo expõe, a meu ver com extrema oportunidade, o desejo da Comissão de Ciência e Tecnologia, que foi o nosso também na Comissão de Constituição

e Justiça, no sentido de liberar a Internet na campanha eleitoral. Por ser algo extremamente novo e, portanto, sensível, essa questão despertou um grande debate. Não tenho dúvida em afirmar que vamos encontrar meios e modos de resolver essa questão, sobretudo porque, como já disse o Senador Eduardo Azeredo, *expert* no assunto, há certo consenso estabelecido no Senado para não se estabelecer limites, “censuras à Internet”. Vamos encontrar caminhos para resolver essa questão.

Devemos fazer isso na terça-feira, porque sei que a intenção do Presidente do Senado Federal, Senador José Sarney, é votar a matéria nesse dia, de forma que a lei entre em vigor antes do dia 2 de outubro e possa disciplinar as eleições de 2010.

Por fim, quero fazer um apelo para que a primeira atividade da próxima legislatura seja inscrever como tema número um a reforma política e institucional, fundamental para o País e suas instituições.

Norberto Bobbio se refere com referência às promessas não cumpridas da democracia, entre elas, no caso do Brasil, está muito evidente que, infelizmente, não avançamos nesse campo, quando poderíamos ter dado passos muito significativos, contribuindo, inclusive, para ampliar a segurança jurídica do País, criar condições para melhorar a governabilidade.

Antes de encerrar, eu gostaria de conceder aparte ao nobre Senador Cristovam Buarque, representante do Distrito Federal.

O Sr. Cristovam Buarque (PDT – DF) – Senador Marco Maciel, eu, por coincidência, vou tratar do mesmo assunto daqui a pouco, quando chegar a minha vez pela ordem de inscrição. Quero parabenizar V. Ex^a pela sua fala e insistir na ideia – e acho que ela também é sua, como grande defensor das comemorações dos 120 anos da República – de que nós não vamos fazer a reforma necessária enquanto atribuirmos a nós próprios, parlamentares, candidatos na próxima eleição, a responsabilidade dessa reforma. Nós temos que encontrar uma maneira de convocar um grupo de “constituintes” específicos para a reforma política e que esse grupo, que fará a reforma política, se comprometa a nenhuma candidatura nas duas eleições seguintes. Enquanto os que fazem a reforma da Constituição, cada um deles, estiverem ligados, com os seus olhos, sua mente, seu coração, na próxima eleição, a reforma não será correta. Ela será deturpada pelo interesse de cada um. Por mais estadista que seja alguém, na hora de ser candidato, para levar adiante o estadismo, tem que ganhar a eleição. E aí a reforma termina sendo prejudicada. Eu creio que, em algum momento, vamos precisar ter a coragem de convocar esse grupo constituinte não congressional, sem compromisso com

a eleição seguinte, ou, talvez, com as duas seguintes, para trazer a proposta. E que essa reforma seja levada a um plebiscito, se for preciso, mas não que seja o resultado do trabalho de congressistas candidatos, como somos todos nós permanentemente.

O SR. MARCO MACIEL (DEM – PE) – Nobre Senador Cristovam Buarque, concordo em parte com a opinião de V. Ex^a, mas devo dizer que se tomarmos como meta que a reforma política deve ser a primeira a ser feita na próxima legislatura e se conseguirmos aprová-la logo no início da legislatura, poderemos fazer uma boa legislação. Agora, é lógico, quando fica muito perto do próximo pleito, as dificuldades crescem.

Não sou simpatizante de uma constituinte exclusiva, mesmo porque se sabe que é algo de alguma complexidade. Elaboramos a Constituição promulgada em 1988 que satisfaz as demandas básicas do País, mas, como toda obra humana, não é perfeita, tem suas vulnerabilidades.

A Constituição de 1988 assegurou muitas conquistas. Saímos de um estado autoritário para um Estado democrático de direito e acredito que o Congresso Nacional tem condições de realizar essas reformas sem precisar recorrer a uma constituinte, mesmo porque muitas matérias da chamada reforma política não são constitucionais. Algumas são lei complementar, como a Lei de Inelegibilidade por exemplo. Outras são normas que podem ser adotadas nos Regimentos das duas Casas do Legislativo. Acredito que se houvesse um consenso com relação a este tema nós poderíamos avançar muito, mas desde que a reforma eleitoral seja feita logo no início da legislatura.

Agradeço o aparte de V. Ex^a.

Já que falei nas chamadas promessas não cumpridas da democracia, vou ler um pequeno trecho do livro de Bobbio, edição italiana, chamado *O Futuro da Democracia*. É um livro de 1994 e muito atual. Norberto Bobbio, antes de sua morte, ocorrida há quatro ou cinco anos, enumerava uma longa lista com promessas não cumpridas da democracia. Entre elas ele destacava: “a supremacia dos interesses sobre a representação política; a persistência das oligarquias; a limitação do espaço público da democracia; a existência de poderes invisíveis; e a falta de educação dos cidadãos”. Ele dizia, sobretudo se reportando à Itália, que experimentou o fascismo, que havia um estado por trás do Estado, ou seja, um estado que manipulava, distorcia ou descumpria os preceitos democráticos.

Acho que falamos muito na reforma dos partidos, mas devemos pensar também na necessidade de que o eleitor se conscientize do papel que ele exerce ao votar. Na hora em que ele vota, está constituindo governos e aquele voto dado, às vezes, em segundos,

na cabine eletrônica, é algo que perdura, perpassa, não dias, mas anos. Isso naturalmente tem que merecer do eleitor cada vez mais uma reflexão muito aprofundada para termos boas leis e, em consequência, bons governos.

Quero agradecer, além do Senador Cristovam Buarque, aos Senadores Heráclito Fortes e Cícero Lucena – somos da mesma Região –, por haverem permitido que eu falasse agora e também à Senadora Fátima Cleide, que me concedeu usar da palavra neste instante, no momento em que nos aprestamos para votar, na terça-feira – espero que isso aconteça –, o projeto de lei eleitoral, com a consciência de que tem seus avanços, mas que ainda não é o que sonhamos, não é aquilo com o qual o País esperava ver aprovado. Não quero deixar de dizer que o projeto tem, ao final, mais pontos positivos do que negativos e é um passo para que as eleições de 2010 transcorram sob a égide dos princípios éticos, da mobilização do eleitor e obtenção da verdade eleitoral.

Muito obrigado.

O SR. HERÁCLITO FORTES (DEM – PI. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr^a Presidente, pela ordem, como 1º Secretário, para prestar um esclarecimento aos companheiros Senadores.

O Senador Eduardo Suplicy, ontem, fez um pronunciamento – infelizmente eu não estava em plenário – questionando alguns atos da atual administração, e estou devolvendo aqui os esclarecimentos, dentro daquele compromisso assumido de dar transparência aos atos da Mesa Diretora.

Portanto, esclarecemos os questionamentos do Senador Suplicy quanto ao orçamento do Senado Federal, quanto à reestruturação apresentada pela Fundação Getúlio Vargas, quanto aos contratos terceirizados, quanto às gratificações em comissão e horas-extras.

Encaminhamos uma cópia à Mesa, como também o original ao próprio Senador Eduardo Suplicy, esperando que possamos ter esclarecido as dúvidas e nos colocando, de antemão, à disposição de S. Ex^a para qualquer outro esclarecimento.

Reafirmo que a atual Mesa, da qual tenho a honra de ser 1º Secretário, não compactua e não compactuará com nada que não tenha transparência e, acima de tudo, o regime de austeridade que está sendo implantado por todos os seus membros.

Muito obrigado.

A SRA PRESIDENTE (Fátima Cleide. Bloco/PT – RO) – Será atendida a sua solicitação, Senador Heráclito.

Com a palavra o Senador Cícero Lucena, do PSDB da Paraíba, como orador inscrito.

O SR. CÍCERO LUCENA (PSDB – PB. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Obrigado, Presidente.

Presidente, eu vou voltar a um assunto que foi tratado com preocupação durante toda esta semana e já nesta sessão, pelo Senador Heráclito Fortes: a questão do pré-sal. Eu gostaria de ler um artigo que foi publicado durante esta semana no *site* da Agência Tucana, que diz o seguinte:

“Brasília, 3. Dia desses o Presidente Lula, demagogicamente, disse que poderia voltar a estudar. Deveria. Mesmo que isso lhe provoque azias. Pelo menos, Lula poderia tornar-se um pouco mais coerente e preciso no que diz, repete e distorce. Deveria estudar, também, história. Ou pedir que alguns dos seus assessores estudassem por ele. Como no caso da Petrobras, da Lei do Petróleo e do pré-sal.

Em 8 de agosto de 1995, o então Presidente Fernando Henrique Cardoso enviou ao Senado Federal esclarecimentos exatamente sobre esse assunto, que há quase um século apaixona o Brasil.

“Proporei ao Congresso Nacional que a Petrobras não seja passível de privatização”, disse o ex-Presidente na mensagem enviada ao então Presidente do Congresso, José Sarney.

Na época, estava em análise, nas duas Casas, a Proposta de Emenda Constitucional (PEC) de nº 6, que daria à União “condições de exercer seu direito de propriedade sobre os recursos minerais brasileiros”.

A carta está nos arquivos da Presidência da República e do Senado Federal. E, claro, na época foi amplamente divulgada pela imprensa.

Como não gosta de instruir-se lendo, o Presidente e o seu partido, o PT, manipulam a verdade para promover desinformação e propaganda eleitoral. Não vai colar, a população brasileira, os eleitores estão escolados com essa prática.

Além da carta, em discurso durante solenidade no Planalto, documento que também está nos arquivos do Presidente Lula, Fernando Henrique Cardoso voltou a dizer: “A Petrobras não será privatizada. Isso nunca foi cogitado, até pelo contrário, mandei uma carta ao Senado, dizendo que eu não tinha essa intenção. O que nós queríamos era flexibilizar o monopólio do petróleo, que foi feito. Para quê? Para que a Petrobras tenha que competir. E ela vai competir”.

[Eu me recordo que o Relator da matéria, na época, era o Senador paraibano Ronaldo Cunha Lima.]

Exatamente o que aconteceu. Desde a promulgação da Lei do Petróleo, em 1997, a produção da Petrobras mais que dobrou, enquanto o marco regulatório brasileiro se tornou um exemplo para o mundo. Como não foi ideia do PT nem de petistas, para eles não vale. Não estranhemos que qualquer dia Lula [o Presidente Luiz Inácio Lula da Silva] diga [ou ele ou alguém que o sirva] que foi ele que descobriu o petróleo. Ele ou a sua tentativa de candidata.

E, como numa revanche psicótica, sempre voltam às acusações de que os tucanos pensaram na privatização da Petrobras, hoje aparelhada – e, assim, numa privatização às avessas – pelos sindicalistas e pelos petistas.

Será coincidência o fato de voltarem ao assunto pelo período eleitoral? Certamente não. Foi assim em 2006, foi assim em maio último, quando a oposição já defendia a instalação da CPI da Petrobras. Nesta ocasião, o ex-Presidente FHC, mais uma vez, voltou ao tema e divulgou uma nota. Dessa vez mostrou, com razão, o modelo PT de agir com má-fé.

Má-fé e manipulação que constaram no discurso do Presidente Lula na cerimônia do lançamento do pré-sal ao atacar Fernando Henrique Cardoso. Depois de sete anos no Governo e outros tantos em governos estaduais e municipais, os petistas ainda não aprenderam o que o PSDB sempre soube: separar o público do privado, o governo do Estado.

Em discurso no Senado, nesta terça-feira, o Presidente Nacional do PSDB, Senador Sérgio Guerra, voltou a insistir numa atitude responsável do Presidente Lula e dos seus seguidores na discussão dos projetos do pré-sal. “Por que não afirmar o futuro?”, questionou o Senador [Sérgio Guerra] e indicou o caminho: “A questão [do pré-sal, do petróleo brasileiro] não é de um governo [nem de partido], é de Estado.”

Isso consta em um artigo na Agência Tucana.

Pois bem, Sr^a Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores aqui presentes, já se fala muito no pré-sal como salvador da pátria, dizendo que irá resolver os problemas com um fundo social, que irá compartilhar com os Estados não produtores – ótimo! –, esquecendo de

leve a presença e a necessidade dos Municípios, que é tema que tratarei a seguir.

Mas eu gostaria de chamar a atenção para um pronunciamento de um agente importante do Governo, que é o Presidente Gabrielli, da Petrobras. Ontem, no portal de notícias de *O Globo*, como manchete – o que já diz tudo, Senador Pedro Simon –, o Presidente da Petrobras disse: “o pré-sal não é uma vaca leiteira”.

É bom que o Governo escute isso, é bom que a Nação preste atenção a essa afirmação, porque, no meu entender, a maior autoridade em pré-sal deveria ser ou é o Presidente da Petrobras. Se ele afirma ao Governo, se ele reafirma à Nação que o pré-sal não é a vaca leiteira que vai distribuir recursos para os Estados, para os Municípios, para o fundo social prometido, anunciado e contado como se já estivesse em exercício, como aqui, naquela tribuna, afirmou o Senador Heráclito Fortes, dizendo que Prefeitos do Piauí já o procuraram para saber se iam receber dinheiro este ano, é bom que o Governo escute aquele que, se não for a maior autoridade no pré-sal, pelo menos é quem está fazendo a operação, é quem tem o domínio técnico, é quem sabe das necessidades financeiras, dos investimentos que precisam ser feitos pela Nação e pela iniciativa privada, para que nós possamos potencializar algo com cujo êxito todos nós ficaremos felizes, para que contribua para reduzir as injustiças sociais que, cada vez mais, se agravam no nosso País.

Ao falar dessa distribuição, eu falei dos Municípios, somando-me a todos aqueles Senadores que, insistentemente, vêm debatendo o problema dos Municípios.

Ontem, nós votamos aqui, na medida provisória, como emendas, alguns artigos importantes para os Municípios. Primeiramente, a dilatação do prazo para que os Municípios que estão inadimplentes com o INSS possam fazer as suas renegociações até 30 de novembro. Segundo, a medida provisória, que busca compensar ou garantir aos Municípios brasileiros, principalmente àqueles que detêm como renda básica, que ultrapassa 90% dos seus rendimentos, o Fundo de Participação dos Municípios, no mínimo, o mesmo valor de 2008.

Da mesma forma, estamos assegurando aos Municípios que os depósitos judiciais – aquilo que cabe na cota desses depósitos, o que for do IPI e de Imposto de Renda – possam ser também repassados imediatamente ao Fundo de Participação dos Municípios e do Estado, para o seu compartilhamento.

Então, alertar para os problemas dos Municípios será importante e fundamental para que possamos, através das prefeituras e dos seus agentes, fazer com que as ações cheguem de forma verdadeira, de for-

ma concreta aos nossos Municípios, beneficiando a nossa população.

Anúncio e palanque, já estamos cansados disso.

O Senador Heráclito Fortes contava que os Prefeitos do Piauí – e, com certeza, alguns da Paraíba também – já perguntavam se iam ter parcela do pré-sal neste ano. Eu já ouvi, ao lado de Prefeitos, no interior da Paraíba, a pessoa pedir a casa ao Prefeito, e o Prefeito dizer que estava desenvolvendo o projeto. Ela disse: “Não, mas Lula já disse que vai dar a casa. Eu quero a minha casa”. Isso por conta da grande propaganda, do palanque que foi montado e armado para anunciar o programa Minha Casa, Minha Vida.

Por isso, nós precisamos de ações concretas, e ação concreta é repassar recursos para que os Municípios possam aplicar na educação, possam aplicar na saúde, possam aplicar nas ações sociais necessárias, possam preocupar-se com aqueles que mais precisam, porque essa é a função, esse é o dever e essa é a obrigação do Estado, multiplicado pelos nossos Municípios.

Pois bem, um dos pontos críticos dos Municípios brasileiros – e, aqui, eu só relato a questão da Paraíba, Senador Cristovam – é o lixo.

Pesquisa do Ibama na Paraíba revela que 98% das cidades da Paraíba têm problemas com o lixo. Apenas, e somente apenas, a região metropolitana de João Pessoa tem sua situação regularizada em relação ao lixo. Graças a Deus, eu tive a oportunidade de, como Prefeito da cidade de João Pessoa, liderar exatamente o consórcio em busca dessa solução.

Segundo pesquisa feita pelo Ibama, o lixo de 98 Municípios paraibanos tem destino irregular. Os dejetos são encaminhados para lixões a céu aberto em vez de aterros sanitários seguros, segundo o Ibama da Paraíba. Apenas a região metropolitana de João Pessoa possui o aterro dentro das exigências ambientais.

O Procurador do órgão, Dr. Bruno Faro, informou à imprensa que nos lixões os resíduos não são submetidos a nenhum tipo de tratamento. Já nos aterros, são abertas valas, é retirado o chorume, é acompanhada a fiscalização, é preparado o sequestro do carbono e, conseqüentemente, há respeito ao meio ambiente.

Faro diz ainda que o Município de Campina Grande tem a pior solução do Estado. Lá, não existe aterro sanitário, e é a cidade mais importante do Estado, depois da capital. O lixão fica muito próximo à rodovia – na verdade, à margem da rodovia, na BR-230. O caminhão chega e despeja o lixo lá. Famílias ficam disputando os restos desse lixo, tentando encontrar algo que possa ajudar na sua sobrevivência.

“O Ministério Público já entrou com uma ação, mas ainda não foi detectada nenhuma ação do Município”, relata o Procurador. Além de Campina, outros Municípios deverão encaminhar projetos de criação de aterros sanitários. A Diretoria Técnica da Sudema, órgão que fiscaliza em nível estadual, argumenta que o problema do lixo tóxico não é apenas da Paraíba. A questão é nacional. O Brasil não possui lei que discipline o gerenciamento de resíduo sólido. É verdade. Está em debate neste Congresso, está na Câmara Federal para, depois, vir a esta Casa para que aprofundemos a discussão e, da forma mais rápida possível, definamos o que vamos fazer em relação ao resíduo sólido, item tão importante não só no Brasil, mas no mundo como um todo.

Eu gostaria de abrir um parêntese, ao tempo em que encerro este assunto, para dizer que, de minha autoria, na Comissão de Meio Ambiente, no ano passado, no item de Emendas de Comissões, apresentamos uma emenda de R\$200 milhões para que fossem atendidos, através da Funasa, Municípios com menos de 50 mil habitantes.

A execução, Senadora, dessa emenda, neste ano, é praticamente zero, praticamente zero. Veja bem: era para o Brasil todo. Era muito pouco, mas era para despertar a atenção deste País para o fato de que não podemos jogar fora o lixo que não cabe debaixo do tapete, que está a céu aberto, que está contaminando os nossos mananciais, que está prejudicando a nossa natureza, está prejudicando a saúde do nosso povo. Uma emenda de R\$200 milhões para o Brasil, para resolver problemas de Municípios com menos de 50 mil habitantes.

Os Prefeitos estão sendo multados pelo descumprimento da lei ambiental, mas não têm assessoria técnica, não têm respaldo financeiro, não têm ajuda. Recebem cobrança de INSS, recebem cobrança de precatórios, mas não têm a solidariedade de um Governo que deveria preocupar-se com esses pequenos Municípios, orientando-os para que eles se juntem e façam consórcios, a exemplo de alguns que fazem consórcio da saúde, a exemplo do que eu realizei em João Pessoa, com o Condiam, para resolver o problema do lixão, que era de 50 anos. Por que o Governo, em vez de apenas os Prefeitos, não dá subsídios técnicos e financeiros para que essa solução seja encontrada? Boa parte, mais de 40 Municípios, na Paraíba, estão com multas que variam de R\$20 mil a R\$250 mil.

Senador Cristovam, há Município que, com R\$250 mil, poderia equacionar o problema do lixo, desde que houvesse o respaldo, porque no sacrifício em que esses Municípios se encontram não há como encontrar a solução desse problema.

Eu venho batendo na tecla. Como o senhor bate na da educação, eu tenho batido na tecla dos Municípios, porque, inclusive, para o Município, um dos itens mais importantes das suas obrigações é a educação.

Então, nós precisamos nos somar, precisamos cobrar para que os Municípios tenham a sua independência. O fundo social do pré-sal proposto, Senador Cristovam, de que eu ouvi o senhor falar, é fundamental, desde que não fique centralizado em Brasília, obrigando o Prefeito vir aqui de pires na mão ou que precise se submeter a barganhas políticas para ter o recurso liberado.

Concedo, com muita honra, o aparte a V. Ex^a.

O Sr. Cristovam Buarque (PDT – DF) – Senador Cícero, primeiramente, sobre a parte do lixo. Aqui, no Distrito Federal, quando eu fui Governador, nós utilizamos uma solução que foi extremamente positiva: contratar os desempregados da cidade para que, utilizando carroças a cavalo e treinados para separar os lixos orgânicos e os lixos recicláveis, fizessem a limpeza das cidades. Trata-se de um projeto muito barato, com efeito social muito grande, porque gera renda, não a renda do Bolsa-Família, mas a renda da contratação para um serviço que beneficia o próprio povo. Então, beneficia-se o trabalhador, que recebe esse salário, e a população, que mora no bairro onde ele está. E as cidades ficaram limpíssimas a um preço muito baixo. O Governo Federal poderia financiar programas desse tipo. Segundo, sobre o fundo social. Estou de acordo em que a gente tem de acabar com essa ideia de o Prefeito vir com o pires na mão pedir dinheiro. E é o que vai acontecer se ficar como está aprovado, porque a proposta que vem aí é criar o fundo para atender a projetos específicos. Seria completamente diferente se esse fundo, por exemplo, servisse para pagar diretamente o salário do professor, se o dinheiro fosse diretamente como vai o salário dos professores universitários: sai do Tesouro Nacional e vai para a conta do professor. A gente podia fazer isso. Porque diluir esse fundo em uma quantidade imensa de alternativas de projetos não dará o resultado transformador da Nação brasileira que a gente espera. Para haver efeito transformador, há de se escolher onde investir. Eu digo educação, outros dizem saúde, outros dizem ciência e tecnologia, outros dizem meio ambiente. Escolhamos. Mas tem de ter efeito direto. Nesse sentido, o Prefeito executa. O Governo tem os recursos, mas não os deve dar ao Prefeito conforme o projeto ou com o pires na mão, mas diretamente. Para certos objetivos determinados da Nação brasileira, que são executados nos Municípios – porque é lá que a gente ensina às crianças e não em Brasília –, o dinheiro iria direto para essa finalidade, mas desde que estabelecidos de acordo com prioridades nacionais, não prioridades do

Governo. Que esses recursos cheguem diretamente na ponta, diretamente da União para essa ponta, seja a ponta do salário do professor, seja a ponta do reequipamento das escolas. Devemos evitar, sim, que alguns Prefeitos recebam mais do que outros, que dependa do projeto, que custa, muitas vezes, um dinheirão, que depende da influência do Prefeito aqui para conseguir o dinheiro e, depois, para conseguir a liberação do dinheiro. Então, que já se saiba: esse dinheiro irá para tal setor. E o Governo Federal recebe o *royalty* e investe nisso. Mais uma palavrinha só. Os Governadores dos Estados onde está o petróleo brasileiro reclamam porque isso tiraria a renda deles. Não tira, porque ela volta sob a forma de recursos para a educação. O que tira deles, sim, é a liberdade de investir esse dinheiro nobre em qualquer coisa. Tira isto: tira a liberdade de escolher onde investir. O lugar onde investir seria uma decisão nacional. Mas, no fundo, eles vão receber mais dinheiro por essa transferência do que pelo *royalty*, porque não esqueçamos que os dois Estados que têm mais petróleo – Rio e São Paulo – são os Estados de maior número de pessoas, portanto, com maior número de crianças. Portanto, se disséssemos que cada Estado vai receber R\$4 mil por criança, para a sua educação, esses Estados iriam receber, Senadora Fátima, mais do que recebem hoje. Fiz as contas ontem para o Senador Camata, que é um dos produtores, que é o Espírito Santo, e ele ficou surpreso com o fato de que seria mais dinheiro, mas não livre e, sim, o dinheiro com um destino muito claro, que seria a educação, única forma de transformar um recurso escasso em um recurso permanente, que são os cérebros dos brasileiros.

O SR. CÍCERO LUCENA (PSDB – PB) – Agradeço o aparte, como sempre enriquecedor, de V. Ex^a. Ao ouvi-lo, faço a confirmação de que esse debate não pode ser apressado. O senhor levanta a tese da distribuição; outros levantam a de que seja compartilhado como forma de diminuir os desequilíbrios regionais; alguns já estão sugerindo o modelo de distribuição do Fundo de Participação para tentar compensar os menos favorecidos; outros defendem modelo livre; outros defendem a distribuição mediante projetos e outros defendem a forma que o senhor propõe. Não estou aqui dizendo que já a considero melhor, mas a considero muito oportuna, para que seja debatida, desde que, se eventualmente seja voltada para a educação ou para a saúde, não sirva de alívio ou de descompromisso renovado do Governo de tirar hoje os recursos existentes. Ela tem de ser a mais do que pretendemos para a educação, do que consideramos ideal para a educação. Quanto à experiência de V. Ex^a aqui com o lixo, eu a tive também em João Pessoa. Lá, tivemos duas experiências maravilhosas. A primeira, já lhe disse, inspirado no seu exemplo do Bolsa-Escola

aqui, tiramos as crianças que sobreviviam dentro do Lixão do Roger, que catavam o lixo, que disputavam alimentos com os urubus e as colocamos em casas, em escolas e em creches. Demos o Bolsa-Escola quando ainda o Presidente Fernando Henrique Cardoso não a havia adotado nem buscado universalizá-lo. Da mesma forma, pegamos os catadores, os transformamos em agentes ambientais, com cursos de relações humanas, de trânsito, de associativismo, os alfabetizamos, e criamos a Astramare – Associação dos Trabalhadores de Material Reciclável. Garantimos a esses trabalhadores, Senador, porque havia uma grande preocupação por eles catarem lixo no Lixão, e agora iriam para pontos da cidade fazer a coleta seletiva, um salário-mínimo. Eventualmente, se naquele ponto houvesse 30, 40 catadores, que iam às casas próximas para coletar material reciclado, nos seis primeiros meses, a prefeitura bancava a diferença apurada pela Associação deles, com o que eles vendiam. Se não completasse o salário-mínimo, a prefeitura bancava-lhes o salário-mínimo. A partir de seis, oito meses, eles não precisaram mais dessa contribuição ou complementação da prefeitura.

Então, acato a sugestão de V. Ex^a para que, nos Municípios em que criarmos os aterros sanitários consorciados, cooperativas de catadores de material seletivo, criarmos juntamente a iniciativas de educação, para que nós mesmos, usuários, consumidores, passemos a adotar postura de coleta seletiva. Aí sim, estaremos dando uma bela contribuição aos Municípios.

Para encerrar, para não abusar da paciência e de compromissos de V. Ex^{as}, quero chamar a atenção para uma revista que trata do Nordeste. Chama-se *Revista Nordeste*. Além de tantas matérias que enriquecem suas páginas, informando-nos sobre a Região, ela também tem a preocupação de discutir temas nacionais e internacionais. A capa da *Revista Nordeste* desta semana, ao completar três anos de existência, Senadora Fátima, nos traz uma indagação que eu queria deixar aqui, ao tempo que peço a V. Ex^a que essa matéria seja transcrita nos Anais desta Casa: “Quem boicota os projetos espaciais do Brasil?” Isso está na capa da *Revista Nordeste* ao comemorar seus três anos. Não lerei a matéria, mas peço que ela seja transcrita nos Anais desta Casa.

Meu muito obrigado, e que Deus proteja a todos.

**DOCUMENTO A QUE SE REFERE O
SR. SENADOR CÍCERO LUCENA EM SEU
PRONUNCIAMENTO.**

(Inserido nos termos do art. 210, inciso i e §2º, do Regimento Interno.)

AGÊNCIA TUCANA

LULA DEVERIA LER

03.09.2009

Brasília (03) - Dia desses o Presidente Lula, demagogicamente, disse que poderia voltar a estudar. Deveria. Mesmo que isso lhe provoque azias. Pelo menos, Lula poderia tornar-se um pouco mais coerente e preciso no que diz, repete e distorce.

Deveria estudar também, história. Ou pedir que alguns dos seus assessores estudassem por ele. Como no caso da Petrobras, da Lei do Petróleo e do Pré-sal.

Em 08 de agosto de 1995, o então presidente Fernando Henrique Cardoso enviou ao Senado Federal esclarecimentos exatamente sobre esse assunto que há quase um século apaixona o Brasil.

"Proporei ao Congresso Nacional que a Petrobras não seja passível de privatização", disse o ex-presidente na mensagem enviada ao então presidente do Congresso, José Sarney.

Na época, estava em análise, nas duas casas, a Proposta de Emenda Constitucional (PEC) de número seis que daria a União "condições de exercer seu direito de propriedade sobre os recursos minerais brasileiros".

A carta está nos arquivos da Presidência da República e do Senado Federal. E, claro, na época foi amplamente divulgada pela imprensa. Como não gosta de instruir-se lendo, o presidente e o seu partido, o PT, manipulam a verdade para promover desinformação e propaganda eleitoral. Não vai colar, a população brasileira, os eleitores, estão esculhados com essa prática.

Além da carta, em discurso durante solenidade no Planalto, documento que também está nos arquivos do presidente Lula, Fernando Henrique Cardoso voltou a dizer: "A Petrobras não vai ser privatizada. Isso nunca foi cogitado, até pelo contrário, mandei uma carta ao Senado, dizendo que eu não tinha essa intenção. O que nós queríamos era flexibilizar o monopólio do petróleo, que foi feito. Para que? Para que a Petrobrás tenha que competir. E ela vai competir."

Exatamente o que aconteceu. Desde a promulgação da Lei do Petróleo, em 1997, a produção da Petrobras mais que dobrou, enquanto o marco regulatório brasileiro se tornou um exemplo para o mundo. Como não foi idéia do PT nem de petistas, para eles não vale. Não estranhemos que qualquer dia Lula diga que foi ele que descobriu o petróleo. Ele ou a sua tentativa de candidata.

E, como numa revanche psicótica, sempre voltam às acusações de que os tucanos pensaram na privatização da Petrobras, hoje aparelhada - e, assim, numa privatização às avessas - pelos sindicalistas e pelos petistas.

Será coincidência o fato de voltarem ao assunto em períodos eleitorais? Certamente não. Foi assim em 2006, foi assim em maio último, quando a oposição já defendia a instalação da CPI da Petrobras. Nesta ocasião, o ex-presidente FHC, mais uma vez, voltou ao tema e divulgou uma nota. Dessa vez mostrou, com razão, o modelo PT de agir com má-fé.

Má-fé e manipulação que constaram no discurso do presidente Lula na cerimônia de lançamento do pré-sal ao atacar Fernando Henrique Cardoso. Depois de sete anos no Governo e outros tantos em governos estaduais e municipais, os petistas ainda não aprenderam o que o PSDB sempre soube: separar o público do privado, o governo do Estado.

Em discurso no Senado, nesta terça-feira, o presidente nacional do PSDB, senador Sérgio Guerra, voltou a insistir numa atitude responsável do presidente Lula e dos seus seguidores na discussão dos projetos do Pré-sal. "Por que não afirmar o futuro?", questionou o senador e indicou o caminho: "a questão não é de um governo, é de Estado".

Leia íntegra da Carta do ex-presidente FHC

Leia a íntegra do Discurso do senador Sérgio Guerra



ESPECIAL
Por que crescemos
no patamar da
CHINA

EDUCAÇÃO
A nova polêmica
das cotas sociais

REVISTA
NORDESTE
ANO 4 - Nº 37 - AGOSTO DE 2009 - R\$ 6,50
3 Anos

**QUEM BOICOTA
OS PROJETOS ESPACIAIS
DO BRASIL?**

**Projetos
espaciais**

**Por que não
dão certo no
Brasil?**

Segundo o relatório "Brasil 2009" da Fundação Getúlio Vargas (FGV), o Brasil tem um dos maiores orçamentos para pesquisa e desenvolvimento em tecnologia espacial do mundo. No entanto, o país não consegue transformar esse investimento em resultados tangíveis. O relatório aponta que o Brasil é o único país da América Latina com um programa espacial ativo, mas que o seu desempenho é inferior ao de outros países com orçamentos semelhantes. O relatório também destaca que o Brasil tem uma das maiores taxas de crescimento econômico da América Latina, mas que o seu desempenho em tecnologia espacial é inferior ao de outros países com orçamentos semelhantes. O relatório também destaca que o Brasil tem uma das maiores taxas de crescimento econômico da América Latina, mas que o seu desempenho em tecnologia espacial é inferior ao de outros países com orçamentos semelhantes.

Mesmo com o
maior
orçamento
em tecnologia
espacial da
América Latina,
o Brasil não
consegue
transformar esse
investimento
em resultados
tangíveis. O
relatório aponta
que o Brasil é
o único país da
América Latina
com um programa
espacial ativo,
mas que o seu
desempenho é
inferior ao de
outros países
com orçamentos
semelhantes.

"As verbas para o programa espacial foram decrescendo a partir da década de 80 e chegaram ao mínimo no final da década 90", lembra. A falta de financiamento, de acordo com Ferreira, levou à redução dos quadros envolvidos na área. "Tivemos uma retração no setor, inclusive com o afastamento da indústria nacional. E isso refletiu nos recursos humanos, que também se distanciaram. Agora isso está começando a melhorar", afirma. Em números, somente em 2008, foi empenhada uma rubrica de R\$ 2,13 milhões para ações do Programa Nacional de Atividades Espaciais (Pnae), uma quantia considerada ínfima perto dos US\$ 20 bilhões que dispõe a NASA. No orçamento de 2009, o setor espacial foi um dos mais atingidos pela redução orçamentária aprovada no Congresso Nacional, dentro da pasta de Ciência e Tecnologia, sofrer 12,55% menos em seu crédito, do que o planejado. Dentro do Programa Nacional de Atividades Espaciais (Pnae), a expectativa orçamentária foi de 19,28% menor. Esse programa inclui os satélites brasileiros de Observação da Terra, o projeto planejado Amazônia-1, e o desenvolvimento do Veículo Lançador de Satélites (VLS).

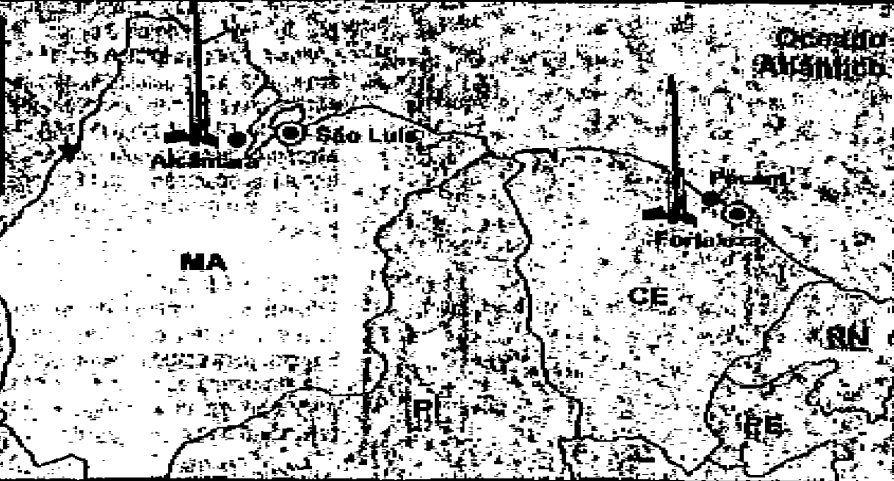
Apesar de um horizonte atual mais opaco, o especialista mantém postura realista: "No que diz respeito à superação

do atraso, "Nada na tecnologia espacial é facilmente superado. Mas estamos no rumo certo. Já dominamos bem a construção de satélites. Agora precisamos nos concentrar nos foguetes que colocam esses satélites em órbita", diz Ferreira. O Brasil já mandou cinco satélites para o espaço — dois com lançadores americanos e três com instrumentos chineses. Hoje, há três satélites em funcionamento, a cerca de 800 km da Terra. Um faz coleta de dados, medindo pressão, velocidade do vento, temperatura. O outro trabalha registrando imagens. "Esses satélites têm aplicações não científicas, mas muito importantes para o governo, para as agências meteorológicas, para empresas. E não podemos não acreditar, por exemplo, que conseguiremos impedir o desmatamento na Amazônia. Da mesma forma, podemos vir a ter situações relacionadas a mudanças na natureza, como o fenômeno El Niño", explica. Carvalho da Silva. Contudo, Brasil não tem foguetes, o projeto atual prevê lançar satélites dependentes da parceria que o país firmou com a Agência Espacial Brasileira, na tecnologia, tal como China, Argentina, França, Índia, Peru, Rússia, Espanha e Estados Unidos.

Mas é com a fabricação dos foguetes que a maior dificuldade é encontrada.

ALÉM DO ALACANTARA

Além do Alcantara, o governo estuda uma novo local no Ceará



A SRA PRESIDENTE (Fátima Cleide. Bloco/PT – RO) – V. Ex^a será atendido nos termos regimentais.

Como orador inscrito, concedo a palavra Senador Cristovam Buarque do PDT do Distrito Federal.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (PDT – DF. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente Cícero Lucena, Sr^a Senadora Fátima Cleide, que estava na Presidência da Mesa quando fui convocado a fazer esta fala, Sr^{as} e Srs. Senadores, hoje, vim falar sobre esse assunto que está tocando a todos nós: a reforma política. Algo fundamental, não apenas para retomar os trabalhos sérios da República brasileira, do Poder Público nesta Casa, que é a mais importante do ponto de vista do poder democrático, que é o Congresso, como também para fazer com que funcionemos bem depois de bem escolhidos os nossos parlamentares.

Estamos num momento de profunda crise de credibilidade, em parte por erros de alguns de nós e, em parte, pelo mau funcionamento de toda a Casa, que, às vezes, queremos esconder, apresentando estatísticas que o povo não engole, porque o povo percebe que são estatísticas manipuladas, dando conta de trabalhos nossos que não levam a consequências concretas.

O povo também vai ficar incomodado quando perceber que, depois de todas as denúncias sobre malfeitos aqui dentro, sobre salários que pagamos a nós próprio, parlamentares, estamos descarregando todo o problema nas costas dos pobres servidores terceirizados do Senado. É preciso que o povo brasileiro saiba que aqui nós temos duas castas: a nossa de parlamentares e de servidores da Casa; e a outra casta, que são os servidores terceirizados, que recebem salários muito baixos, que não têm serviços médicos especiais, que não tem nenhum privilégio nem vantagem. E, lamentavelmente, a ideia de reduzir os gastos do Senado agora está recaindo nas costas desses pobres trabalhadores. Uma única das empresas – e não quero defender as empresas aqui, absolutamente, porque há malfeitos da parte delas também – acaba de comunicar aos servidores que setecentos deles serão demitidos muito em breve.

Eu creio que vai ser uma vergonha. Depois das notícias e informações dos erros nossos, surgir a ideia de que, no final, vão pagar, como se isso reduzisse os gastos, os pobres trabalhadores terceirizados. Espero que a Mesa Diretora do Senado entenda que não é por aí que a gente vai conseguir reduzir os gastos e, muito menos, fazer justiça.

Ao mesmo tempo, Senador, quero dizer que desse debate sobre a reforma política tentei participar, mas perdi todas as tentativas de emendas que propus. Por isso, insisto – e, há pouco, falava com o Senador Marco Maciel, embora ele não defenda – na ideia de que vamos preci-

sar convocar um grupo de brasileiros – que pode sair até daqui; acho que muitos sairiam –, que seriam candidatos para fazer a reforma política, com o compromisso de que nenhum deles será candidato nas próximas duas eleições. Só assim vamos poder aprovar medidas mais drásticas, duras, diferentes, que permitam mudar a maneira como a gente elege e como a gente faz política no Brasil.

Eu vou listar aqui algumas das propostas que ofereci – todas elas foram recusadas, e diria até obviamente. Vou listá-las não em ordem de importância, e peço desculpas se falar mais do que costumo falar:

Primeira proposta: obrigatoriedade de todo partido lançar candidatos aos cargos executivos em todas as eleições. Todo partido tem que ter candidato a Presidente, tem que ter candidato a Prefeito, tem que ter candidato a Governador. Na hora em que a gente fizer isso, acaba a ideia das legendas de aluguel, que aí estão apenas para oferecer tempo de televisão aos candidatos de outro partido. Um partido que não tem candidato próprio à Presidência é um partido que não tem o que dizer à Nação brasileira, não tem uma proposta para a Nação, porque, se tivesse, ia querer, através de um de seus militantes, levar esse discurso.

Como sabemos, isso pode levar a uma pulverização de votos e, por conta disso, o candidato de um certo bloco político pode perder a eleição. Por isso, os Constituintes criaram os dois turnos. O primeiro turno de uma eleição é para votarmos no mais próximo a nós; o segundo turno é para votarmos no menos distante do que queremos. No primeiro turno, nós temos que votar naquele que traz a esperança que defendemos; mesmo que tenha apenas 1% dos votos, 0,5% dos votos, mas que deixe o seu recado. Aí, no segundo turno, temos a chance de votar no outro, que não está separado do que nós queremos, mas que não é tão próximo. Os dois turnos são uma solução inteligente. Mas ela não está funcionando no Brasil, porque aqui não há dois turnos; aqui só há um turno, que é o segundo. No primeiro, já se sabe quem serão os eleitos; a mídia se encarrega de dar espaço apenas aos que têm mais votos, conforme as pesquisas.

Vamos permitir que toda ideia que haja neste País, de um partido, seja apresentada aos eleitores. Por isso, acho que esta é uma reforma fundamental: a obrigatoriedade de todo partido oferecer candidato aos cargos executivos. E, num primeiro momento, creio até que isso levaria alguns partidos a desistirem de existir, o que diminuiria o número de partidos; porém, que cada um traga o seu candidato. O partido que não tem condições de ter candidato a presidente não merece existir, e todos eles têm condições. Podem não ter condições de chegar ao segundo turno, de eleger o Presidente, mas de ter candidato todo partido tem condições. O mes-

mo valeria para Prefeito e para Governador de Estado. Acabariam essas negociatas todas que a gente vê no primeiro turno. Isso permitiria, sim, acordos partidários para o segundo turno, não para o primeiro.

Uma segunda é a proibição de reeleição para os cargos executivos e a limitação do número de reeleição para o mesmo cargo legislativo. Deputado, Vereador, Senador só poderiam ter dois mandatos seguidos, não mais de dois. Depois disso ele pode até continuar na política, mas mudando de cargo. É Vereador, dispute Deputado; é Deputado, dispute Vereador, mas não continue no mesmo cargo por um período muito longo.

Qual é a vantagem disso? Permite uma renovação; permite que outras pessoas tenham condições de se colocarem no cenário político. E alguns dizem: mas com isso vamos perder candidatos políticos com grande experiência, como o Senador Pedro Simon, que está aqui na minha frente, como era o Deputado Ulysses Guimarães. Estou de acordo, mas essa perda é menor do que o ganho da renovação permanente.

Além disso, acho que é positivo um político, depois de algum tempo na vida pública, descobrir que existe vida fora do Congresso, que ele é capaz de retomar a sua profissão. É impossível retomar depois de diversos mandatos.

Essa é uma proposta que coloco aqui e que acho que não deve ser só para políticos: deve ser para dirigentes de clube de futebol; para líderes sindicais sim, para que não se perpetuem; para os dirigentes das escolas de samba. Deve ser para todas as entidades que não forem propriedade privada, porque o proprietário não é eleito, é dono, é permanente e ainda pode passar para os filhos.

O Sr. Pedro Simon (PMDB – RS) – Dirigente partidário. *(Intervenção fora do microfone.)*

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (PDT – DF) – Sim; os dirigentes partidários não poderiam continuar no mandato por mais de dois cargos.

Essa é uma proposta das que ofereci e que foi recusada.

Terceira – e sei que esta é impossível ainda mais do que as outras: obrigatoriedade de o chefe do Executivo cumprir seu mandato até o final. Presidente, Governador e Prefeito não poderem ser candidatos ainda durante o período para o qual foram eleitos. Eles têm que cumprir o mandato até o final. E, aí, que fiquem um tempo sem mandato, depois se candidatem outra vez. Isso acaba com o uso da máquina por parte de quem está no poder; isso acaba com a mania de se perpetuar nos cargos. Olha, um Governador que deixa de ser Governador e volta à sua profissão vai ficar um político mais rico na eleição seguinte.

A quarta é a apresentação, por candidato, de compromissos de campanha, com a possibilidade de ato revocatório para parlamentar ou executivo, por meio de plebiscito, solicitado por pelo menos 5% dos eleitores. Ou seja, não é fácil pedir o ato revocatório. E, mesmo assim, esse abaixo-assinado seria analisado pelo Tribunal Eleitoral, que poderia autorizar ou não, porque iria analisar se a carta de compromissos foi descumprida. Se a carta de compromissos foi descumprida, aí se faz um plebiscito (sim ou não) para revogar. Primeiro, ter 5% já é muito difícil, só um político muito ruim; segundo, passa ainda pelo Tribunal Eleitoral.

Um seguinte, que está muito em voga hoje, é a ideia do fim do suplente. Mas tenho a impressão de que o fim do suplente é menos importante do que uma outra decisão: aquele que for Parlamentar, se aceitar o convite do Presidente, do Governador ou do Prefeito para ocupar cargo no Executivo, terá que renunciar ao mandato de parlamentar.

Eu mesmo fui eleito Senador, virei Ministro e voltei para cá. Se naquela época existisse uma lei que dissesse que, para ser Ministro, ter-se-ia de renunciar ao mandato, é muito provável que eu não aceitasse por respeito aos meus eleitores.

Além disso, é muito provável que um Presidente que chame alguém daqui para ser ministro, sendo que este vai renunciar ao mandato, ele fique muito mais obrigado de manter também esse parlamentar no cargo.

Isso já existe, por exemplo, Senador Pedro Simon, no caso do Presidente do Banco Central. O Meirelles teve que renunciar ao mandato de Deputado para ser Presidente do Banco Central. Eu acho que eu deveria ter sido obrigado a renunciar ao mandato se quisesse ter aceito o cargo de Ministro da Educação, como eu ocupei.

Na hora em que a gente fizer isso, primeira coisa, acaba com aquela questão de o Poder Executivo se imiscuir aqui dentro. Hoje, o que faz o Presidente?

O Sr. Pedro Simon (PMDB – RS) – Ou o contrário, como na Inglaterra, que é parlamentarista.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (PDT – DF) – Mas aí no parlamentarismo.

O Sr. Pedro Simon (PMDB – RS) – Sim; mas estou argumentando: só pode ser ministro quem é deputado.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (PDT – DF) – Mas aí no parlamentarismo. E não renuncia: ele continua deputado e ministro. Aí é diferente.

O que acontece hoje? O Presidente chama um deputado para ser ministro. Se o suplente não agir conforme o Presidente quer, ele tira outra vez. Então, nós ficamos nas mãos do Presidente. Os Governadores têm, nas suas mãos, as assembleias legislativas,

porque eles trazem deputados para serem secretários, e os suplentes são nomeados por eles.

As pessoas não percebem isto: os suplentes hoje são nomeados pelo Poder Executivo. Então, o Congresso está nas mãos do Poder Executivo.

O Sr. Pedro Simon (PMDB – RS) – Não dá pra dizer que o suplente não tem nenhum voto. Tem um: o do Presidente.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (PDT – DF) – O do presidente. É verdade. Essa é a parte grave.

Agora, se o deputado tem que renunciar para ser ministro, aí o suplente não depende mais do Presidente, porque ele aí assumiu o cargo efetivamente.

A gente fala muito em suplente, mas o suplente que assumiu o lugar de um senador que morreu, por exemplo, ele não é mais suplente; ele foi suplente. O que assume o cargo aqui porque o senador foi ser governador ou prefeito não é mais suplente.

Precisamos desvincular o Congresso das mãos do Poder Executivo. A maneira é esta: vai ser ministro? Renuncie ao cargo que tem no Congresso. Vai ser secretário de um governador? Renuncie ao cargo de deputado estadual.

Outra proposta é criarmos a possibilidade de candidatura independente de filiação partidária, desde que com um pedido abaixo-assinado de um número grande de eleitores. Nós dizemos que, para fortalecer os partidos, só pode ser candidato quem estiver filiado. Não estamos fortalecendo o partido coisa nenhuma; estamos fortalecendo clubes eleitorais. Partido a gente fortalece quando tem uma proposta ideológica.

O PT é um partido que começou, creio, com apenas três parlamentares, se não me engano, mas tinha uma proposta, tinha uma ideologia, tinha uma visão. Por isso, tinha que ter direito, sim, a participar de todo o processo; tinha direito, sim, a ter cadeira no Congresso. É um equívoco a lei que impede de estar no Congresso membro dos partidos que tiverem poucos eleitores, porque, de repente, uma pessoa sozinha tem uma ideia tão boa para este País que deve ter o direito de disputar qualquer eleição. Claro, sabendo da dificuldade que ele teria de se eleger pelas regras, que continuariam as mesmas, da eleição por quantidade da soma dos votos de todos os candidatos do partido.

Ou seja, para se eleger independente, é preciso ter mais votos do que os partidos tenham na soma de todos os seus candidatos. Por que proibir isso em um país, ou no mundo, onde não há nenhuma unidade ideológica em nenhum dos partidos?

Há uma proposta, Senador Pedro Simon, que parece até ridícula muitas vezes, mas eu coloquei. É a ideia de substituir o nome de deputado por “representante do eleitor”. As pessoas dizem: “Isso quer dizer o quê?”. Quer

dizer que, quando sai de casa para votar hoje, o eleitor diz: “Vou votar naquele deputado”, mas, se ele sair de casa para dizer: “Vou escolher hoje o meu representante na Câmara”, ele vai pensar mais. As palavras carregam símbolos. As palavras não querem dizer nada; elas querem dizer uma coisa, e deputado quer dizer deputado, “representante do eleitor” quer dizer “o meu representante”. É diferente. Como Senador, que tem que ser o “representante do meu Estado”. É claro que, pela tradição, podemos até manter “deputado – representante do eleitor”, “senador – representante do Estado”. É uma mudança simples, mas carregada de um simbolismo.

O mesmo aconteceu quando o Bolsa Escola se transformou em Bolsa Família. Na imaginação do povo, perdeu-se o significado educacional. Antes a mãe, quando recebia a Bolsa, dizia: “Eu recebo o Bolsa Escola porque o meu filho está na escola”. Hoje ela diz: “Eu recebo o Bolsa Família porque minha família é pobre”. As palavras publicizam a ideia.

O Sr. Pedro Simon (PMDB – RS) – Mas, se tem a determinação de que, para receber o Bolsa Família, o filho tem que estar na escola, aí tem um..

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (PDT – DF) – Tem, mas vamos ver. Mesmo com essa determinação, é diferente. Você tem a escola na cabeça todo dia com a mãe dizendo: “Amanhã vou receber o Bolsa Escola” ou “Amanhã vou receber o Bolsa Família”. Tem a conotação. As palavras carregam realidades. Deputado é uma realidade; “representante do eleitor” é outra realidade. E até digo, não com satisfação, mas estou, com isso, imitando os americanos. Nos Estados Unidos, chama-se representante. Não se chama deputado. Eu acho que essa é uma das boas coisas que a gente poderia imitar deles, embora haja tantas outras que a gente deva ficar longe da imitação.

A mesma coisa valeria para o vereador. O vereador seria o “conselheiro municipal”, como eu creio que já foi chamado há algum tempo e ainda é chamado em muitos países. Vereador não quer dizer nada. “Conselheiro municipal”, sim, quer dizer alguma coisa.

Aqui veio uma proposta, Senador, que eu creio que dificilmente passaria. É a definição de qual é o prazo de férias do parlamentar, de tal dia a tal dia, nos meses de dezembro e janeiro. Essa é uma coisa que seria boa de o povo saber com clareza.

O Sr. Pedro Simon (PMDB – RS) – O termo “férias” não sei se é o melhor termo.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (PDT – DF) – Porque a gente trabalha...

O Sr. Pedro Simon (PMDB – RS) – Recesso parlamentar é mais interessante.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (PDT – DF) – A gente trabalha mais no recesso do que nas férias. Essa é

a verdade, e o povo não entende isso. Mas quem é político sabe. Trabalha-se mais no recesso, a não ser que viaje para uma praia, que viaje para o exterior, mas se trabalha mais do recesso do que no período parlamentar.

O Sr. Pedro Simon (PMDB – RS) – Eu me assusto mais quando chega o recesso do que com o trabalho normal, porque quando chega o recesso eu não tenho como recusar os convites por todo o Rio Grande do Sul, quando eu tenho que andar, tenho que ir, não tenho como deixar de ir. Quando eu estou aqui, eu digo: não posso porque tem votação. No recesso eu corro muito mais do que no regime normal.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (PDT – DF) – É verdade, o recesso ser em uma determinada data. E aí vem uma outra proposta pela qual eu venho me batendo aqui há tempo. Defendo nessa reforma, que também não foi aceita, que nós tenhamos três semanas por mês de sessões ordinárias e uma semana livre para irmos às bases. Hoje nós temos três dias aqui e quatro dias por semana nas bases. Não funciona.

O Sr. Pedro Simon (PMDB – RS) – Na verdade, dois dias e meio.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (PDT – DF) – Dois dias e meio. Tem razão.

O Sr. Pedro Simon (PMDB – RS) – Terça de tarde, quarta o dia inteiro e quinta de manhã.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (PDT – DF) – É verdade, dois dias e meio, ou seja, quatro dias e meio sem atividades parlamentares. Aí não temos tempo de parlamentar entre nós, não temos tempo de conversar. As segundas e sextas são vazias como hoje. Se a gente dissesse: três semanas de atividades ordinárias, as segundas e sextas estariam com o plenário cheio. Agora, depois, uma semana inteira para ir às bases.

O Sr. Pedro Simon (PMDB – RS) – Os dias seriam os mesmos. O que é que acontece hoje? Hoje, durante a semana, por exemplo, hoje é ponto facultativo e segunda-feira é ponto facultativo. O que a gente defenderia é o seguinte: três semanas de tempo integral e, na outra semana, essa segunda e essa sexta seriam substituídos por uma semana inteira: sexta, sábado, domingo e toda a semana seguinte. Então, a gente viajaria uma vez para o próprio Estado, porque hoje o Senador fica um terço do seu tempo aqui, um terço indo para o aeroporto, sentado, esperando o avião, pegando o avião e indo da capital ao interior e um terço no seu Estado. Isso é coisa de piada, não é não? Não é uma coisa séria!

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (PDT – DF) – Não é inteligente, não é eficiente e é ruim para o País.

Outra coisa: com essa proposta, alguns dizem quando eu converso, que faria mal à família. Não. A ideia é que a família venha morar em Brasília. Então a

família ficaria uma semana sem o parlamentar. Hoje, ela fica muito mais que uma semana. Mesmo ele ficando pouco tempo aqui, é o tempo de viagem e mais a soma desses dias aqui. Além disso, faria bem à saúde dos parlamentares. Esse negócio de ir toda semana, ir e voltar, termina arrebatando a saúde. E faria bem à saúde financeira do Senado, porque reduziria o custo em passagens para a gente ir visitar as bases.

O Sr. Pedro Simon (PMDB – RS) – Olha, Senador, modéstia à parte, os projetos estão aí. E muito singelo: em vez de cinco passagens por mês, nós receberíamos uma passagem; em vez de cinco, uma.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (PDT – DF) – Uma!

O Sr. Pedro Simon (PMDB – RS) – E se faz a sessão. Quer dizer, o meu projeto é igual ao de V. Ex^a, é a mesma coisa. Como vamos discutir? Mas eu digo o seguinte: na última semana, nos reunimos e fixamos agora, na última semana de setembro, o calendário de outubro. O que vamos votar em outubro? O que temos para votar em outubro? É isso aí. Isso que está aqui nós vamos votar no mês de outubro. E tem mais: o que tem na Casa, nas discussões da Casa? Construção de prédio novo, sala de restaurante, não sei mais o quê, o Plenário vai decidir. Então, a gente vota no Plenário. E aí o que acontece? Começa a votação; se votarmos toda essa matéria em 25 dias, temos cinco dias para irmos para os Estados; se votarmos em 20 dias, temos 10 dias para irmos para os Estados.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (PDT – DF) – Certo.

O Sr. Pedro Simon (PMDB – RS) – Se não votarmos, não vamos para os Estados.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (PDT – DF) – Esse é um aperfeiçoamento na proposta que estou fazendo.

O Sr. Pedro Simon (PMDB – RS) – É, não tem problema, não tem matéria atrasada.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (PDT – DF) – Não precisa ficar aqui, então.

O Sr. Pedro Simon (PMDB – RS) – É aquilo que V. Ex^a disse que é muito importante. Por exemplo, hoje, sexta-feira, estamos nós dois aqui, a nossa querida Senadora e V. Ex^a, nós quatro.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (PDT – DF) – Outros já estiveram aqui e saíram, Senador. É verdade.

O Sr. Pedro Simon (PMDB – RS) – O normal seria que estivesse todo mundo.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (PDT – DF) – É.

O Sr. Pedro Simon (PMDB – RS) – É aquilo que eu digo: estaria todo mundo.

Então, o que acontece hoje? Tu começa uma discussão sobre reforma eleitoral. Era para ser votada

ontem, anteontem. Não foi votada. Para tudo até terça-feira. Se nós estivéssemos aqui funcionando, seria assim: não foi votado, não foi votado, nós ficaríamos aqui discutindo quinta, sexta, sábado. Alguém diz: “Mas vocês vão se reunir sábado?” Vamos nos reunir. “Mas o povo vai ver a televisão e vai rir.” Não, não vai rir. Vai ver que nós estamos trabalhando sério.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (PDT – DF) – É o contrário.

O Sr. Pedro Simon (PMDB – RS) – Então, o que acontece? Tu ficas na terça e na quarta; na quinta, tu já desligas. Quando tu voltas na outra terça-feira, tens que começar tudo de novo. Agora, se fizer um debate uma semana, duas semanas em cima daquela matéria, tu esgotas. Agora, o pré-sal. Vamos discutir, vamos discutir. Se começarmos a discutir o pré-sal e ficarmos duas semanas aqui, sem interregno, discutindo, nós teremos uma solução. Mas se é terça e quarta e, na quinta-feira, vamos todo mundo embora. Quando voltar na outra terça-feira, começa tudo de novo! Não tem uma discussão séria neste plenário. Não tem uma discussão séria neste plenário.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (PDT – DF) – Não tem. Eu acrescento ainda mais: ficando aqui o período inteiro, quando sairmos daqui vamos jantar entre nós, vamos conversar, vamos nos visitar. Hoje, não tem tempo, porque, quando você tenta convidar parlamentares, só pode ser na quarta ou na quinta, e às vezes não dá. Na verdade, só na quarta você pode prever um trabalho extra de conversas. Só na quarta, porque na terça nem todos chegaram e na quinta nem todos estão mais aqui. Então, essa é uma decisão fundamental para a retomada do funcionamento do Congresso.

O Sr. Pedro Simon (PMDB – RS) – Agora, repare como é triste isso. Eu apresentei o meu projeto e fui falar com um Senador muito importante, um Senador muito digno, muito correto, muito sério, muito honesto, muito competente e muito capaz. Aí eu falei isto para ele: “Mas, terça-feira de tarde, quarta-feira o dia inteiro e quinta de manhã, nós passamos um terço aqui, um terço lá no nosso Estado e um terço andando de avião?” E ele me respondeu: “Depende, eu acho que está ótimo. Eu acho que esse sistema está muito bem. Eu, por exemplo, cumprio rigorosamente: terça-feira, eu passo aqui; quarta-feira toda, eu estou aqui; e quinta-feira, estou aqui, de manhã. De tarde, quinta, sexta e sábado, eu estou cuidando das minhas televisões, das rádios que eu tenho, e, sexta, sábado e domingo, estou cuidando das plantações de fruta”, já que ele é um grande plantador. Então, o cara já se adaptou. Quer dizer, ele é um terço Senador, um terço homem de rádio e televisão e um terço um grande exportador de frutas. Tem muita gente que já se adaptou a isso.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (PDT – DF) – Já se adaptou.

O Sr. Pedro Simon (PMDB – RS) – Tem gente que está lá, tem que cuidar da empresa dele, não sei o quê... Na verdade, ele não é político. Ele é político dois dias por semana. Não dá, sinceramente, não dá.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (PDT – DF) – Ou seja, o Senado virou um bico, a Câmara dos Deputados virou um bico. A atividade mesmo é ou a convivência com o eleitor ou os seus negócios particulares.

O Sr. Pedro Simon (PMDB – RS) – É isso aí. É um bico, com uns caras meio bobos, que nem tu e que nem eu, que não têm bico.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (PDT – DF) – É verdade...

Até porque o que seria a minha parte, que é a minha aula, que só são duas horas por semana, eu faço de graça. Então, não se pode dizer que substitui o Senado...

O SR. PRESIDENTE (Cícero Lucena. PSDB – PB) – Senador Cristovam, sei que o diálogo está muito enriquecedor e muito descontraído, mas eu pediria a compreensão, porque a Senadora inscrita em seguida, Fátima Cleide, está com viagem marcada e, se pudéssemos... Agradeço.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (PDT – DF) – Eu vou tentar apressar, mas esse diálogo estava indo tão bem, Senadora Fátima, que lamento a sua viagem.

O SR. PRESIDENTE (Cícero Lucena. PSDB – PB) – Estava ótimo. Eu estiquei ao máximo o pedido dela.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (PDT – DF) – Ao mesmo tempo, parablenzo-a por ter ficado na sexta-feira aqui, porque, em geral, não é na sexta-feira.

Continuando, as propostas que fiz...

O Sr. Paulo Paim (Bloco/PT – RS) – Senador Cristovam, permita-me.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (PDT – DF) – Agora, são dois, Senador Cícero.

O Sr. Pedro Simon (PMDB – RS) – A Senadora já está fazendo um avanço: ela não foi embora na quinta-feira de tarde; sexta-feira de manhã ainda está aqui. Já é uma grande qualidade.

O Sr. Paulo Paim (Bloco/PT – RS) – V. Ex^a me permite um aparte? Eu estive aqui de manhã, abri a sessão às 9 horas, colaborei para que alguns pudessem usar a palavra – acho que uns quatro, cinco ou seis Senadores usaram a palavra, mas tiveram que viajar para os seus Estados. Nesse período, fui até o MEC para participar de uma reunião da Câmara Brasileira de Educação Profissional e Tecnológica, uma reunião muito importante, Senador Cristovam, que discutiu o ensino técnico pro-

fissionalizante. Estou retornando agora, e, pelo rádio do carro, ouvi um pouco desse diálogo de vocês.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS. *Fora do microfone.*) – O Presidente Lula não está em Canoas, na sua terra?

O Sr. Paulo Paim (Bloco/PT – RS) – Não, o Lula vai estar lá na quinta-feira, dia 18. No dia 18, vai estar lá em Canoas, e eu estarei lá. Mas eu ouvia o diálogo no carro, achei muito interessante e quero dizer que sou parceiro: para mim, principalmente o tema do pré-sal, pela importância, e vou falar hoje um pouco deste tema...

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS. *Fora do microfone.*) – V. Ex^a já é exagero: trabalha de manhã, de tarde, de noite. Aí já é demais.

O Sr. Paulo Paim (Bloco/PT – RS) – Não, não, não, sou parceiro... Senador Simon, deixe-me concordar com V. Ex^a, Senador Simon. Eu ouvi a sua fala e achei interessante. Podemos mesmo fazer essa discussão de temas de interesse do povo brasileiro, emendando uma semana, duas, aqui, de forma permanente. E podemos, daí, ir para o Estado. Eu sofro esse problema. O pessoal se queixa muito porque quer que eu faça mais agendas regionais, e eu não tenho como fazê-las, porque tenho que estar aqui de segunda a sexta, que seria o adequado, mas, ao mesmo tempo, como é que faço para estar lá? Por isso, quero dar esta contribuição: sou totalmente favorável a espicharmos a semana de trabalho, de segunda a segunda, de segunda a segunda, e podemos ter uma semana para viajar aos Estados.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (PDT – DF) – Alguns criticam, dizendo que proponho isso porque moro aqui, mas analisem se a proposta é boa. Se a proposta for boa, não depende disso. Além disso, eu não sou diferente dos outros. Toda quinta-feira quase eu saio de Brasília para fazer palestras pelo Brasil, para defender minhas ideias. Então, eu estou levando a mesma vida dos que não moram aqui.

O Sr. Pedro Simon (PMDB – RS) – Justiça a V. Ex^a, com mérito: V. Ex^a não está pulando por aí, buscando votos, porque seus votos estão aqui em Brasília.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (PDT – DF) – É verdade, estou perdendo voto.

O Sr. Pedro Simon (PMDB – RS) – V. Ex^a está indo, pregando ideias.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (PDT – DF) – É verdade.

Mas, de qualquer maneira, não estou jogando nos outros... Eu faço parte desse grupo que fica pouco tempo aqui.

Bem, continuando, Senadora Fátima... Se, de fato, a senhora sentir que não dá mais para esperar o meu tempo, eu proporia ao Presidente sair daqui e

depois voltar para continuar a discussão, porque acho que seria interessante manter este diálogo. Então, se chegar a um ponto que não der mais para esperar, me avise. Está bom?

Outro ponto que ninguém vai, obviamente, querer aceitar: que o reajuste do Parlamentar nunca seja superior aos reajustes dados aos professores, aos servidores da saúde e aos servidores da segurança.

O Sr. Pedro Simon (PMDB – RS) – E os reajustes dos funcionários do Senado não sejam superiores aos reajustes dos salários dos Senadores.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (PDT – DF) – Também. Exatamente. É... Exatamente.

Mas a gente vincular nossos reajustes aos reajustes que são dados aos outros trabalhadores do setor público brasileiro, pelo menos.

Outro item...

O Sr. Pedro Simon (PMDB – RS) – Há um projeto meu que é considerado maluco. Todo o mundo riu da minha cara. Eu apresentei um projeto, dizendo o seguinte: o Senador não pode ganhar mais de 20 vezes o menor salário. Quando eu apresentei esse projeto, um Senador me aparteou e disse o seguinte: “V. Ex^a é um demagogo barato. Eu até tinha respeito por V. Ex^a, achava que V. Ex^a defendia grandes idéias, mas isso aí é ridículo! Como V. Ex^a... Me responda: como V. Ex^a acha que um Senador pode viver com 20 salários?” Eu respondi: “Eu acho que é difícil, mas V. Ex^a não acha que a pergunta deveria ser diferente: como um trabalhador vive com um salário mínimo?”

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (PDT – DF) – É isso mesmo. Foi muito bem colocado. Eu acho que poucos países do mundo...

O Sr. Pedro Simon (PMDB – RS) – Agora, com a maior tranquilidade e com a maior serenidade, o Presidente do Supremo manda um aumento que vai de 24 para 27 mil. Quer dizer, o Presidente do Supremo manda um ofício, com a maior tranquilidade – me perdoe – que aumenta de 24 para 27. São 14% de aumento. E o aposentado está ganhando quanto de aumento?

O Sr. Paulo Paim (Bloco/PT – RS. *Fora do microfone.*) – Está ganhando 8%.

O Sr. Pedro Simon (PMDB – RS) – Está ganhando 8% e o Presidente do Supremo manda um aumento de 14% para os Ministros do Supremo Tribunal Federal.

O Sr. Paulo Paim (Bloco/PT – RS. *Fora do microfone.*) – Vai ser de 8% para o mínimo – para o aposentado vai ser de 6%.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (PDT – DF) – Ou seja, o equivalente a 50 vezes o salário mínimo.

O Sr. Pedro Simon (PMDB – RS) – Eu achei bonita a atitude do Presidente da Câmara de não concordar, mas de diminuir porque, em tese, nós aumentamos junto com eles. Quer dizer, no momento em que ele tranca lá, ele está nos trancando e agiu corretamente.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (PDT – DF) – Eu creio que o seu projeto não tem nada de demagógico. É um projeto patriótico. A gente precisa inventar uma palavra que seja a antidemagogia. A gente sabe que não existe. Existe a demagogia, mas não existe o contrário, que é a perversidade, que é a maldade. Porque não é a sinceridade apenas num caso desse. É uma posição estúpida do ponto de vista da Justiça.

Outra coisa é o fim daquilo que se considere privilégio nosso. Tudo o que for necessário para o exercício da profissão, a gente tem que ter, e aí não é só o salário, porque cada servidor gasta papel, gasta energia na Casa. Tem que gastar transporte. Ninguém pode ser Parlamentar sem viajar. Não pode. O que não viajar não está cumprindo o seu papel. Então, tem que haver alguns direitos além do salário. Agora, há que se eliminar aquilo que os outros servidores públicos não têm. Os servidores públicos do Executivo, quando vão viajar a serviço, recebem a passagem também. Então, nós tínhamos que fazer aqui um trabalho para saber o que é privilégio e o que é direito para o exercício da atividade parlamentar.

O programa eleitoral... Temos de acabar com esse gasto imenso do *marketing*. Só tem um jeito; o programa eleitoral ser apenas o candidato aparecendo, sem toda aquela parafernália toda feita por um marqueteiro. Ele pode até consultar um especialista sobre qual é a cor da gravata dele, como é que ele corta o cabelo, até mesmo como ele fala, se quiser e não se sentir preparado, mas que ele vá defender os seus princípios. Com isso, Senador, para finalizar...

O Sr. Pedro Simon (PMDB – RS) – Se o senhor analisar, a primeira vitória do Lula foi mais do Duda do que do Lula. Quer dizer, na imprensa apareciam muito mais as manchetes do Duda do que do Lula. Quem criou o “Lula paz e amor” foi o Duda. Quem mudou o Lula, a barba dele bonitinha, as roupas modernas, quem mudou completamente o Lula foi o Duda, e a imprensa toda debatia essa tese.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (PDT – DF) – Mas não só mudou o Lula, mas gastou dezenas de milhões de reais com programas de *marketing* para chegar à cabeça das pessoas independentemente do que falavam. O Lula nem aparecia tanto. Hoje, é muito caro um programa.

Agora, quando a gente fizer isso, defenderei plenamente que é fundamental o financiamento público

de campanha. Temos de proibir a entrada de dinheiro privado na campanha. Aí está a origem de tudo.

O Sr. Pedro Simon (PMDB – RS) – Aí está a origem de tudo. A corrupção no Brasil começa na campanha política. O Pedro Simon recebe 300, 400 mil da empreiteira tal. Eu não ganhei de graça. Por que ela vai dar para mim? Por que para mim e não para ti? É porque alguma coisa vai acontecer. Acho que terminar com o financiamento... Só o financiamento público já começa tudo. Com toda sinceridade, financiamento público de campanha e, se pudesse ser ou voto em lista ou voto distrital, terminava tudo, e nós estaríamos iniciando uma nova caminhada neste nosso País.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (PDT – DF) – Então, financiamento público de campanha é uma condição absolutamente necessária para trazer a decência aqui para dentro. Não haverá decência plena com financiamento privado de campanha. Não haverá.

Você recebe dinheiro de uma empresa, você até pode assumir o compromisso de não se submeter aos interesses da empresa, mas, quando você está perto das eleições seguintes, você já pensa: se eu fizer isso, eu não receberei dinheiro para campanha.

O Sr. Pedro Simon (PMDB – RS) – O Senador Suplicy entrou com uma emenda na Comissão de Constituição e Justiça, não foi aprovada. Ele queria que as verbas que recebemos para o financiamento da campanha fossem obrigatoriamente publicadas até vinte dias antes da eleição. Hoje são publicadas um ano depois. Ele queria, repito, que as verbas recebidas, quer dizer, a empreiteira tal, a Petrobras, por exemplo, deu tanto para um, tanto para outro, tanto para outro, que isso tudo saísse publicado vinte dias...

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (PDT – DF) – Antes da eleição.

O Sr. Pedro Simon (PMDB – RS) – Antes da campanha. Foi rejeitado quase que por unanimidade.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (PDT – DF) – Você vê que é um passo pequeno, porque já contemplava a aceitação de dinheiro privado, mas, mesmo assim, trazia transparência, pelo menos transparência. Nem isso foi aceito.

Esse é um ponto fundamental. Agora, estou de acordo em que nós já temos um Orçamento que penaliza o dinheiro para as funções sociais, ainda tirar mais dinheiro? Por isso reduzamos o custo. De qualquer maneira, o custo com as campanhas é inferior, se reduzirmos os custos, ao que a gente gasta com a Justiça Eleitoral.

Alguém por acaso pensaria em financiar a Justiça Eleitoral com dinheiro privado? Ninguém. Se a gente não pensa em financiar a Justiça Eleitoral com dinheiro privado, como é que a gente aceita financiar

a campanha com dinheiro privado? É um contrassenso da democracia.

Então, essa foi uma das propostas que eu apresentei e que, obviamente, não foi nem considerada, não merecia nem ser debatida.

Cassação de todo eleito que tenha usado qualquer outra fonte de financiamento que não seja pública. Porque implantar o financiamento público, mas tolerar que algumas pessoas recebam dinheiro privado e não declarem e, se forem descobertos, continuarem com o mandato, não vai adiantar nada.

Há um projeto meu que está andando e que também tem sido chamado de demagogo, Senador Pedro Simon, é a ideia de que é quebra de decoro parlamentar colocar os filhos na escola particular. Agora, ninguém vai fazer isso voluntariamente. De vez em quando me perguntam: “E as suas filhas estudaram na escola pública?” A minha resposta é muito simples: 1. quando eu entrei na política, já não era jovem, minhas filhas já tinham terminado o segundo grau; 2. não havia lei; se não há lei, não tem por que cumprir isso; 3. no meu projeto a lei só entra em vigor sete anos depois de aprovada, vai dar tempo para fazermos com que a escola dos nossos filhos seja boa.

Agora estamos comemorando 120 anos da República. Não é republicano o País que tem uma escola para os eleitos diferente da escola dos eleitores. Isso era aceito na aristocracia monárquica – e olha que lá os filhos dos parlamentares estudam na escola pública. Há pouco, uma deputada quase perde o mandato, uma Ministra, quase é demitida, porque descobriram que um filho dela estava numa escola particular na Inglaterra. O escândalo na sociedade foi alto, por isso que eu chamo de quebra de decoro. Agora, entraria em vigor sete anos depois.

Eu hoje dei uma entrevista e lembrei: o nosso sistema de saúde aqui é perfeito; o sistema de saúde da população é ruim.

Então, primeiro, é um gesto republicano o filho do eleito na escola do eleitor. Segundo, ao aproximar nossos filhos da escola pública, nós tendemos a cuidar melhor dela – é necessário, somos humanos –, como a gente cuida muito bem do sistema de saúde da gente aqui. São os melhores equipamentos, assistência na hora. Nosso e dos servidores, não só dos Senadores. É preciso dizer isso.

O Sr. Pedro Simon (PMDB – RS) – Ilustre Senador, em primeiro lugar, sou um admirador impressionante de V. Ex^a pela causa da educação. V. Ex^a realmente está marcando época neste Congresso. Eu não me lembro de quem foi seu antecessor que teve tanta garra, tanta profundidade e tanto conteúdo na defesa da causa da educação.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (PDT – DF) – João Calmon, pelo menos, e Darcy Ribeiro.

O Sr. Pedro Simon (PMDB – RS) – Mesmo Darcy Ribeiro. Darcy Ribeiro era das grandes causas. Mas na constância, na permanência, no quase diariamente, nem Darcy Ribeiro era como V. Ex^a. Ele era um grande defensor, ele tinha as grandes ideias, mas, mais boêmio, mais tranquilo, ele não tinha essa constância que V. Ex^a tem ao defender, repetindo, repetindo, repetindo, como faz V. Ex^a. Mas eu queria apenas mencionar para V. Ex^a ver como é interessante. Quando eu era Deputado Estadual, meus filhos estudaram em escola particular, escola Marista, Nossa Senhora do Rosário, em Porto Alegre. Naquela época, chegamos a apresentar um projeto de lei, proibindo o filho de político estudar em escola pública.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (PDT – DF) – Entendi. Eu vou falar sobre isso.

O Sr. Pedro Simon (PMDB – RS) – Porque a melhor que havia em Porto Alegre era o Colégio Júlio de Castilho, masculino, e o Instituto de Educação, feminino. Eram escolas espetaculares. Era um orgulho estudar no Júlio de Castilho, era algo fantástico estudar no Júlio de Castilho. Eu me lembro do Deputado Flávio Ramos e de uma série de Deputados que tinham estudado no Júlio de Castilho e cujos filhos estudavam no Júlio de Castilho. E ele dissera: “Não, vocês apresentem um projeto que diga que filho de Deputado, filho de político que estuda em escola pública tem que pagar três vezes mais, mas ninguém vai tirar meu filho do Júlio de Castilhos. “Meu filho está lá e vai ficar lá”. Veja como mudou o conceito.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (PDT – DF) – Senador, é isso. Vou encerrar para passar a palavra... Não sei se vai ferir o Regimento. Quero voltar depois para retomar a minha fala, está bem?

O SR. PRESIDENTE (Cícero Lucena. PSDB – PB) – V. Ex^a está convidado a assumir a Presidência e, aí, irá conduzir os trabalhos.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (PDT – DF) – Senadora Fátima Cleide, quero apenas fechar este assunto, porque tenho muitos outros depois. Algum Senador aqui disse que é demagogia esse meu projeto. E eu lembrei: eu não consegui estudar em escola pública porque o meu pai não era amigo de Deputado, nem de Senador. Para entrar na escola pública, tinha que ter prestígio e tinha que ter carro, porque era longe.

O Sr. Pedro Simon (PMDB – RS) – Exatamente.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (PDT – DF) – O meu pai não tinha carro. Era longe a escola pública. Só havia três, naquela época, em Recife. Agora é o contrário. Agora dizem que é demagogia colocar o filho na escola pública.

Eu tive que estudar no Colégio Marista, porque era a maneira mais barata fora a escola pública. Era

perto de casa, eu não tinha transporte. E os padres queriam que a gente fosse padre. Eles não cobravam quase nada, porque não ganhavam salário, não tinham família. Além disso, o colégio não pagava imposto, ou seja, era quase de graça o Colégio São Luís. Hoje é um colégio da elite, os professores são casados, já não são mais os Irmãos Maristas. Hoje pagam impostos, têm que ter computador.

Houve um tempo em que só se entrava na escola pública se tivesse amigo pistolão. E olhem, no Colégio Pedro II era Dom Pedro II que escolhia.

O Sr. Pedro Simon (PMDB – RS) – Eu não consegui estudar em escola pública.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (PDT – DF) – Eu também.

O Sr. Pedro Simon (PMDB – RS) – Não tive chance. Eu, Deputado, não consegui que meus filhos estudassem em escola pública porque não tinha pistolão. Eu era da oposição, o governo era do lado de lá, não tive chance. Olha, a luta... Flávio Ramos e outros... Os Deputados chegaram a dizer o seguinte: “Concordo em que filho de político que estude em escola pública tenha que pagar três vezes mais, mas ninguém vai tirar meu filho da escola pública. Do Júlio de Castilhos ninguém tira meu filho.” Hoje é o contrário.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (PDT – DF) – Hoje é o contrário.

Sr. Presidente, vou interromper o meu discurso. Peço licença, mas há uns três pontos da reforma que quero apresentar depois. Creio que seria...

O Sr. Pedro Simon (PMDB – RS) – Não quero dizer nada...

Durante o discurso do Sr. Cristovam Buarque, a Sr^a. Fátima Cleide deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Cícero Lucena, Suplente de Secretário.

O SR. PRESIDENTE (Cícero Lucena. PSDB – PB) – A palavra está com a Senadora...

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (PDT – DF) – ...um absurdo a Senadora Fátima perder o avião.

O Sr. Pedro Simon (PMDB – RS) – ...mas é uma simpatia a nossa...

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (PDT – DF) – Então, suspendo o meu discurso e peço para voltar aqui por alguns minutos mais.

A SRA FÁTIMA CLEIDE (Bloco/PT – RO. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, primeiro quero agradecer ao Senador Cristovam Buarque, pois, embora só tenha que viajar à tarde, tenho um compromisso ao meio-dia e não posso faltar. Também quero informar aqui ao Senador Pedro Simon que sempre fico ou às

sextas ou às segundas-feiras, mas é um tanto quanto complicado, porque as sextas, sábados e domingos são os dias que temos para percorrer o meu Estado. Por exemplo, da capital até o outro extremo, que é o extremo sul, corresponde a 700 quilômetros, e faço isso de carro na sexta, sábado e domingo. Então, todos os finais de semana, quando não estou aqui, estou cumprindo agenda no Estado, e uma agenda intensa.

Graças a Deus, não tenho bico, não tenho negócios. Sou trabalhadora. Faço, realmente, da minha atividade política uma missão, que deve ser cumprida no sentido de contribuir para melhorar a vida do povo.

Sr. Presidente, tenho várias coisas para falar. Gostaria muito de falar sobre a questão do pré-sal, sobre a reforma eleitoral, uma vez que também temos propostas, principalmente com relação à participação das mulheres nas disputas políticas. No entanto, queria registrar que, no dia 16 de setembro, no meu Estado de Rondônia, haverá uma grande preparação, uma grande mobilização de servidores públicos, organizada pelos seus sindicatos, para participarem aqui, no Congresso Nacional, mais especificamente na Câmara Federal, da votação, que está comprometida pelo Presidente da Câmara, Michel Temer, da Proposta de Emenda Constitucional nº 483, de minha autoria. Essa PEC trata da transposição dos servidores públicos que trabalharam nos dez primeiros anos de constituição do Estado, cuja folha foi custeada pela União. Agora, pretendemos buscar o direito de isonomia do Estado de Rondônia em relação ao Amapá e a Roraima, que, em função de um acordo político, em 1996 tiveram os seus servidores transpostos para a folha da União – folhas essas dos ex-Territórios, que correspondem hoje a cada um dos respectivos Estados. Hoje, portanto, também queremos ter este direito no Estado de Rondônia, de transpor esses servidores da folha do ex-Território de Rondônia.

Também gostaria de fazer o registro de que, neste mesmo dia 16 de setembro, quando haverá a intensa mobilização dos servidores públicos do Estado de Rondônia aqui, na Câmara Federal, para a votação e, esperamos, aprovação da PEC nº 483, em primeiro turno, haverá em frente ao Supremo Tribunal Federal, Senador Paulo Paim, Senador Cristovam Buarque, Senador Pedro Simon, Senador Adelmir Santana, que preside esta sessão neste momento, também uma grande mobilização nacional de trabalhadores em educação. Será uma mobilização em defesa do piso salarial da educação, que já foi aprovado pelo Congresso Nacional e sancionado pelo Presidente Lula – portanto, já é lei –, mas que está sendo descumprido na maioria dos Estados e na maioria dos Municípios brasileiros, em função de uma ação direta de inconstitucionalidade movida por cinco Governadores. Esses Governadores, no meu entender, não têm nenhum compromisso com aquilo que estamos

falando aqui, em termos de defesa da educação pública laica e de qualidade para todos e para todas.

Sr. Presidente, quero também, neste momento – e falamos muito que a imprensa, por vezes, deixa passar alguns assuntos que são importantes neste País, mas que não se referem ao centro-sul –, parabenizar a edição de nº 561 da revista *Carta Capital*, que traz na sua capa o chamamento para uma situação que nós vivemos no Estado de Rondônia: “Ivo Cassol, o Governador de Rondônia, no limiar da degola”. Dentro da revista, a matéria em si faz um questionamento que eu acredito muito interessante: “Basta cassá-lo?”. Eu acredito que não. Eu acredito que o Governador tem que ser cassado, responder pelos seus crimes, que são diversos, mas também teria que estar fora da política brasileira por tantos crimes que já foram cometidos.

Essa matéria trata especialmente da emblemática situação política que vivemos no Estado de Rondônia. E quero parabenizar o trabalho do jornalista Leandro Fortes, que foi a Porto Velho e fez um levantamento minucioso da situação no Estado. Trata-se de um trabalho exemplar. Quem dera tivéssemos mais jornalistas neste País envolvidos e com vontade de mostrar o que acontece no interior do País! Para mim, Leandro Fortes honra a profissão de jornalista, engrandece essa atividade e orgulha a muitos jornalistas que não têm condições de fazer o mesmo trabalho, porque, às vezes, os seus editores os impedem.

Leandro denuncia uma situação que passa completamente em brancas nuvens pela grande mídia, a mídia capaz de despertar, em massa, a consciência de milhares de cidadãos. Em brancas nuvens também em Rondônia. Pelo que se sabe, apenas o *site* TudoRondônia repercutiu, de imediato, a matéria. Aliás, é digno de registro aqui esse *site* TudoRondônia, do jornalista Rubens Coutinho, que é um dos poucos que têm tido a coragem de fazer oposição ao Governador. E até entendo, porque, com a máquina publicitária na mão do Governador, fica difícil para as agências, os *sites* do Estado veicularem esse tipo de matéria, que é tão importante para a compreensão da situação emblemática que mencionei acima.

Em cinco páginas, está aqui registrado na revista *Carta Capital* que, mesmo cassado, o Governador de Rondônia poderá continuar no comando da política do Estado porque, num processo de eleição indireta, com os votos dos 24 deputados estaduais da Assembleia Legislativa, escolherá o seu sucessor.

E ele mostra também outra situação. É a de que – isso não é do conhecimento da Nação – o Governador manda e desmanda na quase totalidade da Assembleia e assim poderá colocar em seu lugar quem quiser. Corre, à boca miúda, em meu Estado, que uma das indicações é a de um Senador que hoje está cassado em nosso Es-

tado. Cassado há mais de dois anos, vejam bem, porém continua aqui, no Senado Federal. Cassado inclusive pelo TSE já. A *Carta Capital* registra, vou ler aqui o que está na matéria do Leandro Fortes:

A Mesa Diretora do Senado se recusa a acatar a decisão do TSE com base em uma interpretação do Regimento Interno. Assim, o Presidente decidiu não tomar providência alguma até esgotados todos os recursos judiciais possíveis, sejam lá quais forem.

E continua Leandro:

Estranhamente, o mesmo tratamento não teve, em 2004, o Senador João Capiberibe, do PSB do Amapá. Cassado pelo TSE, sob a acusação de ter comprado dois votos a 26,00 reais cada, Capiberibe foi praticamente enxotado do Senado, apesar do pedido assinado por 51 Senadores para que a Mesa Diretora lhe desse mais tempo para recorrer da decisão.

E eu estava entre os 51 Senadores que pediram naquele dia que a Mesa do Senado desse mais tempo ao Senador Capiberibe.

O Sr. Pedro Simon (PMDB – RS) – Eu também estava.

A SRA FÁTIMA CLEIDE (Bloco/PT – RO) – O Senador Pedro Simon faz aqui o registro de que também estava entre os 51.

Acho que esse assunto merece, Senadores, da Mesa da Casa uma explicação.

Toda semana, como eu disse no início do meu pronunciamento hoje, ando muito pelo Estado de Rondônia, e as pessoas me perguntam, me cobram, como se eu também tivesse responsabilidade. Eu digo: “olha, eu não estou na Mesa do Senado. A responsabilidade sobre essa questão é da Mesa do Senado”. E eu tenho que me justificar por isso. E as pessoas continuam sem entender por que o Senado mantém no cargo um Senador cassado há dois anos.

O que está aqui dito na revista *Carta Capital* deixa o Senado muito mal; é mais uma situação em que esta Casa se degrada perante a sociedade, torna-se pequena e passa para todos a imagem de omissa, de negligente com seus deveres. Espero que a Mesa do Senado, nos próximos dias, possa explicar à sociedade, não apenas ao Estado de Rondônia, mas à sociedade brasileira, esse fato, porque nós precisamos sair desse constrangimento, sem dúvida, o mais rápido possível.

Quanto ao Governador, a revista *Carta Capital* lembra que, mesmo cassado e com processos em todas as instâncias judiciais possíveis, nas áreas criminal, eleitoral e administrativa, o Governador poderá ser premiado e

não punido, o mesmo ocorrendo com o Senador. Isso porque já se passaram quase três anos da compra de votos, crime cometido pela dupla nas eleições de 2006. Assim, a dupla “cassado e cassadão”, que é o apelido que têm no Estado de Rondônia, ficará inelegível até outubro de 2009. A Lei de Inelegibilidade prevê essa punição a partir da eleição em que foi cometido o crime eleitoral e não a partir da cassação do mandato – acredito que esse é um ponto que precisamos rever na reforma eleitoral também –, de modo que, mesmo cassado agora em setembro, se houver, se o TSE decidir a cassação, ele ficará livre para disputar o voto do eleitor de Rondônia na eleição de 2010.

Outro fato que precisa de registro, Sr. Presidente, Srs. Senadores, é a decisão do Governador de notificar o Fórum Transparência Rondônia... Veja bem, já vivemos, Senador Paim, num Estado que é praticamente calado. Temos duas autoridades no Estado que falam. Eu sou uma delas, aqui, no Senado Federal, no Congresso, e a outra é o Procurador Federal Reginaldo Trindade. O resto, na imprensa, na Assembléia Legislativa, o Governador do Estado vive numa maré de paz, porque ninguém lhe faz oposição.

O Fórum Transparência, que reúne diversas entidades, inclusive diversas entidades nacionais, recentemente distribuiu um jornal chamado *Rondônia de Fato*. O Governador está notificando as entidades que fazem parte do Fórum Transparência no sentido de intimidá-las. Por quê? Porque, em junho deste ano, o Fórum editou um jornal que conta um pouco da história do crime da compra de votos em 2006 e outros crimes cometidos pelo Governador. Fala da expectativa do julgamento pelo TSE e do processo de cassação, o que ainda não ocorreu. Tudo o que se diz nesse jornal – e eu peço ao Sr. Presidente que considere como parte integrante de meu pronunciamento tanto o jornal quanto a matéria da *Carta Capital* –, tudo o que se mostra nesse exemplar... Eu acredito que foram poucos os distribuídos, porque vi poucas pessoas, inclusive, no meu Estado... Diante da necessidade de levar informação, acredito que o volume de distribuição foi pequeno, em função da necessidade. Mesmo assim, o Governador, agora, tenta calar também as entidades. Entre elas, várias entidades nacionais, repito.

Quero, inclusive, citar aqui quais são as entidades. Nós temos a: Abong, a Embrape, a Jufe, a AMB, a CNTE – que é a minha confederação de trabalhadores, e me honra muito tê-la nesse Fórum de Transparência do Estado de Rondônia –, o Instituto Ethos, a Fenaj, o Ibase/Betinho, a Conamp, Conam, Coffito, Confea, Crea, a NPR, o Instituto de Fiscalização e Controle, o Inesc, a OAB, a Contag, Caritas Brasileira, a CNBB, o Conselho Nacional de Saúde, a CUT, a Unasus, a Unafisco, entre outras. Essas são as entidades que

compõem o Fórum Transparência no Estado de Rondônia e que estão, agora, sendo intimidadas pelo Governo do Estado.

Tudo o que se diz aqui é a absoluta verdade. Tudo é baseado nas provas colhidas pelo Ministério Público Federal e pela Polícia Federal em inquérito, com relação à compra de votos. Se não fossem essas duas instituições e, ainda, a Justiça Eleitoral de Rondônia, a situação seria muito pior. Ninguém ficaria sabendo, por exemplo, que o Governador usou a estrutura de polícia para ameaçar e constranger cinco testemunhas do crime da compra de votos.

No esquema de proteção a testemunhas do Governo Federal, essas pessoas reafirmaram recentemente na Justiça tudo o que sabem sobre a compra de votos.

O Governador tinha comunicação direta com um homicida e traficante de drogas de apelido Japa, que se empenhou bastante nas ameaças e nas tentativas de suborno feitas às vítimas, tudo comprovado mediante grampos telefônicos devidamente autorizados pela Justiça.

E eu quero dizer ao Conselho Nacional de Justiça que seria muito interessante, hoje, colocar também esse moço chamado Japa no Programa de Proteção às Testemunhas porque, para mim, os dias dele também poderão estar contados, como outros que já se tornaram arquivos mortos.

Essa história desse jornal é apenas uma parte do abuso de poder praticado pelo Governador do Estado de Rondônia. A tática de intimidar quem lhe faz oposição é antiga. O Procurador da República Reginaldo Trindade – que já citei aqui – tem sido a maior das vítimas: sofreu tentativa de desmoralização e foi processado pelo Governador, mas saiu do episódio muito maior do que quando entrou, tenho absoluta convicção.

A tática empregada não se tem revelado eficaz, porque o Ministério Público Federal está atento. Não lhe dá trégua, combatendo cada passo ilegal, cada abuso e corrupção cometida.

Três procuradores, recentemente, entraram com ação de improbidade administrativa, que também atinge quatro delegados, pelo uso da máquina administrativa na intimidação de testemunha e manipulação de provas. O Juiz Federal Flávio Andrade acolheu a ação e determinou o afastamento do Governador do cargo. Fica aqui, Sr. Presidente, desta forma, a minha solidariedade a todos aqueles que têm a coragem, no Estado de Rondônia e fora dele, de manifestar publicamente a sua contrariedade e a sua indignação com o que ocorre no meu Estado.

A era de desmandos no Estado de Rondônia precisa acabar. Quero chamar a atenção da sociedade local também para que pensemos juntos. É preciso fortalecer, neste momento, as instituições como o Fórum Transparência, porque, infelizmente, são poucos, repito, os

que ousam ter a coragem de fazer essa denúncia. Eu faço diante da minha responsabilidade pública e diante também das cobranças que recebo da população do Estado de fazer essas denúncias, para que não fique aqui registrada apenas uma versão dos fatos.

No Estado de Rondônia, estamos vivendo, infelizmente, sob a égide da bandidagem. E eu acredito que, em pleno século XXI, Senador Paulo Paim, entrando na Era de Aquário, nós precisamos ter uma modificação na forma de fazer política, em que possamos continuar a olhar no olho do eleitor, da população e dizer: "Eu estou fazendo a minha parte".

Então, muito obrigada, Sr. Presidente. Eu estou aqui fazendo a minha parte. E quero deixar registrada a cópia da notificação entregue à Central Única dos Trabalhadores em Rondônia, o jornal *Rondônia de Fato* e a matéria da revista *Carta Capital*.

Muito obrigada.

Era o que tinha a dizer.

**DOCUMENTOS A QUE SE REFERE A
SRª SENADORA FÁTIMA CLEIDE EM SEU
PRONUNCIAMENTO.**

(Inseridos nos termos do ar. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)



CASSOL NO BANCO DOS RÉUS

**Apos mais de um ano de espera, o
Supremo Tribunal Eleitoral vai decidir o
destino daqueles que aterrorizaram e
afastaram rondonienses da sua terra.**

As testemunhas e familiares do caso da compra de votos nas eleições de 2006, por parte dos candidatos a governo Ivo Cassol e a senador Expedito Júnior, foram retiradas do Estado de Rondônia para que fossem preservadas a integridade física e que ficasse garantida a participação das mesmas nos atos do processo de cassação que durante mais de um ano foi extensivamente investigado pela Polícia Federal e ponto de reunirem dezenas de quilos de documentos que estão as vésperas de serem julgados em todo o pleno do Supremo Tribunal Eleitoral, para a população de Rondônia resta apenas aguardar e confiar na Justiça.

Confira tudo nesta edição.

O INFERNO É AQUI

Urso Branco é o retrato do (des)governo e da impunidade



PÁGINA 3

Estradas em Rondônia: muita mídia e pouca ação

PÁGINA 4

TERRA SEM LEI

Professores sem dignidade, humilhados e presos pela ditadura do governo Cassol



Em pleno século 21, uma professora de Urso Branco do Oeste é violentamente presa e retida de uma escola onde pretendia apresentar três alunos com traços de protesto contra o governo estadual, porém, após explícito ato de ditadura militar, dizemos que jamais o Brasil quer voltar a assistir, teve sua liberdade de expressão violentada pela brutalidade.

Segundo testemunhas, a professora teve arrastada as faldas das próprias saias e se via atrelada pela polícia militar que não estava em auxílio, mas a todo momento sem qualquer chance de defesa, colocando-a à força dentro de uma viatura na frente de dezenas de pessoas.

Conduzida até a delegacia dentro da viatura com no mínimo um delinquente qualquer, a professora ainda teve que observar toda sorte de comportamento ao ser interrogada sem aguardar a presença do advogado pelos próprios PMs que se conduzem às faldas dentro da viatura e possuem somente mentes com venho ouvindo de agitação para justificar seu ato de autoridade.

Segundo a professora, a prisão só se deu após a



apreensão do capô do Quarta que alegou que naquele evento não eram permitidos qualquer ato de manifestação, pois receberia ordens do próprio governador para cobrar atos populares.

Neste Estado onde os profissionais da educação são tratados com o mais absoluto desdém, através de um governo que não cumpre seus compromissos com os servidores públicos e ainda emprega seus familiares com salários exorbitantes promovendo uma verdadeira verga com o ensino público, deixa como exemplo a mais absoluta complacência com os piores valores sociais que uma sociedade pode ter, aliado a um regime imperialista que atropela toda e qualquer tentativa de protesto.

Aos quase dois anos de mandato, Rondônia só estará livre desse clima de intemperança após o julgamento final, onde com certeza a lei será aplicada sobre a culpa de todos sancionada por esse governador que se esconde atrás de advogados e palavras polidas para não comprometer a sua culpa, mas como ele mesmo faz questão de declarar, chegou a hora e cada um deve responder pelo seu CPF.

Nepotismo velado envergonha Rondônia

Há mais de dois meses trabalhando, já tendo recebido os dois primeiros gordos salários de 12.000 (Doze Mil Reais) mais benefícios, novamente, Dirleine Jaqueline Cassol de Souza, ou simplesmente Jaqueline Cassol, volta ao cenário do nepotismo em alto estilo, com uma simples "casaca" do irmão, mesmo sendo aquela que foi destituída do cargo de Diretora do DETRAN de Rondônia, justamente pela manifestação nacional de repúdio à prática do nepotismo, é reconduzida ao setor público estadual como um cargo de confiança de primeiro escalão, lotada no Palácio Getúlio Vargas.

Amparados pela Súmula Vinculante 13, decidida pelo TSE, os parentes de Cassol e seu vice João Cabula, na pessoa de sua esposa, Mari Cabula, na Secretaria de Educação, deixam-se e provocam revolta até mesmo entre os funcionários do setor.

O mais repugnante, é que tanto

Cassol como sua administração fazem questão de espremer na cara do povo que estão seguros pela legalidade, porém jamais fizeram questão de dar publicidade na grande mídia quanto os posses de seus parentes, pois é óbvio que isto só serviria à indignação da população de Rondônia ao saber que para os funcionários públicos o Estado está falido com a crise, porém para Cassol e sua família as benesses dos mais altos salários que o Estado pode oferecer, e aí de quem se atrever a questionar.

O grande dilema que se instala na mente do cidadão que vê seus impostos sendo sugados pela ganância de um governo opressor é, até onde vai a impunidade para quem se aproveita de brechas da lei para assaltar os cofres públicos. Para as pessoas de boa fé em Rondônia a questão é legal, sem dúvida, mas também é imoral, e um governo sem moral não inspira credibilidade.

DECRETO DE 30 DE MARÇO DE 2009.

O GOVERNADOR DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso das atribuições que lhe confere o art. 58, inciso V, da Constituição Estadual e, nos termos da Lei Complementar nº 224, de 4 de janeiro de 2000, resolve:

RESOLVE:

Nomear, a partir de 1º de abril de 2009, DIRLEINE JAQUELINE CASSOL DE SOUZA, para exercer o Cargo de Direção Superior, de Secretária de Assuntos Estratégicos, com remuneração equivalente ao subsídio de que trata a Lei nº 1572, de 13 de janeiro de 2005.

Palácio do Governo do Estado de Rondônia, em 30 de março de 2009, 121ª da República.

IVY MARCO CASSOL
Governador

PARA O PIVO "CRISE", PELA FAMÍLIA SALÁRIO DE 12 MIL

EDUCAÇÃO PRA QUÊ? EU FIQUEI RICO SEM PRECISAR ESTUDAR

Descaso do governo com a educação desperdiça recursos federais e Maranhão foge não saber do nada

Respecto a la gestión económica (3), el perfil de gestión de Ecuador, Venezuela y Colombia de la categoría XIII (Tabla 1) muestra una clara gestión más bien deficiente, al igual que en los casos de los otros países de la categoría XIII (Tabla 2). En el caso de Ecuador, Venezuela y Colombia, la gestión económica se encuentra en una situación crítica, al igual que en los casos de los otros países de la categoría XIII (Tabla 2). En el caso de Ecuador, Venezuela y Colombia, la gestión económica se encuentra en una situación crítica, al igual que en los casos de los otros países de la categoría XIII (Tabla 2).

Les deux dernières lignes justifient la pose
d'un plan de main de 25 à 30 cm des racines
répandues, pour garantir la stabilité des
poutres et éviter les glissements.

THE UNIVERSITY OF CHICAGO

De acordo com o plano de negócios, a Petro-Bras terá 100 postos de distribuição de gasolina, 20 postos de distribuição de gás liquefeito de petróleo, 10 postos de distribuição de gás natural e 10 postos de distribuição de gás de cozinha. A Petro-Bras também terá 10 postos de distribuição de gás de cozinha.

Fig. 2. The effect of the concentration of the solution of the monomer on the rate of polymerization. The reaction was carried out at 60°C in the presence of 0.01 mole/l. of the initiator. The concentration of the monomer was 0.01 mole/l. (1), 0.02 mole/l. (2), 0.03 mole/l. (3), 0.04 mole/l. (4), 0.05 mole/l. (5), 0.06 mole/l. (6), 0.07 mole/l. (7), 0.08 mole/l. (8), 0.09 mole/l. (9), 0.10 mole/l. (10).

On 30th Sept, prior to the arrival of the
 cargo to the 1st stage of the passage to
 the 2nd stage. On 30th Sept, the cargo
 was loaded on to the 2nd stage.

The above does not represent the entire
 information that is available to the
 public. It is requested that the
 information be made available to the
 public in a timely manner.



Sem suportar o descaso do governo com a saúde, os servidores entraram em greve e paralisaram as atividades por 12 dias. Sem argumento e sem uma resposta à sociedade, o governo se mostrou covarde

Rondônia: um Estado sem saúde com um governo doente

Após quase um ano aguardando o cumprimento do acordo firmado em 2008, os trabalhadores da saúde, cansados de esperar a boa vontade do governo de Rondônia, recorreram às últimas tentativas de diálogo. Porém, extrapolando todas as medidas de tolerância.

Ainda assim, o chefe do Executivo estadual tenta justificar o seu descalço usando a crise econômica internacional, o que não bon-diz com a situação financeira do Brasil e muito menos de Rondônia que teve um salto econômico de mais 40% nos últimos 6 meses.

Sem suportar o descalço do governo com a saúde, os servidores entraram em greve e paralisaram as atividades por 12 dias. Sem argumento e sem uma resposta à sociedade, o governo se mostrou covarde e acusou os profissionais de tentativa de prejudicar a sua administração.

Essa situação coloca em risco toda a população e deixa em desespero os profissionais que trabalham já desmotivados pelos baixos salários e pela falta de condições de trabalho.

Sanguessuga administra R\$ 30 milhões liberados para hospital regional de Cacoal

Até dezembro de 2008 foram investidos R\$ 43 milhões no Hospital Regional de Cacoal (HRC), uma obra que está em andamento há 18 anos. Em 2009 esta mesma obra recebeu mais R\$ 30 milhões para a sua conclusão. O dinheiro faz parte das compensações pelas obras da usina de Santo Antônio e foi liberado pelo consórcio Santo Antônio Energia S/A.

Para administrar a verba Cassol designou o ex-deputado federal Nilson Capicchi, que teve o mandato cassado em 2006, por participar do esquema de compra superfaturada de ambulâncias com dinheiro público, batizado de "sanguesuga". Investigações da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito (CPMI) dos Sanguesugas mostraram que ele arrecadou, em 2000, emen-

das para comprar ambulâncias no valor total de R\$ 1,5 milhão; em 2001, R\$ 1 milhão; em 2002, R\$ 500 mil; em 2003, R\$ 1 milhão; e em 2004, R\$ 1,6 milhão.

O deputado direcionou 63 licenças em Rondônia e com isso recebe 10% de comissão sobre o valor das emendas destinadas à área da saúde. O esquema fraudulento descoberto pela Operação Saneamento, da Polícia Fe-

deral, que se baseava na venda irregular de ambulâncias em pelo menos 11 Estados, rendeu um prejuízo aos cofres públicos que girou em torno de R\$ 60 milhões de reais. Com um histórico deuses, Milton Capistrano foi escolhido pelo Governador do Estado de Roraima, Ivo Narciso Cassol para administrar toda a verba destinada para a conclusão das obras do HRC.

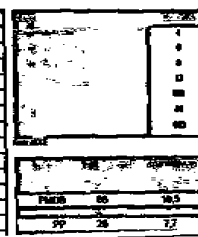


Mapa das cassações políticas no Brasil

Desde a eleição de 2000, quando foi criada a Lei nº 9.840 (Lei Eleitoral), de iniciativa popular, a Justiça Eleitoral fez casou os mandatos de 623 políticos através de processos através dos quais se apurou corrupção eleitoral.

AC	5	0	1	3	9
AD	2	9	7	8	8
AA	5	2	1	3	5
AF	4	0	3	0	8
AB	8	0	0	0	0

ST	2008-2009	2009-10
MAH	71	17.39%
PNB	68	3.63%
SP	65	8.82%
BA	54	6.65%
NS	49	7.05%
CE	37	5.93%
FB	36	5.79%
GO	33	6.29%
SC	25	4.81%
VI	22	3.53%
MT	20	3.21%
RJ	18	2.88%
MS	16	2.88%



Rondônia, junho de 2009 - PÁGINA 2

"EDUCAÇÃO PRA QUÊ? EU FIQUEI RICO SEM PRECISAR ESTURAR"

Descaso do governo com a educação desperdiça recursos federais e Marli Cahula finge não saber de nada

Recebendo aproximadamente R\$ 20 mil dos cofres do Estado, a secretária de Estado da Educação Marli Cahula, mulher do vice-governador João Cahula, finge não tomar conhecimento dos desmandos que acontecem na educação. Já para o governador Ivo Cassol, não faz a menor diferença se o ensino público tem qualidade ou não.

O que se percebe, tanto por parte do governador quanto por parte da secretária, é um descaso total com a educação. Quem sofre com isso são as famílias que não podem pagar escola particular, principalmente os estudantes da zona rural, que dependem de transporte público.

Esses estudantes foram prejudicados pela perda de mais de R\$ 2 milhões dos recursos repassados pelo governo federal para o transporte escolar em Rondônia.

O valor é suficiente para beneficiar cerca de 22 mil alunos que residem em áreas rurais e dependem de transporte escolar para frequentar a escola.

De acordo com denúncia feita pela senadora Fátima Cleide na tribuna do Senado, o governo de Rondônia vem tratando com descaso os recursos do Plano Nacional de Transporte Escolar (PNATE) desde que a ajuda foi criada.

Em 2004, o dinheiro (mais de 488 mil reais) não foi usado. No ano seguinte o governo perdeu mais de R\$ 355 mil, como punição pela falta de aplicação da verba.

Em 2006 o Estado perdeu três parcelas, por causa de atraso na entrega de prestação de contas do ano anterior. Em 2007, Rondônia não recebeu qualquer valor porque novamente não prestou contas corretamente.

No início deste mês a população temou conhecimento do desperdício de recursos da educação através de compras não planejadas de fogões industriais, geladeiras e bebedouros, além de material de expediente de péssima qualidade.

Editorial

FICHA LIMPA

O dia em que a política será levada a sério

Desde que conquistamos o direito ao voto para eleger nossos representantes, somos ensinados que o ato de votar é a maior expressão da cidadania.

Sem se dar conta de que está cumprindo uma obrigação imposta em lei, o brasileiro vai às urnas no primeiro domingo de outubro de ano eleitoral para expressar a sua cidadania, e vota em algum candidato.

Algumas vezes vota consciente, conhecendo o candidato, seu passado e suas realizações. Porém, na maioria das vezes não se procura ter todos os cuidados necessários à escolha de quem terá o poder de fazer leis, mudar leis, administrar o dinheiro público e reger os destinos do povo.

O resultado, geralmente, é desastroso. Como se vê, entre os honestos são eleitos compradores de votos, crimi-

nosos, corruptos, ditadores, e detentores de conduta reprovável.

Embora tenha o poder de "escolher" em quem votar, o eleitor não possui meios de conhecer o passado ou a ficha corrida dos candidatos.

Nesse sentido destaca-se a importância do aperfeiçoamento do sistema de escolha dos candidatos. A exigência de ficha limpa é, certamente, um bom começo para uma completa assepsia na política.

É preciso acabar com a farra dos corruptos, criminosos, compradores de votos, traficantes, ladrões, pistoleiros, entre outros elementos que se utilizam da política e da boa fé do eleitor para manter a impunidade.

O dia em que a candidatura desses tipos de elementos for recusada por determinação legal, podemos sonhar com uma política levada a sério.

acusou os profissionais de tentativa de prejudicar a sua administração.

A precariedade do sistema de saúde estadual é visível aos usuários. Falta de remédios, falta de leitos, materiais de limpeza e até mesmo de material para o mais simples curativo.

Essa situação coloca em risco toda a população e deixa em desespero os profissionais que trabalham já desmotivados pelos baixos salários e pela falta de condições de trabalho.

Santo Antônio e foi liberado pelo consórcio Santo Antônio Energia S/A.

Para administrar a verba Cassol designou o ex-deputado federal Nilton Capixaba, que teve o mandato cassado em 2006, por participar do esquema de compra superfaturada de ambulâncias com dinheiro público, batizado de "sanguessuga". Investigações da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito (CPMI) dos Sanguessugas mostraram que ele apresentou, em 2000, emen-

Mapa das cassações polí

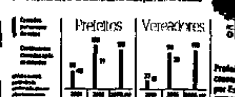
Desde a eleição de 2000, quando foi criada a Lei nº 9.8 já cassou os mandatos de 623 políticos através de pro

UF	Nº de Mandatos	Porcentagem
MG	71	11,29%
PR	60	9,67%
SP	55	8,82%
BA	54	8,66%
RS	49	7,85%
CE	37	5,90%
PB	36	5,77%
GO	33	5,29%
SC	25	4,01%
PI	22	3,53%
MT	20	3,21%
RJ	19	2,98%
MS	18	2,88%
RR	17	2,72%
PR	16	2,56%
PE	14	2,24%
PA	14	2,24%
MA	14	2,24%
RO	13	2,06%
SE	10	1,60%
AP	9	1,44%
ES	7	1,12%
AL	4	0,64%
TO	3	0,48%
AM	2	0,32%
DF	1	0,16%
AC	1	0,16%
Total	623	100,00%

Fonte: MEC

Colaboração política

É proibido receber, em espécie ou em espécie, por compra de votos, em nome, ou em nome de outrem, qualquer vantagem ou benefício, sob a forma de dinheiro, bens, serviços ou outros.



Rondônia, junho de 2009 - PÁGINA 4

Rondônia

Governo destrata a SEGURANÇA PÚBLICA

Para o governador, policiais são “maricas”, “cagões” e mulheres “cornas”

BANIDO DO SENADO

Justiça confirma que Expedito comprou votos

Em sessão plenária realizada na noite de 16/06/2009 os ministros do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) confirmaram a cassação do mandato do ex-senador Expedito Júnior por compra de votos na eleição de 2006.

Expedito já havia sido cassado duas vezes mas se mantinha no cargo por força de uma liminar obtida na justiça.

Os ministros do TSE rejeitaram o recurso apresentado pelo ex-senador Expedito Júnior (PR-RO) contra a cassação do seu mandato, determinada em 2008 pelo Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia (TRE-RO).

Sua defesa alegou no recurso que não há provas suficientes de compra de votos para justificar a perda do mandato.

O CASO

De acordo com a acusação, Expedito Júnior teria cometido abuso de poder econômico e compra de votos durante a campanha nas eleições 2006.

Na prática, de acordo com a denúncia, o então candidato, juntamente com seus aliados, teriam depositado R\$ 100,00 na conta de vigilantes da empresa Rocha Segurança e Vigilância, que pertence a Irineu Gonçalves Ferreira, irmão de Expedito Júnior. Os vigilantes teriam firmado o compromisso de buscar mais votos para o candidato junto a familiares e amigos. Há provas dos depósitos no dia 29 de setembro de 2006 nas contas dos funcionários, às vésperas das eleições, que ocorreu no dia 1º de outubro.

Ao invés de dialogar com as entidades sociais e buscar soluções para os graves problemas enfrentados pela sociedade com a falta de segurança, o governador Ivo Narciso Cassol prefere tratar o assunto com descaso. Bem ao estilo diador, tripudia da situação e humilha os profissionais que deveriam ser bem pagos, valorizados e incentivados na sua missão de proteger os cidadãos da marginalidade. Prefere usar adjetivos como “maricas”, “cornas” e “cagões”, mostrando assim um total desrespeito com essa categoria que, mesmo sem o merecido reconhecimento por parte do governo, faz a sua parte e trabalha pela da segurança da população.

Para tentar esconder as mazelas na segurança pública, o governador culpa entidades sociais e partidos políticos de estarem usando essas reivindicações para ataques políticos.

De 2006 a 2008 o governo federal repassou mais de um bilhão de reais para o governo do Estado investir em segurança, saúde e educação. No entanto, o que se vê é um caos e insegurança total. Rondônia precisa de contratação de mais bombeiros, redução da jornada de trabalho, melhores condições de trabalho, revogação das punições e das retaliações, retorno da insalubridade aos Policiais e Bombeiros Militares, realinhamento de perdas salariais da ordem de 27,68%, e aumento do salário. O governador não enxerga essas necessidades e prefere utilizar aviões, helicópteros e recursos do povo para jogar futebol no interior e viver de populismo.

Estradas em Rondônia: muita mídia e pouca ação

Abraham Lincoln, renomado presidente americano, sentenciava: *"É possível enganar muitos por muito tempo. É possível enganar alguns por algum tempo. Mas é impossível enganar a todos pelo o tempo".*

Embora a frase tenha sido dita muito tempo antes da existência do governador Cassol, se aplica perfeitamente aos dias de hoje. O governador, que finge administrar o Estado como se estivesse tocando a sua viola, tem o dom de transformar nada, ou quase nada, em ações de grande impacto, tentando enganar o

povo com suas falácias, já desgastadas pela repetição.

Um exemplo da enganação de Cassol são as estradas de Rondônia. Para quem está longe da realidade, o governador passa uma imagem de realizador. Aquele que faz acontecer. Um empreendedor nato.

Como costuma dizer "Deus me deu o 'dão' da administração...".

Sabendo que a maioria da população não vai onde ele diz construir estrada, Cassol tenta enganar através da mídia.

A realidade é que o governo Cassol gasta mais em mídia do que na própria obra mostrada nos meios de comunicação. Veja os números.

■ As estradas vicinais dos municípios são, proporcionalmente, maiores do que a malha viária do Estado. O município de Porto Velho, por exemplo, tem 3.800km de estradas rurais; Machadinho, 2.600km; Ji-Paraná, 1.500km; e Cujubim, quase 1.800km, etc.

Pelo tamanho de sua rede viária, o governo do Estado deveria ter mais da metade de suas estradas pavimentadas com asfalto de qualidade.

Entretanto, a pouca pavimentação que possui é, normalmente, de qualidade sotável e de pouca durabilidade. Quem anda pelo Estado constata essa realidade. O asfalto da estrada de Buritis, cuja promessa de conclusão se arrasta por 6 anos, antes de ser inaugurado, já teve que ser refeito em vários pontos.

O mesmo aconteceu em Chupinguiá. Foi lá que um candidato prometeu andar a estrada inteira a pé se Cassol cumprisse os prazos. Virou chacota. Cassol não cumpriu. Terminou mais tarde e com a qualidade comprometida. Aqueles que percorrem a Zona da Mata, a rodovia RO 399, ou andam pela região do Vale do Paraíso, também podem verificar a distância entre a propaganda oficial e a realidade.

O fato é que, em termos de asfalto, este governo não fez nem o mínimo. Contudo, de forma "esperta", pratica a política da galinha gamisé, ou seja, faz muito pouco, porém provoca um grande barulho. Essa não é forma séria de se fazer política.

Rede Rodovias Estaduais / RO	Total em km	Total em km	Total em km
Asfaltado	Asfaltado	Planejado	
7.335 km	1.137 km	3.300 km	298 km
100%	24,01%	75,97%	3,62%

Fonte: DNIT/Nac - Devop

Ou seja, a rede estadual de estradas é pequena e seu percentual de asfalto é muito pouco.

Evolução: Asfalto / Governo Cassol - 2003/2008

Total de Asfalto existente em RO no ano de 2002	Total de Asfalto existente em 2008	Prometa para o final de 2009
881 km	1.137 km	(?) 1.634 km

Resultado de 106 anos de governo Cassol	(Média anual de 72,6km/ano...)
Total asfaltado 436 km	

Fonte: DNIT/Nac - Devop

ALE não cumpre o seu papel e ainda defende a compra de votos

Causou estranheza ao povo de Rondônia a revolta de parte da Assembleia Legislativa de Rondônia contra a cassação do mandato do governador Ivo Cassol. À medida em que o cerco se fecha e se aproxima a cassação, a maioria dos deputados acima as críticas à Justiça e à investigação que apura o abuso do poder econômico. Porém, há que se ob-

servar que cabe aos deputados da base aliada do governo julgar o governador nesse caso, ou seja inocentá-lo, pois esse processo não é político, e sim jurídico.

Trata-se de atividade de competência da Polícia Federal, do Ministério Público Federal e da Justiça Eleitoral. O caso já foi julgado no Tribunal Regional eleitoral e aguarda

juízo no Tribunal Superior Eleitoral.

Ao tentar inocentar Cassol, a Assembleia Legislativa estaria apoiando a atitude criminosa da compra de votos.

Para o presidente do Diretório Regional do Partido dos Trabalhadores, Tácito pereira, é lamentável que os deputados da base do governo tenham essa postura de alegar que há

"perseguição política", de que há "grupos políticos" interessados nessa cassação, ou que os Tribunais estão agindo de forma política.

Entretanto, em nenhum momento parlamentares se dignam a explicar que grupos são esses, que tribunal ou juiz está agindo com outras intenções senão garantir o cumprimento da Lei. É preciso observar que

quanto à Polícia Federal ou o Ministério Público Federal faz a denúncia da compra de votos é por que há fortes indícios, inclusive provas materiais no processo que comprovam tal denúncia.

Os deputados estaduais deveriam cumprir o seu papel de fiscalizador do Executivo e exigir o cumprimento da lei, em vez de ficar alegando perse-

guição política ou ameaça de retaliação quem assumir o governo em caso de cassação.

A posição do presidente da assembleia legislativa e de alguns deputados estaduais é no sentido de desacreditar e desmoralizar a Justiça Eleitoral como também do Ministério Público, alegando tais perseguições.

Urso Branco: a imagem dos (des)governo e da impunidade

Até hoje não se sabe se o incêndio na Seapen foi accidental ou criminoso. O fato é que todos os processos da chacina do Urso Branco foram queimados.

Situações como a chacina no presídio Urso Branco, a utilização de técnicas de tortura, mortes misteriosas nos presídios e o inexplicado incêndio na Secretaria de Assuntos Penitenciários, onde se concentravam os processos de investigação de irregularidades no sistema prisional, foram tratadas em entrevista ao Rôndônia de Fato, pelo Padre Paulo Barausse.

Qual é a sua experiência e principais vivências junto ao sistema prisional brasileiro?

Padre Paulo - Infelizmente, na chacina de 1º de janeiro de 2002, no presídio Urso Branco, dos 27 presos que foram executados, 13 eram presos provisórios, que estavam aguardando julgamento. Dois desses presos mortos eram réus primários. Há casos de presos que roubaram uma bicicleta, um botijão de gás, e já estão presos há 8 meses.

De que forma a pastoral carcerária está ajudando a escrever uma outra história sobre os presídios brasileiros?

Padre Paul - A Pastoral Carcerária tem ajudado muito para que, aos poucos, a sociedade brasileira possa desenvolver uma maior sensibilidade e solidariedade diante de uma realidade tão cruel e desumana. O simples fato de realizar as visitas semanais pode ajudar muito para evitar que as torturas continuem nos presídios.

A quem interessa manter os presos em situação desesperadora como no Presídio Urso Branco?

Padre Paulo - Respondo fazendo um questionamento: quem são as pessoas que se encontram cumprindo pena dentro do Urso Branco? São jovens, 75% deles com idade entre 18 e 25 anos. Aproximadamente 70% dessas pessoas foram presas por tráfico de drogas. São jovens pobres de nossas periferias e do interior do Estado. São os "mulas", ou os "forniguinhas", como são chamados os jovens usados pelos barões do tráfico. Os grandes traficantes, donos das bocas de fumo, não estão presos, assim como nossos políticos que roubam verbas públicas. Por outro lado, alguém está se beneficiando: os políticos que são donos de empresas terceirizadas que prestam serviços, aqueles que fornecem alimentação. Tudo isto faz compreender que é muito bom ter os presídios lotados, pois essa situação gera dividendos para um grupo de pessoas.

O uso do "gatorade" (água com cocaína para causar parada respiratória) e do kit suicídio (banco e corda) nas cadeias é recente? O Estado é ciente disso?

Padre Paulo - Em muitos presídios, existem estas técnicas de tortura. Em alguns Estados está se dando passos importantes na capacitação dos seus agentes, possibilitando um maior conhecimento no campo dos Direitos Humanos. Ao meu ver, o Estado está ciente de tudo isto. Entretanto, impune a impunidade, a convivência, pois dificilmente os

SEM PUDOR

Quando o poder e o crime se confundem

O governador Ivo Narciso Cassol não conseguiu ocultar por muito tempo os esquemas de corrupção no governo e a compra de votos, crimes dos quais é acusado, além dos constantes escândalos envolvendo sua administração.

A consequência deverá ser a cassação do mandato pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE).

Ao apresentar ao TSE as alegações finais no recurso que pede a cassação de Cassol, o Ministério Público Eleitoral reconheceu haver evidências de captação ilícita de sufrágio e abuso de poder econômico durante a campanha de 2006. ¹

O uso de "porco-rei" (água com cocaína pura para causar paralisia respiratória) e do kit suicídio (banco e corda) nas cadeias é recente? O Estado é gente disso? Padre Paulo: Em muitos presídios, existem estas técnicas de tortura. Em alguns Estados está se dando passos importantes na capacitação dos seus agentes, possibilitando um maior conhecimento no campo dos Direitos Humanos. Ao meu ver, o Estado está longe de tudo isto. Entretanto, impõe a iniquidade, a crueldade, pois dificilmente os agentes do Estado são punidos por tais atos. Muitas vezes, "punir" alguém é transferir o crime de um estabelecimento para o outro. Os processos administrativos são lentos na sua execução. Quase sempre não se tem uma conclusão. Já se passaram quase sete anos da chacina dos 27 presos em Urso Branco e ninguém foi punido. Recentemente, aconteceu um incêndio na secretária onde se encontravam os processos, e tudo foi queimado. Até agora não saiu o laudo se o incêndio foi acidental, ou criminoso. Tudo voltou a zero.

Existem presos que são "cooptados" pelo Estado para realizar o "trabalho sujo" que este não pode (ou não quer) assumir? Padre Paulo: Existem. Aqui no nosso Estado até saiu na imprensa. E conta da tentativa de cassação do governador movida pelo Ministério Público Eleitoral. O governador queria que as testemunhas fossem à Delegacia para contradizir o depoimento que haviam prestado na Polícia Federal. Ele chegou a contratar um traficante e pistoleiro, Agenor Vitorino, o "Japa", um velho conhecido da Polícia Federal, cujo trabalho seria o de convencer as testemunhas a prestar depoimento na Polícia Civil, mudando a versão dada à Polícia Federal e ao juiz federal, Elcio Arcuda. Segundo o próprio Japa, o governador o autorizou a oferecer emprego no Detran, na Polícia Militar, carro e até mesmo R\$ 1 milhão. As famílias "testemunhas" estão em Brasília e não podem voltar a Rondônia. Japa está na prisão. E o governador continua no seu cargo. Existem outros casos em que presos do regime semiaberto realizam furtos, roubos e dividem com os agentes, funcionários do Estado.

O Estado cumpre a lei no que se refere à execução penal?

Padre Paulo: Todos sabemos que o interdito mais grave que alguém pode cometer é o estupro. A Lei de Execução Penal (LEP) prevê que os presos devem ser tratados de acordo com os artigos que estão enquadrados. No entanto, por causa da superlotação, falta de vagas, isto não acontece. Um preso pode ter matado 10 ou 15 pessoas, e isso não é tão grave como roubar e cometer um estupro. O tratamento dado a este preso, seja pelos outros presos, seja pelos agentes, funcionários e de desprezo. Acontece uma grande rejeição. Quando acontecem as rebeliões, os presos que cometeram estupros são usados como "moedas de troca", ou são os primeiros a ser executados.

Essa luta na Pastoral Carcerária vale a pena?

Posso afirmar que estes longos anos de acompanhamento aos presos foram muito difíceis, de muitos questionamentos. Por outro lado, este é um período de grande aprendizado. A Pastoral Carcerária procura cumprir o dever do cristão: "estive preso e me visitei" (Mt. 25, 36). É muito interessante perceber como as pessoas e os agentes de pastoral vão mudando sua mentalidade à medida que vão mantendo um contato regular com os presos e as presas. Acontece uma verdadeira conversão interior. Vão tomando consciência de que, apesar da realidade cruel em que vivem, existem muitos sinais de solidariedade por de trás das grades. Descobrem neles (as) seres humanos que, mesmo cumprindo sua pena, continuam com sua dignidade de filhos e filhas de Deus. Tudo isto é possível se nossos agentes viverem uma espiritualidade encarnada, com os pés no chão. Possam sempre unir fé e vida, compromisso com a transformação e mudança em nossa sociedade. Ter em mente que "uma nova vida é possível".

Padre Paulo Barausse é natural de Campo Largo (PR). Durante 10 anos foi operário nas fábricas de porcelana e cerâmica em sua cidade natal. É Bacharel em Filosofia pelo Instituto Santo Inácio (ISI), de Belo Horizonte (MG).

pede a cassação de Cassol, o Ministério Público Eleitoral reconheceu haver evidências de captação ilícita de sufrágio e abuso de poder econômico durante a campanha de 2006. Por isso, ratificou seu pedido para que o TSE cassasse o diploma de Cassol e de seu vice, Ivo Cassol.

Aparecido Cabral.

O documento, assinado pelo procurador-geral eleitoral, Antonio Fernando Souza, cita os depoimentos de cinco testemunhas, confirmando que funcionários de uma empresa de vigilância que prestava serviços para o governo de Rondônia teriam sido abordados, durante o período eleitoral, com propostas para votarem no candidato Ivo Cassol e em outros três nomes, em troca de R\$ 100. Segundo os depoentes, para a formalização do "negócio", os vigilantes teriam sido obrigados a assinar contratos de prestação de serviços apelidados de contratos "forniguinha".

■ Homem que ameaçou testemunhas da compra de votos e preso com 735 Kg de cocaína

Renato Rona de Carvalho, que usava o nome falso de Agenor Vitorino de Carvalho, mais conhecido por Japa, teria sido usado por Cassol para ameaçar testemunhas da compra de votos.

Japa foi preso em flagrante pela Polícia Federal em Machadinho D'Oeste no dia 06 de março, acusado de tráfico de mais de 735 quilos de cocaína. Segundo reportagem publicada no jornal "Folha de Rondônia", Japa estaria sendo assistido por advogado-pago pelo senador cassado Expedito Júnior.

De acordo com as investigações, ao ser preso a primeira vez por ameaçar as testemunhas, Japa tinha o nome e o número do telefone do governador Ivo Cassol gravado em seu celular.

Preso no Urso Branco, ele teve regalias, como ficar na enfermaria, mesmo não estando doente. Também foi levado, sem algemas e sem autorização judicial, até a Secretaria

O esquema de compra de votos

inquerito instaurado pela Polícia Federal confirmou, por meio da quebra de sigilo de funcionários da empresa de vigilância autorizada pela Justiça, que centenas de depósitos de R\$ 100 foram feitos em agências do Banco do Brasil, entre a tarde do dia 28 e a manhã do dia 29 de setembro

de 2006 — uma semana antes do dia das eleições — pressionou o Ministério Público em seu parecer. A investigação possibilitou, ainda, a identificação dos responsáveis pelos depósitos e suas ligações com o então senador Expedito Júnior e com o governador Ivo Cassol.

Antonio Fernando lembra ao final do documento que o governador já foi cassado no Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia pelos fatos apurados nessas investigações, e que permanece no cargo graças a uma liminar concedida pelo ministro Arnaldo Versiani, em novembro de 2008.

JUSTIÇA FEDERAL DETERMINA AFASTAMENTO DE CASSOL

■ "Japa é gente nossa, é gente do governador e está segurando umas paradas"

No dia 27/05 o juiz federal substituto Flávio da Silva Andrade, da 2ª Vara Federal de Rondônia, determinou o afastamento cautelar, por 90 dias, do governador Ivo Cassol e dos delegados de Polícia Civil Renato Eduardo de Souza, Hélio Teixeira Lopes Filho, Gilwelkison Pedris de Castro e Nilton Vieira Cavalcante.

A decisão atendeu a uma ação civil pública movida pelo Ministério Público Federal, que tramita na Seção Judiciária do Estado de Rondônia, sob o número 2009.31.01.002461-3.

O juiz constatou que o governador Ivo Cassol utilizou a máquina do Estado para satisfazer interesse pessoal, quando mandou delegados da Polícia Civil coagir testemunhas e obstruir

as investigações da Polícia Federal no processo que responde sob acusação de ter comprado votos nas eleições de 2006.

AFASTAMENTO

Em seu relatório que determinou o afastamento do governador, o juiz destacou: "Cabe destacar que tais provas reforçam a tese autoral de que o Requerido Ivo Cassol utilizou a máquina administrativa do Estado para satisfazer interesse e sentimento pessoal, valendo-se de agentes estatais para coagir testemunhas e obstruir a descoberta da verdade nos procedimentos e ações em curso no âmbito do Departamento de Polícia Federal, do Ministério Público Federal e da Justiça Eleitoral, órgãos da União.

Em menos de 48 horas Cassol obteve liminar para permanecer no cargo. No entanto, não explicou as ilegalidades apontadas na investigação.

Seu País

Basta cassá-lo?

RONDÔNIA | O governador está no limiar da degola, envolvido em mil falcatruas, mas a Era Cassol ameaça continuar, com a colaboração do senador Expedito

POR LEANDRO FORTES, DE PORTO VELHO

O CENÁRIO É A Expovel 2009, última edição da tradicional feira de exposição agropecuária realizada em Porto Velho, capital de Rondônia, ocorrida em junho passado. Em um estande da emissora de tvé local RBR, o apresentador, um caboclo de peruca loira e óculos escuros de lentes gigantes, dá gritinhos afetados para simular, aparentemente, uma paródia gay de um quadro clássico do *Programa Raul Gil*. Ele alinha diante de si uma série de chapéus com as abas voltadas para baixo, de forma a esconder os nomes grafados no fundo do forro. A brincadeira consiste em instar um convidado a tirar ou não o chapéu, na forma de reverência simbólica, para o nome. O convidado, ninguém menos que o governador do estado, Ivo Narciso Cassol, esforça-se para transformar constrangimento em irreverência, mas o resultado, como era de esperar, é desastroso. Consegue, no máximo, reforçar uma caricatura de si mesmo.

A participação do governador em programas desse tipo revela bem os caminhos tomados pela política vigente em Rondônia, estado com 1,3 milhão de habitantes. Eleito pelo PPS, em 2006, Ivo Cassol não tinha partido até o mês passado, quando ingressou no PP de forma ilegal, segundo o procurador regional eleitoral. Processado em todas as instâncias judiciais possíveis, nas áreas criminal, eleitoral e administrativa, Cassol está prestes a ser julgado – e cassado –

pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE) por encabeçar uma chapa eleitoral com configuração de quadrilha. Juntamente com o senador Expedito Júnior (RO), também cassado, mas com mandato garantido por uma chicana regimental do Senado Federal, o governador é, possivelmente, protagonista do único caso registrado de compra de votos com depósito em conta corrente da história universal da corrupção moderna.

Pelo menos a denúncia apresentada pelo ex-procurador-geral da República

Antonio Fernando de Sousa, encaminhada ao Supremo Tribunal Federal, em 3 de agosto de 2007, não deixa margem a dúvidas. No documento, o esquema de corrupção eleitoral em Rondônia, levado a cabo em setembro de 2006, é demonstrado passo a passo. De acordo com o ex-procurador-geral, com base em inquérito aberto pela Polícia Federal, Ivo Cassol doou, por meio do comitê financeiro de campanha do PPS, 200,5 mil reais para a campanha de Expedito Júnior ao Senado. Logo em seguida, essa quantia foi utilizada para comprar votos de servidores da empresa de segurança Rocha Segurança e Vigilância Ltda., mediante pagamento de 100 reais para cada vigilante subornado – com dinheiro depositado em conta corrente de todos os subornados.

Flagrado pela PF, Ivo Cassol ainda tentou montar uma farsa para justificar os pagamentos, graças a uma falsa arrecadação de dinheiro, auxiliado na operação por um empresário da região, Libório Hiroshi Takeda. O expediente não deu certo. O governador apelou então para a intimidação pura e simples de cinco vigilantes, que, além de não concordarem em receber a propina, denunciaram o esquema de compra de votos aos federais. Os funcionários passaram a ser seguidos e assediados por policiais civis e a casa da mãe de um deles foi atacada a tiros. Os disparos foram de flagrados do interior de um carro, posteriormente identificado como viatura da Polícia Civil de Rondônia.

Escutas telefônicas realizadas pela PF constatarem ainda que dois delegados da Polícia Civil, Hélio Lopes Filho e Renato Eduardo de Souza, ambos denunciados pelo ex-procurador-geral, forjaram depoimentos de testemunhas favoráveis a Ivo Cassol e Expedito Júnior. Uma delas, Agenor Martins de Carvalho, o “Japa”, era motorista do deputado estadual Euclides Maciel (PSL), então líder do governo na Assembleia Legislativa.

Sem escapatória e sob a sombra de uma nova ação judicial, desta feita por improbidade administrativa, Ivo Cassol passou a apostar no medo dos abasta-

dos locais, e com o apoio das dezenas de sites noticiosos patrocinados pelo governo estadual na internet começou a se apresentar como uma espécie de Luís XV da Amazônia. Ousado recurso: aquele rei, autor da frase “depois de mim, o dilúvio”, precedeu a Revolução Francesa, sucedido por Luís XVI, o soberano guillotinado. Mesmo assim, impávido, Cassol tem alegado que, sem ele, a economia do estado irá à bancarrota.

Para reforçar o discurso, conseguiu articular uma campanha local feita

Este é o protagonista do único caso de compra de votos com depósito em conta corrente da história moderna

Chapéu inamovível.

Este o governador não tira, muito menos para o procurador Reginaldo Trindade (na página ao lado)

nos moldes do fracassado “Cansei”, da elite paulistana contra o governo Lula, aquela comandada pelo promotor de eventos João Dória Jr. O “Movimento Pró-Rondônia” foi organizado pela Federação das Indústrias de Rondônia (Fiero) e entidades ligadas a empresários do comércio local. Tem como missão lutar pela “estabilidade política” no estado, decorrente da possibilidade de Cassol ser cassado pelo TSE. Em manifestações montadas em Porto Velho, segundo apuração do Ministério Público Federal, os servidores estaduais têm sido obrigados a participar dos eventos, sob ameaça de perseguição funcional ou, no caso dos 7,2 mil funcionários comissionados, demissão sumária.

Sem argumentos legais para brigar na Justiça, Cassol decidiu eleger um culpado por tudo de ruim que acontece a ele: o procurador da República Reginaldo

Trindade, única autoridade em Rondônia a enfrentar, de fato, o governador. O nome de Trindade estava gravado no forro de um dos chapéus levantados no programa da RBR pelo tresloucado apresentador de peruca loira. Na oportunidade, confrontado com o nome do inimigo, o governador, claro, negou-se a tirar o chapéu. E listou os motivos: "Esse homem tira tudo meu, meu sono, meu sossego".

Na verdade, o procurador começou a tirar o sono e o sossego do governador quando ainda era promotor de Justiça, entre 1996 e 2002, na comarca de Rolim de Moura, município cujo prefeito de então era Ivo Cassol. Como representante do Ministério Público Estadual, Reginaldo Trindade investigou um esquema de fraudes nas licitações feitas pela prefeitura e, ato contínuo, ingressou com oito ações civis de improbidade administrativa contra Cassol e diversos auxiliares. Desde então, o clima entre os dois é de guerra em campo aberto, embora nem sempre o governador tenha optado por uma luta limpa.

Em audiências públicas e entrevistas à imprensa, Ivo Cassol costuma chamar o procurador da República de "psicopata com índole vingativa". Para neutralizar a ação de Trindade, o governador organizou dossiês caluniosos repassados a jornalistas amigos e tentou representar contra ele no Conselho Nacional do Ministério Público. Também levantou uma exceção de suspeição contra o procurador no TRE para tentar anular o processo de cassação no qual acabou condenado, em novembro de 2008. Manteve-se no cargo porque o tribunal não seguiu a jurisprudência em voga de também citar judicialmente, no mesmo processo, o vice-governador. "Não tem jeito", resigna-se Reginaldo Trindade. "Para se fazer de vítima, ele (Cassol) passou a me acusar de responsável por todos os males e problemas que enfrenta na Justiça", avalia.

Essa disposição se tornou mais clara ainda no ano passado, quando a Operação Titanic, da Polícia Federal, prendeu o filho do governador, Ivo Júnior Cassol, e um sobrinho, Alessandro Cassol Zabbott. Capturados no Espírito Santo, em abril de 2008, os dois foram parar na cadeia por suspeita de tráfico de influência dentro do governo estadual. Trindade garante nem sequer ter sido informado da ação policial. Cassol apressou-se, porém, a acusá-lo na imprensa de ser responsável pela nova perseguição ao clã. "Nunca participei dessa investigação", diz Trindade. "O governador deduziu

que eu estaria envolvido porque um dos procuradores do caso foi meu colega de turma no Ministério Público", explica.

O processo político de Rondônia é vítima de um paradoxo com potencial de, num futuro próximo, gerar ainda mais instabilidade no estado, caso se confirme a cassação de Ivo Cassol pelo plenário do TSE. Isso porque, embora afundado em denúncias de corrupção, compra de votos e uso ilegal da máquina pública, Cassol detém enorme poder institucional e político. Dos 24 deputados estaduais da Assembleia Legislativa de Rondônia

Cassol torce para que seu caso entre na pauta do TSE somente a partir de outubro. A lei explica o porquê da esperança

No aguardo. Enquanto Expedito conta com Sarney, o ministro Versiani prepara-se para relatar o processo de cassação

apenas três, todos do PT, são de oposição. Mesmo assim, com atuações bem timidas, Cassol também comanda abertamente o Tribunal de Contas do Estado e tem ingerência direta em diversos sindicatos locais, inclusive o dos jornalistas. Dos mais de 60 sites jornalísticos existentes no estado – um fenômeno nacional de internet –, apenas um, o "Tudo Rondônia", do jornalista Rubens Coutinho, lhe faz oposição.

Dessa forma, a provável cassação não deverá significar o fim da Era Cassol em Rondônia, mas uma variação sobre o mesmo tema, graças à legislação eleitoral, além da boa vontade do presidente do Senado, José Sarney (PMDB-AP), no caso do senador Expedito Júnior. Para se ter uma noção da situação emblemática de Rondônia, os problemas do governador transcendem a cassação. Há três meses, o juiz federal Flávio da Silva Andrade determinou o afastamento de Cassol do cargo por crime de improbidade administrativa. A origem foi uma ação assinada por três procuradores da República, entre os quais Reginaldo Trindade, na qual se acusa o governador e quatro delegados da Polícia Civil pela utilização da máquina de segurança pública para intimidar testemunhas do caso da compra de votos.

No Tribunal de Justiça do estado, quase no fim do prazo de 48 horas determinado pelo juiz federal, o desembargador Tourinho Neto acatou um recurso dos advogados de Ivo Cassol e ordenou a permanência dele no cargo. Um mês depois, em junho passado, o Ministério Público Federal de Rondônia, por meio da Procuradoria-Geral Eleitoral, revidou com um recurso contra a expedição de diploma junto ao TSE. Na ação, também relativa à acusação de compra de votos, pediu a cassação de Cassol e, finalmente, também do vice, João Cahulla.

No TSE, o relator do processo de cassação de Ivo Cassol é o ministro Arnaldo Versiani. Todos os pareceres técnicos sobre a ação, avalizados por servidores do tribunal, apontam para a culpa do governador e seu decorrente afastamento do cargo de governador de Rondônia, mesma trilha a ser tomada, um degrau abaixo, pelo vice-governador. Os demais ministros trabalham com a previsão de que o caso seja posto em pauta pelo presidente do tribunal, ministro Ayres Brito, ainda na primeira quinzena de setembro. Cassol torce para esse prazo se estender até outubro.

Explica-se de qualquer maneira, tanto o governador Ivo Cassol como o senador Expedito Júnior, mesmo cassados agora, só ficarão inelegíveis até outubro. Isso porque a lei eleitoral de inelegibilidade prevê essa punição por três anos a partir da eleição na qual foi constatado crime eleitoral – e não da data da cassação. Como ambos foram eleitos em outubro de 2006, a dupla vai estar logo disponível ao eleitor rondoniense. Expedito Júnior talvez nem esteja sem mandato, porque a mesa diretora do Senado se recusa a acatar a decisão do TSE, com base em uma interpretação do regimento interno. Assim, o senador José Sarney decidiu não tomar providência alguma até esgotados todos os recursos judiciais possíveis, sejam lá quais forem.

Estranhamente, o mesmo tratamento não teve, em 2004, o senador João Capiberibe, do PSB do Amapá. Cassado pelo TSE, sob acusação de ter comprado dois votos a 26 reais cada, Capiberibe foi praticamente enxotado do Senado, apesar do pedido assinado por 51 senadores para que a mesa diretora lhe desse mais tempo para recorrer da decisão. Naquela época, presidia o Senado Federal o mesmíssimo José Sarney, adversário político de Capiberibe no Amapá, hoje tão zeloso quanto aos direitos de Expedito Júnior.

► No caso de Cassol, a perspectiva é particularmente alentadora. Como não houve segundo turno nas eleições de 2006, a decisão do TSE deverá seguir o modelo adotado na sentença proferida, em junho, quando foi cassado o governador de Tocantins, Marcelo Miranda (PMDB). Na falta de segundo turno no estado, o cargo deixado terá de ser ocupado mediante eleição indireta, exclusiva da Assembleia Legislativa. Na segunda-feira 24, o Supremo Tribunal Federal negou uma ação de Miranda para tentar anular o processo no TSE, onde a cassação poderá ser referendada a qualquer momento. Há, porém, uma diferença entre um caso e outro.

Em Rondônia, com a Assembleia sob controle, Ivo Cassol preocupa-se apenas em ajeitar as coisas, no caso de acontecer o pior. Se a eleição indireta for realizada a partir de outubro, ele poderá indicar, inclusive, o senador Expedito Júnior para sucedê-lo em um mandato-tampão, com direito à reeleição. Isso porque, em 2010, Cassol pretende se candidatar ao Sena-

do Federal. "Promover uma mudança política em Rondônia será muito difícil", avalia a senadora Fátima Cleide (PT), segunda colocada na eleição estadual de 2006. "Com eleição indireta, é certo que o próximo governador que assumir vai ficar na mão dele (Cassol)", afirma.

Até lá, no entanto, o Ministério Público Federal promete não dar paz a Cassol. Na sexta-feira 21, a Procuradoria Regional Eleitoral de Rondônia ingressou no

Rondônia corre o risco de ver indicado, no lugar de Cassol, o senador Expedito para um mandato-tampão até 2010

Desilusão. Mudanças políticas em Rondônia são muito difíceis, segundo a senadora Fátima Cleide

TRE com outro pedido de decretação da perda do mandato do governador, desta vez, por infidelidade partidária. Ao sair do PPS e se filiar ao PP, alegam os procuradores, Ivo Cassol deixou de cumprir os requisitos legais da Justiça Eleitoral. Segundo o procurador regional eleitoral Heitor Alves Soares, Cassol se filiou à nova sigla antes de se desvincular formalmente do partido pelo qual foi eleito governador do estado. Soares baseou-se em uma resolução do STF sobre o assunto para pedir mais uma cassação de Cassol.

Procurado por *CartaCapital*, o governador não quis se manifestar sobre o julgamento no TSE. Por meio da assessoria de imprensa, informou estar tranquilo e certo de que não será cassado. ■

A floresta agredida, como sempre História de uma estranha transação ambiental entre o governador Cassol e a União

Na terça-feira 18, quatro procuradores da República e duas promotoras de Justiça de Rondônia se uniram para tentar impedir uma estranha transação ambiental firmada entre o governador Ivo Cassol e a União. Em 6 de junho passado, o governador arrancou um acordo e tanto do governo Lula. Para compensar a perda de 600 hectares de uma floresta estadual, a serem inundados pela usina hidrelétrica de Jirau, Cassol pretende tomar posse de 140 mil hectares da Floresta Nacional Bom Futuro, na divisa dos municípios de Porto Velho e Buritis. Como a preservação do meio

ambiente não é, exatamente, um dos pontos fortes do governo Cassol, os representantes dos ministérios públicos entraram com uma ação civil pública ambiental porque desconfiam das verdadeiras intenções dessa troca. De acordo com a ação, o acordo foi realizado para compatibilizar interesses alheios ao da população e do meio ambiente. O interesse do governo federal seria o de agilizar as obras de Jirau, ligadas ao Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), carro-chefe da pré-candidata à Presidência, a ministra Dilma Rousseff. O do governo estadual,

regularizar a vida dos invasores da Floresta Nacional Bom Futuro.

Criada em 1988, a Flona começou a ser invadida em 1996 por pequenos agricultores oriundos de frentes de colonização da região. A partir de 2000, no entanto, a invasão foi intensificada, não mais por posseiros pobres, mas por grileiros interessados em extrair madeira e implantar campos de pecuária e agricultura. Desde então, 30% da área total da floresta foi degradada.

De acordo com a assessoria de imprensa do governador, há cerca de 20 mil pessoas instaladas na

Bom Futuro. A expulsão pura e simples de toda essa gente iria causar, segundo avaliação atribuída a Ivo Cassol, um grave problema social nas cidades próximas, inclusive na capital, Porto Velho.

Não é essa a opinião do analista ambiental Paulo Volney, do Instituto Chico Mendes, atual chefe da Flona Bom Futuro. Segundo ele, a conta de 20 mil invasores é superestimada. "Há, no máximo, 5 mil pessoas por lá", garante. Para Volney, a decisão abre um precedente perigoso para outras unidades de proteção ambiental do País. "Se for mesmo aprovado, esse acordo vai estimular a grilagem e a invasão de áreas semelhantes", alerta. (L.F.)

Porto Velho, RO, 31 de julho de 2009.

Prezado(s) Senhor(es),

Na edição n. 02, ano II, do Jornal Rondônia de Fato, datado de 23 de junho de 2009, observa-se estampado no Rodapé das páginas 01 e 02, logotipos de empresas que em tese estão patrocinando o jornal mencionado, dentre os quais encontramos o sinalizador de Vosso Sindicato/Associação.

Porém, tendo se em linha de contas o gigantesco teor difamatório do jornal em tela, que busca prioritariamente denegrir a imagem de minha pessoa como Governador do Estado de Rondônia, bem como das responsabilidades que dessa publicação poderão advir, solicito informações sobre o elo com referido periódico, se essa entidade tinha prévio conhecimento do teor das matérias tendo autorizado sua publicação, bem como se efetivamente efetuou contrato de patrocínio com o jornal mencionado.

Anexo exemplar/cópia do mencionado jornal.

Correspondências objetivando respostas ao solicitado deverão ser encaminhadas à Av. Lauro Sodré, 1259, Casa 04, Bairro Olaria, Porto Velho, RO, CEP 76.801-289, aos cuidados do Advogado Adão Turkot.

No aguardo do atendimento.

Subcrevo:


Ivo Narciso Cassol

Ad

CUT - Central Unica dos Trabalhadores
Rua Buenos Aires, 1970 - Bairro Embratel
CEP: 78905-700 - PORTO VELHO, RO

Durante o discurso da Sr^a Fátima Cleide, o Sr. Cícero Lucena, Suplente de Secretário, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Adelmir Santana, Suplente de Secretário.

O SR. PRESIDENTE (Adelmir Santana. DEM – DF) – Nos termos do Regimento, a solicitação de V. Ex^a será atendida.

Como próximo orador inscrito, Senador Pedro Simon.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu esperava que o Senador Cristovam voltasse à tribuna, mas, se não me engano, ele está com a imprensa. Ele fala depois da gente.

Sr. Presidente, Srs. Parlamentares, muito importante o pronunciamento do Senador Cristovam. Vai e vem, e a gente volta a falar sobre esse assunto. O Senador Cristovam foi muito competente. Em meio à crise que o Senado está sobrevoando, ele abordou algumas saídas importantes, que poderiam ser adotadas. No entanto, não está sendo fácil adotá-las. Acho que as propostas feitas pelo Senador Cristovam são realmente muito importantes, mas eu não sei... Nos meus 30 anos nesta Casa, eu nunca tinha sentido um sentimento... Como é que eu posso explicar? Um sentimento de falta de esperança. É como se os Senadores tivessem se adaptado. “Não tem o que fazer, não tem como mudar, não tem como alterar”. Olha que isso vem de longe.

E uma Casa que tinha tudo para ser uma Casa enxuta. Reparem a Câmara, com quinhentos e tantos Deputados. Nós somos 81 Senadores. Tínhamos tudo para resolver as nossas questões em volta de uma mesa. No entanto, estamos em uma situação bem mais negativa do que a própria Câmara dos Deputados, e sem perspectiva de solução. Eu diria mais: sem preocupação de buscar solução. O pessoal está acomodado. Numa Casa onde dois terços dos Parlamentares renova o mandato ano que vem, eu não vejo nenhum sinal, eu não vejo nenhuma preocupação no sentido de melhorar.

Na quarta-feira, na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, ao se emendar a reforma eleitoral – que não é reforma eleitoral, é um processo, cá entre nós, na minha opinião, humilhante – generalizou-se um medo do Ministro Joaquim Barbosa, que vai ser o futuro Presidente do Tribunal Superior Eleitoral, de que S. Ex^a, à frente daquele órgão, apresente propostas realmente importantes. Porque a grande verdade é que há um fato gravíssimo envolvendo a Câmara e o Senado. Nós fizemos uma Assembleia Nacional Constituinte. Eu não participei, porque era Governador do Rio Grande do Sul, mas eu vinha seguidamente a Brasília e me emocionava com o debate aqui, com as discussões, com a

preocupação com a sociedade brasileira e com os Parlamentares para elaborar a nova Constituição.

Não me lembro, nos últimos cinquenta anos, pelo mundo, de ninguém que tenha feito uma Assembleia Nacional Constituinte com tanta participação da sociedade, com tanto debate, com tanta preocupação em buscar soluções como nós. Houve um momento, triste momento, em que a tal da comissão temática tinha a maioria da chamada ala progressista, que tinha, na figura de Mário Covas, o Líder da Bancada do MDB, a sua figura mais importante.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Senador Simon, permita-me: eu estava lá e diria até que o Senador Mário Covas liderava toda a bancada progressista, independente de partido.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – A bancada progressista tinha maioria na Comissão de Sistematização. E fizeram reformas, fizeram um projeto. Excepcional o projeto! Eu vou ser sincero: eu fechava com tudo o que estava lá, mas eu me preocupava, porque achava que ele era muito avançado e aquela maioria que se tinha na Comissão de Sistematização não se tinha no plenário. Foi aí, quando Covas praticou um grande erro, na minha opinião, que houve um entendimento no sentido de que Sarney ficasse cinco anos, com o parlamentarismo.

Se faz uma grande injustiça ao Presidente Sarney dizendo-se que ele tinha quatro anos, que roubou e que ganhou um ano. Não é verdade! Eram seis anos e ele concordava em baixar para cinco, mas queriam baixar para quatro. Quando Sarney concordou com cinco anos, com o parlamentarismo, nós, Governadores, nos reunimos no Rio. Eu fui enfático, até recebi manchetes tremendamente negativas e debochadas de mim porque disse o seguinte: “Se nós adotarmos o parlamentarismo, o tempo do mandato do Presidente não me preocupa. Na França, são oito anos.” E a manchete, no dia seguinte, era de que o Simon defendia oito anos para o Sarney.

A verdade é que não aceitaram e, aí, o Sr. Sarney criou o chamado Centrão, Centrão esse que tinha maioria no plenário, infelizmente.

Então, o projeto aprovado da Comissão de Sistematização foi para o plenário e, com muita competência, para se derrubar o projeto da Sistematização tinha de ser feita votação nominal com maioria, o que era muito difícil, caso a caso.

Aí, inclusive, de um Ministro do Sarney, Roberto Cardoso Alves, o Robertão, eu, como franciscano, tenho uma mágoa profunda, porque ele usou aquela frase...

O Sr. Cristovam Buarque (PDT – DF. *Fora do microfone.*) – “É dando que se recebe”.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – ... da Oração de São Francisco – “É dando que se recebe” – para

usar a expressão de que tinha de haver um troca-troca entre os Deputados e o Presidente da República, dando favor para eles votarem.

Aí, caiu o projeto da Comissão de Sistematização. E, aí, caiu o parlamentarismo. E, aí, ficou a medida provisória. E, aí, à maioria das grandes teses – V. Ex^a estava lá –, como reforma agrária, que já tinham decisão, o Centrão acrescentou: a reforma agrária será assim “vírgula” na forma de lei complementar. À Lei de Remessa de Lucros, que já tinha solução, o Centrão acrescentou: “vírgula” na forma de lei complementar. À reforma tributária, que já tinha solução: “vírgula” na forma de lei complementar. E, até hoje, nós temos uma série de dispositivos, os mais importantes, que não estão em vigor porque o Congresso não teve coragem de regulamentá-los.

O que está acontecendo é que, de repente, a Justiça resolveu avançar. Por exemplo, fidelidade partidária. Ela entrou. Há 20, 25 anos, a Assembléia Nacional Constituinte disse que o mandato pertence ao Partido, na forma de lei complementar. A lei complementar não veio, a Justiça Eleitoral regulamentou. E os Parlamentares estão apavorados.

A Constituição diz que o candidato a Parlamentar, o candidato político tem de apresentar a sua folha corrida. O que, hoje, o Juiz precisa, o que, hoje, o funcionário do Banco do Brasil precisa, o que, hoje, qualquer funcionário que faz concurso precisa apresentar, a sua folha, a Constituição diz que os políticos também precisam “vírgula” na forma de lei complementar. Como não tem lei complementar até hoje, a Justiça disse que o novo Presidente vai regulamentar. Esse é o pavor, por isso esse projeto está aí, correndo.

Tiveram coragem, e quase que passou. Nem a Câmara dos Deputados resolveu voltar atrás e permitir que se pudessem voltar a usar os painéis na campanha eleitoral. O Senado quis voltar atrás. Felizmente, à última hora, houve um retrocesso e todo mundo voltou, e foi rejeitado. E foi rejeitado.

A tese da fidelidade partidária.

À tese, que já aprovamos nesta Casa, de verba pública de campanha, nenhuma vírgula, nenhuma vírgula.

Então, vamos votar, na semana que vem, o remendo, que não tem significado.

Sr. Presidente, eu me sinto na obrigação, eu não poderia terminar esta semana sem dizer algumas palavras – talvez sejam as primeiras – sobre o chamado pré-sal.

Eu gostei da expressão do Presidente da Petrobras: “O pré-sal não é uma vaca leiteira”.

Eu acho – e V. Ex^a, Senador Cristovam, está falando muito num entendimento –, com toda a sinceridade, principalmente aqui no Senado, que não posso aceitar que uma tese tão importante como essa esteja sendo

discutida sob dois ângulos: o Governo querendo o caminho da vitória no ano que vem, passando pelo pré-sal e a Oposição querendo esvaziar o pré-sal porque ele pode ter condições de dar a vitória para o Governo.

Eu acho que um projeto dessa natureza tinha de ter um pouco mais de grandeza. Com toda a sinceridade, deveria ter um pouco mais de grandeza. Eu não vejo a necessidade da urgência, mas também sou sincero: eu não vejo a necessidade de a oposição querer empurrar, empurrar, no sentido de não encontrar solução. Acho que nesse projeto, espontaneamente, deveríamos fazer as duas coisas. Primeiro, não há como deixar de reconhecer que o ideal é que isso fosse equacionado antes de chegar a campanha presidencial – seria o ideal –, mas não forçado, não querendo, apenas em 45 dias, obrigatoriamente, encontrar uma solução.

Eu sou sincero, eu gostei da solução do Governo. Eu já defendia isso lá na Vale do Rio Doce. Quando privatizaram a Vale do Rio Doce, eu disse: “Eu acho que o Governo está certo em privatizar, porque está provado que o Governo não vai ter dinheiro para fazer todas as pesquisas, e não são mais nem pesquisas, todas as explorações necessárias nesse campo.” Eu defendia, porque, durante a vida inteira, a Vale do Rio Doce foi uma empresa estatal e, durante a vida inteira, o Estado, com o dinheiro do Estado, fez as perfurações e descobriu dezenas, centenas de minas, que estão ali, que tem a pedra dizendo que estão ali, mas que o Governo não tem dinheiro para explorar. Mas estão ali.

Então, acho que, quando privatizaram a Vale, deveriam privatizar a Vale, mas essas reservas pertenceriam à União e deveriam ficar na mão da União. E a União, aí, ia negociar com a Vale ou outras empresas a exploração dessas jazidas. Eu vejo agora, na Petrobras. E, com toda a sinceridade, na Petrobras, eu acho que foi correto. A Petrobras não é 40% de capital nacional. A técnica da Petrobras é de que nas ações com direito a voto o Governo tem maioria. Então, o controle da Petrobras – ela é uma empresa estatal – está na mão do Governo, sim. Mas, nas ações gerais, as ordinárias, o capital particular tem maioria: mais de 60%, mais de 60%. Então, se pura e simplesmente entregasse a exploração do pré-sal para a Petrobras, esse capital privado aumentaria, em todo esse dinheiro que significa o pré-sal, no seu patrimônio. Eu acho que está errado. Criar uma empresa singela, enxuta, que tem o controle do pré-sal, que vai analisar e que vai debater como será feito, e na hora de entregar à Petrobras, entregará, mas a um preço x, onde o pré-sal é brasileiro, é nacional, eu acho correto.

Eu acho correto. Com toda a sinceridade, acho que foi uma decisão inteligente. É claro que vamos debater. É claro que temos de ver os argumentos con-

trários, vamos ter de discuti-los, mas que tem respeito e importância a tese, tem.

Outro fato grave é a questão dos Estados. Acho que essa uma tese muito delicada. E, com todo o respeito, essa não é uma tese para a Câmara; é uma tese para o Senado. Porque lá na Câmara aparece São Paulo com 70, 80 Parlamentares, Rio de Janeiro com mais 50 e, um pouquinho mais, eles têm maioria. Aqui no Senado cada Estado tem três Senadores. E vamos debatê-la. A tese dos Governadores é a de que até hoje foi assim: o *royalty* pertence ao Estado e ele tem direito àquilo. Principalmente, porque, em tese, a exploração do petróleo era feita ali na área continental.

Essa questão de *royalty* é muito delicada. Conhecemos, em termos de minério, em Minas Gerais, no Nordeste e lá na Amazônia, o caso de minas que tinham uma produção espetacular, milhares de trabalhadores, progresso espetacular, de repente terminou o produto. Não tem mais o produto. Ficou um buraco enorme, e aquela população em uma miséria absoluta, sem absolutamente nada. Realmente, esse é um assunto delicado. Mas se analisarmos que o que se está falando aqui em termos de pré-sal, é algo que fica além de 200km da costa, a 7 km de profundidade no mar, qual é o lado negativo que isso deixa para o Estado é uma pergunta a ser feita. E se a 200km da costa, lá adiante – e o Ministro Jobim, com muita competência, está fazendo a análise de um estudo de aumentar essa área para 300km, 400km –, essa área é do Estado ou da União? É uma tese a ser discutida. E a proposta de, de repente, não mais do que de repente, se aproveitar esse resultado em questões como, basicamente, a educação, é algo que, sinceramente, a mim me deixa entusiasmado. A mim me deixa entusiasmado.

O Sr. Cristovam Buarque (PDT – DF) – (*Fora do microfone*).

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Já lhe darei.

E, com todo o respeito, se analisarmos que quem vai ganhar mais é São Paulo, mais da metade, com todo o respeito, é o Estado que menos precisa, eu acho que a tese da Federação...

E acho que quando o Lula diz que a União tem de ser a mãe de todos os Estados, ele está certo. Essa é uma tese que temos de estudar com muito respeito, com muita seriedade aqui no Senado. Na Câmara será emocional, com o grito dos que podem falar mais alto, com 80 Deputados, e com o silêncio dos que não têm vez e não têm voz. Aqui, somos todos iguais. Essa é uma tese que tem de ser feita com muita seriedade. É claro que é bom esclarecer. Um jornal, hoje, publica que um Prefeito, na reunião, levantou-se e fez a seguinte pergunta: “Eu já posso enviar para o meu orçamento, porque eu estou enviando para a Câmara de Vereadores, as verbas do

pré-sal para o Orçamento do ano que vem?” Ora, meu Deus do Céu, nós não temos a mínima ideia de quando vai ser, quando não vai ser, de onde vem o dinheiro e tudo o mais. Aí, eu acho que o Lula exagerou. Ele quis transformar o fato em uma questão consolidada. Ele poderia ir com mais modéstia, mas isso não lhe tira o mérito de que não é no Governo dele. Ao longo de vários governos essa questão foi crescendo, foi crescendo e chegou o momento que uma decisão tinha de ser tomada. E ele a tomou. Com coragem, ele a tomou.

Eu só acho que quando o Lula diz: “Agora, a bola está com o Congresso. O Congresso é que tem que decidir.” Cá entre nós, ele então que caia fora, deixe o Congresso decidir. No episódio da crise que tivemos há poucos dias aqui no Senado, ele disse a mesma coisa, mas ele interferiu e ele é que decidiu. Deixe que nós decidamos.

Faço um apelo dramático. Não me lembro, nos últimos anos, desde que estou aqui, tirando a democracia e o combate à ditadura, de uma tese que necessite tanto do entendimento de todos como essa. Eu não me considero nem Governo nem Oposição nessa tese; eu não me considero nem apaixonado pela tese que o Governo defende nem apaixonado pela tese contrária ao Governo. Eu quero encontrar a solução. E digo com alegria: acho que a proposta apresentada pelo Governo, eu recebo com simpatia; eu a recebo com simpatia. Essa história de falar que é nacionalismo, que é voltar ao monopólio ou coisa que o valha, cá entre nós, nós sabemos que não é; nós sabemos que não é. Sabemos que o Governo agiu com competência ao não entregar à Petrobras um poder maior do que o do Governo. Se, ao invés de criar uma companhia nova, tivesse entregado tudo isso para a Petrobras, ela seria incontrollável. Acho que criar uma companhia enxuta, limpa, mas botando a Petrobras no seu lugar é importante. Hoje, no mundo, não há nenhuma empresa com a capacidade, com a competência da Petrobras para fazer esse trabalho. Essa foi, talvez, uma das mais lindas matérias da história da brasilidade: a Petrobras em águas profundas. Não houve uma tecnologia, o americano não nos deu um copo d’água, nem a Noruega, nem a Suécia, nem absolutamente ninguém se preocupou. Foi a Petrobras que foi, momento a momento, aprofundando-se, aprofundando-se, encontrando a solução.

O negócio não é fácil. Alguém me disse: “Você já imaginou aquele tubo que vai descer sete mil metros, qual vai ser a resistência dele ao passar quantos quilômetros de sal? Qual é a capacidade que vai ter? Até onde vai dar certo?”

Não dá para soltarmos foguete agora. Estamos no caminho. Estamos no caminho, mas o Governo exagerar e já querer fazer a distribuição é um grande exagero. Mas que nós deveríamos sentar à mesa e encontrar uma fórmula positiva, nós deveríamos.

Pois não, Senador.

O Sr. Cristovam Buarque (PDT – DF) – Senador Pedro Simon, esse assunto espero que tome muito tempo nosso, porque nós estamos diante de uma chance sem direito de perdê-la. Nós já perdemos muita chance neste País. Perdemos a chance do açúcar, do ouro, do café, da industrialização, da borracha, cujos resultados para o País não foram aqueles que esperávamos do ponto de vista de criarmos uma sociedade sem violência, sem corrupção, em que todos estejam educados, produtores de ciência e tecnologia. A natureza nos deu mais uma oportunidade, e temo que a percamos, Senador. E, para não perdermos, temos que trabalhar sem a paixão partidária, mas com rigor. O senhor levantou aí uma contradição que se soma às outras que eu tinha notado. A primeira é a contradição entre usar esse petróleo e proteger o meio ambiente. Há uma contradição, a temperatura está aumentando no planeta inteiro por causa do uso do petróleo. A gente vai jogar mais petróleo? Essa é uma contradição. Segundo, é a contradição, Senador Paim, entre o valor do petróleo hoje e o valor do petróleo amanhã. Há pesquisas muito sérias, que substituem o petróleo, inclusive, feitas pelo Brasil, que é o *biodiesel*, que é o etanol. Se isso se espalha, eles se contrapõem entre eles. O Brasil vai... Já notou que não se fala mais no etanol? Seis meses atrás, um ano atrás, o Presidente Lula só falava do etanol. Sumiu, agora a gente só fala do petróleo. Vamos abandonar o etanol ou vamos continuar com o etanol e com o petróleo do pré-sal? Eles se chocam. Ou se põe etanol ou petróleo; não se põem os dois ao mesmo tempo. Então, a gente tem essa contradição entre as fontes alternativas de energia e o pré-sal. Os outros países estão pesquisando carros elétricos, carros a bateria solar, e a gente está apostando num combustível velho, antigo, que não vai ter muito tempo futuro. Terceira ou quarta – já não sei – contradição. Se explorarmos muito petróleo, o preço baixa, aí a receita é pequena. Se, para mantermos o preço alto, explorarmos pouco, a receita baixa. Já se analisou com clareza qual é o preço necessário, para que a gente tenha uma boa receita, sem que esse preço fique inviável com alta produção? Outro choque entre os interesses dos Estados e os interesses desta Nação. Eu não gosto quando a gente fala Estado e União. Não! É Estado e Nação brasileira. A União é um ente burocrático. Não é para beneficiar a União, é para beneficiar a Nação brasileira. E aí beneficiar a Nação, sacrificando-se os Estados? De quem é esse petróleo? É do Estado ou é da Nação brasileira? E os Estados não percebem que, se usarmos esses recursos para um fundo social – a que também sou simpático –, bem utilizado, os maiores beneficiários serão esses Estados, porque são os de maior população. A minha proposta é que cada criança receba R\$4 mil para a educação, que esse dinheiro seja todo investido em educação. Quatro mil reais chegarão a

São Paulo e ao Rio num valor muito maior do que os *royalties*. Somem os *royalties* e depois somem quanto seria o financiamento de um programa educacional de valor para essas famílias. Outra contradição é o presente e o futuro. Nós vamos gastar o dinheiro para financiar o consumo no presente, como fizemos com o ouro, como fizemos com a borracha, como fizemos com o café? Os barões do café compravam luxo na Europa; os barões da borracha traziam óperas para cantarem para eles. E o povo ficou sem nada! E, finalmente, a última contradição que o senhor trouxe e que eu não tinha percebido: o debate aqui vai ter a grandeza desse projeto ou vai ser um debate minúsculo diante da grandeza do projeto? Nós temos que escolher. E creio que, nessa escolha, não temos o direito de apequenar o debate. Nós temos que ter um debate, como o senhor levantou – e é a primeira vez que ouço isso –, com a grandeza do tema. O tema é tão grande e importante, que não pode ser apequenado pelo Senado. Finalmente, desculpe-me estar tomando muito o seu tempo, quero dizer o seguinte: o senhor tocou num ponto fundamental. Esta é a chance de o Senado resgatar o seu papel, porque a Câmara representa a população, nós representamos os Estados. É aqui que está a Federação, não é na Câmara. Na Câmara está a população. Nesse sentido, eles são até mais importantes do que nós, mas, do ponto de vista da Federação, somos nós que fazemos o casamento entre os Estados e a Nação brasileira. Eu insisto: não falo em União, falo em Nação. Portanto, é aqui que podemos resgatar o papel do Estado, se utilizarmos este espaço para fazermos algo que as gerações anteriores não fizeram com o açúcar, com o ouro, com o café, com a industrialização. Nós podemos fazer agora. Nesse sentido, o Presidente tomou uma boa iniciativa: propor um fundo social. Agora, como ele está formulado, por isso é importante o debate, não está bom. Ele propõe que esse fundo atenda a projetos. Aí se vai poluir do ponto de vista de quantidade, vai-se dispersar, e vai haver corrupção. Vai haver corrupção. Vai haver gente dando comissão, para que o seu projeto seja aprovado. No lugar disso, tem que haver esse fundo, como fez a Irlanda, porque o pré-sal corresponde para nós o que, para a Irlanda, correspondeu entrar na Comunidade Econômica Européia. Eles de repente tiveram a chance. E o que fizeram, Senador Simon? Eles reuniram as lideranças nacionais num castelo chamado Cork, Castelo de Cork, numa cidade chamada Cork. Ficaram ali, duas ou três semanas, líderes, políticos, líderes empresariais e sindicais e disseram: “Onde vamos aplicar esse dinheiro?” Decidiram por três lugares: educação, ciência e tecnologia e saúde. Há 40 anos, eles põem dinheiro nisso. Não falta dinheiro para isso. Todo dinheiro que vem da Europa eles jogam nisso. Hoje o país é outro. É um dos países mais educados do mundo inteiro; é um país de alta tecnologia na sua produção e de produção de alta tecnologia, porque

eles concentraram. Se dispensarmos, vamos, mais uma vez, jogar fora uma chance que a natureza nos deu. Não temos o direito de fazer isso com as próximas gerações. Isso pertence a elas, também, que não nasceram ainda. Isso pertence a todos os brasileiros de hoje e do futuro. Por isso, é aqui que a gente pode discutir isso, se o Presidente Lula quiser pegar a boa intenção com que está – não duvido – e permitir que a gente trabalhe melhor. Só há uma desconfiança que tenho: se o Presidente Lula está com boa intenção ou não; se está querendo um palanque eleitoral ou uma plataforma nacional. Disso não tenho clareza ainda, até porque deixou de falar no etanol. Tem-se que compor etanol e pré-sal. Não podemos de repente abandonar esta maravilha brasileira que é a produção do álcool, que é menos poluente, que gera mais emprego e cuja riqueza fica toda aqui. Temos que trabalhar isso. Finalmente, Senador Pedro Simon, isso só vai ser possível, se fizermos aquela reforma de ficarmos aqui pelo menos – o senhor, há pouco, com base no que eu tinha falado, falou, mas de maneira mais específica – quinze dias, três semanas, sem sairmos daqui, inclusive nos sábados, debatendo esse assunto, e o povo vindo e mandando suas opiniões para nós pelo correio, pelo *e-mail*, pelo telefone. Aí, a gente pode tomar uma decisão – não só a melhor, como a melhor distribuída, a decisão, ouvindo o povo brasileiro inteiro. Então, queria que essa sua fala fosse ouvida por todos aqui. Somos tão poucos. Vamos trabalhar, para que fiquemos aqui reunidos. Aí não é preciso nem declarar a urgência. Mas a urgência vai acontecer, porque, se ficarmos aqui, o tempo todo, com nossos assessores, vamos encontrar a saída em um prazo muito curto, mas de maneira séria, e não abandonando a seriedade para encurtar o prazo em que tomamos a decisão.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Se ficar como é agora, vai acontecer o que está acontecendo com a reforma eleitoral: há dois anos estão discutindo para fazer, há dois anos andando, andando e não acontece nada. O que aconteceu? Em dois dias tem que ser votada. O Senado ficou com dois dias, porque deixou para a última hora. Então nós temos que votar porque até o dia 30 a Câmara dos Deputados tem que votar, senão não vale para essa eleição.

Com o pré-sal vai acontecer a mesma coisa. Se a gente não tiver a preocupação da fazer, nós só vamos votar na última hora, absolutamente na última hora.

Eu queria dizer duas coisas. Eu vi o pronunciamento do Presidente do PSDB, o Senador Guerra, ontem, e gostei muito. Gostei quando vi S. Ex^a. dizendo que ele era favorável à proposta apresentada pelo Presidente, ele era favorável ao projeto de Petrobras. Achei o pronunciamento de S. Ex^a. muito positivo. O apelo dele é que não se faça correndo. O apelo dele é que se o Governo levou dois anos estudando, que se dê prazo

a nós para estudar. Mas o importante é que o Senador Guerra, Presidente do PSDB, deixou muito clara a sua posição: em tese, ele é favorável ao projeto.

É interessante também salientar as manifestações do Governador Serra. Dos governadores, o Serra, que é de um Estado que tem maior produção e que seria o maior contemplado, ele tem se recusado a falar sobre essa matéria. Ele acha que a distribuição dos lucros do pré-sal tem que ser discutida com maior profundidade.

Por outro lado, o Governador Serra tem manifestado que ele vê com simpatia o projeto apresentado pelo Governo.

Então, reparem que o presidente do grande Partido PSDB e o candidato preferencial deles a Presidente da República estão analisando a questão com espírito público, com grandeza, estão analisando a questão preocupados com o Brasil e não com interesse nem do seu Estado, São Paulo, nem com o seu Partido, o PSDB.

Isso é um bom começo, é muito bom começo. É uma pena essa confusão. No início, o Governo Lula queria apresentar o projeto sob o regime de urgência, aí teve uma janta com o Governador e se decidiu que não ia ter mais a urgência. Aí teve uma conversa com o líder do PMDB e decidiu que ia ter a urgência. Aí teve um debate com o PT e se decidiu que não ia ter a urgência. Aí teve um outro debate com o PMDB e se decidiu manter a urgência. Quer dizer, eu não quero sinalizar isso como dubiedade, como fraqueza. Pelo contrário, eu quero analisar isso como um fato de preocupação séria no sentido de encontrar a verdade, de encontrar o melhor; e, para mim, o melhor não é nem os 45 dias e nem a oposição querer empurrar com a barriga para não deixar aprovar. O importante é ter grandeza e estudarmos e decidirmos o mais breve possível.

Eu acho que o assunto é importante, o assunto é sério. Essa Casa chega a um momento em que nós estamos no fundo do poço, e poderemos ter a possibilidade de readquirir um pouco da nossa credibilidade se nós tomarmos uma posição positiva e coerente com relação a essa matéria.

Era isso, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

Durante o discurso do Sr. Pedro Simon, o Sr. Aldemir Santana, Suplente de Secretário, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Paulo Paim.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Senador Adelmir Santana com a palavra, depois da exposição do Senador Pedro Simon, falando sobre o pré-sal.

O SR. ADELMIR SANTANA (DEM – DF. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, é sabido que se comemora no Brasil, neste ano, o Ano da França no Brasil.

Queria aproveitar esta manhã, este final de manhã e início de tarde, para fazer referência à abertura que fizemos de uma exposição, uma belíssima exposição denominada “Obras-Primas dos Museus da França”. Essa exposição “Obras-Primas dos Museus da França” é exatamente para registrar a passagem deste ano em que se comemora Ano da França no Brasil.

Foram quase dois anos, Sr. Presidente, de negociações para a vinda desse acervo cultural, constituído de obras-primas pertencentes aos principais museus da França. Um trabalho intenso, que envolveu pesquisa, tradução, cenografia, iluminação e a participação de vários técnicos e profissionais do Distrito Federal, com um investimento superior a R\$1 milhão, para tornar esse sonho realidade.

É importante ressaltar que essa é uma iniciativa do Sesc, o Sesc do Distrito Federal, que adquiriu com exclusividade o direito de “itinerar” essa exposição para que milhões de brasileiros de outras regiões do País, de outras cidades brasileiras tenham a possibilidade de desfrutar desse inestimável presente nas suas 131 reproduções fotográficas.

Acreditamos que, com mais essa ação sociocultural e educativa, fica evidenciada a responsabilidade social do empresariado do setor de comércio, de bens e serviços e turismo, que, por suas contribuições sociais, tornam-se indutores do desenvolvimento e da transformação dos indivíduos e da sociedade, através de ações como essa do Sesc.

Não poderia deixar de agradecer também ao Sesc nacional – essa é uma iniciativa do Sesc regional do Distrito Federal, mas o Sesc nacional nos apoiou nesta realização –, bem como à Embaixada da França, à Associação Cultural Latina, a ARS Latina, ao Governo do Distrito Federal, ao Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan), e em especial à curadora da exposição, na pessoa da Sr^a Elisabeth Balandá, que se fez presente na abertura deste evento.

Venho falar hoje dessa importante ação social que o Sesc garantiu para o Distrito Federal e para o Brasil com essa exposição. E faço um lembrete de que essa instituição, Sesc, criada em 1946, tem-se mantido fiel ao compromisso de promover a melhoria da qualidade de vida dos trabalhadores do comércio, de bens, serviços e turismo, por meio de atuação de excelência nas áreas de educação, ação social, lazer, esporte, alimentação, cultura e turismo social.

Desde então, desde 1946 – V. Ex^a conhece a história –, o Sesc tem oferecido programação de alto

nível, aliado ao compromisso de democratizar o acesso de todas as camadas de população a essas questões, a essas suas ações.

Muitas pessoas encontram no Sesc um lugar de convivência agradável, bem cuidado, com excelente infraestrutura, um lugar de sociabilidade, onde todos os públicos circulam, todos pertencem e todos se incluem. Somamos quase cinco milhões de associados. De norte a sul do Brasil, o Sesc é reconhecido como um exemplo bem sucedido do exercício da responsabilidade social corporativa.

Em nossos 231 centros sociais ou centros de atividades, são oferecidos, diariamente, atendimento médico-odontológico, ensino fundamental, médio e infantil, alimentação, apresentação de música, festivais de teatro, dança, reforçando a percepção da sociedade de que o Sesc é uma instituição viva, pulsante e presente no dia a dia da população.

Não posso também, Sr. Presidente, deixar de mencionar um programa importante do Sesc, o Mesa Brasil Sesc, que hoje se constitui, sem dúvida alguma, na maior e mais efetiva ação de combate à fome e ao desperdício de alimentos. Desde a sua implantação, em meados de 2003, o Programa já arrecadou e distribuiu 126 mil toneladas de alimentos e complementou cerca de um bilhão de refeições. No ano de 2008, contabilizamos mais de 770 milhões de atendimentos em atividades nas áreas de educação, ação social, lazer, esporte, alimentação, cultura e turismo social. Por isso, nós podemos afirmar que o Sesc é do tamanho do Brasil.

Aqui, no Distrito Federal, o Sesc possui hoje dez unidades operacionais. São poucas unidades para o tamanho da cidade, que cresceu de forma vertiginosa nos últimos anos. São dez unidades operacionais, nas quais cerca de 200 mil pessoas se beneficiam das atividades e serviços da Instituição.

Ao participar das programações do Sesc, o nosso público se diverte, se encanta, imprime qualidade à sua vida. Mas não falo apenas de entretenimento. Em cada uma das ações do Sesc há um forte sentido educativo. As manifestações artístico-culturais são consideradas pelo Sesc como o meio mais expressivo para a transformação do indivíduo e da sociedade. Por isso está inserido entre nossas prioridades.

No Brasil, onde lamentavelmente ainda se faz presente a exclusão cultural, tenho orgulho de afirmar que o Sesc no Distrito Federal é hoje referência pela qualidade de seus projetos e pelo apoio, incentivo e envolvimento com a classe artística. Anualmente, nós realizamos prêmios culturais com o objetivo de revelar novos talentos. Certamente, uma oportunidade única para muitos. Mais de três mil artistas, entre músicos, pintores, escritores,

poetas e fotógrafos, já participaram com seus trabalhos nos Prêmios Sesc de Música, de Pintura em Tela, de Fotografia, Poesia e de Literatura. Mais de 500 espetáculos nacionais e internacionais, entre *shows* musicais, danças, teatro, além de exposições e mostras de filmes são realizados em nossos espaços.

Ousadia e inovação estão presentes na gestão cultural do Sesc no Distrito Federal. Como exemplo, permito-me citar a realização da ópera Carmem, pela primeira vez ao ar livre no Brasil, cujo sucesso ensejou a apresentação de músicas eruditas em parceria com o saudoso maestro Sílvio Barbato, falecido recentemente naquele acidente aéreo via Paris – a quem tivemos a oportunidade de homenagear aqui em uma sessão especial. Grandes espetáculos musicais encantaram a muitos e, sem dúvida, marcaram o cenário cultural de nossa cidade.

O trabalho que o Sesc desenvolve no Distrito Federal a cada dia avança fronteiras, levando o nosso atendimento aos segmentos de baixa renda e ainda àqueles em situação de vulnerabilidade social.

Foi inaugurado, há quase dois anos, um dos maiores mais completos Centros de Atividades do Brasil, na Região Administrativa de Ceilândia, com mais de 20 mil metros construídos. No primeiro trimestre de 2010, a população do Gama também vai ganhar uma nova e moderna unidade. Eu tenho orgulho disso por ser o Presidente do Sesc aqui no Distrito Federal.

Apesar das constantes ameaças e investidas, na tentativa de enfraquecer e esfacelar o Sistema CNC, Sesc e Senac e da falta de incentivo de órgãos do Governo, o Sesc se mantém firme no propósito de continuar prestando serviços, de forma a contribuir para o bem do Brasil. Essa contribuição visa também, naturalmente, a melhorar a qualidade de vida dos comerciários, com a finalidade última de transformar a inclusão social numa realidade. E o Senac continua, naturalmente, na sua missão de formação profissional que, também, vem há mais de 60 anos.

Com ações propositivas, contínuas e inclusivas no mundo cultural, o Sesc se firma como instituição plural e dinâmica, na certeza de estar cumprindo a sua missão mais importante: servir a milhões de brasileiros; do mesmo modo, o Senac com as suas ações na formação profissional.

Sr. Presidente, não poderia deixar, portanto, de fazer o registro desses acontecimentos que engrandecem essas instituições, mas, sobretudo, aumentam a possibilidade de pessoas que nunca tiveram acesso a movimentos culturais como esses a se beneficiarem dessa amostra e dessa exposição que está aqui na Esplanada dos Ministérios. Nosso planejamento é trazer jovens, estudantes das escolas públicas. Vamos ficar na Esplanada por mais de 20 dias, e todos os horários

já estão tomados com o agendamento das escolas públicas do Distrito Federal para visitação dessas obras dos museus da França.

Então, faço esse registro na certeza de que o Sesc, de que o Sistema CNC/Sesc/Senac, Federação do Comércio/Sesc/Senac, prestam relevantes serviços na área cultural à população do Distrito Federal.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Senador Adelmir Santana, convidaria V. Ex^a a presidir para que eu possa fazer a minha fala.

Quero também dizer que, de fato, o Sistema S cumpre um papel fundamental. Pode haver algumas divergências daqueles que querem ampliar de uma forma ou outra o Sistema S, mas ninguém tem dúvida da sua importância. V. Ex^a sabe – eu sempre digo – que tenho muito orgulho por minha base de educação ter começado no Senai.

O Sr. Paulo Paim deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Adelmir Santana, Suplente de Secretário.

O SR. PRESIDENTE (Adelmir Santana. DEM – DF) – Concedo a palavra ao orador inscrito, Senador Paulo Paim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Senador Adelmir Santana, eu não poderia deixar de falar, no dia de hoje, sobre o pré-sal e também sobre o fundo soberano, até porque, Sr. Presidente, no dia de ontem, nós realizamos aqui, no Congresso, na Comissão de Direitos Humanos, a primeira audiência pública para tratar desse tema.

Sr. Presidente, ninguém tem dúvida de que o Brasil está fascinado, o Brasil está radiante com os grandes reservatórios de petróleo e gás natural, situados, sim, entre 5 e 7 mil metros abaixo do nível mar. O pré-sal, com certeza, apresenta-se numa área que pode chegar a 150 mil quilômetros quadrados.

Há alguns anos, as nossas reservas de petróleo, com certeza, não demonstravam toda essa capacidade, mas, na busca da autossuficiência, a pesquisa por reservas migrou dos campos em terra para as águas, principalmente, ultraprofundas. E essa busca teve um resultado fantástico. Praticamente dobramos já as reservas nacionais.

Sr. Presidente, existem países produtores com muitas reservas, pouca tecnologia, reduzida base industrial, mercado pequeno e instabilidade institucional. Por outro lado, existem países consumidores com poucas reservas, alta tecnologia, grande mercado consumidor, grande base industrial e estabilidade institucional.

Na verdade, o Brasil encontra-se em situação privilegiada, pois é um país com grandes reservas hoje,

alta tecnologia em petróleo, graças à nossa querida Petrobrás – em tecnologia, eu arrisco dizer que é a número um do mundo –, base industrial diversificada, grande mercado consumidor e estabilidade, tanto institucional como jurídica.

O Governo apresentou nesta semana um novo marco regulatório e, conforme o novo modelo de partilha, as regras principais são:

- A União poderá contratar diretamente a Petrobras para produzir no pré-sal;
- A União poderá licitar empresas para participar dos contratos de partilha;
- O vencedor será quem atribuir maior percentual à União, ao Estado.

Sr. Presidente, pensando nessa receita que o pré-sal irá gerar, eu quero focar este meu pronunciamento, até pela minha própria história, pela forma como eu tenho agido no Congresso Nacional ao longo de mais de duas décadas, exatamente no Fundo Social Soberano.

Conforme o novo marco regulatório do pré-sal e áreas estratégicas, ela tem por objetivo proporcionar uma fonte regular de recursos para as atividades prioritárias: o combate à pobreza e o incentivo à educação de qualidade, à cultura, à inovação científica e tecnológica e ao meio ambiente.

A fonte de recursos do Fundo Social, Sr. Presidente, virá:

- do resultado da partilha de produção que cabe à União;
- dos bônus e assinatura de contratos de partilha de produção; e
- dos chamados *royalties* da União em contratos de partilha de produção.

O Fundo Social receberá a renda do petróleo, realizará aplicações e, com isso, proporcionará uma receita regular para a União, que, com certeza, vai dirigir para as atividades consideradas prioritárias.

Sr. Presidente, os recursos do Fundo Social repassados à União serão orçados e fiscalizados por esta Casa, pelo Congresso Nacional.

Eu quero informar que a Federação Única dos Petroleiros, a FUP, em conjunto com a Associação dos Engenheiros da Petrobras, a Aepet, e também o Sindipetro, do Rio de Janeiro, o MST e ainda o Movimento Via Campesina e todas as entidades do movimento social, entre eles centrais e confederações, apresentaram a mim um projeto sobre a nova lei do petróleo.

Essas entidades, Sr. Presidente, solicitaram que eu assumisse a autoria desse projeto aqui no Senado. Fiquei honrado com o convite, com certeza absoluta, porque veio de uma construção coletiva do movimento social do nosso País. Mas entendi, Sr. Presidente Adel-

mir Santana, e orientei diferente. E assim foi feito. Pedi a eles que o projeto entrasse pela Comissão de Direitos Humanos, valorizando a chamada legislação participativa. Infelizmente grande parte dos brasileiros ainda não sabe que uma entidade de caráter nacional pode vir aqui, à Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, e apresentar um projeto. O Presidente da Comissão indica o Relator e, uma vez aprovado, ele passa a circular na Casa como se fosse de um Senador ou de um Deputado. O mesmo procedimento é feito na Câmara.

Sr. Presidente, o projeto deu entrada pela Comissão de Legislação Participativa. O Senador Cristovam me indicou como Relator desse que é o Projeto nº 2. Assim, ele tramitará na Comissão como sendo de autoria, não de forma personalizada, do Senador Paulo Paim, mas, sim, de autoria do movimento social. Uma vez aprovado, a autoria passará a ser do movimento social e da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa do Senado, e eu terei a alegria de ser o Relator.

O projeto, Sr. Presidente, repito, aprovado na Comissão e com essa autoria que eu descrevi, avançará com muito mais consistência, com muito mais respaldo no debate aqui, no Congresso Nacional. Com essa medida, quero dizer, estarei valorizando o trabalho do movimento social e estaremos avançando também na valorização da própria Comissão.

Quero dizer que, lá na Câmara – eu respeito, acho inclusive que isso foi importante –, o movimento social passou essa responsabilidade para o meu amigo e grande Deputado, que já foi Prefeito inclusive da cidade de Pelotas, no Rio Grande do Sul, Fernando Marroni. Vamos trabalhar juntos para construir o melhor para a sociedade brasileira em um projeto que tem a cara dos trabalhadores do nosso povo.

Esse projeto, Sr. Presidente, pretende normatizar essa importantíssima atividade econômica do nosso País, afirmando a soberania nacional sobre os recursos naturais e estratégicos e destinando as receitas advindas da atividade às reais necessidades da nossa querida população brasileira.

Eles, Sr. Presidente, informaram que essa proposta reflete amplas e profundas discussões políticas, significando construção coletiva, realizada em conjunto com os sindicatos de trabalhadores, a Associação de Engenheiros da Petrobrás e, como eu dizia aqui, dos movimentos dos trabalhadores rurais da área pública, como também da área privada deste País, entre outras entidades representativas da sociedade civil.

O projeto, como dizia, terá a minha relatoria. Quero fazer aqui alguns comentários sobre esse projeto e principalmente sobre o Fundo Social Soberano.

Ontem, realizamos a primeira audiência pública em que estiveram presentes representantes da FUP e de ou-

tras entidades para debater o complexo do petróleo e do pré-sal. Foi a primeira audiência pública nacional, repito, realizada no Congresso para tratar desse tema. Foi uma atitude pioneira, que deverá ser seguida, conforme discussão que tivemos ontem, por audiências semelhantes a essa em todos os Estados da Federação. Na audiência de ontem, Sr. Presidente, participaram os seguintes convidados: João Antonio de Moraes, Coordenador-Geral da Federação Única dos Petroleiros – FUP; Dary Beck Filho, Diretor da Central Única dos Trabalhadores; José Divanilton da Silva, Diretor da Central dos Trabalhadores do Brasil; Francisco Alves Correia, o Joba, Coordenador Nacional do MST, representando ali também a Via Campesina; e ainda Emanuel Jorge de Almeida, Coordenador do Sindipetro-RJ e representante da Associação dos Engenheiros da nossa querida Petrobras.

Sr. Presidente, quero cumprimentar aqui todos os expositores pelo seu brilhantismo, mas, sem sombra de dúvida, por uma questão de justiça, faço questão de dar um destaque ao Presidente da FUP, o jovem João Antonio de Moraes, que foi indicado por todas as entidades para fazer uma exposição detalhada sobre esse importante projeto, que é de interesse dos 191 milhões de brasileiros. Moraes falou por cerca de uma hora e meia e fez uma grande exposição, dando detalhes da importância da nova lei do petróleo e, consequentemente, do pré-sal. Sua fala demonstrou que os petroleiros, aqueles que colocam a mão na massa diariamente para produzir o chamado ouro negro, conhecem como ninguém a realidade da extração do petróleo no Brasil, assim como a sua importância para o País.

Segundo Moraes, Sr. Presidente, de fato é um megaprojeto. Conforme ele disse, e destaco aqui, o pré-sal pode corresponder – ouçam bem o que eu vou dizer – a um orçamento de mais ou menos – e digo mais para menos – de US\$15 trilhões.

Lembro também, Sr. Presidente, como eu sou muito ligado a essa área da Previdência, o que disse o presidente da FUP, o companheiro Moraes: “Na Noruega, os trabalhadores não pagam a previdência. A aposentadoria é integral e os recursos da previdência vêm do petróleo”.

Entre as considerações feitas pelos petroleiros e outras entidades lá presentes, foi lembrado que, em 2007, nós triplicamos o valor da receita graças à nossa Petrobras. Mediante as novas descobertas, o Brasil poderá produzir de 80 a 200 bilhões de barris de petróleo e ficará entre os cinco maiores detentores de reserva do mundo e, talvez, segundo eles, vá para o segundo lugar.

A maior detentora, hoje, é a Arábia Saudita. Como disse anteriormente, o pré-sal do Brasil pode ultrapassar os US\$15 trilhões.

Os petroleiros, Sr. Presidente, bem como as demais entidades, compreendem que é fundamental a

revisão da Lei nº 9.478, de 1997, e o projeto por eles apresentado passa por três eixos, que é base daquilo que foi ontem exposto: o Fundo Social Soberano, esse é fundamental; o monopólio do petróleo; e a Petrobras como executora desse monopólio.

Voltando ao foco do meu pronunciamento, o Fundo Social Soberano, que foi discutido com profundidade no dia de ontem, eles acreditam que a criação de um fundo para captar e gerir a receita, com toda a transparência possível, integrado por representantes da sociedade civil, afigura-se como a melhor das opções. Ou seja, o Fundo, sim, com transparência absoluta e com a participação da sociedade civil.

Segundo consta no capítulo XX do anteprojeto, a receita líquida auferida pela União com as atividades econômicas da exploração e produção – já excluídos os custos da atividade, o investimento e o reinvestimento necessários à execução das políticas e diretrizes energéticas e à busca de fontes alternativas de energia renovável e limpa e, também, o aporte implicado pelo autofinanciamento – será destinada ao Fundo Social Soberano, constituído com a finalidade específica, Sr. Presidente, de promover incrementos na área da saúde... Saúde de que todos nós estamos reclamando. Quem não reclama? O próprio Ministro Temporão tem dito que faltam verbas para a saúde.

Para a saúde, sim. Mas aqui a Fup, na mesma linha daquilo que tenho defendido, inova, Sr. Presidente, porque coloca também a Previdência.

Por que não olharmos para o futuro da nossa Previdência? Deixemos de lado aqueles que só pregam o apocalipse, pois eles são contra até mesmo a proposta apresentada entre Governo e centrais. No entanto, não apontam saída. Nós apontamos saída para a Previdência no presente e no futuro, por isso há sintonia entre a minha posição e a da FUP, qual seja, para que também uma verba do pré-sal vá para a seguridade social, que já está contemplada no projeto do Governo que fala em saúde, fala em combate à pobreza, mas não falava na Previdência, que nós estamos endossando. Educação, sim; saúde, sim; combate à pobreza, sim, mas Previdência também como a reforma agrária.

Do total da receita auferida pelo Fundo Social Soberano, defendem eles que o equivalente a 5% deve ser mantido em rubricada apartada, que poderá ser utilizada pela União para eventuais medidas para defender o impacto ambiental dessa indústria. Temos que ter a preocupação com o meio ambiente e aqui eles colocam muito bem.

As receitas auferidas pelo Fundo Social Soberano, em sua integralidade, são destinadas aos objetivos sociais mencionados no início, de forma complementar aos respectivos orçamentos da saúde – e repetimos aqui –, da Previdência Social, da educação, de projetos de habitação popular e da reforma agrária, e não

serão passíveis da tal de DRU, que inventaram, em que os recursos podem ser destinados para outros fins até 20%. DRU, não. Sou radicalmente contra a DRU na seguridade social, sou contra a DRU na educação e sou contra a DRU nos recursos do Fundo Soberano, aqui apontados na receita do pré-sal.

Ainda segundo o anteprojeto da FUP, no prazo de um ano a partir da publicação da lei, a União tomaria todas as medidas necessárias à transformação da sociedade de economia mista Petróleo Brasileiro S/A em empresa pública.

Segundo o projeto apresentado, paralelamente à transformação de que trata esse artigo, seriam então reincorporadas à Petrobras, a sociedade de economia mista Petrobras Transporte S/A – Transpetro e a Refinaria Alberto Pasqualini – Refap S/A, lá em Canoas, no meu Rio Grande do Sul. No mesmo prazo, seriam incorporadas a Refinaria de Petróleo Riograndense S/A, localizada na minha querida cidade de Rio Grande, no Rio Grande do Sul, onde já estive em audiências públicas, junto com o sindicato local e a sociedade.

Há um apelo, Sr. Presidente, de toda a população do Rio Grande para que a Petrobras assuma toda a responsabilidade, incorporando, então, a Refinaria de Petróleo Riograndense S/A. Na mesma linha, ele defende que aconteça o mesmo com a Manguinhos Refinaria S/A, localizada na cidade do Rio de Janeiro, e também com a Transportadora Brasileira Gasoduto Bolívia–Brasil S/A – TBG. Todas as empresas seriam absorvidas pela estrutura da nova empresa pública, Petróleo Brasileiro – Petrobras.

A FUP e as entidades ainda defendem a aplicação imediata dos recursos obtidos com o petróleo no Fundo Social Soberano e não somente dos rendimentos.

Relativamente à questão da receita auferida com o pré-sal, seria importante que se contemplasse, Sr. Presidente, um projeto de minha autoria que estabelece que recursos recebidos pela União a título de *royalties* pela exploração do petróleo na camada do pré-sal sejam destinados parcialmente à área de saúde, Previdência Social e também ao Fundeb. Na verdade, essa proposta já está tramitando e tem o endosso dessas entidades, porque fala em saúde, Previdência e educação, via Fundeb, no que se refere à educação.

A justificativa do projeto lembra que a Constituição Federal determina que o provimento de serviços de saúde e educação é vital para o desenvolvimento da sociedade brasileira. Contudo, o Poder Público não tem obtido pleno êxito na tarefa de levar a toda a população tais serviços, como aqui destacados, educação, saúde e uma Previdência digna.

A melhoria dessa prestação, Sr. Presidente, requer maior alocação de recursos do que a que vem sendo

efetivada, bem como um plano integrado de ação entre as esferas de Governo e órgãos responsáveis. Além disso, a Previdência Social, que desempenha um papel fundamental não só na geração de renda e emprego no País mas também na distribuição de renda e no combate à miséria, à pobreza e que, segundo alguns, é deficitária – eu entendo que seja superavitária e eu quero aumentar ainda mais o seu superávit –, vai contar com essa nova margem de recurso.

Sr. Presidente, diante da perspectiva de que o Brasil aumentará – e muito! – a sua arrecadação com a exploração de petróleo e gás na camada de pré-sal, nada mais natural que alguns setores se manifestem no sentido de que parte da aplicação desses recursos sejam destinados, repito – veja, Sr. Presidente, que estou insistindo nessas três palavras –, à educação, à saúde, à Previdência Social e, naturalmente, ao combate à pobreza. Ora, todos sabemos que essa será uma medida mais do que justa.

Há anos, o dinheiro da Previdência foi usado e desviado para outros fins. Senador Adelmir Santana, V. Ex^a, que é de Brasília, sabe que grande parte dos recursos da Previdência ajudou a construir Brasília. E eu não tenho queixa nenhuma, pois assim foi para a Transamazônica, a Ponte Rio-Niterói, Volta Redonda, Itaipu, enfim, para obras importantes para o País. Então, não seria hora de o pré-sal devolver um pouquinho para a Previdência? Por que não se outros países fazem isso? Por que não? Acredito que tal iniciativa está perfeitamente alinhada com as prioridades defendidas pelo próprio Governo Federal e com os anseios de todo o povo brasileiro.

Sr. Presidente, eu gostaria apenas de registrar um alerta da Federação Única dos Petroleiros: pautar a produção das jazidas do pré-sal somente em razão da disponibilidade para exportação e da voracidade dos países centrais pode ser desastroso para o Brasil. O risco mais evidente da superprodução ou produção predatória pautada apenas pelo mercado será o esgotamento precoce das reservas, debilitando o País em momentos futuros, quando a produção mundial entrar em curva descendente.

Ínúmeros países – podemos lembrar, aqui, os Estados Unidos – não permitem que grande parte da sua bacia de petróleo seja explorada. Estão lá os poços todos travados, trancados, tampados, mas eles sabem o petróleo está lá. Nós precisamos ter esse cuidado.

Sr. Presidente, o risco maior decorrente da superexportação é ocorrer no Brasil o que aconteceu na Holanda, e que foi chamada de doença holandesa, quando colocaram todo seu potencial no petróleo e esqueceram a agricultura e a pecuária; ou seja, esqueceram outras fontes de produção para mercado interno e externo.

Não podemos esquecer também da chamada doença nigeriana, citada pelo presidente da FUP, lembrando que a receita da Nigéria acabou ficando toda a riqueza nas mãos de alguns poucos que souberam preservar a sua fonte.

Por outro lado, é bom saber que o marco regulatório do Governo está atento para o fato de que, em qualquer cenário de crescimento da economia mundial, serão necessárias descobertas de grandes volumes de óleo para suprir a demanda prevista.

Lembram eles ainda – e destaco aqui – que a matriz energética do Brasil é composta de 45% de energias renováveis, o que é bastante superior ao resto do mundo, mas ainda somos muito dependentes do petróleo.

O próprio Governo afirma que o mundo precisa da incorporação de novas descobertas, de fontes alternativas de energia e de maior eficiência energética.

Por fim, Sr. Presidente, a comissão aprovou também o Requerimento nº 37, de minha autoria, convocando o presidente da Petrobras, José Sérgio Gabrielli, para falar sobre o novo marco, como também sobre o pré-sal, naturalmente analisando e comentando os quatro projetos encaminhados à Casa pelo Governo como também o projeto da FUP.

Entendemos fundamental esse debate sobre o petróleo com ênfase no pré-sal. Os painelistas pediram, no fim do debate no dia de ontem na comissão, que se faça cada vez mais esse debate também nos Estados, e vamos encaminhá-lo, claro, dentro dos limites do nosso mandato, para que a população participe ativamente da discussão de um tema que interessa a todo o povo brasileiro.

Sr. Presidente, como Relator da matéria, a pedido dos movimentos sociais, indicado pelo Senador Cristovam, assumi essa responsabilidade. Como eu tenho dito, ontem, hoje e sempre – eu diria no passado, no presente e, pela coerência, quero dizer também no futuro –, sou daqueles homens públicos que querem inclusive um novo pacto social federativo, um novo pacto federativo com responsabilidade social. Se assim penso, Sr. Presidente, eu quero também uma nova lei do petróleo com responsabilidade social.

Sr. Presidente, para terminar, quero só fazer um registro que tem a ver inclusive com V. Ex^a. Eu fui convidado hoje pela manhã para fazer uma pequena palestra na reunião da Câmara de Educação Profissional e Tecnológica, que foi realizada na sede do Conselho de Educação. Estavam presentes: Francisco Cordão, do Conselho Nacional de Educação (CNE); Alberto Peveratti, do Consecti; Ataíde Alves e Alberto Borges de Araújo, do Senai/CNI; Maria Helena Gonçalves, do Senac/CNC; Adriana Sperandio, da Subsecretaria de Educação do Espírito Santo; Marcelo Minghelli e tam-

bém Gleisson Rubin e Antônio Xavier, da Setec, e Paulo Egon, companheiro meu de longas jornadas, inclusive já foi suplente de Senador, que estava lá representando a Secretaria Executiva do Ministério da Educação.

Eu fiquei muito feliz lá, porque, quando eu disse que a minha vida – a minha vida, o termo é esse, não vou fazer nenhuma qualificação – começou quando eu deixei a feira livre, em Porto Alegre, e consegui uma vaga e entrei no Senai, criou-se um momento de emoção. Depois os diretores do Sesc e do Senai – que sabiam pouco dessa história – Nilo Peçanha, em Caxias do Sul, fizeram belas declarações e eu saí de lá com mais energia, que eu sei que V. Ex^a defende.

Disse a eles também – e eles concordaram – que o Fundep, que nós vamos viabilizar nesta Casa, só começou a pegar fôlego depois de uma longa discussão que tivemos, com o apoio de V. Ex^a e do Senador Demóstenes Torres, sobre o Sistema S. Nós retiramos do projeto aquilo que estava me deixando um pouco incomodado; deixamos na íntegra o Sistema S e buscamos outra fonte de recurso para fortalecer o ensino técnico no País. Eles acompanharam esse debate, elogiaram o procedimento e deixaram claro que o Sistema S vai dar todo o apoio à versão final do relatório, que V. Ex^a acompanhou e ajudou a construir, da PEC para que nós possamos gerar R\$9 bilhões para mais investimento no ensino técnico, sem tirar um centavo da fonte, Sistema S, que está fazendo seu papel e agora ampliou, e V. Ex^a é testemunha, principalmente no Sesc e também no Senai, com mais cursos gratuitos em todo o País, com acordo firmado com o MEC.

Por isso que eu disse que V. Ex^a tem a ver com o final desse meu pronunciamento. Eles vão fazer lá, Sr. Presidente, uma moção de apoio ao ensino técnico profissionalizante em todo o País e também de apoio a essa PEC de nossa autoria do Fundep. Disse a eles que, com certeza, nos moldes como estava ali, terá o apoio de toda a Casa, tenho certeza absoluta. Na minha fala eu disse que a melhor forma de combater o narcotráfico, de combater a dependência química, de combater esse maldito *crack* é investir no ensino técnico. Disse a eles – e termino aqui – que eu tenho um sonho e o meu sonho é temos um dia, em cada cidade deste País uma escola técnica. Claro que é um sonho de longo prazo. Mas, se avançarmos, se em cada cinco cidades houver uma escola técnica, se dermos oportunidade a esta nova juventude de se preparar para o mercado de trabalho, nós estaremos criando uma rede de cidadania, valorizando toda a nossa gente, enfim, o nosso querido povo brasileiro.

Senador Adelmir Santana, muito obrigado. Sei que V. Ex^a tinha outro compromisso, mas resistiu, heroicamente, a essa minha fala.

Muito obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Adelmir Santana. DEM – DF) – Parabenizo V. Ex^a e agradeço as referências com relação ao trabalho que fizemos na PEC que cria o Fundep. Na verdade, a minha preocupação era porque, em um primeiro momento, havia uma destinação de 30% desses recursos...

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – E V. Ex^a estava com toda a razão.

O SR. PRESIDENTE (Adelmir Santana. DEM – DF) – E nós procuramos convencê-lo de que tínhamos que procurar outras fontes, e não aquela inicialmente prevista. Mas parabenizo V. Ex^a pela luta. Estou irmanado nela e acho que o Brasil avançou muito e

tende a avançar mais na questão do ensino técnico, na previsão de ainda mais de quatrocentas escolas técnicas até o ano de 2011. Ficamos quase cem anos paralisados, mas, certamente, agora, a coisa continua e caminha em uma direção correta: a formação técnico-profissional.

Parabéns a V. Ex^a.

O SR. PRESIDENTE (Adelmir Santana. DEM – DF) – Não havendo mais nenhum orador inscrito, a Presidência vai encerrar a nossa sessão de hoje.

O SR. PRESIDENTE (Adelmir Santana. DEM – DF) – Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a Sessão às 13 Horas e 11 Minutos.)

SENADO FEDERAL

ATA DA 146ª SESSÃO DELIBERATIVA ORDINÁRIA, EM 1º DE SETEMBRO DE 2009

(Publicada no *Diário do Senado Federal* nº 132, de 2 de setembro de 2009)

RETIFICAÇÃO

No **DSF** nº 132, do dia 2 de setembro de 2009, sessão do dia 1º-9-09, na página 40228, 1ª coluna, à página 40229, 2ª coluna, republique-se por omissão da lista de assinaturas o seguinte requerimento:

REQUERIMENTO Nº 1.106, DE 2009

Com fulcro no artigo 58, § 3º, da Constituição da República Federativa do Brasil concomitante com o artigo 145 e seguintes do Regimento Interno do Senado Federal, requeremos a criação de Comissão Parlamentar de Inquérito/CPI, destinada a apurar a falsificação de medicamentos e equipamentos médicos em todo o território nacional.

A composição da referida CPI será de 11 (onze) membros titulares e 07 (sete) suplentes, observado o princípio da proporcionalidade partidária, funcionará pelo prazo de 180 (cento e oitenta) dias e tem como limite de despesas o valor R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais).

JUSTIFICAÇÃO

A mídia nacional tem noticiado, nas últimas semanas, a proliferação de notícias acerca da falsificação, cada vez mais comum, de remédios e equipamentos médicos, fato que levou à Agência Nacional de Vigilância Sanitária, ANVISA, a intensificar a fiscalização da falsificação de medicamentos, próteses, instrumentos cirúrgicos e toda espécie de materiais relacionados à saúde.

A situação alcançou um nível alarmante que aquele órgão federal criou - há pouco mais de 02 (dois) anos - a Assessoria de Segurança Institucional, para investigar a falsificação de remédios e equipamentos médicos.

O referido órgão da ANVISA descobriu uma estrutura extremamente sofisticada para a montagem de equipamento médico e/ou a adulteração de remédio em larga escala.

A estrutura consiste em uma fábrica flutuante, trata-se de um navio de bandeira chinesa, localizado a 200 (duzentas) milhas da costa brasileira, que vem

produzindo materiais de consumo médico como, por exemplo, seringas e agulhas descartáveis.

Recentemente, a alta sociedade gaúcha ficou estarrecida ao descobrir que duas empresas de equipamentos médicos, instaladas no Estado do Rio Grande do Sul, a EQUIMED e a TITANIUM fazem parte da máfia de falsificação de equipamentos médicos.

Segundo investigações da ANVISA, a EQUIMED era regular e funcionava normalmente fabricando equipamentos médicos verdadeiros. No entanto, a EQUIMED funcionava clandestinamente produzindo equipamentos e materiais médicos falsificados.

O Ministério Público gaúcho denunciou 154 (cento e cinquenta) médicos por participarem do esquema fraudulento.

A situação atinge toda população brasileira. Há notícia de que vários cidadãos morreram ou ficaram com seqüelas permanentes em virtude da utilização desses materiais médicos falsificados.

No Distrito Federal, no início deste ano, a ANVISA e a Polícia Civil do DF apreenderam, em operação conjunta, vários lotes do medicamento ROHYPNOL – de uso controlado que pode deixar o usuário inconsciente por várias horas; CIALIS e PRAMIL – medicamento para disfunção erétil, sendo que esse último remédio tem a venda proibida no Brasil.

Com o agravamento e disseminação do vírus H1N1 – da gripe suína – Gripe INFLUENZA – o medicamento TAMIFLU também está sendo falsificado.

A situação é tão grave que o Departamento de Proteção e Defesa do Consumidor – DPDC – do Ministério da Justiça e a ANVISA lançaram, em julho passado, uma cartilha com informações e alerta sobre os malefícios do uso de medicação falsificada.

No início deste mês, os jornais Estado de Minas (Belo Horizonte/MG) e Correio Braziliense/DF), respectivamente, em excelente reportagem, denominada “Os Piratas da Medicina” dissecou o submundo do crime para mostrar os bastidores da pirataria de remédios e equipamentos no Brasil.

A falsificação de medicamentos e de equipamentos médicos no Brasil se transformou em um problema de saúde pública, com status de crime organizado e cada vez mais infiltrada nas estruturas do Estado.

O eminente Senador da República, Mozarildo Cavalcanti, médico de profissão, ilustre representante do Estado de Roraima no Senado da República, em discurso recente no plenário do Senado Federal, ficou estarrecido com a banalização da falsificação de remédios e instrumentos médicos, declarando:

“A pirataria e a fabricação de remédios e de equipamentos médicos está sendo feita de maneira como se pirateia um CD, um DVC ou outras coisas que a gente houve falar a toda hora”.

Também o Senador Papaléo Paes, em discurso do dia 13 de agosto, apelou ao Governo Federal para que adote novas medidas para conter o crime de falsificação e venda de medicamentos, afirmando *“a falsificação de medicamentos, fato abominável e crime hediondo contra nossa população, principalmente a mais pobre, a mais desprotegida e mais excluída socialmente.”*

Ainda no seu discurso o Senador destaca que o Brasil está entre os países que mais consomem medicamentos falsificados em todo o mundo. Isso inclui produtos pirateados, contrabandeados e os que não têm registro na Agência Nacional de Vigilância Sanitária, a Anvisa e diz: *“Como médico, como cidadão, como político e como Senador, não posso me conformar com uma situação em que quadrilhas organizadas destroem vidas inocentes em troca de um lucro imoral e criminoso.”*

Portanto, é indispensável que o Senado da República tome uma iniciativa séria para evitar a banalização da falsificação de remédios e equipamentos médicos a ponto de ser uma prática tão comum como a aquisição de CD/DVC pirata por parte da população brasileira.

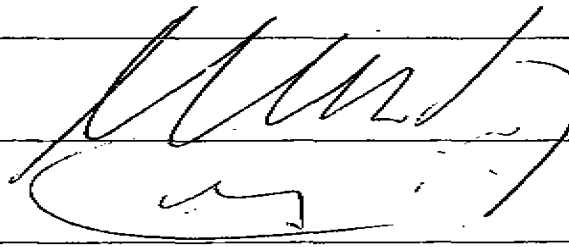
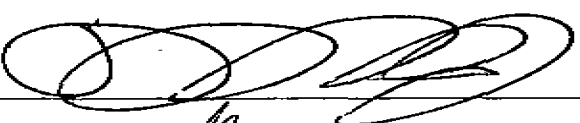


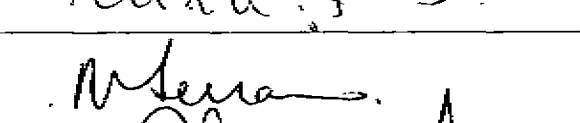
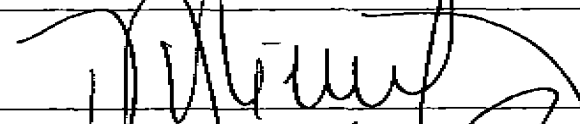

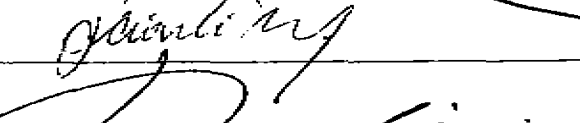

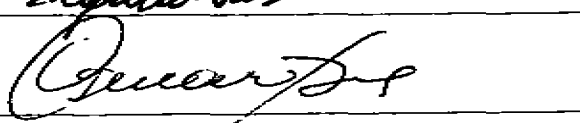
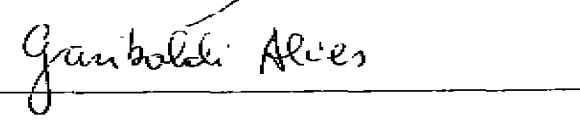
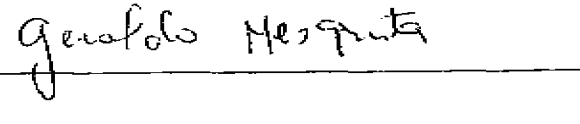

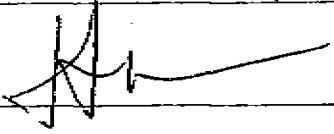
Para que Vossas Excelências tenham uma idéia da gravidade do problema, os grupos criminosos conseguem, até mesmo, abastecer o Sistema Único de Saúde - SUS com seus produtos e remédios falsificados.

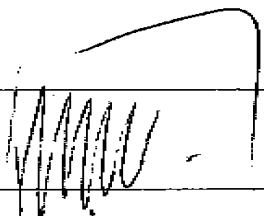
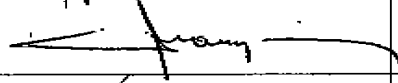
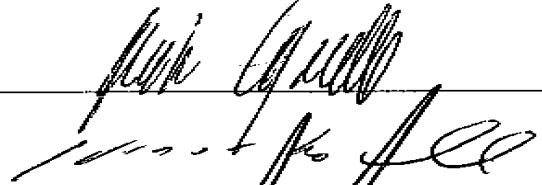
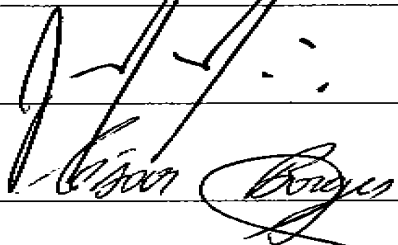
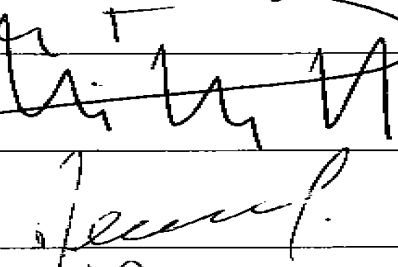
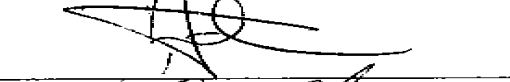
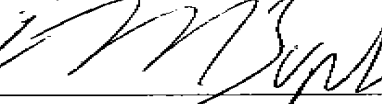
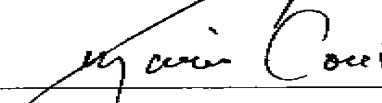

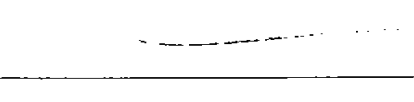
Desta forma, a situação exige um posicionamento firme dos integrantes do Senado da República, que somente será obtido por intermédio de uma investigação ampla, realizada por intermédio da Comissão Parlamentar de Inquérito da Máfia de Falsificação de Remédios e Equipamentos Médicos.

Sala das Sessões, agosto de 2009.



Senador **ROMEU TUMA**

Sen. Antônio Carlos Gomes	
Sen. Gerson Camota	
Sen. Augusto Botelho	
✓ ALEDIR ZAMPAR	
EDUARDO AZEVEDO	
CRISTOVAN	
Maíra Senano	
SEN. VICENTE CLAUDINO	
MARCO MACIEL	
JOSALDA DIARLINI	
Fernando	
Vapalio Vas	
OSMAR DIAS	
	Gumbaldi Alves
	Genafolo Mesquita

	Ezequiel
	Efraim Moraes
	Renato Paraguaná
	Edson Lobão Filho
	Eisei Borges
	Heráclito Fortes
	Flávio Ramos
	Flávio Tórnico
	Eduardo M. Sylling
	Gilberto Goulner

COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL NA 53ª LEGISLATURA (por Unidade da Federação)

Bahia

Minoria-DEM - Antonio Carlos Júnior* (S)
Bloco-PR - César Borges*
PDT - João Durval**

Rio de Janeiro

Bloco-PRB - Marcelo Crivella*
Maioria-PMDB - Paulo Duque* (S)
Maioria-PP - Francisco Dornelles**

Maranhão

Maioria-PMDB - Lobão Filho* (S)
Maioria-PMDB - Mauro Fecury* (S)
PTB - Epitácio Cafeteira**

Pará

Minoria-PSDB - Flexa Ribeiro* (S)
PSOL - José Nery* (S)
Minoria-PSDB - Mário Couto**

Pernambuco

Minoria-DEM - Marco Maciel*
Minoria-PSDB - Sérgio Guerra*
Maioria-PMDB - Jarbas Vasconcelos**

São Paulo

Bloco-PT - Aloizio Mercadante*
PTB - Romeu Tuma*
Bloco-PT - Eduardo Suplicy**

Minas Gerais

Minoria-PSDB - Eduardo Azeredo*
Maioria-PMDB - Wellington Salgado de Oliveira* (S)
Minoria-DEM - Eliseu Resende**

Goiás

Minoria-DEM - Demóstenes Torres*
Minoria-PSDB - Lúcia Vânia*
Minoria-PSDB - Marconi Perillo**

Mato Grosso

Minoria-DEM - Gilberto Goellner* (S)
Bloco-PT - Serys Slhessarenko*
 - vago**

Rio Grande do Sul

Bloco-PT - Paulo Paim*
PTB - Sérgio Zambiasi*
Maioria-PMDB - Pedro Simon**

Ceará

PDT - Flávio Torres* (S)
Minoria-PSDB - Tasso Jereissati*
Bloco-PC DO B - Inácio Arruda**

Paraíba

Minoria-DEM - Efraim Morais*
Bloco-PRB - Roberto Cavalcanti* (S)
Minoria-PSDB - Cícero Lucena**

Espírito Santo

Maioria-PMDB - Gerson Camata*
Bloco-PR - Magno Malta*
Bloco-PSB - Renato Casagrande**

Piauí

Minoria-DEM - Heráclito Fortes*
Maioria-PMDB - Mão Santa*
PTB - João Vicente Claudino**

Rio Grande do Norte

Maioria-PMDB - Garibaldi Alves Filho*
Minoria-DEM - José Agripino*
Minoria-DEM - Rosalba Ciarlini**

Santa Catarina

Bloco-PT - Ideli Salvatti*
Maioria-PMDB - Neuto De Conto* (S)
Minoria-DEM - Raimundo Colombo**

Alagoas

Minoria-PSDB - João Tenório* (S)
Maioria-PMDB - Renan Calheiros*
PTB - Fernando Collor**

Sergipe

Maioria-PMDB - Almeida Lima*
Bloco-PSB - Antonio Carlos Valadares*
Minoria-DEM - Maria do Carmo Alves**

Amazonas

Minoria-PSDB - Arthur Virgílio*
PDT - Jefferson Praia* (S)
Bloco-PT - João Pedro** (S)

Paraná

Bloco-PT - Flávio Arns*
PDT - Osmar Dias*
Minoria-PSDB - Alvaro Dias**

Acre

Maioria-PMDB - Geraldo Mesquita Júnior*
PV - Marina Silva*
Bloco-PT - Tião Viana**

Mato Grosso do Sul

Bloco-PT - Delcídio Amaral*
Maioria-PMDB - Valter Pereira* (S)
Minoria-PSDB - Marisa Serrano**

Distrito Federal

Minoria-DEM - Adelmir Santana* (S)
PDT - Cristovam Buarque*
PTB - Gim Argello** (S)

Rondônia

Bloco-PT - Fátima Cleide*
Maioria-PMDB - Valdir Raupp*
Bloco-PR - Expedito Júnior**

Tocantins

Bloco-PR - João Ribeiro*
Maioria-PMDB - Leomar Quintanilha*
Minoria-DEM - Kátia Abreu**

Amapá

Maioria-PMDB - Gilvam Borges*
Minoria-PSDB - Papaléo Paes*
Maioria-PMDB - José Sarney**

Roraima

Bloco-PT - Augusto Botelho*
Maioria-PMDB - Romero Jucá*
PTB - Mozarildo Cavalcanti**

Mandatos

*: Período 2003/2011 **: Período 2007/2015

COMPOSIÇÃO

COMISSÕES PARLAMENTARES DE INQUÉRITO

1) COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO - ONGS

Finalidade: Comissão Parlamentar de Inquérito composta de 11 Senadores titulares e 7 suplentes, destinada a apurar, no prazo de cento e oitenta dias, a liberação, pelo Governo Federal, de recursos públicos para organizações não governamentais - ONGs - e para organizações da sociedade civil de interesse público - OSCIPs, bem como a utilização, por essas entidades, desses recursos e de outros por elas recebidos do exterior, no período de 1999 até 30 de abril de 2009.

(Requerimento nº 201, de 2007, lido em 15.3.2007)
(Aditado pelo Requerimento nº 217, de 2007, lido em 20.03.2007)
(Aditado pelo Requerimento nº 1.324, de 2007, lido em 8.11.2007)
(Aditado pelo Requerimento nº 515, de 2008, lido em 30.04.2008)
(Aditado pelo Requerimento nº 1.391, de 2008, lido em 18.11.2008)
(Aditado pelo Requerimento nº 623, de 2009, lido em 27.5.2009)

Número de membros: 11 titulares e 7 suplentes

PRESIDENTE: Senador Heráclito Fortes (DEM-PI) ⁽¹⁵⁾
VICE-PRESIDENTE: Senadora Lúcia Vânia (PSDB-GO)
RELATOR: Senador Arthur Virgílio (PSDB-AM)

Leitura: 15/03/2007
Designação: 05/06/2007
Instalação: 03/10/2007
Prazo final prorrogado: 21/02/2010

TITULARES	SUPLENTEs
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB) ⁽¹⁾	
Heráclito Fortes (DEM-PI)	1. Demóstenes Torres (DEM-GO)
Efraim Morais (DEM-PB) ⁽¹³⁾	
Arthur Virgílio (PSDB-AM) ^(10,21)	2. Alvaro Dias (PSDB-PR) ^(4,7)
Lúcia Vânia (PSDB-GO) ⁽⁵⁾	
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B) ⁽⁸⁾	
Inácio Arruda (PC DO B-CE) ^(12,22)	1. João Pedro (PT-AM) ⁽¹⁹⁾
Fátima Cleide (PT-RO) ^(2,6,20)	2. Augusto Botelho (PT-RR) ⁽²⁵⁾
Eduardo Suplicy (PT-SP) ^(3,11,16,18)	
Maioria (PMDB, PP)	
Neuto De Conto (PMDB-SC) ⁽²⁴⁾	1. Valdir Raupp (PMDB-RO) ⁽²³⁾
Wellington Salgado de Oliveira (PMDB-MG)	2. Romero Jucá (PMDB-RR)
Valter Pereira (PMDB-MS)	

PDT	
Patrícia Saboya (CE) (14,17,26)	
PDT/PSOL ⁽⁹⁾	
	1. Osmar Dias (PDT-PR)

Notas:

- De acordo com o cálculo de proporcionalidade partidária, cabe ao Bloco Parlamentar da Minoria a indicação de três membros suplentes.
- Senador Inácio Arruda, passa a substituir o Senador João Ribeiro, em 21.8.2007 (Of. 133/2007 - GLDBAG). Eleito como Relator, na Sessão do dia 10.10.2007.
- Senador Sibá Machado, passou a substituir o Senador Vicente Claudino, em 21.8.2007 (Of. 133/2007 - GLDBAG).
- Senador Sérgio Guerra foi designado, em 22/08/2007 (Ofício nº 171/07-GLPSDB).
- Senadora Lúcia Vânia, em substituição à Senadora Marisa Serrano, foi designada em 22/08/2007 (Ofício nº 171/07-GLPSDB). Eleita para a Vice-Presidência, na Sessão Ordinária em 10.10.2007.
- Indicado o Senador Inácio Arruda em substituição ao Senador Eduardo Suplicy, que se torna membro suplente, nos termos do Ofício nº 138/2007.
- O Senador Alvaro Dias foi indicado em substituição ao Senador Sérgio Guerra, na sessão deliberativa de 09.10.2007, conforme Ofício nº 185/2007-GLPSDB (DSF de 10.10.2007).
- O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
- Vaga de suplente compartilhada entre o PDT e o PSOL.
- Senador Sérgio Guerra passou a substituir o Senador Flexa Ribeiro, em 26/02/2008, na condição de membro titular (Of. 16/08-GLPSDB).
- Em 13/05/2008, o Senador Flávio Arns é designado Titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Sibá Machado (Of. 55/2008/GLDBAG).
- Em 10/06/2008, a Senadora Fátima Cleide é designada Titular do Bloco de Apoio ao Governo, na Comissão (Of. 68/2008-GLDBAG).
- Em 08.07.2008, o Senador Efraim Moraes é designado membro titular do DEM (Bloco Parlamentar da Minoria) na Comissão, em substituição ao Senador Raimundo Colombo (OF. Nº 070/2008-GLDEM).
- Em 05.08.2008, o Senador Jeferson Praia é designado membro titular do PDT na Comissão (Of. Nº 17/08-GLPDT).
- Em 05.08.2008, o Senador Heráclito Fortes foi eleito Presidente da Comissão (Ofício nº 050/08 - SSCEPI).
- Em 06.08.2008, o Senador João Pedro é designado Titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Flávio Arns (Ofício nº 080/2008 - GLDBAG).
- Em 21.05.2009, a Senadora Patrícia Saboya é designada membro titular do PDT na Comissão, em substituição ao Senador Jeferson Praia (Of. nº 46/09 -LPDT).
- Em 27.05.2009, o Senador Eduardo Suplicy é designado Titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador João Pedro (Ofício nº 096/2009 - GLDBAG).
- Em 27.05.2009, o Senador João Pedro é designado Suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Eduardo Suplicy (Ofício nº 096/2009 - GLDBAG).
- Em 27.05.2009, a Senadora Fátima Cleide é designada Titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Inácio Arruda (Ofício nº 096/2009 - GLDBAG).
- Em 27.05.2009, o Senador Arthur Virgílio é designado Titular do Bloco Parlamentar da Minoria (PSDB) na Comissão, em substituição ao Senador Sérgio Guerra (Ofício nº 97/09 - GLPSDB).
- Em 27.05.2009, o Senador Inácio Arruda é designado Titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Fátima Cleide (Ofício nº 096/2009 - GLDBAG).
- Em 02.06.2009, o Senador Valdir Raupp é designado membro suplente do Bloco da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Leomar Quintanilha (OF. GLPMDB Nº 011-A-2009).
- Em 02.06.2009, o Senador Neuto de Conto é designado membro titular do Bloco da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp (OF. GLPMDB Nº 011-A-2009).
- Em 09.06.2009, o Senador Augusto Botelho é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Mozarildo Cavalcanti (Ofício nº 106/2009 - GLDBAG).
- A Senadora Patrícia Saboya encontra-se licenciada, nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, conforme o Requerimento nº 878, de 2009, aprovado no dia 15/07/2009, na Sessão Deliberativa Extraordinária iniciada em 14/07/2009.

Secretário(a): Will de Moura Wanderley

Telefone(s): 3303-3514

Fax: 3303-1176

2) COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO - PEDOFILIA

Finalidade: Comissão Parlamentar de Inquérito, criada nos termos do Requerimento nº 200, de 2008, de autoria do Senador Magno Malta e outros Senhores Senadores, composta de sete titulares e cinco suplentes, nos termos do § 4º do art. 145 do Regimento Interno do Senado Federal, para, no prazo de cento e vinte dias, apurar a utilização da internet na prática de crimes de "pedofilia", bem como a relação desses crimes com o crime organizado.

(Requerimento nº 200, de 2008, lido em 4.3.2008)

Número de membros: 7 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Magno Malta (PR-ES)

VICE-PRESIDENTE: Senador Romeu Tuma (PTB-SP)

RELATOR: Senador Demóstenes Torres (DEM-GO)

Leitura: 04/03/2008

Designação: 24/03/2008

Instalação: 25/03/2008

Prazo prorrogado: 13/03/2008

Prazo final: 04/08/2008

Prazo final prorrogado: 23/09/2009

TITULARES	SUPLENTE
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Demóstenes Torres (DEM-GO)	1. VAGO (1,4)
Eduardo Azeredo (PSDB-MG)	2. Papaléo Paes (PSDB-AP) (7)
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B)	
Paulo Paim (PT-RS) (3)	1. José Nery (PSOL-PA) (2,5,6)
Magno Malta (PR-ES)	
Maioria (PMDB, PP)	
Almeida Lima (PMDB-SE)	1. Geraldo Mesquita Júnior (PMDB-AC) (8)
VAGO (8)	
PTB	
Romeu Tuma (SP)	1. Sérgio Zambiasi (RS)

Notas:

1. Em 01/04/2008, o Senador Virgínio de Carvalho é designado Suplente em vaga antes ocupada pela Senadora Maria do Carmo Alves, que se encontra licenciada no período de 20.03.2008 a 3.02.2009 (Of. 30/08-GLDEM e Req. nº 1.135/2009).

2. Em 04.06.2008, o Senador Marcelo Crivella é designado suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 063/2008-GLDBAG), em substituição ao Senador Paulo Paim.

3. Em 04.06.2008, o Senador Paulo Paim é designado titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 063/2008-GLDBAG), em substituição ao Senador Marcelo Crivella.

4. Vago em virtude do fim do exercício do Senador Virgínio de Carvalho, devido ao retorno da Titular.

5. Em 03.03.2009, vago em virtude da cessão da vaga ao Partido Socialismo e Liberdade (Of. nº 020/2009-GLDBAG).

6. Em 03.03.2009, o Senador José Nery é designado membro suplente em vaga cedida pelo Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. SF/GSJM nº 081/2009).

7. Em 23.04.2009, o Senador Papaléo Paes é designado membro suplente do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador Cícero Lucena (Of. nº 73/09-GLPSDB).

8. Em 10.06.2009, o Senador Geraldo Mesquita deixa a vaga de titular e é designado membro suplente do Bloco da Maioria na Comissão (OF. GLPMDB nº 016-A/2009).

*. Prorrogado até 23.09.2009 através do Requerimento nº 200, de 2009, lido em 16.02.2009.

**. Prorrogado até 13.03.2009 através do Requerimento nº 818, de 2008, lido em 25.06.2008.

3) COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO - PETROBRAS

Finalidade: Comissão Parlamentar de Inquérito, criada nos termos do Requerimento nº 569, de 2009, de autoria do Senador Alvaro Dias e outros Senhores Senadores, composta por onze titulares e sete suplentes, destinada a apurar, no prazo de cento e oitenta dias, irregularidades envolvendo a empresa Petróleo Brasileiro S/A (PETROBRAS) e a Agência Nacional de Petróleo, Gás Natural e Bicomcombustíveis (ANP), relacionadas com: a) indícios de fraudes nas licitações para reforma de plataformas de exploração de petróleo, apontadas pela operação "Águas Profundas" da Polícia Federal; b) graves irregularidades nos contratos de construção de plataformas, apontadas pelo Tribunal de Contas da União; c) indícios de superfaturamento na construção da refinaria Abreu e Lima, em Pernambuco, apontados por relatório do Tribunal de Contas da União; d) denúncias de desvios de dinheiro dos "royalties" do petróleo, apontados pela operação "Royalties", da Polícia Federal; e) denúncias do Ministério Público Federal sobre fraudes envolvendo pagamentos, acordos e indenizações feitos pela ANP a usineiros; f) denúncias de uso de artifícios contábeis que resultaram em redução do recolhimento de impostos e contribuições no valor de 4,3 bilhões de reais; g) denúncias de irregularidades no uso de verbas de patrocínio da estatal.

(Requerimento nº 569, de 2009, lido em 15.5.2009)

Número de membros: 11 titulares e 7 suplentes

PRESIDENTE: Senador João Pedro (PT-AM) ⁽²⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Marcelo Crivella (PRB-RJ) ⁽²⁾

RELATOR: Senador Romero Jucá (PMDB-RR) ⁽³⁾

Leitura: 15/05/2009

Instalação: 14/07/2009

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Antonio Carlos Júnior (DEM-BA)	1. Heráclito Fortes (DEM-PI)
Alvaro Dias (PSDB-PR)	2. Tasso Jereissati (PSDB-CE)
Sérgio Guerra (PSDB-PE)	
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B)	
Ideli Salvatti (PT-SC)	1. Inácio Arruda (PC DO B-CE)
Marcelo Crivella (PRB-RJ)	2. Delcídio Amaral (PT-MS)
João Pedro (PT-AM)	
Maioria (PMDB, PP)	
Paulo Duque (PMDB-RJ)	1. Leomar Quintanilha (PMDB-TO) ⁽¹⁾
Valdir Raupp (PMDB-RO) ⁽¹⁾	2. Almeida Lima (PMDB-SE)
Romero Jucá (PMDB-RR)	
PTB	
Fernando Collor (AL)	1. Gim Argello (DF)
PDT	
Jefferson Praia (AM)	

Notas:

1. Em 02.06.2009, o Senador Valdir Raupp é designado membro titular do Bloco da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Leomar Quintanilha, designado membro suplente em substituição ao Senador Valdir Raupp (OF. GLPMDB Nº 011-A-2009).

2. Eleito em 14.07.2009.

3. Designado em 14.07.2009.

4) COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO - AMAZÔNIA

Finalidade: Comissão Parlamentar de Inquérito, criada nos termos do Requerimento nº 572, de 2009, de autoria do Senador Mozarildo Cavalcanti e outros Senhores Senadores, composta por onze titulares e sete suplentes, para investigar, no prazo de cento e oitenta dias, os seguintes fatos a respeito da Amazônia: 1) conflito referente à demarcação da reserva indígena Raposa Serra do Sol e outras; 2) recentes denúncias de falta de assistência à saúde indígena; 3) áreas indígenas nos Estados de Roraima, Amazonas, Pará e Mato Grosso, cujos territórios chegam a 57%, 21%, 20% e 30%, respectivamente, das áreas territoriais desses Estados; 4) problemas envolvendo a soberania nacional nas áreas de fronteira: tráfico internacional, terrorismo, guerrilhas, vigilância das fronteiras etc; 5) falta de condições de sustentabilidade das comunidades indígenas já integradas às comunidades não indígenas; 6) alegado aumento do desmatamento da floresta; 7) recrudescimento da aquisição de terras por parte de estrangeiros; 8) questões fundiárias e ambientais.

(Requerimento nº 572, de 2009, lido em 15.5.2009)

Número de membros: 11 titulares e 7 suplentes

PRESIDENTE:
VICE-PRESIDENTE:
RELATOR:

Leitura: 15/05/2009

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Jayme Campos (DEM-MT) ^(1,4)	1. Adelmir Santana (DEM-DF) ⁽¹⁾
Gilberto Goellner (DEM-MT) ⁽¹⁾	2. Arthur Virgílio (PSDB-AM) ⁽¹⁾
Flexa Ribeiro (PSDB-PA) ⁽¹⁾	
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B)	
Aloizio Mercadante (PT-SP)	1. Marcelo Crivella (PRB-RJ)
João Ribeiro (PR-TO)	2. Flávio Arns (PT-PR)
Renato Casagrande (PSB-ES)	
Maioria (PMDB, PP)	
Renan Calheiros (PMDB-AL)	1. Valter Pereira (PMDB-MS)
Geraldo Mesquita Júnior (PMDB-AC) ⁽³⁾	2. Wellington Salgado de Oliveira (PMDB-MG)
Gilvam Borges (PMDB-AP)	
PTB	
Mozarildo Cavalcanti (RR) ⁽¹⁾	1. João Vicente Claudino (PI) ⁽¹⁾
PDT	
Cristovam Buarque (DF) ⁽²⁾	

Notas:

1. Indicações das Lideranças.

2. Em 03.06.2009, o Senador Cristovam Buarque é designado membro titular do PDT na Comissão, em substituição ao Senador Osmar Dias (Of. nº 51/09-LPDT).

3. Em 10.06.2009, o Senador Geraldo Mesquita é designado membro titular do Bloco da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Francisco Dornelles (OF. GLPMDB nº 015-A/2009).

4. O Senador Jayme Campos licenciou-se nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 130 dias, a partir de 26.08.09 (Requerimento nº 1.041/2009, aprovado na sessão de 25.08.09).

5) COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO - DNIT

Finalidade: Comissão Parlamentar de Inquérito criada nos termos do Requerimento nº 783, de 2009, de autoria do Senador Mário Couto e outros Senhores Senadores, composta de treze titulares e sete suplentes, para apurar, no prazo de cento e oitenta dias, as causas, condições e responsabilidades supostamente praticadas pelo Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes - DNIT.

(Requerimento nº 783, de 2009, lido em 24.06.2009)

Número de membros: 13 titulares e 7 suplentes

PRESIDENTE:

VICE-PRESIDENTE:

RELATOR:

Leitura: 24/06/2009

6) COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO - MEDICAMENTOS

Finalidade: Comissão Parlamentar de Inquérito, criada nos termos do Requerimento nº 1.106, de 2009, de autoria do Senador Romeu Tuma e outros Senhores Senadores, composta por onze titulares e sete suplentes, destinada a apurar, no prazo de cento e oitenta dias, a falsificação de medicamentos e equipamentos médicos em todo o território nacional.

(Requerimento nº 1.106, de 2009, lido em 01.09.2009)

Número de membros: 11 titulares e 7 suplentes

PRESIDENTE:

VICE-PRESIDENTE:

RELATOR:

Leitura: 01/09/2009

COMPOSIÇÃO COMISSÕES TEMPORÁRIAS

1) REFORMA DO REGIMENTO INTERNO - 2008

Finalidade: Apresentar, no prazo de 90 (noventa) dias, Projeto de Resolução para reforma do Regimento Interno do Senado Federal.

(Requerimento nº 208, de 2008, aprovado em 5.3.2008)
(Aditado pelo Requerimento nº 1.622, de 2008, aprovado em 10.12.2008)

Número de membros: 6

PRESIDENTE: Senador Marco Maciel ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Antonio Carlos Valadares ⁽²⁾

RELATOR: Senador Gerson Camata

Leitura: 05/03/2008

Instalação: 06/11/2008

Prazo prorrogado: 30/06/2009

Prazo final: 31/08/2009

Prazo final prorrogado: 22/12/2009

MEMBROS

Senador Gerson Camata (PMDB)

Senador César Borges (PR)

Senador Papaléo Paes (PSDB)

Senador Antonio Carlos Valadares (PSB)

Senador Marco Maciel (DEM)

Senador Inácio Arruda (PC DO B)

Notas:

1. Em 6.11.2008, o Senador Marco Maciel foi eleito Presidente da Comissão (Ofício nº 061/08-SSCEPI).

2. Em 6.11.2008, o Senador Antonio Carlos Valadares foi eleito Vice-Presidente da Comissão (Ofício nº 061/08-SSCEPI).

*. Em 11.11.2008 foi aprovada a criação de uma sexta vaga na Comissão (Requerimento nº 1.356/2008).

**. Em 29.04.2009, lido e aprovado o Requerimento nº 496, de 2009, que prorroga os trabalhos da Comissão até 30.06.2009.

***. Em 30.06.2009, lido e aprovado o Requerimento nº 794, de 2009, que prorroga os trabalhos da Comissão até 31.08.2009.

****. Em 19.08.2009, lido e aprovado o Requerimento nº 1.032, de 2009, que prorroga os trabalhos da Comissão até 22.12.2009.

Secretário(a): Ednaldo Magalhães Siqueira

Telefone(s): 3303-3511

Fax: 3303-1176

E-mail: ems@senado.gov.br

2) RISCO AMBIENTAL EM MUNICÍPIOS RELACIONADOS PELO INPE

Finalidade: Destinada a verificar, no prazo de doze meses, o risco ambiental em que vivem Municípios relacionados pelo Instituto Nacional de Pesquisa - INPE em seu "Mapa do desmatamento". Em aditamento pelo Requerimento nº 495, de 2008, a Comissão passa a analisar 36 municípios em conformidade com o INPE em seu "Mapa de desmatamento".

(Requerimento nº 193, de 2008, aprovado em 25.3.2008)

(Aditado pelo Requerimento nº 1.692, de 2008, aprovado em 18.12.2008)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Jayme Campos

VICE-PRESIDENTE: Senador João Pedro

RELATOR: Senador Flexa Ribeiro

Leitura: 25/03/2008

Instalação: 10/04/2008

Prazo final: 22/12/2009

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar da Minoria (PSDB, DEM)	
Deputado Jayme Campos () ⁽¹⁾	1. Senador Gilberto Goellner (DEM)
Senador Flexa Ribeiro (PSDB)	2. Senador Mário Couto (PSDB)
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B)	
Senador João Pedro (PT)	1. Senadora Serys Slhessarenko (PT)
Maioria (PMDB, PP)	
Senador Valdir Raupp (PMDB)	1. Senador Leomar Quintanilha (PMDB)
PTB	
Senador Mozarildo Cavalcanti	1. Senador Romeu Tuma

Notas:

1. O Senador Jayme Campos licenciou-se nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 130 dias, a partir de 26.08.09 (Requerimento nº 1.041/2009, aprovado na sessão de 25.08.09).

3) TRANSPOSIÇÃO DO RIO SÃO FRANCISCO

Finalidade: Acompanhar todos os atos, fatos relevantes, normas e procedimentos referentes às obras do Projeto de Integração do Rio São Francisco com as Bacias Hidrográficas do Nordeste Setentrional (Transposição do Rio São Francisco), bem como o Programa de Revitalização da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco.

(Requerimento nº 115, de 2008, aprovado em 02.07.2008)
(Aditado pelo Requerimento nº 1.691, de 2008, aprovado em 18.12.2008)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Cícero Lucena

VICE-PRESIDENTE: Senador Gim Argello

RELATOR: Senadora Rosalba Ciarlini

Leitura: 02/07/2008

Designação: 26/08/2008

Instalação: 27/08/2008

Prazo final: 22/12/2009

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar da Minoria (PSDB, DEM)	
Senadora Rosalba Ciarlini (DEM)	1. Senador Efraim Morais (DEM)
Senador Cícero Lucena (PSDB)	2. Senador Tasso Jereissati (PSDB)
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B)	
Senador Inácio Arruda (PC DO B)	1. Senador Eduardo Suplicy (PT)
Maioria (PMDB, PP)	
VAGO ⁽¹⁾	1. Senador Almeida Lima (PMDB)
PTB	
Senador Roberto Cavalcanti (PRB) ^(2,3)	1. Senador João Vicente Claudino

Notas:

1. Vago, em virtude de o Senador José Maranhão ter tomado posse no cargo de Governador de Estado, renunciando ao mandato de Senador.

2. Em 12.03.2009, o PTB cede a vaga de titular ao Bloco de Apoio ao Governo (OF. Nº 092/2009-GLPTB/SF).

3. Em 12.03.2009, o Senador Roberto Cavalcanti é designado membro titular em vaga cedida ao Bloco de Apoio ao Governo pelo PTB na Comissão (Of. nº 055/2009-GLDBAG).

4) IDENTIFICAR DISPOSITIVOS CONSTITUCIONAIS SUJEITOS À REGULAÇÃO

Finalidade: Identificar dispositivos constitucionais cuja regulação seja necessária para o exercício de direitos fundamentais, bem como apresentar proposições legislativas e medidas destinadas a tornar efetivas normas constitucionais.

(Requerimento nº 8, de 2009, aprovado em 10.03.2009)

Número de membros: 11 titulares e 11 suplentes

Leitura: 10/03/2009

Designação: 02/04/2009

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar da Minoria (PSDB, DEM)	
Senador Demóstenes Torres (DEM)	1. Senador Eliseu Resende (DEM)
Senador Marco Maciel (DEM)	2. Deputado Jayme Campos () ⁽²⁾
Senador Cícero Lucena (PSDB)	3. Senador Flexa Ribeiro (PSDB)
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B)	
Senador Antonio Carlos Valadares (PSB)	1. Senador Marcelo Crivella (PRB)
Senador Tião Viana (PT)	2. Senador Magno Malta (PR)
Senadora Serys Slhessarenko (PT)	3. Senadora Marina Silva (PV) ^(1,3)
Maioria (PMDB, PP)	
	1.
	2.
	3.
PTB	
Senador Mozarildo Cavalcanti	1. Senador Romeu Tuma
PDT	
	1.

Notas:

1. A Senadora Marina Silva desfilou-se do Partido dos Trabalhadores, conforme comunicação lida na sessão de 19.08.2009.
2. O Senador Jayme Campos licenciou-se nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 130 dias, a partir de 26.08.09 (Requerimento nº 1.041/2009, aprovado na sessão de 25.08.09).
3. A Senadora Marina Silva filiou-se do Partido Verde, conforme comunicação lida na sessão de 01.09.2009.

5) ACOMPANHAMENTO DE METAS FIXADAS PELA ONU

Finalidade: Acompanhar as Metas de Desenvolvimento do Milênio fixadas pela Organização das Nações Unidas - ONU, a serem alcançadas pelo governo brasileiro.

(Requerimento nº 231, de 2009, aprovado em 05.05.2009)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

TITULARES	SUPLENTEs
Bloco Parlamentar da Minoria (PSDB, DEM)	
Senadora Kátia Abreu (DEM)	1. Senadora Rosalba Ciarlini (DEM) ⁽²⁾
Senadora Marisa Serrano (PSDB)	2.
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B)	
	1.
Maioria (PMDB, PP)	
Senador Valter Pereira (PMDB) ⁽¹⁾	1.
PTB	
Senador Fernando Collor	1.

Notas:

1. Em 10.06.2009, o Senador Valter Pereira é designado membro titular do Bloco da Maioria na Comissão (OF. GLPMDB nº 009-A/2009).

2. Em 13.07.2009, a Senadora Rosalba Ciarlini é designada membro suplente do Bloco Parlamentar da Minoria (DEM) na Comissão (OF. Nº 104/09-GLDEM).

6) COMEMORAÇÕES DO CINQUENTENÁRIO DE BRASÍLIA

Finalidade: Em parceria com o Governo do Distrito Federal, colaborar com o calendário oficial das comemorações do cinquentenário de Brasília.

(Requerimento nº 247, de 2009, aprovado em 05.05.2009)

Número de membros: 6

MEMBROS**Bloco Parlamentar da Minoria (PSDB, DEM)**

Senador Adelmir Santana (DEM)

Senador Eduardo Azeredo (PSDB)

Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B)

Senador Eduardo Suplicy (PT)

Senador Roberto Cavalcanti (PRB)

Maioria (PMDB, PP)

Senador Geraldo Mesquita Júnior (PMDB) ^(1,2)

PTB

Senador Gim Argello

Notas:

1. Em 23/06/2009, o Senador Mauro Fecury é designado Titular do Bloco da Maioria, na Comissão (Of. GLPMDB nº 008-A-2009).

2. Em 24.06.2009, o Senador Geraldo Mesquita Junior é designado membro do Bloco da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Mauro Fecury (OF. GLPMDB Nº 019-A-2009).

7) NOVO PACTO FEDERATIVO NO BRASIL

Finalidade: Promover amplo debate e propor medidas para adoção de um novo pacto federativo no Brasil, ou para o aperfeiçoamento do vigente.

(Requerimento nº 488, de 2008, aprovado em 20.05.2009)

Número de membros: 15 titulares e 15 suplentes

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar da Minoria (PSDB, DEM)	
	1.
	2.
	3.
Senador Cícero Lucena (PSDB)	4. Senador João Tenório (PSDB) ⁽²⁾
Senador Flexa Ribeiro (PSDB) ⁽¹⁾	5. Senador Sérgio Guerra (PSDB)
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B)	
Senador Marcelo Crivella (PRB)	1. Senador Roberto Cavalcanti (PRB)
Senador João Ribeiro (PR)	2. Senador Antonio Carlos Valadares (PSB)
Senador Eduardo Suplicy (PT)	3. Senador Flávio Arns (PT)
Senador Tião Viana (PT)	4. Senador Paulo Paim (PT)
Maioria (PMDB, PP)	
Senador Almeida Lima (PMDB) ⁽³⁾	1. Senador Gerson Camata (PMDB) ⁽³⁾
Senador Neuto De Conto (PMDB) ⁽³⁾	2. Senador Leomar Quintanilha (PMDB) ⁽³⁾
Senador Wellington Salgado de Oliveira (PMDB) ⁽³⁾	3. Senador Mauro Fecury (PMDB) ⁽³⁾
Senador Valter Pereira (PMDB) ⁽³⁾	4. Senador Paulo Duque (PMDB) ⁽³⁾
PTB	
Senador Sérgio Zambiasi	1. Senador Romeu Tuma
PDT	
Senador João Durval	1.

Notas:

1. Em 09.06.2009, o Senador Flexa Ribeiro é designado membro titular do PSDB (Bloco da Minoria) na Comissão, em substituição à Senadora Lúcia Vânia (Of. n 107/09 - GLPSDB).
2. Em 09.06.2009, o Senador João Tenório é designado membro suplente do PSDB (Bloco da Minoria) na Comissão, em substituição ao Senador Flexa Ribeiro (Of. n 107/09 - GLPSDB).
3. Em 10.06.2009, a Liderança do Bloco da Maioria (PMDB,PP)designa seus membros na Comissão (OF. GLPMDB nº 007-A/2009).

8) ENCHENTES NOS MUNICÍPIOS DA REGIÃO NORTE

Finalidade: Verificar os efeitos das enchentes nos municípios da Região Norte.

(Requerimento nº 449, de 2009, aprovado em 20.05.2009)

Número de membros: 7

MEMBROS

Bloco Parlamentar da Minoria (PSDB, DEM)

Senador Arthur Virgílio (PSDB)

Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B)

Senador Augusto Botelho (PT)

Senadora Fátima Cleide (PT)

Maioria (PMDB, PP)

Senador Geraldo Mesquita Júnior (PMDB) ⁽²⁾

Senador Valdir Raupp (PMDB) ⁽¹⁾

PTB

Senador Romeu Tuma

Notas:

1. Em 10.06.2009, o Senador Valdir Raupp é designado membro titular do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 012-A/2009).

2. Em 10.06.2009, o Senador Geraldo Mesquita é designado membro titular do Bloco da Maioria na Comissão (OF. GLPMDB nº 012-A/2009).

9) INUNDAÇÕES NO MARANHÃO, PIAUÍ, CEARÁ, BAHIA E RIO GRANDE DO NORTE

Finalidade: Verificar os efeitos das inundações ocorridas em municípios dos Estados do Maranhão, Piauí, Ceará, Bahia e Rio Grande do Norte.

(Requerimento nº 592, de 2009, aprovado em 21.05.2009)

Número de membros: 7

MEMBROS	
Bloco Parlamentar da Minoria (PSDB, DEM)	
Senadora Rosalba Ciarlini (DEM)	
Senador Tasso Jereissati (PSDB)	
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B)	
Senador César Borges (PR)	
Senador Inácio Arruda (PC DO B)	
Maioria (PMDB, PP)	
Senador Mão Santa (PMDB) ⁽¹⁾	
Senador Garibaldi Alves Filho (PMDB) ⁽²⁾	
PTB	
Senador João Vicente Claudino	

Notas:

1. Em 10.06.2009, o Senador Mão Santa é designado membro titular do Bloco da Maioria na Comissão (OF. GLPMDB nº 010-A/2009).

2. Em 10.06.2009, o Senador Garibaldi Alves é designado membro titular do Bloco da Maioria na Comissão (OF. GLPMDB nº 010-A/2009).

*. Incluído o Estado do Rio Grande do Norte, conforme comunicação lida e aprovada na sessão deliberativa ordinária de 21 de maio de 2009.

ACOMPANHAMENTO DA CRISE FINANCEIRA E DA EMPREGABILIDADE

(Ato do Presidente nº 16, de 2009)

(publicado no DSF de 14.02.2009)

Número de membros: 5**PRESIDENTE:** Senador Francisco Dornelles**Instalação:** 03/03/2009**MEMBROS**

Senador Pedro Simon (PMDB)

Senador Francisco Dornelles (PP)

Senador Marco Maciel (DEM)

Senador Tasso Jereissati (PSDB)

Senador Aloizio Mercadante (PT)

Secretário(a): Dirceu Vieira Machado Filho**Telefone(s):** 3303.4638**E-mail:** dirceuv@senado.gov.br

REFORMA DO CÓDIGO DE PROCESSO PENAL - PLS 156/2009 (ART. 374-RISF)

Finalidade: Examinar o Projeto de Lei do Senado nº 156, de 2009, que **reforma o Código de Processo Penal**.

Número de membros: 11

PRESIDENTE: Senador Demóstenes Torres

VICE-PRESIDENTE: Senadora Serys Slhessarenko

RELATOR-GERAL: Senador Renato Casagrande

RELATOR-PARCIAL - PROCEDIMENTOS: Senador Tião Viana

RELATOR-PARCIAL - INQUÉRITO POLICIAL: Senador Romeu Tuma

RELATOR-PARCIAL - MEDIDAS CAUTELARES: Senador Marconi Perillo

RELATOR-PARCIAL - PROVAS: Senador Valter Pereira

RELATOR-PARCIAL - RECURSOS: Senadora Serys Slhessarenko

Instalação: 20/05/2009

MEMBROS**Bloco Parlamentar da Minoria (PSDB, DEM)**

Senador Demóstenes Torres (DEM)

Senador Marco Maciel (DEM)

Senador Papaléo Paes (PSDB)

Senador Marconi Perillo (PSDB)

Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B)

Senador Tião Viana (PT)

Senador Renato Casagrande (PSB)

Senadora Serys Slhessarenko (PT)

Maioria (PMDB, PP)

Senador Almeida Lima (PMDB)

Senador Valter Pereira (PMDB)

PTB

Senador Romeu Tuma

PDT

Senador Flávio Torres (1,2)

Notas:

1. A Senadora Patrícia Saboya encontra-se licenciada, nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, conforme o Requerimento nº 878, de 2009, aprovado no dia 15/07/2009, na Sessão Deliberativa Extraordinária iniciada em 14/07/2009.

2. Em 04.08.2009, o Senador Flávio Torres é designado membro do PDT na Comissão, em substituição à Senadora Patrícia Saboya (Of. nº 62/09-LPDT).

**NOVO CALENDÁRIO DE TRAMITAÇÃO DO
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 156, DE 2009,
QUE REFORMA O CÓDIGO DE PROCESSO PENAL**

PRAZOS¹

RELATÓRIOS PARCIAIS: 19.06.2009 a 16.07.2009 (art. 374, IV)

RELATÓRIO DO RELATOR-GERAL: 17.07.2009 a 27.08.2009 (art. 374, V)²

PARECER FINAL: 28.08.2009 a 25.09.2009 (art. 374, VI)²

¹ Prazos duplicados pela aprovação do Requerimento nº 777, de 2009, em 24.06.2009.

² Prazos quadruplicados pela aprovação do Requerimento nº 1.020, de 2009, em 13.08.2009.

COMPOSIÇÃO

COMISSÕES PERMANENTES E SUAS SUBCOMISSÕES

1) COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS - CAE

Número de membros: 27 titulares e 27 suplentes

PRESIDENTE: Senador Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN)

VICE-PRESIDENTE: Senador Delcídio Amaral (PT-MS)

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B) (6)	
Eduardo Suplicy (PT) (41)	1. Antonio Carlos Valadares (PSB) (40)
Delcídio Amaral (PT) (35)	2. Renato Casagrande (PSB) (37)
Aloizio Mercadante (PT) (30)	3. João Pedro (PT) (11,33)
Tiã Viana (PT) (29)	4. Ideli Salvatti (PT) (34)
Marcelo Crivella (PRB) (28)	5. Roberto Cavalcanti (PRB) (36,72)
Inácio Arruda (PC DO B) (32)	6. Expedito Júnior (PR) (4,31)
César Borges (PR) (38)	7. João Ribeiro (PR) (39)
Maioria (PMDB, PP)	
Francisco Dornelles (PP) (55,66)	1. Romero Jucá (PMDB) (63,67)
Garibaldi Alves Filho (PMDB) (53,68)	2. Gilvam Borges (PMDB) (54,57)
Gerson Camata (PMDB) (64,70)	3. Wellington Salgado de Oliveira (PMDB) (3,69)
Valdir Raupp (PMDB) (59)	4. Leomar Quintanilha (PMDB) (2,69)
Neuto De Conto (PMDB) (8,15,61,62)	5. Lobão Filho (PMDB) (9,56,71)
Pedro Simon (PMDB) (58,60)	6. Paulo Duque (PMDB) (1,69)
Renan Calheiros (PMDB) (65,77)	7. Almeida Lima (PMDB) (65,78)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Eliseu Resende (DEM) (52)	1. Gilberto Goellner (DEM) (50)
Antonio Carlos Júnior (DEM) (18,50)	2. Demóstenes Torres (DEM) (17,43)
Efraim Moraes (DEM) (51)	3. Heráclito Fortes (DEM) (48)
Raimundo Colombo (DEM) (47)	4. Rosalba Ciarlini (DEM) (50)
Adelmir Santana (DEM) (14,16,42)	5. Kátia Abreu (DEM) (49)
Jayme Campos (DEM) (13,44,76)	6. José Agripino (DEM) (5,46)
Cícero Lucena (PSDB) (25)	7. Alvaro Dias (PSDB) (26)
João Tenório (PSDB) (27)	8. Sérgio Guerra (PSDB) (19,22,73)
Arthur Virgílio (PSDB) (25,74)	9. Flexa Ribeiro (PSDB) (23)
Tasso Jereissati (PSDB) (25)	10. Eduardo Azeredo (PSDB) (24,75)
PTB (7)	
João Vicente Claudino (45)	1. Sérgio Zambiasi (12,45)
Gim Argello (45)	2. Fernando Collor (45)

PDT

Osmar Dias (20)

1. Jefferson Praia (10,21)

Notas:

1. Em 04/03/2009, o Senador Paulo Duque teve a sua indicação como Suplente da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 47/2009 - GLPMDB).
2. Em 04/03/2009, o Senador Leomar Quintanilha teve a sua indicação como Suplente da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 47/2009 - GLPMDB).
3. Em 04/03/2009, o Senador Wellington Salgado teve a sua indicação como Suplente da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 47/2009 - GLPMDB).
4. Senadora Patrícia Saboya comunicou filiação partidária em 02.10.2007 (DSF 3.10.2007).
5. Senador Romeu Tuma comunicou, em 11.10.2007, filiação ao PTB (DSF 12.10.2007)
6. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
7. Nos termos da decisão do Presidente do Senado, publicada no DSF de 14.02.2008.
8. Em 17/04/2008, o Senador Geovani Borges é designado titular em vaga antes ocupada pelo Senador Gilvam Borges, que se encontra licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 17.04.2008 a 24.08.2008 (Of. 114/08-GLPMDB).
9. Em 07/05/2008, o Senador Lobão Filho é designado Suplente do PMDB na Comissão em virtude de o Senador Edison Lobão encontrar-se afastado do exercício do mandato desde 21/01/2008, para exercer o cargo de Ministro de Minas e Energia. (Of. 142/2008 - GLPMDB).
10. Em 04.06.2008, o Senador Jefferson Praia é designado suplente do PDT na Comissão (Of. nº 07/08-LPDT).
11. Em 10/06/2008, a Senadora Marina Silva é designada Suplente do Bloco de Apoio ao Governo, na Comissão (Of. 66/2008-GLDBAG).
12. Em 23.06.2008, o Senador Sérgio Zambiasi é designado membro suplente do PTB na Comissão (Of. nº 18/2008/GLPTB), em vaga anteriormente pertencente ao Bloco de Apoio ao Governo. O Senador Paulo Paim deixou de compor a Comissão, como membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 069/2008-GLDBAG).
13. O Senador Raimundo Colombo licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 26.6.2008 a 24.10.2008.
14. Em 4/7/2008, o Senador Marco Antônio Costa é designado titular em vaga antes ocupada pela Senadora Kátia Abreu, que se licenciou, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 30.6.2008 a 28.10.2008. (Of. nº 62/08-GLDEM)
15. Em 26.08.2008, o Senador Gilvam Borges é designado membro titular do PMDB na Comissão (Of. GLPMDB nº 362/2008).
16. Em 29.10.2008, a Senadora Kátia Abreu é designada membro titular do Partido Democratas na Comissão, em substituição ao Senador Marco Antônio Costa (Of. nº 103/2008-GLDEM).
17. Em 25/11/2008, o Senador Heráclito Fortes é designado suplente do DEM, na Comissão, em substituição ao Senador Antonio Carlos Júnior, que assume a titularidade (Of. 119/08-GLDEM).
18. Em 25/11/2008, o Senador Antonio Carlos Júnior é designado titular do DEM, na Comissão, em substituição ao Senador Heráclito Fortes, que assume a suplência (Of. 119/08-GLDEM).
19. Em 26/11/2008, o Senador Eduardo Azeredo é designado Suplente do PSDB na Comissão, em substituição à Senadora Lúcia Vânia (Of. 136/08-GLPSDB).
20. Em 11.02.2009, o Senador Osmar Dias teve a sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Liderança do PDT (Of. nº 02/09-GLPDT).
21. Em 11.02.2009, o Senador Jefferson Praia teve a sua indicação como suplente da Comissão ratificada pela Liderança do PDT (Of. nº 02/09-GLPDT).
22. Em 12.02.2009, o Senador Arthur Virgílio é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 023/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Eduardo Azeredo.
23. Em 12.02.2009, o Senador Flexa Ribeiro é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 023/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Marconi Perillo.
24. Em 12.02.2009, o Senador Papaléo Paes é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 023/09-GLPSDB), em substituição ao Senador João Tenório.
25. Em 12.02.2009, os Senadores Cícero Lucena, Sérgio Guerra e Tasso Jereissati tiveram as suas indicações como titulares da Comissão ratificadas pela Liderança do PSDB (Of. nº 023/09-GLPSDB).
26. Em 12.02.2009, o Senador Alvaro Dias é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 023/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Arthur Virgílio.
27. Em 12.02.2009, o Senador João Tenório é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 023/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Flexa Ribeiro.
28. Em 16.02.2009, o Senador Marcelo Crivella é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Renato Casagrande.
29. Em 16.02.2009, o Senador Tião Viana é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Aloízio Mercadante.
30. Em 16.02.2009, o Senador Aloízio Mercadante é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Delcídio Amaral.
31. Em 16.02.2009, o Senador Expedito Júnior é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição à Senadora Patrícia Saboya.

32. Em 16.02.2009, o Senador Inácio Arruda é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Expedito Júnior.
33. Em 16.02.2009, o Senador João Pedro é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição à Senadora Marina Silva.
34. Em 16.02.2009, a Senadora Ideli Salvatti é designada membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Marcelo Crivella.
35. Em 16.02.2009, o Senador Delcídio Amaral é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Francisco Dornelles.
36. Em 16.02.2009, o Senador Flávio Arns é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Inácio Arruda.
37. Em 16.02.2009, o Senador Renato Casagrande é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição à Senadora Ideli Salvatti.
38. Em 16.02.2009, o Senador César Borges é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição à Senadora Serys Slhessarenko.
39. Em 16.02.2009, o Senador João Ribeiro é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Antonio Carlos Valadares.
40. Em 16.02.2009, o Senador Antonio Carlos Valadares é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Flávio Arns.
41. Em 16.02.2009, o Senador Eduardo Suplicy teve a sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Liderança do Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 016/09-GLDBAG).
42. Em 17.02.2009, o Senador Adelmir Santana é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição à Senadora Kátia Abreu.
43. Em 17.02.2009, o Senador Demóstenes Torres é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Heráclito Fortes.
44. Em 17.02.2009, o Senador Jayme Campos é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Raimundo Colombo.
45. Em 17.02.2009, os Senadores João Vicente Claudino e Gim Argelo tiveram suas indicações como titulares, e o Senador Sérgio Zambiasi, como suplente, ratificadas pela Liderança do PTB. O Senador Fernando Collor foi designado como membro suplente (Of. nº 025/09-GLPTB).
46. Em 17.02.2009, o Senador José Agripino é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Romeu Tuma.
47. Em 17.02.2009, o Senador Raimundo Colombo é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Jayme Campos.
48. Em 17.02.2009, o Senador Heráclito Fortes é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Demóstenes Torres.
49. Em 17.02.2009, a Senadora Kátia Abreu é designada membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Marco Maciel.
50. Em 17.02.2009, o Senador Antonio Carlos Júnior, como titular, e os Senadores Gilberto Goellner e Rosalba Ciarlini, como suplentes, tiveram as suas indicações na Comissão ratificadas pela Liderança do DEM (Of. nº 012/09-GLDEM).
51. Em 17.02.2009, o Senador Efraim Morais é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Eliseu Resende.
52. Em 17.02.2009, o Senador Eliseu Resende é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Adelmir Santana.
53. Em 04/03/2009, o Senador Garibaldi Alves Filho teve a sua indicação como Titular da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 47/2009 - GLPMDB).
54. Em 04/03/2009, o Senador Gilvam Borges teve a sua indicação como Suplente da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 47/2009 - GLPMDB).
55. Em 04/03/2009, o Senador Francisco Dornelles teve a sua indicação como Titular da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 47/2009 - GLPMDB).
56. Em 02.03.2009, o Senador Gerson Camata é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Lobão Filho (OF. GLPMDB nº 022/2009).
57. Em 02.03.2009, o Senador Gilvam Borges é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição à Senadora Roseana Sarney (OF. GLPMDB nº 022/2009).
58. Em 04/03/2009, o Senador Pedro Simon teve a sua indicação como Titular da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 47/2009 - GLPMDB).
59. Em 04/03/2009, o Senador Valdir Raupp teve a sua indicação como Titular da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 47/2009 - GLPMDB).
60. Em 02.03.2009, o Senador Francisco Pedro Simon é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Neuto De Conto (OF. GLPMDB nº 022/2009).
61. Em 02.03.2009, o Senador Neuto De Conto é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Gilvam Borges (OF. GLPMDB nº 022/2009).

62. Em 04/03/2009, o Senador Neuto de Conto teve a sua indicação como Titular da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 47/2009 - GLPMDB).
63. Em 04/03/2009, o Senador Romero Jucá teve a sua indicação como Suplente da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 47/2009 - GLPMDB).
64. Em 02.03.2009, o Senador Lobão Filho é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Pedro Simon (Of. GLPMDB nº 022/2009).
65. Em 02.03.2009, vago em virtude do remanejamento de vagas indicado pela Liderança do PMDB (Of. GLPMDB nº 022/2009).
66. Em 02.03.2009, o Senador Francisco Dornelles é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Romero Jucá (Of. GLPMDB nº 022/2009).
67. Em 02.03.2009, o Senador Romero Jucá é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Valter Pereira (Of. GLPMDB nº 022/2009).
68. Em 02.03.2009, o Senador Garibaldi Alves é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp (Of. GLPMDB nº 022/2009).
69. Em 02.03.2009, os Senadores Wellington Salgado, Leomar Quintanilha e Paulo Duque tiveram suas indicações como suplentes da Comissão ratificadas pela Liderança do PMDB (Of. GLPMDB nº 022/2009).
70. Em 04/03/2009, o Senador Gerson Camata é designado Titular do PMDB na Comissão (Of. 47/2009 - GLPMDB).
71. Em 04/03/2009, o Senador Lobão Filho é designado Suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Gerson Camata (Of. 47/2009 - GLPMDB).
72. Em 05/03/2009, o Senador Roberto Cavalcanti é designado Suplente do PTB na Comissão, em substituição ao Senador Flávio Arns (Of. 42/2009 - GLDBAG).
73. Em 10/03/2009, o Senador Sérgio Guerra é designado Suplente do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador Arthur Virgílio, que passa à titularidade (Of. 55/09-GLPSDB).
74. Em 10/03/2009, o Senador Arthur Virgílio é designado Titular do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador Sérgio Guerra, que passa à suplência (Of. 55/09-GLPSDB).
75. Em 15/04/2009, o Senador Eduardo Azeredo é designado Suplente do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador Papaléo Paes (Of. 72/09-GLPSDB).
76. O Senador Jayme Campos licenciou-se nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 130 dias, a partir de 26.08.09 (Requerimento nº 1.041/2009, aprovado na sessão de 25.08.09).
77. Em 03.09.2009, o Senador Renan Calheiros é designado membro titular do PMDB na Comissão (Of. GLPMDB Nº 143/2009).
78. Em 03.09.2009, o Senador Almeida Lima é designado membro suplente do PMDB na Comissão (Of. GLPMDB Nº 143/2009).

Secretário(a): Luiz Gonzaga Silva Filho

Reuniões: TERÇAS-FEIRAS - 10:00HS - Plenário nº 19 - ALA ALEXANDRE COSTA

Telefone(s): 3303-4605 e 33113516

Fax: 3303-4344

E-mail: scomcae@senado.gov.br

1.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE - ASSUNTOS MUNICIPAIS

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQE nº 7/2005, do Senador Luiz Otávio, com o objetivo de opinar sobre matérias de interesse do poder municipal local.

Número de membros: 9 titulares e 9 suplentes

PRESIDENTE: VAGO

VICE-PRESIDENTE: VAGO

TITULARES	SUPLENTEs
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B) (3)	
Antonio Carlos Valadares (PSB)	1. Delcídio Amaral (PT)
VAGO (6)	2. VAGO (9)
Expedito Júnior (PR)	3. João Vicente Claudino (PTB)
Maioria (PMDB, PP)	
Valdir Raupp (PMDB)	1. Mão Santa (PMDB)
VAGO (4)	2. Renato Casagrande (PSB) (2)
Bloco Parlamentar da Minoria (PSDB, DEM)	
Rosalba Ciarlini (DEM)	1. VAGO (5)
Raimundo Colombo (DEM) (7)	
Sérgio Guerra (PSDB)	2. Flexa Ribeiro (PSDB)
	3. VAGO (8)
PMDB PDT PSDB	
Cícero Lucena (PSDB)	1.

Notas:

1. Vaga compartilhada entre PMDB, PSDB e PDT.
2. Vaga do PMDB cedida ao PSB
3. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
4. Senador Garibaldi Alves Filho foi eleito Presidente do Senado em 12.12.2007 (art. 77, § 1º, RISF).
5. Em virtude do falecimento do Senador Jonas Pinheiro.
6. Em virtude do retorno da titular, Senadora Marina Silva.
7. O Senador Raimundo Colombo licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 26.6.2008 a 24.10.2008.
8. Vago em virtude de o Senador Eduardo Azeredo ter sido substituído pelo Senadora Lúcia Vânia na Comissão de Assuntos Econômicos (Ofício nº 129/08-GLPSDB).
9. Vago em 17.02.09 em virtude de a Senadora não pertencer mais à Comissão.

Secretário(a): Luiz Gonzaga Silva Filho

Telefone(s): 3303-4605 e 33113516

Fax: 3303-4344

E-mail: scomcae@senado.gov.br

2) COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS - CAS**Número de membros:** 21 titulares e 21 suplentes**PRESIDENTE:** Senadora Rosalba Ciarlini (DEM-RN)**VICE-PRESIDENTE:** Senador Paulo Paim (PT-RS)

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B) (5)	
Flávio Arns (PT) (3,17,26)	1. Fátima Cleide (PT) (33)
Augusto Botelho (PT) (27)	2. César Borges (PR) (34)
Paulo Paim (PT) (30)	3. Eduardo Suplicy (PT) (35)
Marcelo Crivella (PRB) (36)	4. Inácio Arruda (PC DO B) (1,2,13)
Expedito Júnior (PR) (31)	5. Ideli Salvatti (PT) (29,32)
Roberto Cavalcanti (PRB) (28,58,62)	6. VAGO (28)
Renato Casagrande (PSB) (28,59,65)	7. José Nery (PSOL) (28,63,64)
Maioria (PMDB, PP)	
VAGO (49,68)	1. Lobão Filho (PMDB) (55)
Gilvam Borges (PMDB) (9,48)	2. Romero Jucá (PMDB) (56)
Paulo Duque (PMDB) (6,57)	3. Valdir Raupp (PMDB) (51)
Garibaldi Alves Filho (PMDB) (52)	4. Leomar Quintanilha (PMDB) (50)
Mão Santa (PMDB) (53)	5. Wellington Salgado de Oliveira (PMDB) (54)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Adelmir Santana (DEM) (41)	1. Heráclito Fortes (DEM) (37)
Rosalba Ciarlini (DEM) (38)	2. Jayme Campos (DEM) (40,70)
Efraim Moraes (DEM) (12,15,42)	3. Maria do Carmo Alves (DEM) (10,39)
Raimundo Colombo (DEM) (46)	4. José Agripino (DEM) (4,43)
Lúcia Vânia (PSDB) (24,44)	5. Marisa Serrano (PSDB) (20,66)
Eduardo Azeredo (PSDB) (23,67)	6. João Tenório (PSDB) (25)
Papaléo Paes (PSDB) (21)	7. Sérgio Guerra (PSDB) (22,45)
PTB (8)	
Mozarildo Cavalcanti (7,11,60)	1. Gim Argello (14,16,61)
PDT	
João Durval (19,47)	1. Cristovam Buarque (18,69)

Notas:

1. O Senador Fernando Collor encontra-se licenciado, nos termos do Requerimento nº 968, de 2007, aprovado em 27/08/2007.
2. Em 04/09/2007, o Senador Euclides Mello é designado Suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Fernando Collor (Of. 141/2007-GLDBAG).
3. Senadora Patrícia Saboya comunicou filiação partidária em 02.10.2007 (DSF 3.10.2007).
4. Senador Romeu Tuma comunicou, em 11.10.2007, filiação ao PTB (DSF 12.10.2007)
5. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
6. Senador Garibaldi Alves Filho foi eleito Presidente do Senado em 12.12.2007 (art. 77, § 1º, RISF).
7. Em 23/04/2008, o Senador Gim Argello deixa de integrar a Comissão (Of. 73/2008-GLPTB).

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/sf/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3311-3325/3572/7279

8. Nos termos da decisão do Presidente do Senado, publicada no DSF de 14.02.2008.
9. O Senador Geraldo Mesquita Júnior solicitou seu desligamento (Of. nº 008/08 GSGMJ e Of. GLPMDB nº 19/2008 - DSF 22.02.2008).
10. O Senador Raimundo Colombo licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 26.6.2008 a 24.10.2008.
11. Em 02/07/2008, o Senador Mozarildo Cavalcanti é designado Titular do PTB, na Comissão, em vaga antes ocupada pelo Senador Gim Argello (Of. 111/2008-GLPTB).
12. Em 4/7/2008, o Senador Marco Antônio Costa é designado titular em vaga antes ocupada pela Senadora Kátia Abreu, que se licenciou, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 30.6.2008 a 28.10.2008. (Of. nº 62/08-GLDEM)
13. Vago, em virtude do afastamento do Senador Euclides Mello, devido ao retorno do Senador Fernando Collor ao exercício do mandato, em 28.12.2007.
14. Em 07.10.2008, a Senadora Ada Mello é designada membro suplente do PTB na Comissão (Of. nº 145/2008/GLPTB).
15. Em 29.10.2008, a Senadora Kátia Abreu é designada membro titular do Partido Democratas na Comissão, em substituição ao Senador Marco Antônio Costa (Of. nº 103/2008-GLDEM).
16. Vago em virtude do retorno do Senador Fernando Collor ao exercício do mandato, em 11.01.2009 (Of. nº 001/2009 - Gab. Sen. Fernando Collor).
17. Vago em virtude de a Senadora Patrícia Saboya ter sido indicada na Comissão pelo PDT, em 11.02.2009, como membro titular.
18. Em 11.02.2009, o Senador João Durval é designado membro suplente do PDT na Comissão (Of. nº 03/2009-GLPDT), em substituição ao Senador Cristovam Buarque.
19. Em 11.02.2009, a Senadora Patrícia Saboya é designada membro titular do PDT na Comissão (Of. nº 03/2009-GLPDT), em substituição ao Senador João Durval.
20. Em 12.02.2009, o Senador Eduardo Azeredo é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 022/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Cícero Lucena.
21. Em 12.02.2009, o Senador Papaléo Paes teve a sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Liderança do PSDB (Of. nº 022/09-GLPSDB).
22. Em 12.02.2009, a Senadora Lúcia Vânia é designada membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 022/09-GLPSDB), em substituição à Senadora Marisa Serrano.
23. Em 12.02.2009, a Senadora Marisa Serrano é designada membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 022/09-GLPSDB), em substituição à Senadora Lúcia Vânia.
24. Em 12.02.2009, o Senador Alvaro Dias é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 022/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Eduardo Azeredo.
25. Em 12.02.2009, o Senador João Tenório é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 022/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Sérgio Guerra.
26. Em 16.02.2009, o Senador Flávio Arns é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG).
27. Em 16.02.2009, o Senador Augusto Botelho é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Flávio Arns.
28. Vago em virtude do remanejamento de vagas indicado pela Liderança do Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 016/2009 - GLDBAG).
29. Em 16.02.2009, a Senadora Ideli Salvatti é designada membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Antonio Carlos Valadares.
30. Em 16.02.2009, o Senador Paulo Paim é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Augusto Botelho.
31. Em 16.02.2009, o Senador Expedito Júnior é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Marcelo Crivella.
32. Em 16.02.2009, o Senador Inácio Arruda é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG).
33. Em 16.02.2009, a Senadora Fátima Cleide teve a sua indicação como suplente da Comissão ratificada pela Liderança do Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 016/09-GLDBAG).
34. Em 16.02.2009, o Senador César Borges é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição à Senadora Serys Slhessarenko.
35. Em 16.02.2009, o Senador Eduardo Suplicy é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Expedito Júnior.
36. Em 16.02.2009, o Senador Marcelo Crivella é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Paulo Paim.
37. Em 17.02.2009, o Senador Heráclito Fortes é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Adelmir Santana.
38. Em 17.02.2009, a Senadora Rosalba Ciarlini é designada membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Jayme Campos.
39. Em 17.02.2009, a Senadora Maria do Carmo Alves é designada membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Raimundo Colombo.
40. Em 17.02.2009, o Senador Jayme Campos é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Heráclito Fortes.
41. Em 17.02.2009, o Senador Adelmir Santana é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Demóstenes Torres.
42. Em 17.02.2009, o Senador Efraim Morais é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição à Senadora Kátia Abreu.

43. Em 17.02.2009, o Senador José Agripino é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Romeu Tuma.
44. Em 17.02.2009, a Senadora Lúcia Vânia é designada membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 41/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Alvaro Dias.
45. Em 17.02.2009, o Senador Sérgio Guerra é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 39/09-GLPSDB), em substituição à Senadora Lúcia Vânia.
46. Em 17.02.2009, o Senador Raimundo Colombo é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição à Senadora Rosalba Ciarlini.
47. Em 19.02.2009, o Senador João Durval é designado Titular do PDT na Comissão, em substituição à Senadora Patrícia Saboya (Of. 14/09 - GLPDT).
48. Em 02.03.2009, o Senador Gilvam Borges é designado membro titular do PMDB na Comissão (Of. GLPMDB nº 34/2009).
49. Em 02.03.2009, o Senador Geraldo Mesquita é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Romero Jucá (Of. GLPMDB nº 34/2009).
50. Em 02.03.2009, o Senador Leomar Quintanilha é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Neuto De Conto (Of. GLPMDB nº 34/2009).
51. Em 02.03.2009, o Senador Valdir Raupp é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Pedro Simon (Of. GLPMDB nº 34/2009).
52. Em 02.03.2009, o Senador Garibaldi Alves é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp (Of. GLPMDB nº 34/2009).
53. Em 02.03.2009, o Senador Mão Santa é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Wellington Salgado (Of. GLPMDB nº 34/2009).
54. Em 02.03.2009, o Senador Wellington Salgado é designado membro suplente do PMDB na Comissão (Of. GLPMDB nº 34/2009).
55. Em 02.03.2009, o Senador Lobão Filho é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Leomar Quintanilha (Of. GLPMDB nº 34/2009).
56. Em 02.03.2009, o Senador Romero Jucá é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Valter Pereira (Of. GLPMDB nº 34/2009).
57. Em 02.03.2009, o Senador Paulo Duque é designado membro titular do PMDB na Comissão (Of. GLPMDB nº 34/2009).
58. Em 04.03.2009, o Senador Tião Viana é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 029/2009-GLDBAG).
59. Em 04.03.2009, a Senadora Marina Silva é designada membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 029/2009-GLDBAG).
60. Em 04.03.2009, o Senador Mozarildo Cavalcanti teve a sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Liderança do PTB (Of. nº 068/2009-GLPTB).
61. Em 05/03/2009, o Senador Gim Argello é designado Suplente do PTB na Comissão (Of. 85/2009 - GLPTB).
62. Em 05/03/2009, o Senador Roberto Cavalcanti é designado Titular do PTB na Comissão, em substituição ao Senador Tião Viana (Of. 40/2009 - GLDBAG).
63. Em 10.03.2009, o Senador José Nery é designado membro suplente em vaga cedida ao PSOL pelo Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. GSNJ nº 135/2009).
64. Em 10.03.2009, o Bloco de Apoio ao Governo cede a vaga de suplente ao Partido Socialismo e Liberdade - PSOL (Of. nº 047/2009-GLDBAG).
65. Em 04.03.2009, o Senador Renato Casagrande é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Marina Silva (Of. nº 051/2009-GLDBAG).
66. Em 24.03.2009, a Senadora Marisa Serrano é designada membro suplente do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador Eduardo Azeredo (Of. nº 062/09-GLPSDB).
67. Em 24.03.2009, o Senador Eduardo Azeredo é designado membro titular do PSDB na Comissão, em substituição à Senadora Marisa Serrano (Of. nº 062/09-GLPSDB).
68. Em 25.03.2009, vago em virtude da solicitação contida no Of. GLPMDB nº 083/2009.
69. Em 21.05.2009, o Senador Cristovam Buarque é designado membro suplente do PDT na Comissão (Of. 48/09 - LPDT).
70. O Senador Jayme Campos licenciou-se nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 130 dias, a partir de 26.08.09 (Requerimento nº 1.041/2009, aprovado na sessão de 25.08.09).

Secretário(a): Gisele Ribeiro de Toledo Camargo

Reuniões: QUINTAS-FEIRAS - 11:30HS - Plenário n.º 09 - ALA ALEXANDRE COSTA

Telefone(s): 3311-3515

Fax: 3311-3652

E-mail: scomcas@senado.gov.br

2.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE ASSUNTOS SOCIAIS DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA**Número de membros:** 5 titulares e 5 suplentes**PRESIDENTE:** Senador Flávio Arns (PT-PR)**VICE-PRESIDENTE:** Senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar da Minoria (PSDB, DEM)	
Efraim Moraes (DEM)	1. Rosalba Ciarlini (DEM) (3,11)
Eduardo Azeredo (PSDB) (9)	2. Marisa Serrano (PSDB) (2)
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B) (1)	
Flávio Arns (PT) (6)	1. Paulo Paim (PT) (7)
PMDB	
Paulo Duque (5)	1. Leomar Quintanilha (10)
PTB PDT	
Mozarildo Cavalcanti (PTB) (8)	1. Gim Argello (PTB) (4)

Notas:

1. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
2. Em 6.04.2009, a Senadora Marisa Serrano teve a sua indicação como suplente da Comissão ratificada pela Presidência da CAS (OF. nº 20/09-PRES/CAS).
3. Em 6.04.2009, o Senador Jayme Campos é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Minoria na Subcomissão (OF. nº 20/09-PRES/CAS), em substituição ao Senador Papaléo Paes.
4. Em 6.04.2009, o Senador Gim Argello é designado membro suplente do PTB na Subcomissão (OF. nº 20/09-PRES/CAS).
5. Em 6.04.2009, o Senador Paulo Duque é designado membro titular do PMDB na Subcomissão (OF. nº 20/09-PRES/CAS).
6. Em 6.04.2009, o Senador Flávio Arns teve a sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Presidência da CAS (OF. nº 20/09-PRES/CAS).
7. Em 6.04.2009, o Senador Paulo Paim é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão (OF. nº 20/09-PRES/CAS), em substituição à Senadora Fátima Cleide.
8. Em 6.04.2009, o Senador Mozarildo Cavalcanti é designado membro titular do PTB na Subcomissão (OF. nº 20/09-PRES/CAS).
9. Em 6.04.2009, o Senador Eduardo Azeredo teve a sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Presidência da CAS (OF. nº 20/09-PRES/CAS).
10. Em 6.04.2009, o Senador Leomar Quintanilha é designado membro suplente do PMDB na Subcomissão (OF. nº 20/09-PRES/CAS).
11. Em 15/04/2009, a Senadora Rosalba Ciarlini é designada Suplente do DEM na Subcomissão, em substituição ao Senador Jayme Campos (OF. nº 15/09 - PRES/CAS).

Secretário(a): Gisele Ribeiro de Toledo Camargo**Telefone(s):** 3311-3515**Fax:** 3311-3652**E-mail:** scomcas@senado.gov.br

2.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE PROMOÇÃO, ACOMPANHAMENTO E DEFESA DA SAÚDE

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Augusto Botelho (PT-RR) ⁽¹³⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Papaléo Paes (PSDB-AP) ⁽¹³⁾

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar da Minoria (PSDB, DEM)	
Adelmir Santana (DEM) ⁽⁶⁾	1. Raimundo Colombo (DEM) ^(2,4)
Papaléo Paes (PSDB) ⁽¹¹⁾	2. João Tenório (PSDB) ^(2,9)
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B) ⁽¹⁾	
Augusto Botelho (PT) ⁽⁵⁾	1. Marcelo Crivella (PRB) ^(2,10)
PMDB	
Mão Santa ⁽⁸⁾	1. Paulo Duque ⁽³⁾
PTB PDT	
Mozarildo Cavalcanti (PTB) ⁽¹²⁾	1. João Durval (PDT) ⁽⁷⁾

Notas:

1. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
2. Vago em 17.02.09 em virtude de os Senadores não pertencerem mais à Comissão.
3. Em 6.04.2009, o Senador Paulo Duque é designado membro titular do PMDB na Subcomissão (OF. nº 20/09-PRES/CAS), em substituição ao Senador Adelmir Santana.
4. Em 6.04.2009, o Senador Raimundo Colombo é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Minoria na Subcomissão (OF. nº 20/09-PRES/CAS).
5. Em 6.04.2009, o Senador Augusto Botelho teve a sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Presidência da CAS (OF. nº 20/09-PRES/CAS).
6. Em 6.04.2009, o Senador Adelmir Santana é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Minoria na Subcomissão (OF. nº 20/09-PRES/CAS), em substituição à Senadora Rosalba Ciarlini.
7. Em 6.04.2009, o Senador João Durval é designado membro suplente do PDT na Subcomissão (OF. nº 20/09-PRES/CAS).
8. Em 6.04.2009, o Senador Mão Santa é designado membro titular do PMDB na Subcomissão (OF. nº 20/09-PRES/CAS), em substituição ao Senador João Durval.
9. Em 6.04.2009, o Senador João Tenório é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Minoria na Subcomissão (OF. nº 20/09-PRES/CAS).
10. Em 6.04.2009, o Senador Marcelo Crivella é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão (OF. nº 20/09-PRES/CAS).
11. Em 6.04.2009, o Senador Papaléo Paes teve a sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Presidência da CAS (OF. nº 20/09-PRES/CAS).
12. Em 6.04.2009, o Senador Mozarildo Cavalcanti é designado membro titular do PTB na Subcomissão (OF. nº 20/09-PRES/CAS).
13. Em 02.07.2009, foi lido o Ofício nº 02/2009-PRES/CASSAÚDE, comunicando eleição.

Secretário(a): Gisele Ribeiro de Toledo Camargo

Telefone(s): 3311-3515

Fax: 3311-3652

E-mail: scomcas@senado.gov.br

2.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE EM DEFESA DO EMPREGO E DA PREVIDÊNCIA SOCIAL**Número de membros:** 5 titulares e 5 suplentes**PRESIDENTE:** Senador Paulo Paim (PT-RS)**VICE-PRESIDENTE:** Senador Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar da Minoria (PSDB, DEM)	
Adelmir Santana (DEM)	1. Rosalba Ciarlini (DEM) ⁽¹⁾
Lúcia Vânia (PSDB)	2. Papaléo Paes (PSDB)
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B)	
Paulo Paim (PT)	1. José Nery (PSOL)
PMDB	
Mão Santa	1. Wellington Salgado de Oliveira
PTB PDT	
Mozarildo Cavalcanti (PTB)	1. Gim Argello (PTB)

Notas:

1. Em 16.04.2009, a Senadora Rosalba Ciarlini é designada membro suplente do DEM, em substituição ao Senador Efraim Morais (OF. nº 17/09 - PRES/CAS).

Secretário(a): Gisele Ribeiro de Toledo Camargo**Telefone(s):** 3311-3515**Fax:** 3311-3652**E-mail:** scomcas@senado.gov.br

3) COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA - CCJ**Número de membros:** 23 titulares e 23 suplentes**PRESIDENTE:** Senador Demóstenes Torres (DEM-GO)**VICE-PRESIDENTE:** Senador Wellington Salgado de Oliveira (PMDB-MG)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B) ⁽⁶⁾	
Marina Silva (PV) (32,73,81,83)	1. Renato Casagrande (PSB) (17,33)
Aloizio Mercadante (PT) (10,39)	2. Augusto Botelho (PT) (1,15,17,35)
Eduardo Suplicy (PT) (32)	3. Marcelo Crivella (PRB) (38)
Antonio Carlos Valadares (PSB) (34)	4. Inácio Arruda (PC DO B) (16,17,37,71)
Ideli Salvatti (PT) (32)	5. César Borges (PR) (31,52)
Exedito Júnior (PR) (30,52)	6. Serys Slhessarenko (PT) (19,36,77)
Maioria (PMDB, PP)	
Pedro Simon (PMDB) (62,69)	1. Romero Jucá (PMDB) (54,66)
Almeida Lima (PMDB) (58,69)	2. Leomar Quintanilha (PMDB) (59,68)
Gilvam Borges (PMDB) (61,69)	3. Geraldo Mesquita Júnior (PMDB) (60,65,78)
Francisco Dornelles (PP) (56,69)	4. Lobão Filho (PMDB) (5,63,76)
Valter Pereira (PMDB) (3,69)	5. Valdir Raupp (PMDB) (40,57,67)
Wellington Salgado de Oliveira (PMDB) (9,18,55,64)	6. Neuto De Conto (PMDB) (2,69)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Kátia Abreu (DEM) (46)	1. Efraim Morais (DEM) (50)
Demóstenes Torres (DEM) (42)	2. Adelmir Santana (DEM) (49)
Jayme Campos (DEM) (51,82)	3. Raimundo Colombo (DEM) (43)
Marco Maciel (DEM) (14,20)	4. José Agripino (DEM) (4,47)
Antonio Carlos Júnior (DEM) (44)	5. Eliseu Resende (DEM) (8,21,45)
Alvaro Dias (PSDB) (29,74)	6. Eduardo Azeredo (PSDB) (28)
Sérgio Guerra (PSDB) (24,75)	7. Marconi Perillo (PSDB) (25)
Lúcia Vânia (PSDB) (29)	8. Arthur Virgílio (PSDB) (26,70)
Tasso Jereissati (PSDB) (29)	9. Flexa Ribeiro (PSDB) (27,72)
PTB ⁽⁷⁾	
Romeu Tuma (48)	1. Gim Argello (41)
PDT	
Osmar Dias (11,13,23)	1. Flávio Torres (12,22,53,79,80)

Notas:

1. Em 07/08/2007, o Senador Marcelo Crivella é designado quarto suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Inácio Arruda (Of 131/2007-GLDBAG).
2. O Senador Neuto De Conto teve a sua indicação como suplente da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 23/2009-GLPMDB).
3. O Senador Valter Pereira teve a sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Liderança do Bloco da Maioria (Of. 23/2009-GLPMDB).
4. Vaga cedida pelo DEM ao PSDB.
5. O Senador Valdir Raupp teve a sua indicação como suplente da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 23/2009-GLPMDB).

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/sf/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3311-3325/3572/7279

6. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
7. Nos termos da decisão do Presidente do Senado, publicada no DSF de 14.02.2008.
8. Em 01/04/2008, o Senador Virgínio de Carvalho é designado Suplente em vaga antes ocupada pela Senadora Maria do Carmo Alves, que se encontra licenciada, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 20.03.2008 a 3.02.2009 (Of. 30/08-GLDEM e Req. nº 1.135/2009).
9. Em 17/04/2008, o Senador Geovani Borges é designado titular em vaga antes ocupada pelo Senador Gilvam Borges, que se encontra licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 17.04.2008 a 24.08.2008 (Of. 112/08-GLPMDB).
10. Em 03/06/2008, a Senadora Marina Silva é designada Titular do Bloco de Apoio ao Governo, na Comissão (Of. 59/2008 - GLDBAG).
11. Em 19/02/2009, o Senador Osmar Dias teve a sua indicação como Titular na Comissão ratificada pela Liderança do PDT (Of. 15/09-GLPDT).
12. Em 04.06.2008, o Senador Cristovam Buarque é designado suplente do PDT na Comissão (Of. nº 05/08-LPDT), em substituição ao Senador Osmar Dias.
13. Em 04.06.2008, o Senador Osmar Dias é designado titular do PDT na Comissão (Of. nº 05/08-LPDT).
14. Em 4/7/2008, o Senador Marco Antônio Costa é designado titular em vaga antes ocupada pela Senadora Kátia Abreu, que se licenciou, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 30.6.2008 a 28.10.2008. (Of. nº 62/08-GLDEM)
15. Em 06.08.2008, o Senador Francisco Dornelles é designado suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Marcelo Crivella (Ofício nº 081/2008-GLDBAR).
16. Em 13.08.2008, o Senador Expedito Júnior é designado suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador João Ribeiro (Ofício nº 083/2008-GLDBAG).
17. Em 13.08.2008, a Liderança do Bloco de Apoio ao Governo solicitou alteração na ordem de seus membros na suplência da Comissão (Ofício nº 083/2008-GLDBAG).
18. Em 26.08.2008, o Senador Gilvam Borges é designado membro titular do PMDB na Comissão (Of. GLPMDB nº 354/2008).
19. Em 28.10.2008, o Senador Marcelo Crivella é designado suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador José Nery (Ofício nº 096/2008-GLDBAG).
20. Em 29.10.2008, a Senadora Kátia Abreu é designada membro titular do Partido Democratas na Comissão, em substituição ao Senador Marco Antônio Costa (Of. nº 103/2008-GLDEM).
21. Vago em virtude do fim do exercício do Senador Virgínio de Carvalho, devido ao retorno da Titular.
22. Em 11.02.2009, o Senador Jefferson Praia é designado membro suplente do PDT na Comissão (Of. nº 04/2009-GLPDT), em substituição ao Senador Cristovam Buarque.
23. Em 11.02.2009, o Senador Osmar Dias teve a sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Liderança do PDT (Of. nº 04/09-GLPDT).
24. Em 12.02.2009, o Senador Flexa Ribeiro é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 024/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Eduardo Azeredo.
25. Em 12.02.2009, o Senador Marconi Perillo é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 024/09-GLPSDB), em substituição ao Senador João Tenório.
26. Em 12.02.2009, o Senador Mário Couto é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 024/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Marconi Perillo.
27. Em 12.02.2009, o Senador Sérgio Guerra é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 024/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Mário Couto.
28. Em 12.02.2009, o Senador Eduardo Azeredo é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 024/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Flexa Ribeiro.
29. Em 12.02.2009, os Senadores Arthur Virgílio, Lúcia Vânia e Tasso Jereissatti tiveram as suas indicações como titulares da Comissão ratificadas pela Liderança do PSDB (Of. nº 024/09-GLPSDB).
30. Em 16.02.2009, o Senador César Borges é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Antonio Carlos Valadares.
31. Em 16.02.2009, o Senador João Ribeiro é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Magno Malta.
32. Em 16.02.2009, os Senadores Eduardo Suplicy, Serys Slhessarenko e Ideli Salvatti tiveram as suas indicações como titulares da Comissão ratificadas pela Liderança do Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 016/09-GLDBAG).
33. Em 16.02.2009, o Senador Renato Casagrande é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Inácio Arruda.
34. Em 16.02.2009, o Senador Antonio Carlos Valadares é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Aloízio Mercadante.
35. Em 16.02.2009, o Senador Augusto Botelho é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Francisco Dornelles.
36. Em 16.02.2009, o Senador Paulo Paim é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Marcelo Crivella.
37. Em 16.02.2009, a Senadora Marina Silva é designada membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Expedito Júnior.
38. Em 16.02.2009, o Senador Marcelo Crivella é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador César Borges.

39. Em 16.02.2009, o Senador Aloízio Mercadante é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição à Senadora Marina Silva.
40. Vago, em virtude de o Senador José Maranhão ter tomado posse no cargo de Governador de Estado, renunciando ao mandato de Senador.
41. Em 17.02.2009, o Senador Gim Argello é designado membro Suplente do PTB na Comissão (Of. nº 27/09-GLPTB), em substituição ao Senador Mozarildo Cavalcanti.
42. Em 17.02.2009, o Senador Demóstenes Torres é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Marco Maciel.
43. Em 17.02.2009, o Senador Raimundo Colombo é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador José Agripino.
44. Em 17.02.2009, o Senador Antonio Carlos Júnior teve a sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Liderança do DEM (Of. nº 012/09-GLDEM).
45. Em 17.02.2009, o Senador Eliseu Resende é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM).
46. Em 17.02.2009, a Senadora Kátia Abreu é designada membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Adelmir Santana.
47. Em 17.02.2009, o Senador José Agripino é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Alvaro Dias.
48. Em 17.02.2009, o Senador Romeu Tuma é designado membro titular do PTB na Comissão (Of. nº 27/09-GLPTB), em substituição ao Senador Epitácio Cafeteira.
49. Em 17.02.2009, o Senador Adelmir Santana é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Jayme Campos.
50. Em 17.02.2009, o Senador Efraim Morais é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Eliseu Resende.
51. Em 17.02.2009, o Senador Jayme Campos é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Demóstenes Torres.
52. Em 17.02.2009, o Senador Expedito Júnior é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 21/09-GLDBAG), em substituição ao Senador César Borges, que passa à suplência, em substituição ao Senador João Ribeiro.
53. Em 19.02.2009, a Senadora Patrícia Saboya é designada Suplente do PDT na Comissão, em substituição ao Senador Jefferson Praia (Of. 15/09 - GLPDT).
54. Em 02/03/2009, o Senador Leomar Quintanilha é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição à Senadora Roseana Sarney (Of. 23/2009-GLPMDB).
55. Em 02/03/2009, o Senador Romero Jucá é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Gilvam Borges (Of. 23/2009-GLPMDB).
56. Em 02/03/2009, o Senador Francisco Dornelles é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Almeida Lima (Of. 23/2009-GLPMDB).
57. Em 02/03/2009, o Senador Wellington Salgado de Oliveira é designado membro suplente do PMDB na Comissão (Of. 23/2009-GLPMDB).
58. Em 02/03/2009, o Senador Almeida Lima é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Pedro Simon (Of. 23/2009-GLPMDB).
59. Em 02/03/2009, o Senador Renan Calheiros é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Wellington Salgado de Oliveira (Of. 23/2009-GLPMDB).
60. Em 02/03/2009, o Senador Geraldo Mesquita Júnior é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Leomar Quintanilha (Of. 23/2009-GLPMDB).
61. Em 02/03/2009, o Senador Gilvam Borges é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Romero Jucá (Of. 23/2009-GLPMDB).
62. Em 02/03/2009, o Senador Pedro Simon é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Jarbas Vasconcelos (Of. 23/2009-GLPMDB).
63. Em 04.03.2009, o Senador Geraldo Mesquita Júnior é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp (Of. nº 48/2009-GLPMDB).
64. Em 04.03.2009, o Senador Wellington Salgado é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Romero Jucá (Of. nº 48/2009-GLPMDB).
65. Em 04.03.2009, o Senador Renan Calheiros é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Geraldo Mesquita Júnior (Of. nº 48/2009-GLPMDB).
66. Em 04.03.2009, o Senador Romero Jucá é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Leomar Quintanilha (Of. nº 48/2009-GLPMDB).
67. Em 04.03.2009, o Senador Valdir Raupp é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Wellington Salgado (Of. nº 48/2009-GLPMDB).
68. Em 04.03.2009, o Senador Leomar Quintanilha é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Renan Calheiros (Of. nº 48/2009-GLPMDB).
69. Em 04.03.2009, os Senadores Pedro Simon, Almeida Lima, Gilvam Borges, Francisco Dornelles e Valter Pereira, como titulares, e o Senador Neuto De Conto, como suplente, tiveram as suas indicações na Comissão ratificadas pela Liderança do PMDB (Of. nº 048/2009-GLPMDB).

70. Em 10/03/2009, o Senador Arthur Virgílio é designado Suplente do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador Mário Couto (Of. 53/09-GLPSDB).
71. Em 10.03.2009, o Senador Inácio Arruda é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Marina Silva (Of. nº 053/2009-GLDBAG).
72. Em 10/03/2009, o Senador Flexa Ribeiro é designado Suplente do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador Sérgio Guerra, que passa à titularidade (Of. 51/09-GLPSDB).
73. Em 10.03.2009, a Senadora Marina Silva é designada membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Serys Shlessarenko (Of. nº 052/2009-GLDBAG).
74. Em 10/03/2009, o Senador Alvaro Dias é designado Titular do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador Arthur Virgílio (Of. 52/09-GLPSDB).
75. Em 10/03/2009, o Senador Sérgio Guerra é designado Titular do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador Flexa Ribeiro, que passa à suplência (Of. 51/09-GLPSDB).
76. Em 04.03.2009, o Senador Lobão Filho é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Geraldo Mesquita Júnior (Of. nº 68/2009-GLPMDb).
77. Em 16.03.2009, a Senadora Serys Shlessarenko é designada membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Paulo Paim (Of. nº 056/2009-GLDBAG).
78. Em 19/03/2009, o Senador Geraldo Mesquita Júnior é designado Suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Renan Calheiros (Of. GLPMDb 075/2009).
79. A Senadora Patrícia Saboya encontra-se licenciada, nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, conforme o Requerimento nº 878, de 2009, aprovado no dia 15/07/2009, na Sessão Deliberativa Extraordinária iniciada em 14/07/2009.
80. Em 04.08.2009, o Senador Flávio Torres é designado membro suplente do PDT na Comissão, em substituição à Senadora Patrícia Saboya (Of. nº 60/09-LPDT).
81. A Senadora Marina Silva desfilou-se do Partido dos Trabalhadores, conforme comunicação lida na sessão de 19.08.2009.
82. O Senador Jayme Campos licenciou-se nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 130 dias, a partir de 26.08.09 (Requerimento nº 1.041/2009, aprovado na sessão de 25.08.09).
83. A Senadora Marina Silva filiou-se do Partido Verde, conforme comunicação lida na sessão de 01.09.2009.

Secretário(a): Gildete Leite de Melo

Reuniões: QUARTAS-FEIRAS - 10:00HS - Plenário n.º 3 - ALA ALEXANDRE COSTA

Telefone(s): 3311-3972

Fax: 3311-4315

E-mail: scomccj@senado.gov.br

3.1) SUBCOMISSÃO - IMAGEM E PRERROGATIVAS PARLAMENTARES

Finalidade: Assessorar a Presidência do Senado em casos que envolvam a imagem e as prerrogativas dos parlamentares e da própria instituição parlamentar.

Número de membros: 5 titulares

Secretário(a): Gildete Leite de Melo

Telefone(s): 3311-3972

Fax: 3311-4315

E-mail: scomccj@senado.gov.br

3.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE SEGURANÇA PÚBLICA

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Secretário(a): Gildete Leite de Melo

Telefone(s): 3311-3972

Fax: 3311-4315

E-mail: scomccj@senado.gov.br

4) COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE - CE**Número de membros:** 27 titulares e 27 suplentes**PRESIDENTE:** Senador Flávio Arns (PT-PR)**VICE-PRESIDENTE:** Senadora Marisa Serrano (PSDB-MS) ⁽⁷⁸⁾

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B) ⁽³⁾	
Flávio Arns (PT) ⁽³¹⁾	1. João Pedro (PT) ^(1,36)
Augusto Botelho (PT) ⁽³¹⁾	2. Ideli Salvatti (PT) ⁽³⁷⁾
Fátima Cleide (PT) ⁽³¹⁾	3. Eduardo Suplicy (PT) ^(12,34)
Paulo Paim (PT) ^(31,43,66)	4. José Nery (PSOL) ⁽³³⁾
Inácio Arruda (PC DO B) ⁽³²⁾	5. Roberto Cavalcanti (PRB) ^(30,67)
Marina Silva (PV) ^(38,75,77)	6. João Ribeiro (PR) ^(30,71)
Exedito Júnior (PR) ⁽³⁵⁾	7. VAGO ⁽³⁰⁾
Maioria (PMDB, PP)	
Valter Pereira (PMDB) ⁽⁵⁶⁾	1. Romero Jucá (PMDB) ⁽⁶²⁾
Mauro Fecury (PMDB) ^(8,16,57,70,72)	2. Leomar Quintanilha (PMDB) ⁽⁶²⁾
Gilvam Borges (PMDB) ⁽⁵⁴⁾	3. Pedro Simon (PMDB) ⁽⁶²⁾
Wellington Salgado de Oliveira (PMDB) ⁽⁶⁴⁾	4. Neuto De Conto (PMDB) ⁽⁵⁸⁾
Gerson Camata (PMDB) ⁽⁶⁰⁾	5. Valdir Raupp (PMDB) ⁽⁵⁵⁾
Francisco Dornelles (PP) ^(5,9,61)	6. Garibaldi Alves Filho (PMDB) ^(15,17,63)
VAGO ^(53,65)	7. Lobão Filho (PMDB) ⁽⁵⁹⁾
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Raimundo Colombo (DEM) ^(4,47)	1. Gilberto Goellner (DEM) ⁽⁴⁸⁾
Marco Maciel (DEM) ⁽⁴⁰⁾	2. Kátia Abreu (DEM) ^(11,42)
Rosalba Ciarlini (DEM) ^(6,19,46)	3. Jayme Campos (DEM) ^(52,76)
Heráclito Fortes (DEM) ⁽⁴¹⁾	4. Efraim Morais (DEM) ⁽⁴⁴⁾
José Agripino (DEM) ^(13,49)	5. Eliseu Resende (DEM) ^(14,18,39)
Adelmir Santana (DEM) ⁽⁴⁵⁾	6. Maria do Carmo Alves (DEM) ^(2,50)
Alvaro Dias (PSDB) ⁽²⁶⁾	7. VAGO ^(28,68,74)
Cícero Lucena (PSDB) ⁽²²⁾	8. Marconi Perillo (PSDB) ⁽²³⁾
Eduardo Azeredo (PSDB) ^(27,69,73,74)	9. Papaléo Paes (PSDB) ⁽²⁹⁾
Marisa Serrano (PSDB) ⁽²⁵⁾	10. Sérgio Guerra (PSDB) ⁽²⁴⁾
PTB	
Sérgio Zambiasi ^(7,51)	1. João Vicente Claudino ⁽⁵¹⁾
Romeu Tuma ⁽⁵¹⁾	2. Mozarildo Cavalcanti ⁽⁵¹⁾
PDT	
Cristovam Buarque ⁽²⁰⁾	1. Jefferson Praia ^(10,21)

Notas:Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/sf/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3311-3325/3572/7279

1. Senadora Patrícia Saboya comunicou filiação partidária em 02.10.2007 (DSF 3.10.2007).
2. Senador Romeu Tuma comunicou, em 11.10.2007, filiação ao PTB (DSF 12.10.2007).
3. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
4. O Senador Edison Lobão encontra-se afastado do exercício do mandato desde 21/01/2008, para exercer o cargo de Ministro de Minas e Energia.
5. O Senador Geraldo Mesquita Júnior solicitou seu desligamento (Of. nº 008/08 GSGMJ e Of. GLPMDB nº 19/2008 - DSF 22.02.2008).
6. Em 01/04/2008, o Senador Virgínio de Carvalho é designado Titular em vaga antes ocupada pela Senadora Maria do Carmo Alves, que se encontra licenciada, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 20.03.2008 a 3.02.2009 (Of. 30/08-GLDEM e Req. nº 1.135/2009).
7. Em 07/04/2008, a Presidência designa o Senador Sérgio Zambiasi como membro titular da Comissão (Of. nº 18, de 2008, da Liderança do PTB).
8. Em 17/04/2008, o Senador Geovani Borges é designado Titular em vaga antes ocupada pelo Senador Gilvam Borges, que se encontra licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 17.04.2008 a 24.08.2008 (Of. 110/08-GLPMDB).
9. Em 07/05/2008, o Senador Lobão Filho é designado Titular do PMDB na Comissão (Of. 143/2008 - GLPMDB).
10. Em virtude do falecimento do Senador Jefferson Peres, ocorrido em 23.05.2008.
11. Em virtude do desligamento do Senador Demóstenes Torres, em 04.06.2008 (Of. Nº 053/08-GLDEM).
12. Em 10/06/2008, a Senadora Marina Silva é designada Suplente do Bloco de Apoio ao Governo, na Comissão (Of. 64/2008-GLDBAG).
13. O Senador Raimundo Colombo licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 26.6.2008 a 24.10.2008.
14. Em 4/7/2008, o Senador Marco Antônio Costa é designado suplente em vaga antes ocupada pela Senadora Kátia Abreu, que se encontra licenciada, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 30.6.2008 a 28.10.2008. (Of. nº 62/08-GLDEM)
15. Em 09.07.2008, o Senador Casildo Maldaner é designado membro suplente do PMDB na Comissão (Of. GLPMDB nº 220/2008).
16. Em 26.08.2008, o Senador Gilvam Borges é designado membro titular do PMDB na Comissão (Of. GLPMDB nº 363/2008).
17. Vago em virtude do retorno do Senador Raimundo Colombo ao exercício do mandato, em 27.10.2008.
18. Em 29.10.2008, a Senadora Kátia Abreu é designada membro titular do Partido Democratas na Comissão, em substituição ao Senador Marco Antônio Costa (Of. nº 103/2008-GLDEM).
19. Vago em virtude do fim do exercício do Senador Virgínio de Carvalho, devido ao retorno da Titular.
20. Em 11.02.2009, o Senador Cristovam Buarque teve a sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Liderança do PDT (Of. nº 05/09-GLPDT).
21. Em 11.02.2009, o Senador Jefferson Praia é designado membro suplente do PDT na Comissão (Of. nº 05/2009-GLPDT).
22. Em 12.02.2009, o Senador Cícero Lucena é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 025/09-GLPSDB), em substituição à Senadora Marisa Serrano.
23. Em 12.02.2009, o Senador Marconi Perillo é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 025/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Eduardo Azeredo.
24. Em 12.02.2009, o Senador Sérgio Guerra é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 025/09-GLPSDB), em substituição à Senadora Lúcia Vânia.
25. Em 12.02.2009, a Senadora Marisa Serrano é designada membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 025/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Flexa Ribeiro.
26. Em 12.02.2009, o Senador Alvaro Dias é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 025/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Marconi Perillo.
27. Em 12.02.2009, o Senador Eduardo Azeredo é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 025/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Papaléo Paes.
28. Em 12.02.2009, a Senadora Lúcia Vânia Dias é designada membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 025/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Cícero Lucena.
29. Em 12.02.2009, o Senador Papaléo Paes é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 025/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Sérgio Guerra.
30. Vago em virtude do remanejamento de vagas indicado pela Liderança do Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 016/2009 - GLDBAG).
31. Em 16.02.2009, os Senadores Flávio Arns, Augusto Botelho, Fátima Cleide e Paulo Paim tiveram as suas indicações como titulares da Comissão ratificadas pela Liderança do Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 016/09-GLDBAG).
32. Em 16.02.2009, o Senador Inácio Arruda é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição à Senadora Ideli Salvatti.
33. Em 16.02.2009, o Senador José Nery é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Antonio Carlos Valadares.
34. Em 16.02.2009, o Senador Eduardo Suplicy é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição à Senadora Marina Silva.
35. Em 16.02.2009, o Senador Expedito Júnior é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Renato Casagrande.
36. Em 16.02.2009, o Senador João Pedro é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição à Senadora Patrícia Saboya.
37. Em 16.02.2009, a Senadora Ideli Salvatti é designada membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador João Pedro.
38. Em 16.02.2009, a Senadora Marina Silva é designada membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Inácio Arruda.

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/sf/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3311-3325/3572/7279

39. Em 17.02.2009, o Senador Eliseu Resende é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição à Senadora Kátia Abreu.
40. Em 17.02.2009, o Senador Marco Maciel é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Heráclito Fortes.
41. Em 17.02.2009, o Senador Heráclito Fortes é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Marco Maciel.
42. Em 17.02.2009, a Senadora Kátia Abreu é designada membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM).
43. Em 17.02.2009, o Bloco de Apoio ao Governo pede seja desconsiderada a indicação do Senador Paulo Paim como membro titular na Comissão (Of. nº 22/09-GLDBAG).
44. Em 17.02.2009, o Senador Efraim Morais é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador José Agripino.
45. Em 17.02.2009, o Senador Adelmir Santana é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição à Senadora Rosalba Ciarlini.
46. Em 17.02.2009, a Senadora Rosalba Ciarlini é designada membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM).
47. Em 17.02.2009, o Senador Raimundo Colombo é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM).
48. Em 17.02.2009, o Senador Gilberto Goellner é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Adelmir Santana.
49. Em 17.02.2009, o Senador José Agripino é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Raimundo Colombo.
50. Em 17.02.2009, a Senadora Maria do Carmo Alves é designada membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Romeu Tuma.
51. Em 17.02.2009, os Senadores Romeu Tuma foram designados, como titular, João Vicente Claudino e Mozarildo Cavalcanti, como suplentes, e o Senador Sérgio Zambiasi teve sua indicação como titular confirmada pela Liderança do PTB (Of. nº 029/09-GLPTB).
52. Em 17.02.2009, o Senador Jayme Campos é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Gilberto Goellner.
53. Em 02.03.2009, o Senador Jarbas Vasconcelos é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Gerson Camata (OF. GLPMDB nº 28/2009).
54. Em 02/03/2009, o Senador Gilvam Borges é designado Titular do PMDB na Comissão (Of. GLPMDB nº 28/2009).
55. Em 02.03.2009, o Senador Valdir Raupp é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Jarbas Vasconcelos (OF. GLPMDB nº 28/2009).
56. Em 02.03.2009, o Senador Valter Pereira é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Wellington Salgado (OF. GLPMDB nº 28/2009).
57. Em 02.03.2009, o Senador Geraldo Mesquita é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Gilvam Borges (OF. GLPMDB nº 28/2009).
58. Em 02.03.2009, o Senador Neuto De Conto é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Valter Pereira (OF. GLPMDB nº 28/2009).
59. Em 02.03.2009, o Senador Lobão Filho é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Neuto De Conto (OF. GLPMDB nº 28/2009).
60. Em 02.03.2009, o Senador Gerson Camata é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Paulo Duque (OF. GLPMDB nº 28/2009).
61. Em 02.03.2009, o Senador Francisco Dornelles é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Lobão Filho (OF. GLPMDB nº 28/2009).
62. Em 02.03.2009, os Senadores Romero Jucá, Leomar Quintanilha e Pedro Simon tiveram suas indicações como suplentes da Comissão ratificadas pela Liderança do PMDB (OF. GLPMDB nº 28/2009).
63. Em 02.03.2009, o Senador Garibaldi Alves é designado membro suplente do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 28/2009).
64. Em 02.03.2009, o Senador Wellington Salgado é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp (OF. GLPMDB nº 28/2009).
65. Vago, conforme comunicação do Senador Jarbas Vasconcelos, lido na sessão de 3 de março de 2009.
66. Em 04.03.2009, o Senador Paulo Paim é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 028/2009-GLDBAG).
67. Em 05/03/2009, o Senador Roberto Cavalcanti é designado Suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. 41/2009 - GLDBAG).
68. Em 10.03.2009, o Senador Eduardo Azeredo é designado Suplente do PSDB na Comissão, em substituição à Senadora Lúcia Vânia, que passa à titularidade (Of. 49/09 - GLPSDB).
69. Em 10.03.2009, a Senadora Lúcia Vânia é designada Titular do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador Eduardo Azeredo, que passa à suplência (Of. 49/09 - GLPSDB).
70. Em 25.03.2009, vago em virtude da solicitação contida no OF. GLPMDB nº 083/2009.
71. Em 29.04.2009, o Senador João Ribeiro é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 084/2009-GLDBAG).
72. Em 10.06.2009, o Senador Mauro Fecury é designado membro titular do Bloco da Maioria na Comissão (OF. GLPMDB nº 017-A/2009).
73. Em 16/06/2009, a Senadora Lúcia Vânia deixa de compor a Comissão como Titular do PSDB (Of. nº 108/09-GLPSDB).
74. Em 06.08.2009, o Senador Eduardo Azeredo é designado membro titular do PSDB na Comissão, deixando de ocupar a suplência (Of. 132/09 - GLPSDB).

75. A Senadora Marina Silva desfilou-se do Partido dos Trabalhadores, conforme comunicação lida na sessão de 19.08.2009.

76. O Senador Jayme Campos licenciou-se nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 130 dias, a partir de 26.08.09 (Requerimento nº 1.041/2009, aprovado na sessão de 25.08.09).

77. A Senadora Marina Silva filiou-se do Partido Verde, conforme comunicação lida na sessão de 01.09.2009.

78. A Senadora Marisa Serrano foi eleita Vice-Presidente da Comissão, conforme ofício lido na sessão de 03.09.2009 (Of. nº 155/2009/CE).

4.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE CINEMA, TEATRO, MÚSICA E COMUNICAÇÃO SOCIAL

Número de membros: 12 titulares e 12 suplentes

PRESIDENTE: VAGO

VICE-PRESIDENTE: VAGO

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B) ⁽²⁾	
VAGO ⁽⁷⁾	1. VAGO ⁽⁷⁾
Flávio Arns (PT)	2. Ideli Salvatti (PT)
Sérgio Zambiasi (PTB)	3. VAGO ⁽⁷⁾
Maioria (PMDB, PP)	
VAGO ⁽³⁾	1. VAGO ⁽⁷⁾
Wellington Salgado de Oliveira (PMDB)	2. Valdir Raupp (PMDB)
Paulo Duque (PMDB)	3. Valter Pereira (PMDB)
Bloco Parlamentar da Minoria (PSDB, DEM)	
VAGO ⁽⁴⁾	1. VAGO ^(1,6)
Romeu Tuma (PTB)	2. Marco Maciel (DEM)
Rosalba Ciarlini (DEM)	3. Raimundo Colombo (DEM) ⁽⁵⁾
Marisa Serrano (PSDB)	4. Eduardo Azeredo (PSDB)
Marconi Perillo (PSDB)	5. VAGO ⁽⁷⁾
PDT	
VAGO ⁽⁷⁾	1. Cristovam Buarque

Notas:

1. Vago, em virtude de a Senadora Maria do Carmo Alves encontrar-se licenciada, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 20.03.2008 a 3.02.2009, e ter sido substituída pelo Senador Virgínio de Carvalho, na Comissão de Educação, Cultura e Esporte (Of. 30/2008-GLDEM e Req. nº 1.135/2009).

2. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).

3. O Senador Geraldo Mesquita Júnior solicitou seu desligamento (Of. nº 008/08 GSGMJ e Of. GLPMDB nº 19/2008 - DSF 22.02.2008).

4. Em virtude do desligamento do Senador Demóstenes Torres, em 04.06.2008 (OF. Nº 053/08-GLDEM).

5. O Senador Raimundo Colombo licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 26.6.2008 a 24.10.2008.

6. A Senadora Maria do Carmo Alves retornou ao mandato em 29.01.2009, aguardando indicação.

7. Vago em 17.02.09 em virtude de os Senadores não pertencerem mais à Comissão.

4.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA**Número de membros:** 9 titulares e 9 suplentes**Secretário(a):** Júlio Ricardo Borges Linhares**Telefone(s):** 3311-3498**Fax:** 3311-3121**E-mail:** julioric@senado.gov.br**4.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO LIVRO****Número de membros:** 7 titulares e 7 suplentes**Secretário(a):** Júlio Ricardo Borges Linhares**Telefone(s):** 3311-3498**Fax:** 3311-3121**E-mail:** julioric@senado.gov.br**4.4) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO ESPORTE****Número de membros:** 7 titulares e 7 suplentes**Secretário(a):** Júlio Ricardo Borges Linhares**Telefone(s):** 3311-3498**Fax:** 3311-3121**E-mail:** julioric@senado.gov.br

5) COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE - CMA

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senador Renato Casagrande (PSB-ES)

VICE-PRESIDENTE: Senador Cícero Lucena (PSDB-PB)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B) ⁽²⁾	
Renato Casagrande (PSB) ⁽²⁶⁾	1. Fátima Cleide (PT) ⁽²²⁾
Marina Silva (PV) ^(7,26,43,45)	2. César Borges (PR) ⁽²⁴⁾
João Pedro (PT) ⁽²⁰⁾	3. Inácio Arruda (PC DO B) ⁽²⁵⁾
João Ribeiro (PR) ⁽²³⁾	4. Delcídio Amaral (PT) ⁽²¹⁾
Maioria (PMDB, PP)	
Leomar Quintanilha (PMDB) ⁽³⁸⁾	1. Romero Jucá (PMDB) ⁽³⁸⁾
Wellington Salgado de Oliveira (PMDB) ⁽³⁸⁾	2. Valdir Raupp (PMDB) ^(5,11,40)
Gilvam Borges (PMDB) ⁽³⁹⁾	3. Almeida Lima (PMDB) ⁽³⁸⁾
Valter Pereira (PMDB) ⁽³⁸⁾	4. Geraldo Mesquita Júnior (PMDB) ⁽³⁸⁾
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Gilberto Goellner (DEM) ⁽³¹⁾	1. Adelmir Santana (DEM) ⁽³⁰⁾
Kátia Abreu (DEM) ⁽²⁷⁾	2. Raimundo Colombo (DEM) ^(1,32)
Heráclito Fortes (DEM) ⁽³⁵⁾	3. Maria do Carmo Alves (DEM) ^(3,34)
Eliseu Resende (DEM) ⁽³³⁾	4. Jayme Campos (DEM) ^(9,29,44)
Arthur Virgílio (PSDB) ^(10,19)	5. Alvaro Dias (PSDB) ^(4,14)
Cícero Lucena (PSDB) ⁽¹⁵⁾	6. Flexa Ribeiro (PSDB) ⁽¹⁸⁾
Marisa Serrano (PSDB) ⁽¹⁶⁾	7. Mário Couto (PSDB) ⁽¹⁷⁾
PTB	
Gim Argello ^(6,28)	1. Sérgio Zambiasi ⁽²⁸⁾
PDT	
Jefferson Praia ^(8,13,36,41)	1. Cristovam Buarque ^(12,37,42)

Notas:

1. O Senador César Borges deixou o Partido Democratas (DEM) e se filiou ao Partido da República (PR), conforme comunicado de 1º/10/2007.
2. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
3. O Senador Edison Lobão encontra-se afastado do exercício do mandato desde 21/01/2008, para exercer o cargo de Ministro de Minas e Energia.
4. Em 15/04/2008, o Senador Papaléo Paes é designado Suplente do PSDB na Comissão, em substituição à Senadora Lúcia Vânia (Of. 50/2008 - GLPSDB).
5. Em 17/04/2008, o Senador Geovani Borges é designado Suplente em vaga antes ocupada pelo Senador Gilvam Borges, que se encontra licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 17.04.2008 a 24.08.2008 (Of. 121/08-GLPMDB).
6. Em 22/04/2008, o Senador Gim Argello é designado Titular do PTB na Comissão (Of. 71/2008-GLPTB).
7. Em 03/06/2008, a Senadora Marina Silva é designada Titular do Bloco de Apoio ao Governo, na Comissão (Of. 58/2008 - GLDBAG).
8. Em 04.06.2008, o Senador Jefferson Praia é designado titular do PDT na Comissão (Of. nº 06/08-LPDT).
9. O Senador Raimundo Colombo licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 26.6.2008 a 24.10.2008.

10. Em 05.08.2008, o Senador Cícero Lucena é designado titular do PSDB (Bloco Parlamentar da Minoria) na Comissão, em substituição ao Senador Mário Couto (Ofício nº 102/08 - GLPSDB).
11. Em 26.08.2008, o Senador Gilvam Borges é designado membro suplente do PMDB na Comissão (Of. GLPMDB nº 361/2008).
12. Em 11.02.2009, o Senador Cristovam Buarque é designado membro suplente do PDT na Comissão (Of. nº 06/2009-GLPDT).
13. Em 11.02.2009, o Senador Jefferson Praia teve a sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Liderança do PDT (Of. nº 06/09-GLPDT).
14. Em 12.02.2009, o Senador Alvaro Dias é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 026/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Papaléo Paes.
15. Em 12.02.2009, o Senador Cícero Lucena é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 026/09-GLPSDB), em substituição à Senadora Marisa Serrano.
16. Em 12.02.2009, a Senadora Marisa Serrano é designada membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 026/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Marconi Perillo.
17. Em 12.02.2009, o Senador Mário Couto é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 026/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Arthur Virgílio.
18. Em 12.02.2009, o Senador Flexa Ribeiro teve a sua indicação como suplente da Comissão ratificada pela Liderança do PSDB (Of. nº 026/09-GLPSDB).
19. Em 12.02.2009, o Senador Arthur Virgílio é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 026/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Cícero Lucena.
20. Em 16.02.2009, o Senador João Pedro é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição à Senadora Fátima Cleide.
21. Em 16.02.2009, o Senador Delcídio Amaral é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Inácio Arruda.
22. Em 16.02.2009, a Senadora Fátima Cleide é designada membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Flávio Arns.
23. Em 16.02.2009, o Senador João Ribeiro é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador César Borges.
24. Em 16.02.2009, o Senador César Borges é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Augusto Botelho.
25. Em 16.02.2009, o Senador Inácio Arruda é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição à Senadora Serys Slhessarenko.
26. Em 16.02.2009, os Senadores Renato Casagrande e Marina Silva tiveram as suas indicações como titulares da Comissão ratificadas pela Liderança do Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 016/09-GLDBAG).
27. Em 17.02.2009, a Senadora Kátia Abreu é designada membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Heráclito Fortes.
28. Em 17.02.2009, o Senador Gim Argello foi confirmado, como titular, e o Senador Sérgio Zambiasi foi designado suplente, na Comissão, pela Liderança do PTB (Of. nº 030/09-GLPTB).
29. Em 17.02.2009, o Senador Jayme Campos é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Raimundo Colombo.
30. Em 17.02.2009, o Senador Adelmir Santana teve a sua indicação como suplente da Comissão ratificada pela Liderança do DEM (Of. nº 012/09-GLDEM).
31. Em 17.02.2009, o Senador Gilberto Goellner é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Eliseu Resende.
32. Em 17.02.2009, o Senador Raimundo Colombo é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM).
33. Em 17.02.2009, o Senador Eliseu Resende é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador José Agripino.
34. Em 17.02.2009, a Senadora Maria do Carmo Alves é designada membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM).
35. Em 17.02.2009, o Senador Heráclito Fortes é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Gilberto Goellner.
36. Em 19.02.2009, o Senador Cristovam Buarque é designado Titular do PDT na Comissão, em substituição ao Senador Jefferson Praia (Of. 17/09-GLPDT).
37. Em 19.02.2009, o Senador Jefferson Praia é designado Suplente do PDT na Comissão, em substituição ao Senador Cristovam Buarque (Of. 17/09-GLPDT).
38. Em 02.03.2009, os Senadores Leomar Quintanilha, Wellington Salgado e Valter Pereira, como titulares, e os Senadores Romero Jucá, Almeida Lima e Geraldo Mesquita, como suplentes da Comissão, tiveram suas indicações ratificadas pela Liderança do PMDB (Of. GLPMDB nº 30/2009).
39. Em 02.03.2009, o Senador Gilvam Borges é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp (Of. GLPMDB nº 28/2009).
40. Em 02.03.2009, o Senador Valdir Raupp é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Gilvam Borges (Of. GLPMDB nº 28/2009).
41. Em 04.03.2009, o Senador Jefferson Praia é designado membro titular do PDT na Comissão, em substituição ao Senador Cristovam Buarque (Of. 30/09-LPDT).

42. Em 04.03.2009, o Senador Cristovam Buarque é designado membro suplente do PDT na Comissão, em substituição ao Senador Jefferson Praia (Of. 30/09-LPDT).

43. A Senadora Marina Silva desfilou-se do Partido dos Trabalhadores, conforme comunicação lida na sessão de 19.08.2009.

44. O Senador Jayme Campos licenciou-se nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 130 dias, a partir de 26.08.09 (Requerimento nº 1.041/2009, aprovado na sessão de 25.08.09).

45. A Senadora Marina Silva filiou-se do Partido Verde, conforme comunicação lida na sessão de 01.09.2009.

5.1) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA SOBRE O GERENCIAMENTO DE RESÍDUOS SÓLIDOS

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: VAGO

VICE-PRESIDENTE: VAGO

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B) ⁽²⁾	
César Borges (PR)	1. Inácio Arruda (PC DO B)
VAGO ⁽⁸⁾	2. VAGO ⁽⁸⁾
Maioria (PMDB, PP)	
Wellington Salgado de Oliveira (PMDB)	1. VAGO ^(3,4,6)
Bloco Parlamentar da Minoria (PSDB, DEM)	
VAGO ⁽¹⁾	1. Adelmir Santana (DEM)
Cícero Lucena (PSDB) ^(5,7)	2. Flexa Ribeiro (PSDB)

Notas:

1. O Senador César Borges deixou o Partido Democratas (DEM) e se filiou ao Partido da República (PR), conforme comunicado de 1º/10/2007.

2. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).

3. Senador Garibaldi Alves Filho foi eleito Presidente do Senado em 12.12.2007 (art. 77, § 1º, RISF).

4. Em 13/05/2008, o Senador Geovani Borges é designado Suplente do PMDB na Subcomissão (Of. 27/08-CMA).

5. Vago, em virtude de o Senador Cícero Lucena ter sido substituído pelo Senador Mário Couto, na Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (Of. 40/2008-GLPSDB).

6. Vago em virtude do retorno do titular à Casa, Senador Gilvam Borges, em 25.08.2008 (Of. nº 073/2008 - GSGB).

7. Em 05/11/2008, o Senador Cícero Lucena é designado titular do PSDB na Subcomissão (Ofício nº 127/08-GLPSDB).

8. Vago em 17.02.09 em virtude de os Senadores não pertencerem mais à Comissão.

Secretário(a): José Francisco B. de Carvalho

Telefone(s): 3311-3935

Fax: 3311-1060

E-mail: jcarvalho@senado.gov.br.

5.2) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA PARA ACOMPANHAR A CRISE AMBIENTAL NA AMAZÔNIA**Número de membros:** 5 titulares e 5 suplentes**PRESIDENTE:** VAGO**VICE-PRESIDENTE:** VAGO**RELATOR:** VAGO

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B)	
Renato Casagrande (PSB)	1. VAGO (5)
VAGO (1)	2. VAGO (5)
Maioria (PMDB, PP)	
Leomar Quintanilha (PMDB)	1. VAGO (2,4)
Bloco Parlamentar da Minoria (PSDB, DEM)	
Flexa Ribeiro (PSDB)	1. VAGO (3)
Gilberto Goellner (DEM)	2. Arthur Virgílio (PSDB)

Notas:

1. O Senador Sibá Machado deixou o exercício do mandato em 14.05.2008, em virtude do retorno da titular, Senadora Marina Silva.
2. Em 18/06/2008, o Senador Geovani Borges é designado Suplente do PMDB na Subcomissão (Of. 58/2008-CMA).
3. Vago, em virtude de o Senador Cícero Lucena ter sido substituído pelo Senador Mário Couto, na Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (Of. 40/2008-GLPSDB).
4. Vago em virtude do retorno do titular à Casa, Senador Gilvam Borges, em 25.08.2008 (Of. nº 073/2008 - GSGB).
5. Vago em 17.02.09 em virtude de os Senadores não pertencerem mais à Comissão.

Secretário(a): José Francisco B. de Carvalho**Telefone(s):** 3311-3935**Fax:** 3311-1060**E-mail:** jcarvalho@senado.gov.br.

5.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA ÁGUA

Finalidade: Encaminhamento de soluções legislativas sobre os problemas ainda existentes da gestão e distribuição dos recursos hídricos no Brasil.

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

TITULARES	SUPLENTEs
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B)	
Marina Silva (PV) (1,2)	1. Fátima Cleide (PT)
João Pedro (PT)	2. Renato Casagrande (PSB)
Maioria (PMDB, PP)	
Leomar Quintanilha (PMDB)	1. Valdir Raupp (PMDB)
Valter Pereira (PMDB)	2. Wellington Salgado de Oliveira (PMDB)
Bloco Parlamentar da Minoria (PSDB, DEM)	
Marisa Serrano (PSDB)	1. Flexa Ribeiro (PSDB)
Gilberto Goellner (DEM)	2. Adelmir Santana (DEM)
PTB	
Gim Argello	1. Sérgio Zambiasi

Notas:

1. A Senadora Marina Silva desfilou-se do Partido dos Trabalhadores, conforme comunicação lida na sessão de 19.08.2009.

2. A Senadora Marina Silva filiou-se do Partido Verde, conforme comunicação lida na sessão de 01.09.2009.

*. Em 19.08.2009, lido o Ofício nº 57/2009-CMA, que informa a criação da Subcomissão, nos termos do RMA nº 38/2009-CMA.

Secretário(a): José Francisco B. de Carvalho

Telefone(s): 3311-3935

Fax: 3311-1060

E-mail: jcarvalho@senado.gov.br.

5.4) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE ACOMPANHAMENTO DA COPA DO MUNDO DE 2014

Finalidade: Acompanhamento, fiscalização e controle das obras financiadas com dinheiro público para a Copa de 2014.

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

TITULARES	SUPLENTEs
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B)	
Renato Casagrande (PSB)	1. João Ribeiro (PR)
João Pedro (PT)	2. César Borges (PR)
Maioria (PMDB, PP)	
Leomar Quintanilha (PMDB)	1. Valdir Raupp (PMDB)
Wellington Salgado de Oliveira (PMDB)	2. Almeida Lima (PMDB)
Bloco Parlamentar da Minoria (PSDB, DEM)	
Cícero Lucena (PSDB)	1. Flexa Ribeiro (PSDB)
Gilberto Goellner (DEM)	2. Heráclito Fortes (DEM)
PTB	
Gim Argello	1. Sérgio Zambiasi

Notas:

*. Em 19.08.2009, lido o Ofício nº 57/2009-CMA, que informa a criação da Subcomissão, nos termos do RMA nº 48/2009-CMA.

Secretário(a): José Francisco B. de Carvalho

Telefone(s): 3311-3935

Fax: 3311-1060

E-mail: jcarvalho@senado.gov.br.

6) COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA - CDH**Número de membros:** 19 titulares e 19 suplentes**PRESIDENTE:** Senador Cristovam Buarque (PDT-DF)**VICE-PRESIDENTE:** Senador José Nery (PSOL-PA)

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B) ⁽⁶⁾	
Flávio Arns (PT) ⁽¹⁹⁾	1. João Pedro (PT) ⁽²²⁾
Fátima Cleide (PT) ⁽¹⁹⁾	2. Serys Shessarenko (PT) ⁽²¹⁾
Paulo Paim (PT) ⁽¹⁹⁾	3. Marcelo Crivella (PRB) ^(11,20,30)
Aloizio Mercadante (PT) ^(2,23,48,49)	4. Marina Silva (PV) ^(20,45,50,52)
José Nery (PSOL) ⁽²⁴⁾	5. Magno Malta (PR) ^(20,48)
Maioria (PMDB, PP)	
VAGO ^(36,44)	1. Wellington Salgado de Oliveira (PMDB) ⁽³⁴⁾
Gerson Camata (PMDB) ⁽⁴²⁾	2. Romero Jucá (PMDB) ⁽³⁵⁾
VAGO ^(39,43)	3. Valter Pereira (PMDB) ⁽³³⁾
Gilvam Borges (PMDB) ⁽⁴¹⁾	4. Mão Santa (PMDB) ⁽⁴⁰⁾
Paulo Duque (PMDB) ^(10,12,37)	5. Leomar Quintanilha (PMDB) ⁽³⁸⁾
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
José Agripino (DEM) ^(3,29)	1. Heráclito Fortes (DEM) ⁽²⁷⁾
Rosalba Ciarlini (DEM) ⁽²⁵⁾	2. Jayme Campos (DEM) ^(32,51)
Eliseu Resende (DEM) ^(4,28)	3. Maria do Carmo Alves (DEM) ⁽³¹⁾
VAGO ^(8,46)	4. Adelmir Santana (DEM) ^(9,13,26)
Arthur Virgílio (PSDB) ⁽¹⁶⁾	5. VAGO ^(18,47)
Cícero Lucena (PSDB) ⁽¹⁶⁾	6. Mário Couto (PSDB) ⁽¹⁷⁾
VAGO ^(1,5)	7. Papaléo Paes (PSDB) ⁽¹⁶⁾
PTB ⁽⁷⁾	
	1. Sérgio Zambiasi
PDT	
Cristovam Buarque ⁽¹⁴⁾	1. Jefferson Praia ⁽¹⁵⁾

Notas:

1. Em virtude do retorno do titular, Senador Alvaro Dias.
2. Senadora Patrícia Saboya comunicou filiação partidária em 02.10.2007 (DSF 3.10.2007).
3. O Senador César Borges deixou o Partido Democratas (DEM) e se filiou ao Partido da República (PR), conforme comunicado de 1º/10/2007.
4. Senador Romeu Tuma comunicou, em 11.10.2007, filiação ao PTB (DSF 15.10.2007)
5. Vaga cedida pelo PSDB ao PR.
6. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
7. Nos termos da decisão do Presidente do Senado, publicada no DSF de 14.02.2008.
8. Em 17.02.2009, o Senador Gilberto Goellner é confirmado como membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM).
9. Em 01/04/2008, o Senador Virgínio de Carvalho é designado Suplente em vaga antes ocupada pela Senadora Maria do Carmo Alves, que se encontra licenciada, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 20.03.2008 a 3.02.2009 (Of. 30/08-GLDEM e Req. nº 1.135/2009).

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/sf/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3311-3325/3572/7279

10. Em 17/04/2008, o Senador Geovani Borges é designado Titular em vaga antes ocupada pelo Senador Gilvam Borges, que se encontra licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 17.04.2008 a 24.08.2008 (Of. 111/08-GLPMDB).
11. Em 10/06/2008, a Senadora Marina Silva é designada Suplente do Bloco de Apoio ao Governo, na Comissão (Of. 65/2008-GLDBAG).
12. Em 26.08.2008, o Senador Gilvam Borges é designado membro titular do PMDB na Comissão (Of. GLPMDB nº 355/2008).
13. Vago em virtude do fim do exercício do Senador Virgínio de Carvalho, devido ao retorno da Titular.
14. Em 11.02.2009, o Senador Cristovam Buarque teve a sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Liderança do PDT (Of. nº 07/09-GLPDT).
15. Em 11.02.2009, o Senador Jefferson Praia é designado membro suplente do PDT na Comissão (Of. nº 07/2009-GLPDT).
16. Em 12.02.2009, os Senadores Arthur Virgílio e Cícero Lucena tiveram as suas indicações, como titulares, e o Senador Papaléo Paes, como suplente na Comissão, ratificadas pela Liderança do PSDB (Of. nº 027/09-GLPSDB).
17. Em 12.02.2009, o Senador Mário Couto é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 027/09-GLPSDB), em substituição à Senadora Lúcia Vânia.
18. Em 12.02.2009, a Senadora Lúcia Vânia é designada membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 027/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Mário Couto.
19. Em 16.02.2009, os Senadores Flávio Arns, Fátima Cleide e Paulo Paim tiveram as suas indicações como titulares da Comissão ratificadas pela Liderança do Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 016/09-GLDBAG).
20. Vago em virtude do remanejamento de vagas indicado pela Liderança do Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 016/2009 - GLDBAG).
21. Em 16.02.2009, a Senadora Serys Slhessarenko é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Eduardo Suplicy.
22. Em 16.02.2009, o Senador João Pedro é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição à Senadora Serys Slhessarenko.
23. Em 16.02.2009, o Senador Magno Malta é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição à Senadora Patrícia Saboya.
24. Em 16.02.2009, o Senador José Nery é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Inácio Arruda.
25. Em 17.02.2009, a Senadora Rosalba Ciarlini é designada membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM), em substituição ao Senador Eliseu Resende.
26. Em 17.02.2009, o Senador Adelmir Santana é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM).
27. Em 17.02.2009, o Senador Heráclito Fortes é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM).
28. Em 17.02.2009, o Senador Eliseu Resende é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM), em substituição ao Senador Romeu Tuma.
29. Em 17.02.2009, o Senador José Agripino é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM), em substituição ao Senador César Borges.
30. Em 17.02.2009, o Senador Marcelo Crivella é designado membro suplente pela Liderança do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 19/09-GLDBAG).
31. Em 17.02.2009, a Senadora Maria do Carmo Alves é designada membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM), em substituição ao Senador Jayme Campos.
32. Em 17.02.2009, o Senador Jayme Campos é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM), em substituição ao Senador Heráclito Fortes.
33. Em 02.03.2009, o Senador Valter Pereira é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição à Senadora Roseana Sarney (Of. GLPMDB nº 29/2009).
34. Em 02.03.2009, o Senador Wellington Salgado é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Mão Santa (Of. GLPMDB nº 29/2009).
35. Em 02.03.2009, o Senador Romero Jucá teve sua indicação como suplente da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. GLPMDB nº 29/2009).
36. Em 02.03.2009, o Senador Geraldo Mesquita é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Leomar Quintanilha (Of. GLPMDB nº 29/2009).
37. Em 02.03.2009, o Senador Paulo Duque é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Gilvam Borges (Of. GLPMDB nº 29/2009).
38. Em 02.03.2009, o Senador Leomar Quintanilha é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Jarbas Vasconcelos (Of. GLPMDB nº 29/2009).
39. Em 02.03.2009, o Senador Jarbas Vasconcelos é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Paulo Duque (Of. GLPMDB nº 29/2009).
40. Em 02.03.2009, o Senador Mão Santa é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Valter Pereira (Of. GLPMDB nº 29/2009).
41. Em 02.03.2009, o Senador Gilvam Borges é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Wellington Salgado (Of. GLPMDB nº 29/2009).
42. Em 02.03.2009, o Senador Gerson Camata é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Geraldo Mesquita (Of. GLPMDB nº 29/2009).
43. Vago, conforme comunicação do Senador Jarbas Vasconcelos, lido na sessão de 3 de março de 2009.

44. Em 25.03.2009, vago em virtude da solicitação contida no OF. GLPMDB nº 083/2009.
45. Em 31.03.2009, a Senadora Marina Silva é designada membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 072/2009-GLDBAG).
46. Em 14/04/2009, o Senador Gilberto Goellner deixa de compor a Comissão, como membro Titular do DEM (Of. 61/09-GLDEM).
47. Em 16.04.2009, a Senadora Lúcia Vânia deixa de integrar a Comissão em virtude da comunicação contida no Of. nº 74/09-GLPSDB.
48. Em 29.04.2009, o Senador Magno Malta deixa de compor a Comissão como membro titular e é designado suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 082/2009-GLDBAG).
49. Em 09/07/2009, o Senador Aloizio Mercadante é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. 119/2009 - GLDBAG).
50. A Senadora Marina Silva desfilou-se do Partido dos Trabalhadores, conforme comunicação lida na sessão de 19.08.2009.
51. O Senador Jayme Campos licenciou-se nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 130 dias, a partir de 26.08.09 (Requerimento nº 1.041/2009, aprovado na sessão de 25.08.09).
52. A Senadora Marina Silva filiou-se do Partido Verde, conforme comunicação lida na sessão de 01.09.2009.

Secretário(a): Altair Gonçalves Soares

Reuniões: TERÇAS-FEIRAS - 12:00HS - Plenário nº 2 - ALA NILO COELHO

Telefone(s): 3311-4251/2005

Fax: 3311-4646

E-mail: scomcdh@senado.gov.br

6.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO IDOSO**Número de membros:** 7 titulares e 7 suplentes**PRESIDENTE:** VAGO**VICE-PRESIDENTE:** VAGO

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B) ⁽²⁾	
Paulo Paim (PT) ⁽⁶⁾	1. Fátima Cleide (PT) ⁽⁵⁾
Maioria (PMDB, PP)	
Leomar Quintanilha (PMDB)	1. Gilvam Borges (PMDB) ^(3,9)
Valter Pereira (PMDB) ⁽¹⁴⁾	2.
Bloco Parlamentar da Minoria (PSDB, DEM)	
VAGO ^(1,4,7)	1. Adelmir Santana (DEM) ⁽¹⁰⁾
Mário Couto (PSDB) ⁽¹²⁾	2. Papaléo Paes (PSDB)
PDT	
Jefferson Praia ⁽⁸⁾	1. Cristovam Buarque ⁽¹³⁾
PTB	
Sérgio Zambiasi ⁽¹¹⁾	1.

Notas:

1. Vago, em virtude de a Senadora Maria do Carmo Alves encontrar-se licenciada, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 20.03.2008 a 3.02.2009, e ter sido substituída pelo Senador Virgínio de Carvalho, na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (Of. 30/2008-GLDEM e Req. nº 1.135/2009).
2. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
3. Vago, em virtude de o Senador Gilvam Borges ter-se licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 17.04.2008 a 24.08.2008, e ter sido substituído pelo Senador Geovani Borges, na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (Of. 111/2008-GLPMDB).
4. A Senadora Maria do Carmo Alves retornou ao mandato em 29.01.2009, aguardando indicação.
5. Em 12.06.2009, a Senadora Fátima Cleide é designada membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Flávio Arns (OF. CDH 078-09).
6. Em 12.06.2009, a Senadora Serys Slhessarenko deixa de compor a Comissão como membro titular do Bloco de Apoio ao Governo (OF. CDH 078-09).
7. Em 12.06.2009, o Senador Heráclito Fortes deixa de compor a Comissão como membro titular do Bloco Parlamentar da Minoria (OF. CDH 078-09).
8. Em 12/06/2009, o Senador Jefferson Praia é designado Titular do PDT, na Comissão (Of. CDH 078/09).
9. Em 12.06.2009, o Senador Gilvam Borges é designado Suplente do PMDB, na Comissão (Of. CDH 078-09).
10. Em 12/06/2009, o Senador Adelmir Santana é designado Suplente do Bloco Parlamentar da Minoria, na Comissão (Of. CDH 078/09).
11. Em 12/06/2009, o Senador Sérgio Zambiasi é designado Titular do PTB, na Comissão (Of. CDH 078/09).
12. Em 12/06/2009, o Senador Mário Couto é designado Titular do Bloco Parlamentar da Minoria, na Comissão, em substituição à Senadora Lúcia Vânia (Of. CDH 078/09).
13. Em 12/06/2009, o Senador Cristovam Buarque é designado Suplente do PDT, na Comissão (Of. CDH 078/09).
14. Em 12/06/2009, o Senador Valter Pereira é designado Titular do PMDB, na Comissão, em substituição ao Senador Geraldo Mesquita Júnior (Of. CDH 078/09).

Secretário(a): Altair Gonçalves Soares**Telefone(s):** 3311-4251/2005**Fax:** 3311-4646**E-mail:** scomcdh@senado.gov.br

6.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA CRIANÇA, ADOLESCENTE E JUVENTUDE**Número de membros:** 7 titulares e 7 suplentes**Secretário(a):** Altair Gonçalves Soares**Telefone(s):** 3311-4251/2005**Fax:** 3311-4646**E-mail:** scomcdh@senado.gov.br**6.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE EM DEFESA DA MULHER****Número de membros:** 5 titulares e 5 suplentes**PRESIDENTE:** VAGO**VICE-PRESIDENTE:** VAGO

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B)	
VAGO (5)	1. Fátima Cleide (PT)
Serys Shessarenko (PT)	2. VAGO (3,5)
Maioria (PMDB, PP)	
VAGO (6)	1.
Bloco Parlamentar da Minoria (PSDB, DEM)	
VAGO (2,4)	1. VAGO (1)
Lúcia Vânia (PSDB)	2.

Notas:

1. Vago em 17.02.2009 em virtude de o Senador Romeu Tuma não mais pertencer à Comissão.
2. Vago, em virtude de a Senadora Maria do Carmo Alves encontrar-se licenciada, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 20.03.2008 a 3.02.2009, e ter sido substituída pelo Senador Virgínio de Carvalho, na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (Of. 30/2008-GLDEM e Req. nº 1.135/2009).
3. A Senadora Patrícia Saboya integra a composição da Subcomissão em vaga cedida pelo Bloco de Apoio ao Governo.
4. A Senadora Maria do Carmo Alves retornou ao mandato em 29.01.2009, aguardando indicação.
5. Vago em 17.02.09 em virtude de as Senadoras não pertencerem mais à Comissão.
6. Em 02.03.2009, vago em virtude de a Senadora Roseana Sarney ter sido substituída pelo Senador Valter Pereira na CDH (OF. GLPMDB nº 29/2009).

Secretário(a): Altair Gonçalves Soares**Telefone(s):** 3311-4251/2005**Fax:** 3311-4646**E-mail:** scomcdh@senado.gov.br

6.4) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE COMBATE AO TRABALHO ESCRAVO**Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes**

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B)	
	1. Flávio Arns (PT)
José Nery (PSOL)	2. VAGO
Bloco Parlamentar da Minoria (PSDB, DEM)	
	1. VAGO
Lúcia Vânia (PSDB)	2. Geraldo Mesquita Júnior (PMDB)
Majoria (PMDB, PP)	
	1. VAGO

Notas:

*. Em 27.04.2009 foi à publicação o OF. N° 029/09 - CDH, que comunica a aprovação do Requerimento n° 09, de 2009 - CDH, cujo teor trata da transformação da Subcomissão Temporária de Combate ao Trabalho Escravo em Subcomissão Permanente de Combate ao Trabalho Escravo.

Secretário(a): Altair Gonçalves Soares**Telefone(s):** 3311-4251/2005**Fax:** 3311-4646**E-mail:** scomcdh@senado.gov.br

7) COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL - CRE**Número de membros:** 19 titulares e 19 suplentes**PRESIDENTE:** Senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG)**VICE-PRESIDENTE:** Senador Geraldo Mesquita Júnior (PMDB-AC)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B) ⁽⁹⁾	
Eduardo Suplicy (PT) ⁽⁴¹⁾	1. Flávio Arns (PT) ^(38,71)
Antonio Carlos Valadares (PSB) ^(43,74)	2. Marina Silva (PV) ^(46,83,84)
João Ribeiro (PR) ^(45,66)	3. Renato Casagrande (PSB) ^(42,73)
João Pedro (PT) ⁽⁴⁷⁾	4. Magno Malta (PR) ⁽³⁹⁾
Tião Viana (PT) ^(44,54,68)	5. Augusto Botelho (PT) ^(22,40,49,69)
Maioria (PMDB, PP)	
Pedro Simon (PMDB) ⁽¹⁾	1. Almeida Lima (PMDB) ^(5,65)
Francisco Dornelles (PP) ⁽⁶¹⁾	2. Inácio Arruda (PC DO B) ^(6,76,77)
Geraldo Mesquita Júnior (PMDB) ⁽⁶⁴⁾	3. Wellington Salgado de Oliveira (PMDB) ⁽²⁾
Romero Jucá (PMDB) ^(3,67,75)	4. Valdir Raupp (PMDB) ^(19,24,63)
Paulo Duque (PMDB) ⁽⁴⁾	5. Gilvam Borges (PMDB) ^(10,21,62)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Efraim Moraes (DEM) ⁽⁵⁸⁾	1. Adelmir Santana (DEM) ^(11,53)
Demóstenes Torres (DEM) ⁽⁵⁷⁾	2. Rosalba Ciarlini (DEM) ^(7,50)
Marco Maciel (DEM) ^(18,29,56)	3. José Agripino (DEM) ^(23,27,55)
Heráclito Fortes (DEM) ^(8,51)	4. Romeu Tuma (PTB) ^(52,78,79,80)
João Tenório (PSDB) ^(37,70)	5. Alvaro Dias (PSDB) ⁽³³⁾
Eduardo Azeredo (PSDB) ⁽³⁷⁾	6. Arthur Virgílio (PSDB) ^(17,36,72)
Flexa Ribeiro (PSDB) ⁽³⁵⁾	7. Tasso Jereissati (PSDB) ⁽³⁴⁾
PTB ⁽¹²⁾	
Fernando Collor ^(13,14,15,16,25,26,28,30,48)	1. Mozarildo Cavalcanti ⁽⁴⁸⁾
PDT	
Flávio Torres ^(32,60,81,82)	1. Cristovam Buarque ^(20,31,59)

Notas:

1. O Senador Pedro Simon teve a sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 24/2009-GLPMDB).
2. O Senador Wellington Salgado teve a sua indicação como suplente da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 24/2009-GLPMDB).
3. O Senador Jarbas Vasconcelos teve a sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 24/2009-GLPMDB).
4. O Senador Paulo Duque teve a sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 24/2009-GLPMDB).
5. Em 22.08.2007, o Senador Geraldo Mesquita é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp (OF. GLPMDB nº 362/2007).
6. O Senador Leomar Quintanilha teve a sua indicação como suplente da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 24/2009-GLPMDB).
7. O Senador César Borges deixou o Partido Democratas (DEM) e se filiou ao Partido da República (PR), conforme comunicado de 1º/10/2007 (DSF 2.10.2007).
8. Senador Romeu Tuma comunicou, em 11.10.2007, filiação ao PTB (DSF 15.10.2007)

9. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
10. Senador Garibaldi Alves Filho foi eleito Presidente do Senado em 12.12.2007 (art. 77, § 1º, RISF).
11. Vaga cedida temporariamente ao PSOL, conforme Ofício nº 10/2008-DEM (DSF 14.02.2008).
12. Nos termos da decisão do Presidente do Senado, publicada no DSF de 14.02.2008.
13. Em 05.09.2007, o Senador Euclides Mello é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Fernando Collor (Of. nº 146/2007-GLDBAG).
14. Senador Euclides Mello comunica filiação ao PRB, em 1º/10/2007, Of. nº 041/2007 (DSF 10.10.2007).
15. Em 28.12.2007, vago em virtude do afastamento do Senador Euclides Mello, devido ao retorno do Senador Fernando Collor ao exercício do mandato.
16. Em 14/02/2008, o Senador Fernando Collor é designado Titular do PTB na Comissão (Of. 15/2008-GLPTB).
17. Em 24/03/2008, o Senador Tasso Jereissati é designado Suplente do PSDB na Comissão (Of. 29/08 - GLPSDB).
18. Em 01/04/2008, o Senador Virgínio de Carvalho é designado Titular em vaga antes ocupada pela Senadora Maria do Carmo Alves, que se encontra licenciada, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 20.03.2008 a 3.02.2009 (Of. 30/08-GLDEM e Req. nº 1.135/2009).
19. Em 17/04/2008, o Senador Geovani Borges é designado Suplente em vaga antes ocupada pelo Senador Gilvam Borges, que se encontra licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 17.04.2008 a 24.08.2008 (Of. 122/08-GLPMDB).
20. Em 04.06.2008, o Senador Jefferson Praia é designado suplente do PDT na Comissão (Of. nº 09/08-LPDT).
21. Em 05.06.2008, o Senador Valdir Raupp é designado suplente do PMDB e do Bloco da Maioria na Comissão (OF. GLPMDB nº 168/2008).
22. Em 10/06/2008, a Senadora Marina Silva é designada Suplente do Bloco de Apoio ao Governo, na Comissão, em substituição à Senadora Fátima Cleide (Of. 67/2008 - GLDBAG).
23. Em 4/7/2008, o Senador Marco Antônio Costa é designado suplente em vaga antes ocupada pela Senadora Kátia Abreu, que se licenciou, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 30.6.2008 a 28.10.2008. (Of. nº 62/08-GLDEM)
24. Em 26.08.2008, o Senador Gilvam Borges é designado membro suplente do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 360/2008).
25. Senador Fernando Collor encontra-se licenciado do exercício do mandato a partir de 10.09.2008, pelo prazo de 123 dias (Requerimento nº 1094, de 2008).
26. Em 07.10.2008, a Senadora Ada Mello é designada membro titular do PTB na Comissão, em substituição ao Senador Fernando Collor (Of. nº 140/2008-GLPTB).
27. Em 29.10.2008, a Senadora Kátia Abreu é designada membro titular do Partido Democratas na Comissão, em substituição ao Senador Marco Antônio Costa (Of. nº 103/2008-GLDEM).
28. Vago em virtude do retorno do Senador Fernando Collor ao exercício do mandato, em 11.01.2009 (Of. nº 001/2009 - Gab. Sen. Fernando Collor).
29. Vago em virtude do fim do exercício do Senador Virgínio de Carvalho, devido ao retorno da Titular.
30. Em 03/02/2009, o Senador Fernando Collor é designado Titular do PTB na Comissão (Of. 2/2009-GLPTB).
31. Em 11.02.2009, a Senadora Patrícia Saboya é designada membro suplente do PDT na Comissão (Of. nº 08/2009-GLPDT), em substituição ao Senador Jefferson Praia.
32. Em 11.02.2009, o Senador Cristovam Buarque teve a sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Liderança do PDT (Of. nº 08/09-GLPDT).
33. Em 12.02.2009, o Senador Alvaro Dias é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 028/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Flexa Ribeiro.
34. Em 12.02.2009, o Senador Tasso Jereissati é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 028/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Sérgio Guerra.
35. Em 12.02.2009, o Senador Flexa Ribeiro é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 028/09-GLPSDB), em substituição ao Senador João Tenório.
36. Em 12.02.2009, o Senador João Tenório é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 028/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Tasso Jereissati.
37. Em 12.02.2009, os Senadores Arthur Virgílio e Eduardo Azeredo tiveram as suas indicações como titulares da Comissão ratificadas pela Liderança do PSDB (Of. nº 028/09-GLPSDB).
38. Em 16.02.2009, o Senador João Ribeiro é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Inácio Arruda.
39. Em 16.02.2009, o Senador Magno Malta é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição à Senadora Serys Slhessarenko.
40. Em 16.02.2009, o Senador Augusto Botelho é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição à Senadora Marina Silva.
41. Em 16.02.2009, o Senador Eduardo Suplicy teve a sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Liderança do Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 016/09-GLDBAG).
42. Em 16.02.2009, o Senador Antonio Carlos Valadares é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Augusto Botelho.
43. Em 16.02.2009, o Senador Renato Casagrande é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Marcelo Crivella.
44. Em 16.02.2009, o Senador Tião Viana é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador João Ribeiro.

45. Em 16.02.2009, o Senador Aloízio Mercadante é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Antonio Carlos Valadares.
46. Em 16.02.2009, a Senadora Marina Silva é designada membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Aloízio Mercadante.
47. Em 16.02.2009, o Senador João Pedro é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Mozarildo Cavalcanti.
48. Em 17.02.2009, o Senador Fernando Collor foi confirmado, como titular, e o Senador Mozarildo Cavalcanti, designado como suplentes, pela Liderança do PTB (Of. nº 032/09-GLPTB).
49. Em 17.02.2009, o Senador Tião Viana é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 018/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Augusto Botelho.
50. Em 17.02.2009, a Senadora Rosalba Ciarlini é designada membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM), em substituição ao Senador César Borge.
51. Em 17.02.2009, o Senador Heráclito Fortes é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM), em substituição ao Senador Romeu Tuma.
52. Em 17.02.2009, a Senadora Kátia Abreu é designada membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM).
53. Em 17.02.2009, o Senador Adelmir Santana é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM), em substituição ao Senador José Nery.
54. Em 17.02.2009, o Senador Augusto Botelho é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 018/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Tião Viana.
55. Em 17.02.2009, o Senador José Agripino é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM), em substituição à Senadora Kátia Abreu.
56. Em 17.02.2009, o Senador Marco Maciel é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM).
57. Em 17.02.2009, o Senador Demóstenes Torres é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM), em substituição ao Senador Marco Maciel.
58. Em 17.02.2009, o Senador Efraim Morais é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM), em substituição ao Senador Heráclito Fortes.
59. Em 19.02.2009, o Senador Cristovam Buarque é designado Suplente do PDT na Comissão, em substituição à Senadora Patrícia Saboya (Of. 19/09-GLPDT).
60. Em 19.02.2009, a Senadora Patrícia Saboya é designada Titular do PDT na Comissão, em substituição ao Senador Cristovam Buarque (Of. 19/09-GLPDT).
61. Em 02/03/2009, o Senador Francisco Dornelles é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Mão Santa (Of. 24/2009-GLPMDB).
62. Em 02/03/2009, o Senador Gilvam Borges é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp (Of. 24/2009-GLPMDB).
63. Em 02/03/2009, o Senador Valdir Raupp é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Gilvam Borges (Of. 24/2009-GLPMDB).
64. Em 02/03/2009, o Senador Geraldo Mesquita Júnior é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Almeida Lima (Of. 24/2009-GLPMDB).
65. Em 02/03/2009, o Senador Almeida Lima é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Geraldo Mesquita Júnior (Of. 24/2009-GLPMDB).
66. Em 03.03.2009, o Senador João Ribeiro é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Aloízio Mercadante (Of. nº 029/09-GLDBAG).
67. Vago, conforme comunicação do Senador Jarbas Vasconcelos, lido na sessão de 3 de março de 2009.
68. Em 03.03.2009, o Senador Tião Viana é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Augusto Botelho (Of. nº 026/09-GLDBAG).
69. Em 03.03.2009, o Senador Augusto Botelho é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Tião Viana (Of. nº 026/09-GLDBAG).
70. Em 03.03.2009, o Senador João Tenório é designado membro titular do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador Arthur Virgílio (Of. nº 47/09-GLPSDB).
71. Em 03.03.2009, o Senador Flávio Arns é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador João Ribeiro (Of. nº 029/09-GLDBAG).
72. Em 03.03.2009, o Senador Arthur Virgílio é designado membro suplente do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador João Tenório (Of. nº 47/09-GLPSDB).
73. Em 10.03.2009, o Senador Renato Casagrande é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Antonio Carlos Valadares (Of. nº 050/2009-GLDBAG).
74. Em 10.03.2009, o Senador Antonio Carlos Valadares é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Renato Casagrande (Of. nº 050/2009-GLDBAG).
75. Em 10.03.2009, o Senador Romero Jucá é designado membro titular do PMDB na Comissão (Of. GLPMDB nº 063/2009).
76. Em 28.04.2009, o PMDB cede vaga de suplente ao PC do B (Of. GLPMDB nº 109/2009).
77. Em 30.04.2009, o Senador Inácio Arruda é designado membro suplente em vaga cedida pelo PMDB na Comissão (Of. IA Nº 093/2009).

78. Em 02/06/2009, a Senadora Kátia Abreu deixa de compor a Comissão (Of. 93/09-GLDEM).

79. Em 02/06/2009, a Liderança do Democratas cede, temporariamente, vaga de suplente ao Partido Trabalhista Brasileiro - PTB (Of. N° 094/09-GLDEM).

80. Em 02/06/2009, o Senador Romeu Tuma é designado membro suplente em vaga cedida pelo DEM na Comissão (Of. N° 165/2009/GLPTB).

81. A Senadora Patrícia Saboya encontra-se licenciada, nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, conforme o Requerimento n° 878, de 2009, aprovado no dia 15/07/2009, na Sessão Deliberativa Extraordinária iniciada em 14/07/2009.

82. Em 04.08.2009, o Senador Flávio Torres é designado membro titular do PDT na Comissão, em substituição à Senadora Patrícia Saboya (Of. n° 59/09-LPDT).

83. A Senadora Marina Silva desfilou-se do Partido dos Trabalhadores, conforme comunicação lida na sessão de 19.08.2009.

84. A Senadora Marina Silva filiou-se do Partido Verde, conforme comunicação lida na sessão de 01.09.2009.

Secretário(a): José Alexandre Girão M. da Silva

Reuniões: QUINTAS-FEIRAS - 10:00HS - Plenário n° 7 - ALA ALEXANDRE COSTA

Telefone(s): 3311-3496

Fax: 3311-3546

E-mail: scomcre@senado.gov.br

7.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE PROTEÇÃO DOS CIDADÃOS BRASILEIROS NO EXTERIOR

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Secretário(a): José Alexandre Girão M. da Silva

Telefone(s): 3311-3496

Fax: 3311-3546

E-mail: scomcre@senado.gov.br

7.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE ACOMPANHAMENTO DO REGIME INTERNACIONAL SOBRE MUDANÇAS CLIMÁTICAS

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

PRESIDENTE: VAGO

VICE-PRESIDENTE: VAGO

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B) ⁽²⁾	
VAGO ^(3,4,6)	1. VAGO ⁽⁷⁾
João Ribeiro (PR)	2. Augusto Botelho (PT)
Maioria (PMDB, PP)	
Mão Santa (PMDB)	1. Valdir Raupp (PMDB)
	2. VAGO ⁽⁸⁾
Bloco Parlamentar da Minoria (PSDB, DEM)	
VAGO ⁽¹⁾	1. Rosalba Ciarlini (DEM)
Eduardo Azeredo (PSDB)	2. VAGO ⁽⁷⁾
PDT	
Cristovam Buarque	1. VAGO ⁽⁵⁾

Notas:

1. Vago em 17.02.2009 em virtude de o Senador Romeu Tuma não mais pertencer à Comissão.
2. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
3. Em 28.12.2007, vago em virtude do afastamento do Senador Euclides Mello, devido ao retorno do Senador Fernando Collor ao exercício do mandato.
4. Em 21.02.2008, o Senador Fernando Collor é designado membro titular na Subcomissão (Of. nº 008/2008-CRE).
5. Em virtude do falecimento do Senador Jefferson Peres, ocorrido em 23.05.2008.
6. Vago em razão da substituição do Senador Fernando Collor pela Senadora Ada Mello na CRE, em 07.10.2008 (Of. Nº 140/2008-GLPTB).
7. Vago em 17.02.09 em virtude de os Senadores não pertencerem mais à Comissão.
8. Vago em 28.04.09 em virtude de o Senador Leomar Quintanilha não pertencer mais à CRE.

Secretário(a): José Alexandre Girão M. da Silva

Telefone(s): 3311-3496

Fax: 3311-3546

E-mail: scomcre@senado.gov.br

7.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE PARA MODERNIZAÇÃO E REAPARELHAMENTO DAS FORÇAS ARMADAS

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: VAGO

VICE-PRESIDENTE: VAGO

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B) ⁽²⁾	
VAGO ^(1,4)	1. VAGO ⁽⁵⁾
Maioria (PMDB, PP)	
Paulo Duque (PMDB)	1. Pedro Simon (PMDB)
Bloco Parlamentar da Minoria (PSDB, DEM)	
VAGO ⁽⁵⁾	1. Marco Maciel (DEM)
Eduardo Azeredo (PSDB)	2. Flexa Ribeiro (PSDB)
PDT	
VAGO ⁽³⁾	1.

Notas:

1. Vago, em virtude de o Senador Fernando Collor encontrar-se licenciado, nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, no período de 30.08.2007 a 27.12.2007, e ter sido substituído pelo Senador Euclydes Mello, na Comissão de Relações Exteriores (Of. nº 146/2007-GLDBAG).
2. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
3. Em virtude do falecimento do Senador Jefferson Peres, ocorrido em 23.05.2008.
4. O Senador Fernando Collor retornou ao mandato em 11.01.2009. Aguardando indicação.
5. Vago em 17.02.09 em virtude de os Senadores não pertencerem mais à Comissão.

Secretário(a): José Alexandre Girão M. da Silva

Telefone(s): 3311-3496

Fax: 3311-3546

E-mail: scomcre@senado.gov.br

7.4) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA AMAZÔNIA E DA FAIXA DE FRONTEIRA**Número de membros:** 7 titulares e 7 suplentes**PRESIDENTE:** Senador Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR)**VICE-PRESIDENTE:** Senador Geraldo Mesquita Júnior (PMDB-AC)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar da Minoria (PSDB, DEM)	
José Agripino (DEM)	1. Rosalba Ciarlini (DEM)
Romeu Tuma (PTB) ⁽²⁾	
Flexa Ribeiro (PSDB)	2. Arthur Virgílio (PSDB)
	3. Tasso Jereissati (PSDB)
PMDB PP	
Geraldo Mesquita Júnior (PMDB)	1. Pedro Simon (PMDB)
Valdir Raupp (PMDB) ^(1,3)	2. Romero Jucá (PMDB)
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B)	
Augusto Botelho (PT)	1. Tião Viana (PT)
PTB	
Mozarildo Cavalcanti	1. Fernando Collor

Notas:

1. Vago em 28.04.09 em virtude de o Senador Leomar Quintanilha não pertencer mais à CRE (Of. N° 054/2009 - CRE).
2. Em 17/06/2009, o Senador Romeu Tuma é designado Titular do Bloco Parlamentar da Minoria, em substituição à Senadora Kátia Abreu (Of. 077/2009-CRE).
3. Em 17/06/2009, o Senador Valdir Raupp é designado titular do Bloco da Maioria (Of. 077/2009-CRE).

Secretário(a): José Alexandre Girão M. da Silva**Telefone(s):** 3311-3496**Fax:** 3311-3546**E-mail:** scomcre@senado.gov.br

8) COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRA-ESTRUTURA - CI**Número de membros:** 23 titulares e 23 suplentes**PRESIDENTE:** Senador Fernando Collor (PTB-AL)**VICE-PRESIDENTE:** Senador Eliseu Resende (DEM-MG)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B) (2)	
Serys Slhessarenko (PT) (16)	1. Marina Silva (PV) (20,66,68)
Delcídio Amaral (PT) (16,33,57)	2. Paulo Paim (PT) (23,33,58)
Ideli Salvatti (PT) (16)	3. Antonio Carlos Valadares (PSB) (19)
Inácio Arruda (PC DO B) (17)	4. Expedito Júnior (PR) (21)
Fátima Cleide (PT) (25)	5. Eduardo Suplicy (PT) (18)
João Ribeiro (PR) (24)	6. João Pedro (PT) (22)
Maioria (PMDB, PP)	
Francisco Dornelles (PP) (52,63,64)	1. Neuto De Conto (PMDB) (3,6,48)
Gilvam Borges (PMDB) (54)	2. Lobão Filho (PMDB) (26,50)
Paulo Duque (PMDB) (47)	3. Pedro Simon (PMDB) (8,10,11,51)
Mão Santa (PMDB) (5,9,44)	4. Valter Pereira (PMDB) (53)
Valdir Raupp (PMDB) (43,60)	5. VAGO (49,63)
Wellington Salgado de Oliveira (PMDB) (45)	6. Almeida Lima (PMDB) (46,59,64)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Gilberto Goellner (DEM) (27)	1. Antonio Carlos Júnior (DEM) (38)
Eliseu Resende (DEM) (35)	2. Efraim Moraes (DEM) (37)
Heráclito Fortes (DEM) (31)	3. Adelmir Santana (DEM) (28)
Jayme Campos (DEM) (29,67)	4. Rosalba Ciarlini (DEM) (34)
Kátia Abreu (DEM) (7,32)	5. Demóstenes Torres (DEM) (1,36)
Arthur Virgílio (PSDB) (40,62,65)	6. Cícero Lucena (PSDB) (15)
João Tenório (PSDB) (42,56)	7. Mário Couto (PSDB) (13,55,65)
Flexa Ribeiro (PSDB) (15)	8. Alvaro Dias (PSDB) (15,61)
Marconi Perillo (PSDB) (41)	9. Sérgio Guerra (PSDB) (14)
PTB (4)	
Fernando Collor (30)	1. Gim Argello (30)
PDT	
João Durval (12)	1. Osmar Dias (39)

Notas:

1. Senador Romeu Tuma comunicou, em 11.10.2007, filiação ao PTB (DSF 15.10.2007)
2. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
3. Senador Garibaldi Alves Filho foi eleito Presidente do Senado em 12.12.2007 (art. 77, § 1º, RISF).
4. Nos termos da decisão do Presidente do Senado, publicada no DSF de 14.02.2008.
5. Em 23/04/2008, o Senador Geovani Borges é designado Titular do PMDB, na Comissão (Of. 125/08-GLPMDB).

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/sf/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3311-3325/3572/7279

6. Em 07/05/2008, o Senador Lobão Filho é designado Suplente do PMDB na Comissão (Of. 144/2008 - GLPMDB).
7. O Senador Raimundo Colombo licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 26.6.2008 a 24.10.2008.
8. Em 09.07.2008, o Senador Casildo Maldaner é designado membro suplente do PMDB na Comissão (Of. GLPMDB nº 221/2008).
9. Em 26.08.2008, o Senador Gilvam Borges é designado membro titular do PMDB na Comissão (Of. GLPMDB nº 359/2008).
10. Vago em virtude do retorno do Senador Raimundo Colombo ao exercício do mandato, em 27.10.2008.
11. Em 02/12/2008, o Senador Paulo Duque é designado Suplente do PMDB na Comissão (Of. 532/2008 - GLPMDB).
12. Em 11.02.2009, o Senador João Durval teve a sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Liderança do PDT (Of. nº 09/09-GLPDT).
13. Em 12.02.2009, o Senador João Tenório é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. 29/2009-GLPSDB), em substituição ao Senador Eduardo Azeredo.
14. Em 12.02.2009, o Senador Sérgio Guerra é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. 29/2009-GLPSDB), em substituição ao Senador Tasso Jereissati.
15. Em 12.02.2009, os Senadores Cícero Lucena e Mário Couto, como suplentes, e o Senador Flexa Ribeiro, como titular, tiveram as suas indicações na Comissão ratificadas pela Liderança do PSDB (Of. nº 029/09-GLPSDB).
16. Em 16.02.2009, os Senadores Delcídio Amaral, Serys Slhessarenko e Ideli Salvatti tiveram as suas indicações como titulares da Comissão ratificadas pela Liderança do Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 016/09-GLDBAG).
17. Em 16.02.2009, o Senador Inácio Arruda é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Francisco Dornelles.
18. Em 16.02.2009, o Senador Eduardo Suplicy é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Augusto Botelho.
19. Em 16.02.2009, o Senador Antonio Carlos Valadares é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Aloísio Mercadante.
20. Em 16.02.2009, a Senadora Marina Silva é designada membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Flávio Arns.
21. Em 16.02.2009, o Senador Expedito Júnior é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador João Ribeiro.
22. Em 16.02.2009, o Senador João Pedro é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Renato Casagrande.
23. Em 16.02.2009, o Senador Paulo Paim é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição à Senadora Fátima Cleide.
24. Em 16.02.2009, o Senador João Ribeiro é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Expedito Júnior.
25. Em 16.02.2009, a Senadora Fátima Cleide é designada membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Inácio Arruda.
26. Vago, em virtude de o Senador José Maranhão ter tomado posse no cargo de Governador de Estado, renunciando ao mandato de Senador.
27. Em 17.02.2009, o Senador Gilberto Goellner é confirmado como membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM).
28. Em 17.02.2009, o Senador Adelmir Santana é confirmado como membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM).
29. Em 17.02.2009, o Senador Jayme Campos é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM), em substituição ao Senador Heráclito Fortes.
30. Em 17.02.2009, o Senador Fernando Collor é designado membro titular do PTB na Comissão (Of. nº 33/09-GLPTB), em substituição ao Senador Gim Argello, que passa a integrar a suplência, em substituição ao Senador João Vicente Claudino.
31. Em 17.02.2009, o Senador Heráclito Fortes é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM), em substituição ao Senador Jayme Campos.
32. Em 17.02.2009, a Senadora Kátia Abreu é designada membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM).
33. Em 17.02.2009, o Senador Paulo Paim é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 23/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Delcídio Amaral, que passa à suplência.
34. Em 17.02.2009, a Senadora Rosalba Ciarlini é confirmada como membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM).
35. Em 17.02.2009, o Senador Eliseu Resende é confirmado como membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM).
36. Em 17.02.2009, o Senador Demóstenes Torres é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM), em substituição ao Senador Romeu Tuma.
37. Em 17.02.2009, o Senador Efraim Morais é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM), em substituição ao Senador Marco Maciel.
38. Em 17.02.2009, o Senador Antonio Carlos Júnior é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM), em substituição ao Senador Demóstenes Torres.
39. Em 19/02/2009, o Senador Osmar Dias é designado Suplente do PDT na Comissão (Of. 20/09-GLPDT).
40. Em 12.02.2009, o Senador Alvaro Dias é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of. 29/2009-GLPSDB), em substituição ao Senador João Tenório.
41. Em 12.02.2009, o Senador Marconi Perillo é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of. 29/2009-GLPSDB), em substituição ao Senador Sérgio Guerra.
42. Em 12.02.2009, o Senador Arthur Virgílio é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of. 29/2009-GLPSDB), em substituição ao Senador Marconi Perillo.

43. Em 02.03.2009, o Senador Geraldo Mesquita é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Valter Pereira (OF. GLPMDB nº 25/2009).
44. Em 02.03.2009, o Senador Mão Santa é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Gilvam Borges (OF. GLPMDB nº 25/2009).
45. Em 02.03.2009, o Senador Wellington Salgado teve sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (OF. GLPMDB nº 22/2009).
46. Em 02.03.2009, o Senador Valdir Raupp é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Pedro Simon (OF. GLPMDB nº 25/2009).
47. Em 02.03.2009, o Senador Paulo Duque é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Leomar Quintanilha (OF. GLPMDB nº 25/2009).
48. Em 02.03.2009, o Senador Neuto De Conto é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Lobão Filho (OF. GLPMDB nº 25/2009).
49. Em 02.03.2009, o Senador Francisco Dornelles é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Geraldo Mesquita (OF. GLPMDB nº 25/2009).
50. Em 02.03.2009, o Senador Lobão Filho é designado membro suplente do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 25/2009).
51. Em 02.03.2009, o Senador Pedro Simon é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Paulo Duque (OF. GLPMDB nº 25/2009).
52. Em 02.03.2009, o Senador Almeida Lima é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Romero Jucá (OF. GLPMDB nº 25/2009).
53. Em 02.03.2009, o Senador Valter Pereira é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Neuto De Conto (OF. GLPMDB nº 25/2009).
54. Em 02.03.2009, o Senador Gilvam Borges é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp (OF. GLPMDB nº 25/2009).
55. Em 10/03/2009, o Senador Arthur Virgílio é designado Suplente do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador João Tenório, que passa à titularidade (Of. 50/09 - GLPSDB).
56. Em 10/03/2009, o Senador João Tenório é designado Titular do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador Arthur Virgílio, que passa à suplência (Of. 50/09 - GLPSDB).
57. Em 10.03.2009, o Senador Delcídio Amaral é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Paulo Paim (Of. nº 025/09-GLDBAG).
58. Em 10.03.2009, o Senador Paulo Paim é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Delcídio Amaral (Of. nº 025/09-GLDBAG).
59. Em 10.03.2009, vago em razão de o Senador Valdir Raupp ter sido designado membro titular do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 061/2009).
60. Em 10.03.2009, o Senador Valdir Raupp é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Geraldo Mesquita Júnior (OF. GLPMDB nº 061/2009).
61. Em 16.04.2009, o Senador Alvaro Dias é designado membro suplente do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador Mário Couto (Of. 76/09-GLPSDB).
62. Em 16.04.2009, o Senador Mário Couto é designado membro titular do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador Alvaro Dias (Of. 76/09-GLPSDB).
63. Em 14.05.2009, o Senador Francisco Dornelles deixa a vaga de membro suplente na Comissão e assume a vaga de membro titular cedida pelo PMDB (OF. GLPMDB nº 001-A-2009).
64. Em 14.05.2009, o Senador Almeida Lima deixa a vaga de membro titular do PMDB na Comissão e assume a vaga de membro suplente (OF. GLPMDB nº 111/2009).
65. Em 12.08.2009, o Senador Arthur Virgílio deixa a suplência e é designado titular do PSDB, em substituição ao Senador Mário Couto, que passa a integrar a Comissão como suplente (Of. 136/09-GLPSDB).
66. A Senadora Marina Silva desfilou-se do Partido dos Trabalhadores, conforme comunicação lida na sessão de 19.08.2009.
67. O Senador Jayme Campos licenciou-se nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 130 dias, a partir de 26.08.09 (Requerimento nº 1.041/2009, aprovado na sessão de 25.08.09).
68. A Senadora Marina Silva filiou-se do Partido Verde, conforme comunicação lida na sessão de 01.09.2009.

Secretário(a): Álvaro Araujo Souza

Reuniões: QUINTAS-FEIRAS - 8:30HS - Plenário nº 13 - Ala Alexandre Costa

Telefone(s): 3303-4607

Fax: 3303-3286

E-mail: scomci@senado.gov.br

8.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE - PLANO DE ACELERAÇÃO DO CRESCIMENTO

Finalidade: Subcomissão Permanente Destinada a Acompanhar a Implementação do Plano de Aceleração do Crescimento - PAC

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Secretário(a): Álvaro Araujo Souza

Telefone(s): 3303-4607

Fax: 3303-3286

E-mail: scomci@senado.gov.br

8.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE INFRA-ESTRUTURA E DESENVOLVIMENTO URBANO

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Secretário(a): Álvaro Araujo Souza

Telefone(s): 3303-4607

Fax: 3303-3286

E-mail: scomci@senado.gov.br

9) COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO - CDR**Número de membros:** 17 titulares e 17 suplentes**PRESIDENTE:** Senador Leomar Quintanilha (PMDB-TO)**VICE-PRESIDENTE:** Senador César Borges (PR-BA)

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B) ⁽³⁾	
César Borges (PR) ⁽²⁴⁾	1. Delcídio Amaral (PT) ^(7,27)
Serys Shessarenko (PT) ^(2,28)	2. Roberto Cavalcanti (PRB) ^(23,50)
Antonio Carlos Valadares (PSB) ⁽²⁶⁾	3. VAGO ⁽²³⁾
José Nery (PSOL) ⁽²⁵⁾	4. VAGO ⁽²³⁾
Maioria (PMDB, PP)	
Leomar Quintanilha (PMDB) ^(35,45)	1. Wellington Salgado de Oliveira (PMDB) ⁽⁴⁶⁾
Valter Pereira (PMDB) ^(1,44)	2. Pedro Simon (PMDB) ⁽⁴³⁾
Romero Jucá (PMDB) ^(4,11,47)	3. Valdir Raupp (PMDB) ⁽⁴¹⁾
Almeida Lima (PMDB) ⁽⁴⁸⁾	4. Gerson Camata (PMDB) ^(42,49,51)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
José Agripino (DEM) ⁽³⁰⁾	1. Gilberto Goellner (DEM) ⁽²⁹⁾
Marco Maciel (DEM) ⁽³⁶⁾	2. Jayme Campos (DEM) ^(38,52)
Rosalba Ciarlini (DEM) ⁽³⁷⁾	3. Demóstenes Torres (DEM) ^(9,12,33)
Adelmir Santana (DEM) ⁽³¹⁾	4. Kátia Abreu (DEM) ^(6,14,32)
Lúcia Vânia (PSDB) ⁽¹⁸⁾	5. Cícero Lucena (PSDB) ⁽²²⁾
Marconi Perillo (PSDB) ⁽¹⁹⁾	6. Sérgio Guerra (PSDB) ^(10,13,17)
Papaléo Paes (PSDB) ⁽²¹⁾	7. Tasso Jereissati (PSDB) ⁽²⁰⁾
PTB ⁽⁵⁾	
Gim Argello ⁽³⁴⁾	1. Mozarildo Cavalcanti ⁽³⁴⁾
PDT	
Jefferson Praia ^(8,15,39)	1. João Durval ^(16,40)

Notas:

1. Vaga cedida ao PTB, nos termos do Ofício nº 361/2007 - GLPMDB.
2. Senadora Patrícia Saboya comunicou filiação partidária em 02.10.2007 (DSF 3.10.2007).
3. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
4. Senador Garibaldi Alves Filho foi eleito Presidente do Senado em 12.12.2007 (art. 77, § 1º, RISF).
5. Nos termos da decisão do Presidente do Senado, publicada no DSF de 14.02.2008.
6. Em 01/04/2008, o Senador Virgínio de Carvalho é designado Suplente em vaga antes ocupada pela Senadora Maria do Carmo Alves, que se encontra licenciada, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 20.03.2008 a 3.02.2009 (Of. 30/08-GLDEM e Req. nº 1.135/2009).
7. Em virtude do retorno da titular, Senadora Marina Silva.
8. Em 04.06.2008, o Senador Jefferson Praia é designado titular do PDT na Comissão (Of. nº 08/08-LPdT).
9. Em 4/7/2008, o Senador Marco Antônio Costa é designado suplente em vaga antes ocupada pela Senadora Kátia Abreu, que se licenciou, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 30.6.2008 a 28.10.2008. (Of. nº 62/08-GLDEM)
10. Em 21/08/2008, o Senador Marconi Perillo é designado Suplente do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador Flexa Ribeiro (Of. 107-08-GLPSDB).

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/sf/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3311-3325/3572/7279

11. Em 28.10.2008, o Senador Romero Jucá é designado membro titular do PMDB na Comissão (Of. nº 461/2008/GLPMDB).
12. Em 29.10.2008, a Senadora Kátia Abreu é designada membro titular do Partido Democratas na Comissão, em substituição ao Senador Marco Antônio Costa (Of. nº 103/2008-GLDEM).
13. Em 26.11.2008, o Senador Flexa Ribeiro é designado suplente do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador Marconi Perillo (Ofício nº 135/08-GLPSDB).
14. Vago em virtude do fim do exercício do Senador Virgínio de Carvalho, devido ao retorno da Titular.
15. Em 11.02.2009, o Senador Cristovam Buarque é designado membro titular do PDT na Comissão (Of. nº 10/2009-GLPDT), em substituição ao Senador Jefferson Praia.
16. Em 11.02.2009, o Senador Jefferson Praia é designado membro suplente do PDT na Comissão (Of. nº 10/2009-GLPDT), em substituição ao Senador Osmar Dias.
17. Em 12.02.2009, o Senador Sérgio Guerra é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 030/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Flexa Ribeiro.
18. Em 12.02.2009, a Senadora Lúcia Vânia teve a sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Liderança do PSDB (Of. nº 030/09-GLPSDB).
19. Em 12.02.2009, o Senador Marconi Perillo é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 030/09-GLPSDB), em substituição à Senadora Marisa Serrano.
20. Em 12.02.2009, o Senador Tasso Jereissati é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 030/09-GLPSDB), em substituição ao Senador João Tenório.
21. Em 12.02.2009, o Senador Papaléo Paes é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 030/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Cícero Lucena.
22. Em 12.02.2009, o Senador Cícero Lucena é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 030/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Tasso Jereissati.
23. Vago em virtude do remanejamento de vagas indicado pela Liderança do Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 016/2009 - GLDBAG).
24. Em 16.02.2009, o Senador César Borges é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição à Senadora Fátima Cleide.
25. Em 16.02.2009, o Senador José Nery é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador João Vicente Claudino.
26. Em 16.02.2009, o Senador Antonio Carlos Valadares é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador João Pedro.
27. Em 16.02.2009, o Senador Delcídio Amaral é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG).
28. Em 16.02.2009, a Senadora Serys Slhessarenko é designada membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição à Senadora Patrícia Saboya.
29. Em 17.02.2009, o Senador Gilberto Goellner é confirmado como membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM).
30. Em 17.02.2009, o Senador José Agripino é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM), em substituição ao Senador Demóstenes Torres.
31. Em 17.02.2009, o Senador Adelmir Santana é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM), em substituição à Senadora Rosalba Ciarlini.
32. Em 17.02.2009, a Senadora Kátia Abreu é designada membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM).
33. Em 17.02.2009, o Senador Demóstenes Torres é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM), em substituição à Senadora Kátia Abreu.
34. Em 17.02.2009, o Senador Gim Argello é designado membro titular do PTB na Comissão (Of. nº 34/09-GLPTB), em substituição ao Senador Mozarildo Cavalcanti, que passa a integrar a suplência.
35. Vago, em virtude de o Senador José Maranhão ter tomado posse no cargo de Governador de Estado, renunciando ao mandato de Senador.
36. Em 17.02.2009, o Senador Marco Maciel é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM), em substituição ao Senador Adelmir Santana.
37. Em 17.02.2009, a Senadora Rosalba Ciarlini é designada membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM), em substituição ao Senador Marco Maciel.
38. Em 17.02.2009, o Senador Jayme Campos é confirmado como membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM).
39. Em 19/02/2009, o Senador Jefferson Praia é designado Titular do PDT na Comissão, em substituição ao Senador Cristovam Buarque (Of. 21/09-GLPDT).
40. Em 19/02/2009, o Senador João Durval é designado Suplente do PDT na Comissão (Of. 21/09-GLPDT).
41. Em 02.03.2009, o Senador Valdir Raupp é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Pedro Simon (OF. GLPMDB nº 33/2009).
42. Em 02.03.2009, o Senador Jarbas Vasconcelos é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp (OF. GLPMDB nº 33/2009).
43. Em 02.03.2009, o Senador Pedro Simon é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Wellington Salgado (OF. GLPMDB nº 33/2009).
44. Em 02.03.2009, o Senador Valter Pereira é designado membro titular do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 33/2009).
45. Em 02.03.2009, o Senador Leomar Quintanilha é designado membro titular do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 33/2009).
46. Em 02.03.2009, o Senador Wellington Salgado é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Leomar Quintanilha (OF. GLPMDB nº 33/2009).

47. Em 02.03.2009, o Senador Romero Jucá teve sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (OF. GLPMDB nº 33/2009).

48. Em 02.03.2009, o Senador Almeida Lima é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Valter Pereira (OF. GLPMDB nº 33/2009).

49. Vago, conforme comunicação do Senador Jarbas Vasconcelos, lido na sessão de 3 de março de 2009.

50. Em 05/03/2009, o Senador Roberto Cavalcanti é designado Suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. 43/2009 - GLDBAG).

51. Em 10.03.2009, o Senador Gerson Camata é designado membro suplente do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 064/2009).

52. O Senador Jayme Campos licenciou-se nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 130 dias, a partir de 26.08.09 (Requerimento nº 1.041/2009, aprovado na sessão de 25.08.09).

Secretário(a): Selma Míriam Perpétuo Martins

Reuniões: QUARTAS-FEIRAS - 14:00HS -

Telefone(s): 3311-4282

Fax: 3311-1627

E-mail: scomcdr@senado.gov.br

10) COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA - CRA**Número de membros:** 17 titulares e 17 suplentes**PRESIDENTE:** Senador Valter Pereira (PMDB-MS)**VICE-PRESIDENTE:** Senador Gilberto Goellner (DEM-MT)

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B) ⁽¹⁾	
Delcídio Amaral (PT) ⁽²²⁾	1. Paulo Paim (PT) ⁽²²⁾
João Pedro (PT) ⁽²¹⁾	2. Fátima Cleide (PT) ^(4,6,18)
Augusto Botelho (PT) ^(20,31,49)	3. Expedito Júnior (PR) ⁽¹⁹⁾
César Borges (PR) ^(17,54)	4. Serys Slhessarenko (PT) ^(23,52)
Maioria (PMDB, PP)	
Leomar Quintanilha (PMDB) ^(2,11,34,48)	1. Romero Jucá (PMDB) ^(45,46)
Neuto De Conto (PMDB) ^(40,44)	2. Valdir Raupp (PMDB) ^(35,42)
Gerson Camata (PMDB) ^(36,47)	3. Renan Calheiros (PMDB) ^(38,43)
Valter Pereira (PMDB) ^(41,50)	4. Paulo Duque (PMDB) ^(37,39)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Gilberto Goellner (DEM) ⁽²⁷⁾	1. Demóstenes Torres (DEM) ^(3,30)
Raimundo Colombo (DEM) ⁽²⁶⁾	2. Heráclito Fortes (DEM) ⁽³²⁾
Kátia Abreu (DEM) ⁽²⁵⁾	3. Rosalba Ciarlini (DEM) ^(7,28)
Jayme Campos (DEM) ^(8,10,33,57)	4. José Agripino (DEM) ⁽²⁹⁾
Arthur Virgílio (PSDB) ^(16,53,56)	5. Mário Couto (PSDB) ^(15,55)
Flexa Ribeiro (PSDB) ^(12,55)	6. João Tenório (PSDB) ⁽¹³⁾
Marisa Serrano (PSDB) ⁽¹³⁾	7. Marconi Perillo (PSDB) ⁽¹⁴⁾
PTB ⁽⁵⁾	
Romeu Tuma ^(9,24)	1. Sérgio Zambiasi ^(24,51)
PDT	
Osmar Dias	1. João Durval

Notas:

1. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
2. Senador Garibaldi Alves Filho foi eleito Presidente do Senado em 12.12.2007 (art. 77, § 1º, RISF).
3. O Senador Edison Lobão encontra-se afastado do exercício do mandato desde 21/01/2008, para exercer o cargo de Ministro de Minas e Energia.
4. Em 01/04/2008, o Senador Sibá Machado é designado Suplente do Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Aloizio Mercadante.
5. Nos termos da decisão do Presidente do Senado, publicada no DSF de 14.02.2008.
6. Em virtude do retorno da titular, Senadora Marina Silva.
7. O Senador Raimundo Colombo licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 26.6.2008 a 24.10.2008.
8. Em 4/7/2008, o Senador Marco Antônio Costa é designado titular em vaga antes ocupada pela Senadora Kátia Abreu, que se licenciou, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 30.6.2008 a 28.10.2008. (Of. nº 62/08-GLDEM)
9. Em virtude do retorno da titular, Senador Cícero Lucena.
10. Em 29.10.2008, a Senadora Kátia Abreu é designada membro titular do Partido Democratas na Comissão, em substituição ao Senador Marco Antônio Costa (Of. nº 103/2008-GLDEM).
11. Em 04/12/2008, o Senador Gerson Camata é designado Titular do PMDB na Comissão (Of. nº 536/2008-GLPMDB).

12. Em 12.02.2009, o Senador Mário Couto é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 031/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Flexa Ribeiro.
13. Em 12.02.2009, a Senadora Marisa Serrano teve a sua indicação, como titular, e o Senador João Tenório, como suplente da Comissão, ratificadas pela Liderança do PSDB (Of. nº 031/09-GLPSDB).
14. Em 12.02.2009, o Senador Marconi Perillo é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 031/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Sérgio Guerra.
15. Em 12.02.2009, o Senador Flexa Ribeiro é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 031/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Marconi Perillo.
16. Em 12.02.2009, a Senadora Lúcia Vânia é designada membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 031/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Cícero Lucena.
17. Em 16.02.2009, o Senador Magno Malta é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador João Pedro.
18. Em 16.02.2009, a Senadora Fátima Cleide é designada membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG).
19. Em 16.02.2009, o Senador Expedito Júnior é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador César Borges.
20. Em 16.02.2009, o Senador Augusto Botelho é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Expedito Júnior.
21. Em 16.02.2009, o Senador João Pedro é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Antonio Carlos Valadares.
22. Em 16.02.2009, o Senador Delcídio Amaral, como titular, e o Senador Paulo Paim, como suplente, tiveram as suas indicações na Comissão ratificadas pela Liderança do Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 016/09-GLDBAG).
23. Vago em virtude do remanejamento de vagas indicado pela Liderança do Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 016/2009 - GLDBAG).
24. Em 17.02.2009, os Senadores Romeu Tuma e Gim Argello são designados, respectivamente, membros titular e suplente do PTB na Comissão (Of. nº 35/09-GLPTB).
25. Em 17/02/2009, a Senadora Kátia Abreu é designada Titular do DEM na Comissão, em substituição ao Senador Gilberto Goellner (Of. 012/09-GLDEM).
26. Em 17/02/2009, o Senador Raimundo Colombo é designado Titular do DEM na Comissão, em substituição ao Senador Jayme Campos (Of. 012/09-GLDEM).
27. Em 17/02/2009, o Senador Gilberto Goellner é designado Titular do DEM na Comissão, em substituição ao Senador Heráclito Fortes (Of. 012/09-GLDEM).
28. Em 17/02/2009, a Senadora Rosalba Ciarlini é designada Suplente do DEM na Comissão, em substituição ao Senador Raimundo Colombo (Of. 012/09-GLDEM).
29. Em 17/02/2009, o Senador José Agripino é designado Suplente do DEM na Comissão, em substituição à Senadora Rosalba Ciarlini (Of. 012/09-GLDEM).
30. Em 17/02/2009, o Senador Demóstenes Torres é designado Suplente do DEM na Comissão (Of. 012/09-GLDEM).
31. Em 17.02.2009, o Bloco de Apoio ao Governo pede seja desconsiderada a indicação do Senador Augusto Botelho como membro titular na Comissão (Of. nº 17/09-GLDBAG).
32. Em 17/02/2009, o Senador Heráclito Fortes é designado Suplente do DEM na Comissão, em substituição ao Senador Eliseu Resende (Of. 012/09-GLDEM).
33. Em 17/02/2009, o Senador Jayme Campos é designado Titular do DEM na Comissão, em substituição à Senadora Kátia Abreu (Of. 012/09-GLDEM).
34. Em 02.03.2009, o Senador Leomar Quintanilha é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Gerson Camata (OF. GLPMDB nº 31/2009).
35. Em 04/03/2009, o Senador Valdir Raupp teve a sua indicação como Suplente da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 46/2009 - GLPMDB).
36. Em 02.03.2009, o Senador Gerson Camata é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Pedro Simon (OF. GLPMDB nº 31/2009).
37. Em 04/03/2009, o Senador Paulo Duque teve a sua indicação como Suplente da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 46/2009 - GLPMDB).
38. Em 04/03/2009, o Senador Renan Calheiros teve a sua indicação como Suplente da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 46/2009 - GLPMDB).
39. Em 02.03.2009, o Senador Paulo Duque é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Mão Santa (OF. GLPMDB nº 31/2009).
40. Em 02.03.2009, o Senador Neuto De Conto é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Leomar Quintanilha (OF. GLPMDB nº 31/2009).
41. Em 02.03.2009, o Senador Mão Santa é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Neuto De Conto (OF. GLPMDB nº 31/2009).
42. Em 02.03.2009, o Senador Valdir Raupp é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Romero Jucá (OF. GLPMDB nº 31/2009).
43. Em 02.03.2009, o Senador Renan Calheiros é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Valter Pereira (OF. GLPMDB nº 31/2009).

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/sf/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3311-3325/3572/7279

44. Em 04/03/2009, o Senador Neuto de Conto teve a sua indicação como Titular da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 46/2009 - GLPMDB).
45. Em 02.03.2009, o Senador Romero Jucá é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp (Of. GLPMDB nº 31/2009).
46. Em 04/03/2009, o Senador Romero Jucá teve a sua indicação como Suplente da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 46/2009 - GLPMDB).
47. Em 04/03/2009, o Senador Gerson Camata teve a sua indicação como Titular da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 46/2009 - GLPMDB).
48. Em 04/03/2009, o Senador Leomar Quintanilha teve a sua indicação como Titular da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 46/2009 - GLPMDB).
49. Em 03.03.2009, o Senador Augusto Botelho é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 024/09-GLDBAG).
50. Em 04/03/2009, o Senador Valter Pereira é designado Titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Mão Santa (Of. 46/2009 - GLPMDB).
51. Em 05/03/2009, o Senador Sérgio Zambiasi é designado Suplente do PTB na Comissão, em substituição ao Senador Gim Argello (Of. 86/2009 - GLPTB).
52. Em 31.03.2009, a Senadora Serys Slhessarenko é designada membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 072/2009-GLDBAG).
53. Em 16.04.2009, a Senadora Lúcia Vânia deixa de integrar a Comissão em virtude da comunicação contida no Of. nº 75/09-GLPSDB.
54. Em 29.04.2009, o Senador César Borges é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Magno Malta (Of. nº 016/09-GLDBAG).
55. Em 12.08.2009, o Senador Flexa Ribeiro deixa a suplência e é designado titular do PSDB, em substituição ao Senador Mário Couto, que passa a integrar a Comissão como suplente (Of. 138/09-GLPSDB).
56. Em 12.08.2009, o Senador Arthur Virgílio é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of. 137/09-GLPSDB).
57. O Senador Jayme Campos licenciou-se nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 130 dias, a partir de 26.08.09 (Requerimento nº 1.041/2009, aprovado na sessão de 25.08.09).

Secretário(a): Marcello Varella
Reuniões: QUINTAS-FEIRAS - 12:00HS -
Telefone(s): 3311-3506
E-mail: marcello@senado.gov.br

10.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DOS BIOCOMBUSTÍVEIS**Número de membros:** 7 titulares e 7 suplentes**PRESIDENTE:** VAGO**VICE-PRESIDENTE:** VAGO

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B) ⁽¹⁾	
VAGO ⁽²⁾	1. Paulo Paim (PT)
VAGO ⁽⁴⁾	2. Expedito Júnior (PR)
Maioria (PMDB, PP)	
Valter Pereira (PMDB)	1. Valdir Raupp (PMDB)
Neuto De Conto (PMDB)	2. Mão Santa (PMDB)
Bloco Parlamentar da Minoria (PSDB, DEM)	
Gilberto Goellner (DEM)	1. Raimundo Colombo (DEM) ⁽³⁾
	2. Rosalba Ciarlini (DEM)
João Tenório (PSDB)	3. VAGO ⁽⁴⁾
Marisa Serrano (PSDB)	

Notas:

1. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
2. O Senador Sibá Machado deixou o exercício do mandato em 14.05.2008, em virtude do retorno da titular, Senadora Marina Silva.
3. O Senador Raimundo Colombo licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 26.6.2008 a 24.10.2008.
4. Vago em 17.02.09 em virtude de os Senadores não pertencerem mais à Comissão.

Secretário(a): Marcello Varella**Telefone(s):** 3311-3506**E-mail:** marcello@senado.gov.br

11) COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA - CCT

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA)

VICE-PRESIDENTE: Senador Lobão Filho (PMDB-MA)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B) (4)	
Marcelo Crivella (PRB) (19)	1. Delcídio Amaral (PT) (22)
Renato Casagrande (PSB) (21)	2. Flávio Arns (PT) (19)
Magno Malta (PR) (20)	3. Antonio Carlos Valadares (PSB) (18,45)
Roberto Cavalcanti (PRB) (18,41,47)	4. João Ribeiro (PR) (18,43)
Maioria (PMDB, PP)	
Wellington Salgado de Oliveira (PMDB) (39)	1. Valter Pereira (PMDB) (38)
Lobão Filho (PMDB) (36)	2. Romero Jucá (PMDB) (35)
Gerson Camata (PMDB) (7,10,37)	3. Gilvam Borges (PMDB) (8,9,40,46,48)
Valdir Raupp (PMDB) (34,44)	4. Leomar Quintanilha (PMDB) (2)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Antonio Carlos Júnior (DEM) (29)	1. Gilberto Goellner (DEM) (27)
Demóstenes Torres (DEM) (3,24)	2. Eliseu Resende (DEM) (25)
José Agripino (DEM) (6,12,31)	3. Marco Maciel (DEM) (1)
Efraim Moraes (DEM) (26)	4. Kátia Abreu (DEM) (30)
Cícero Lucena (PSDB) (16)	5. Eduardo Azeredo (PSDB) (17,28)
Flexa Ribeiro (PSDB) (17,28)	6. Sérgio Guerra (PSDB) (14,49)
Papaléo Paes (PSDB) (15)	7. Arthur Virgílio (PSDB) (11,17,42)
PTB (5)	
Sérgio Zambiasi (23)	1. Fernando Collor (23)
PDT	
Flávio Torres (13,33,50,51)	1. Cristovam Buarque (32)

Notas:

1. Em 17/02/2009, o Senador Marco Maciel é confirmado como membro Suplente DEM na Comissão (Of. 012/09-GLDEM).
2. O Senador Leomar Quintanilha teve a sua indicação como suplente da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 32/2009-GLPMDB).
3. Senador Romeu Tuma comunicou, em 11.10.2007, filiação ao PTB (DSF 15.10.2007)
4. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
5. Nos termos da decisão do Presidente do Senado, publicada no DSF de 14.02.2008.
6. Em 01/04/2008, o Senador Virgínio de Carvalho é designado Titular em vaga antes ocupada pela Senadora Maria do Carmo Alves, que se encontra licenciada, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 20.03.2008 a 3.02.2009 (Of. 30/08-GLDEM e Req. nº 1.135/2009).
7. Em 17/04/2008, o Senador Geovani Borges é designado Titular em vaga antes ocupada pelo Senador Gilvam Borges, que se encontra licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 17.04.2008 a 24.08.2008 (Of. 113/08-GLPMDB).
8. Vaga cedida pelo PMDB ao PTB, em 29.05.2008, nos termos do OF. GLPMDB Nº 151/2008.
9. Em 02.06.2008, o Senador Gim Argello, do PTB, é designado suplente na Comissão, em vaga do PMDB (OF. Nº 088/2008/GLPTB).
10. Em 26.08.2008, o Senador Gilvam Borges é designado membro titular do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 353/2008).

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/sf/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3311-3325/3572/7279

11. Em 21/10/2008, o Senador Sérgio Guerra é designado Suplente do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador Papaléo Paes (Of. nº 121/08-GLPSDB).
12. Vago em virtude do fim do exercício do Senador Virgínio de Carvalho, devido ao retorno da Titular.
13. Em 11.02.2009, o Senador Cristovam Buarque teve a sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Liderança do PDT (Of. nº 11/09-GLPDT).
14. Em 12.02.2009, a Senadora Marisa Serrano é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 032/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Marconi Perillo.
15. Em 12.02.2009, o Senador Papaléo Paes é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 032/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Cícero Lucena.
16. Em 12.02.2009, o Senador Cícero Lucena é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 032/09-GLPSDB), em substituição ao Senador João Tenório.
17. Em 12.02.2009, os Senadores Flexa Ribeiro e Sérgio Guerra tiveram as suas indicações, como suplentes, e o Senador Eduardo Azeredo, como titular da Comissão, ratificadas pela Liderança do PSDB (Of. nº 032/09-GLPSDB).
18. Vago em virtude do remanejamento de vagas indicado pela Liderança do Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 016/2009 - GLDBAG).
19. Em 16.02.2009, o Senador Marcelo Crivella, como titular, e o Senador Flávio Arns, como suplente, tiveram as suas indicações na Comissão ratificadas pela Liderança do Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 016/09-GLDBAG).
20. Em 16.02.2009, o Senador Magno Malta é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Renato Casagrande.
21. Em 16.02.2009, o Senador Renato Casagrande é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Augusto Botelho.
22. Em 16.02.2009, o Senador Delcídio Amaral é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Expedito Júnior.
23. Em 17.02.2009, o Senador Sérgio Zambiasi é confirmado como membro titular do PTB na Comissão e o Senador Fernando Collor é designado como membro suplente (Of. nº 36/09-GLPTB).
24. Em 17/02/2009, o Senador Demóstenes Torres é designado Titular do DEM na Comissão, em substituição ao Senador Romeu Tuma (Of. 012/09-GLDEM).
25. Em 17/02/2009, o Senador Eliseu Resende é designado Suplente do DEM na Comissão, em substituição ao Senador Heráclito Fortes (Of. 012/09-GLDEM).
26. Em 17/02/2009, o Senador Efraim Morais é designado Titular do DEM na Comissão, em substituição ao Senador Antonio Carlos Junior (Of. 012/09-GLDEM).
27. Em 17/02/2009, o Senador Gilberto Goellner é designado Suplente do DEM na Comissão, em substituição ao Senador Eliseu Resende (Of. 012/09-GLDEM).
28. Em 17.02.2009, o Senador Flexa Ribeiro é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 42/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Eduardo Azeredo, que passa à suplência.
29. Em 17/02/2009, o Senador Antonio Carlos Júnior é designado Titular do DEM na Comissão, em substituição ao Senador Demóstenes Torres (Of. 012/09-GLDEM).
30. Em 17/02/2009, a Senadora Kátia Abreu é designada Suplente do DEM na Comissão, em substituição à Senadora Rosalba Ciarlini (Of. 012/09-GLDEM).
31. Em 17/02/2009, o Senador José Agripino é designado Titular do DEM na Comissão (Of. 012/09-GLDEM).
32. Em 19/02/2009, o Senador Cristovam Buarque é designado Suplente do PDT na Comissão (Of. 23/09-GLPDT).
33. Em 19/02/2009, a Senadora Patrícia Saboya é designada Titular do PDT na Comissão em substituição ao Senador Cristovam Buarque (Of. 23/09-GLPDT).
34. Em 02/03/2009, o Senador Geraldo Mesquita Júnior é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Valter Pereira (Of. 32/2009-GLPMDB).
35. Em 02/03/2009, o Senador Romero Jucá é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Gerson Camata (Of. 32/2009-GLPMDB).
36. Em 02/03/2009, o Senador Lobão Filho é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Wellington Salgado de Oliveira (Of. 32/2009-GLPMDB).
37. Em 02/03/2009, o Senador Gerson Camata é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Gilvam Borges (Of. 32/2009-GLPMDB).
38. Em 02/03/2009, o Senador Valter Pereira é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Romero Jucá (Of. 32/2009-GLPMDB).
39. Em 02/03/2009, o Senador Wellington Salgado de Oliveira é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp (Of. 32/2009-GLPMDB).
40. Em 02/03/2009, o Senador Valdir Raupp é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Gim Argello (Of. 32/2009-GLPMDB).
41. Em 04.03.2009, o Senador Antonio Carlos Valadares é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 030/2009-GLDBAG).
42. Em 10/03/2009, o Senador Arthur Virgílio é designado Suplente do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador Sérgio Guerra (Of. 54/09-GLPSDB).

43. Em 10.03.2009, o Senador João Ribeiro é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 039/2009-GLDBAG).
44. Em 10.03.2009, o Senador Valdir Raupp é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Geraldo Mesquita Júnior (Of. GLPMDB nº 061/2009).
45. Em 10.03.2009, o Senador Antonio Carlos Valadares é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 049/2009-GLDBAG).
46. Em 10.03.2009, vago em razão de o Senador Valdir Raupp ter sido designado membro titular do PMDB na Comissão (Of. GLPMDB nº 061/2009).
47. Em 10.03.2009, o Senador Roberto Cavalcanti é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Antonio Carlos Valadares (Of. nº 046/09-GLDBAG).
48. Em 11.03.2009, o Senador Gilvam Borges é designado membro suplente do PMDB na Comissão (Of. GLPMDB nº 065/2009).
49. Em 12.03.2009, o Senador Sérgio Guerra é designado membro suplente do PSDB na Comissão, em substituição à Senadora Marisa Serrano (Of. nº 054/09-GLPSDB).
50. A Senadora Patrícia Saboya encontra-se licenciada, nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, conforme o Requerimento nº 878, de 2009, aprovado no dia 15/07/2009, na Sessão Deliberativa Extraordinária iniciada em 14/07/2009.
51. Em 04.08.2009, o Senador Flávio Torres é designado membro titular do PDT na Comissão, em substituição à Senadora Patrícia Saboya (Of. nº 58/09-LPDT).

Secretário(a): Égli Lucena Heusi Moreira
Reuniões: QUARTAS-FEIRAS - 08:45HS -
Telefone(s): 3311-1120
Fax: 3311-2025
E-mail: scomcct@senado.gov.br

11.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE SERVIÇOS DE INFORMÁTICA**Número de membros:** 5 titulares e 5 suplentes**PRESIDENTE:** VAGO**VICE-PRESIDENTE:** VAGO

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B) ⁽¹⁾	
Flávio Arns (PT)	1. Sérgio Zambiasi (PTB)
Renato Casagrande (PSB)	2. VAGO ⁽³⁾
Maioria (PMDB, PP)	
Valter Pereira (PMDB)	1. VAGO ⁽²⁾
Bloco Parlamentar da Minoria (PSDB, DEM)	
Demóstenes Torres (DEM)	1. VAGO ⁽³⁾
Eduardo Azeredo (PSDB)	2. Cícero Lucena (PSDB)

Notas:

1. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
2. Vago, em virtude de o Senador Gilvam Borges ter-se licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 17.04.2008 a 24.08.2008, e ter sido substituído pelo Senador Geovani Borges, na Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (Of. 113/2008-GLPMDB).
3. Vago em 17.02.09 em virtude de os Senadores não pertencerem mais à Comissão.

Secretário(a): Égli Lucena Heusi Moreira**Telefone(s):** 3311-1120**Fax:** 3311-2025**E-mail:** scomcct@senado.gov.br

COMPOSIÇÃO CONSELHOS e ÓRGÃOS

1) CORREGEDORIA PARLAMENTAR

(Resolução nº 17, de 1993)

SENADORES	CARGO
Senador Romeu Tuma (PTB-SP) ⁽¹⁾	CORREGEDOR
VAGO	1º CORREGEDOR SUBSTITUTO
VAGO	2º CORREGEDOR SUBSTITUTO
VAGO	3º CORREGEDOR SUBSTITUTO

Atualização: 05/03/2009

Notas:

1. Eleito na Sessão do Senado Federal de 04.03.2009

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)

Endereço:Senado Federal - Anexo II - Térreo

Telefone(s):3303-5255 **Fax:**3303-5260

E-mail:scop@senado.gov.br

2) CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

Número de membros: 15 titulares e 15 suplentes

PRESIDENTE: Senador Paulo Duque (PMDB-RJ) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Gim Argello (PTB-DF) ⁽⁴⁾

1ª Eleição Geral: 19/04/1995 **5ª Eleição Geral:** 23/11/2005

2ª Eleição Geral: 30/06/1999 **6ª Eleição Geral:** 06/03/2007

3ª Eleição Geral: 27/06/2001 **7ª Eleição Geral:** 14/07/2009

4ª Eleição Geral: 13/03/2003

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B)	
VAGO ⁽³⁾	1. Delcídio Amaral (PT-MS)
João Pedro (PT-AM)	2. Ideli Salvatti (PT-SC)
VAGO ⁽²⁾	3. Eduardo Suplicy (PT-SP)
Inácio Arruda (PC DO B-CE)	4. Augusto Botelho (PT-RR)
Maioria (PMDB, PP)	
Wellington Salgado de Oliveira (PMDB-MG)	1. Valdir Raupp (PMDB-RO)
Almeida Lima (PMDB-SE)	2. Romero Jucá (PMDB-RR)
Gilvam Borges (PMDB-AP)	3. Mão Santa (PMDB-PI)
Paulo Duque (PMDB-RJ)	4. VAGO ⁽⁵⁾
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
VAGO ⁽¹¹⁾	1. VAGO ⁽¹⁰⁾
VAGO ⁽¹²⁾	2. VAGO ⁽⁹⁾
VAGO ⁽⁶⁾	3. VAGO ⁽⁷⁾
VAGO ⁽⁸⁾	4. VAGO ⁽⁸⁾
VAGO ⁽⁸⁾	5.
PTB	
Gim Argello (DF)	1. João Vicente Claudino (PI)
PDT	
João Durval (BA)	1. Jefferson Praia (AM)
Corregedor do Senado (Membro nato - art. 25 da Resolução nº 20/93)	
Romeu Tuma (PTB/SP)	

Atualização: 27/08/2009

Notas:

1. Eleito na 1ª reunião do Conselho de 2009, realizada em 15.07.2009

2. O Senador João Ribeiro (PR-TO) declinou do mandato de membro titular do Conselho, conforme Of. nº 60/2009-GSJRI, de 15.07.2009, lido em sessão plenária da mesma data.

3. O Senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE) renunciou ao mandato de membro titular do Conselho, conforme Of.GSACV nº 161/2009, de 03.08.2009, lido em sessão plenária da mesma data.

4. Eleito na 2ª reunião do Conselho de 2009, realizada em 05.08.2009.

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/sf/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3311-3325/3572/7279

5. O Senador Lobão Filho(PMDB-MA) renunciou ao mandato de suplente do Conselho, conforme Of.01-G/2009, de 19.08.2009, lido em sessão plenária da mesma data.
6. O Senador Eliseu Resende (DEM-MG) renunciou ao mandato de membro titular do Conselho, conforme Of.117/2009-GLDEM, de 25.08.2009, lido em sessão plenária da mesma data.
7. A Senadora Maria do Carmo Alves (DEM-SE) renunciou ao mandato de suplente do Conselho, conforme Of.029/2009-GSMALV, de 25.08.2009, lido em sessão plenária da mesma data.
8. Os Senadores Sérgio Guerra (PSDB-PE), Marisa Serrano (PSDB-MG) renunciaram ao mandato de membro titular do Conselho e o Senador Arthur Virgílio (PSDB-AM) ao de suplente, conforme Of. s/nº, de 25.08.2009, lido em sessão plenária da mesma data.
9. A Senadora Rosalba Ciarlini (DEM-RN) renunciou ao mandato de suplente do Conselho, conforme Of.119/2009-GLDEM, de 25.08.2009, lido em sessão plenária da mesma data.
10. O Senador Antonio Carlos Júnior (DEM-BA) renunciou ao mandato de suplente do Conselho, conforme Of.118/2009-GLDEM, de 25.08.2009, lido em sessão plenária da mesma data.
11. O Senador Demostenes Torres (DEM-GO) renunciou ao mandato de membro titular do Conselho, conforme Of.116/2009-GLDEM, de 25.08.2009, lido em sessão plenária da mesma data.
12. O Senador Heráclito Fortes (DEM-PI) renunciou ao mandato de membro titular do Conselho, conforme Of. nº 115/2009-GLDEM, de 25.08.2009, lido em sessão plenária de 27.08.2009.

SECRETARIA-GERAL DA MESA**Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)****Endereço:**Senado Federal - Anexo II - Térreo**Telefone(s):**3303-5255 **Fax:**3303-5260**E-mail:**scop@senado.gov.br

3) PROCURADORIA PARLAMENTAR**(Resolução do Senado Federal nº 40/95)**

SENADOR	BLOCO / PARTIDO
Demóstenes Torres (DEM/GO) ⁽¹⁾	Bloco Parlamentar da Minoria
João Tenório (PSDB/AL) ⁽¹⁾	Bloco Parlamentar da Minoria
Antonio Carlos Valadares (PSB/SE) ⁽²⁾	Bloco de Apoio ao Governo
	PMDB
Gim Argello (PTB/DF) ⁽¹⁾	PTB

Atualização: 17/04/2008**Notas:**

1. Designados na Sessão do Senado Federal de 09.04.2008.

2. Designado na Sessão do Senado Federal de 17.04.2008.

SECRETARIA-GERAL DA MESA**Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)****Endereço:**Senado Federal - Anexo II - Térreo**Telefone(s):**3303-5255 **Fax:**3303-5260**E-mail:**scop@senado.gov.br

4) CONSELHO DO DIPLOMA MULHER-CIDADÃ BERTHA LUTZ**Número de membros:** 12 titulares**PRESIDENTE:** Senador Marco Maciel (DEM-PE) ⁽²⁾**VICE-PRESIDENTE:** Senadora Lúcia Vânia (PSDB-GO) ⁽²⁾**1ª Designação:** 03/12/2001**2ª Designação:** 26/02/2003**3ª Designação:** 03/04/2007**4ª Designação:** 12/02/2009

MEMBROS
PMDB
Wellington Salgado de Oliveira (MG) ⁽³⁾
DEM
Marco Maciel (PE)
PSDB
Lúcia Vânia (GO)
PT
Fátima Cleide (RO)
PTB
VAGO ⁽¹⁾
PDT
Flávio Torres (CE) ⁽⁴⁾
PR
Expedito Júnior (RO)
PSB
Renato Casagrande (ES)
PRB
Marcelo Crivella (RJ)
PC DO B
Inácio Arruda (CE)
PP
PSOL
José Nery (PA)

Atualização: 07/08/2009**Notas:**

1. Vago tendo em vista a comunicação de desligamento do Senador Mozarildo Calvacante, conforme Of.nº088/2009/GLPTB.

2. Eleitos na 1ª Reunião do Conselho, realizada em 17.06.2009.

3. Indicado para ocupar a vaga destinada ao PMDB, conforme Of.GLPMDF nº 020-A-2009, lido na sessão do dia 24.06.2009.

4. Em 04.08.2009, o Senador Flávio Torres (PDT-CE) foi designado titular do Conselho do Diploma Mulher-Cidadã Bertha Lutz, em substituição à Senadora Patrícia Saboya, que se encontra licenciada, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, a partir de 17.07.2009 (Of. nº61/09-LPDT).

CONSELHOS

CONSELHO DA ORDEM DO CONGRESSO NACIONAL

(Criado pelo Decreto Legislativo nº 70, de 23.11.1972)
(Regimento Interno baixado pelo Ato nº 1, de 1973-CN)

COMPOSIÇÃO

Grão-Mestre: Presidente do Senado Federal
Chanceler: Presidente da Câmara dos Deputados

MESA DA CÂMARA DOS DEPUTADOS	MESA DO SENADO FEDERAL
<u>PRESIDENTE</u> Deputado Michel Temer (PMDB-SP)	<u>PRESIDENTE</u> Senador José Sarney (PMDB-AP)
<u>1º VICE-PRESIDENTE</u> Deputado Marco Maia (PT-RS)	<u>1º VICE-PRESIDENTE</u> Senador Marconi Perillo (PSDB-GO)
<u>2º VICE-PRESIDENTE</u> Deputado Antonio Carlos Magalhães Neto (DEM-BA)	<u>2º VICE-PRESIDENTE</u> Senadora Serys Slhessarenko (PT-MT)
<u>1º SECRETÁRIO</u> Deputado Rafael Guerra (PSDB-MG)	<u>1º SECRETÁRIO</u> Senador Heráclito Fortes (DEM-PI)
<u>2º SECRETÁRIO</u> Deputado Inocêncio Oliveira (PR-PE)	<u>2º SECRETÁRIO</u> Senador João Vicente Claudino (PTB-PI)
<u>3º SECRETÁRIO</u> Deputado Odair Cunha (PT-MG)	<u>3º SECRETÁRIO</u> Senador Mão Santa (PMDB-PI)
<u>4º SECRETÁRIO</u> Deputado Nelson Marquezelli (PTB-SP)	<u>4º SECRETÁRIO</u> Senador Patrícia Saboya (PDT-CE)
<u>LÍDER DA MAIORIA</u> Deputado Henrique Eduardo Alves (PMDB-RN)	<u>LÍDER DA MAIORIA</u> Senador Renan Calheiros (PMDB-AL)
<u>LÍDER DA MINORIA</u> Deputado André de Paula (DEM-PE)	<u>LÍDER DO BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA</u> Senador Raimundo Colombo (DEM-SC)
<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA</u> Deputado Tadeu Filippelli (PMDB-DF)	<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA</u> Senador Demóstenes Torres (DEM-GO)
<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DE DEFESA NACIONAL</u> Deputado Severiano Alves (PDT-BA)	<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL</u> Senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG)

(Atualizada em 07.05.2009)

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
Senado Federal – Anexo II - Térreo
Telefones: 3303-4561 e 3303-5258
scop@senado.gov.br

CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

(13 titulares e 13 suplentes)

(Criado pela Lei nº 8.389, de 30 de dezembro de 1991)

(Regimento Interno aprovado nos termos do Ato da Mesa nº 1, de 2004)

Presidente:

Vice-Presidente:

LEI Nº 8.389/91, ART. 4º	TITULARES	SUPLENTES
Representante das empresas de rádio (inciso I)		
Representante das empresas de televisão (inciso II)		
Representante de empresas da imprensa escrita (inciso III)		
Engenheiro com notório conhecimento na área de comunicação social (inciso IV)		
Representante da categoria profissional dos jornalistas (inciso V)		
Representante da categoria profissional dos radialistas (inciso VI)		
Representante da categoria profissional dos artistas (inciso VII)		
Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo (inciso VIII)		
Representante da sociedade civil (inciso IX)		
Representante da sociedade civil (inciso IX)		
Representante da sociedade civil (inciso IX)		
Representante da sociedade civil (inciso IX)		
Representante da sociedade civil (inciso IX)		

1ª Eleição Geral: Sessão do Congresso Nacional de 5.6.2002

2ª Eleição Geral: Sessão do Congresso Nacional de 22.12.2004

SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)

Senado Federal – Anexo II - Térreo

Telefones: (61) 3311-4561 e 3311-5258

scop@senado.gov.br - www.senado.gov.br/ccs

CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL
(Criado pela Lei nº 8.389, de 30 de dezembro de 1991)
(Regimento Interno aprovado nos termos do Ato da Mesa nº 1, de 2004)

COMISSÕES DE TRABALHO

01 – COMISSÃO DE REGIONALIZAÇÃO E QUALIDADE DA PROGRAMAÇÃO E DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA

02 – COMISSÃO DE TECNOLOGIA DIGITAL

03 – COMISSÃO DE TV POR ASSINATURA

04 – COMISSÃO DE MARCO REGULATÓRIO

05 – COMISSÃO DE LIBERDADE DE EXPRESSÃO

SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
Senado Federal – Anexo II - Térreo
Telefones: (61) 3311-4561 e 3311-5258
scop@senao.gov.br
www.senado.gov.br/ccai

REPRESENTAÇÃO BRASILEIRA NO PARLAMENTO DO MERCOSUL

COMPOSIÇÃO

18 Titulares (9 Senadores e 9 Deputados) e 18 Suplentes (9 Senadores e 9 Deputados)

Designação: 27/04/2007

Presidente: Deputado José Paulo Tóffano (PV - SP)¹²
 Vice-Presidente: Senador Inácio Arruda (PCdoB - CE)¹²
 Vice-Presidente: Deputado Germano Bonow (DEM - RS)¹²

SENADORES

TITULARES	SUPLENTES
Maioria (PMDB)	
PEDRO SIMON (PMDB/RS)	1. NEUTO DE CONTO (PMDB/SC)
GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB/AC)	2. VALDIR RAUPP (PMDB/RO)
DEM	
EFRAIM MORAIS (DEM/PB)	1. ADELMIR SANTANA (DEM/DF)
ROMEU TUMA (PTB/SP)	2. RAIMUNDO COLOMBO ⁶ (DEM/SC)
PSDB	
MARISA SERRANO (PSDB/MS)	1. EDUARDO AZEREDO (PSDB/MG)
PT	
ALOIZIO MERCADANTE (PT/SP)	1. FLÁVIO ARNS (PT/PR)
PTB	
SÉRGIO ZAMBIASI (PTB/RS)	1. FERNANDO COLLOR (PTB/AL)
PDT	
CRISTOVAM BUARQUE (PDT/DF)	1. OSMAR DIAS ⁴ (PDT/PR)
PCdoB	
INÁCIO ARRUDA (PCdoB/CE)	1. JOSÉ NERY ⁸ (PSOL/PA)

DEPUTADOS

TITULARES	SUPLENTES
PMDB/PT/PP/PR/PTB/PSC/PTC/PTdoB	
VALDIR COLATTO (PMDB/SC) ¹⁰	1. MOACIR MICHELETTO ⁷ (PMDB/PR)
DR. ROSINHA (PT/PR)	2. NILSON MOURÃO (PT/AC)
GEORGE HILTON (PP/MG)	3. RENATO MOLLING (PP/RS)
IRIS DE ARAÚJO (PMDB/GO)	4. LELO COIMBRA (PMDB/ES) ¹¹
PSDB/DEM/PPS	
CLAUDIO DIAZ (PSDB/RS)	1. LEANDRO SAMPAIO ⁵ (PPS/RJ)
GERALDO THADEU (PPS/MG)	2. ANTONIO CARLOS PANNUNZIO ³ (PSDB/SP)
GERMANO BONOW (DEM/RS)	3. CELSO RUSSOMANNO (PP/SP) ¹
PSB/PDT/PCdoB/PMN/PAN	
BETO ALBUQUERQUE (PSB/RS)	1. VIEIRA DA CUNHA (PDT/RS)
PV	
JOSÉ PAULO TÓFFANO (PV/SP)	1. DR. NECHAR (PV/SP)

(Atualizada em 28.05.2009)

Secretaria: Câmara dos Deputados - Anexo II - Sala T/28 – 70160-900 Brasília – DF / Brasil

Fones: (55) 61 3216-6871 / 6878 Fax: (55) 61 3216-6880

e-mail: cpcm@camara.gov.br www.camara.gov.br/mercosul

¹ Indicado conforme Ofício nº 160-L-DEM/08, de 04.06.08, do Líder do DEM, Deputado Antonio Carlos Magalhães Neto, lido na Sessão do SF de 05.06.08.

² Eleito em 14.8.2007, para o biênio 2007/2008.

³ Indicado conforme Of. PSDB nº 856/2007, de 28.11.2007, do Líder do PSDB, Deputado Antonio Carlos Pannunzio, lido na Sessão do SF de 19.12.2007.

⁴ Indicado conforme Ofício nº 28/08-LPDT, de 09.07.08, do Líder do PDT, Senador Osmar Dias, lido na Sessão do SF de 09.07.08, em substituição ao Senador Jefferson Praia, em virtude de sua renúncia, conforme Of. s/nº, datado de 09.07.2008.

⁵ Indicado pela Liderança do PPS, nos termos do OF/LID/Nº 157/2008, de 19.06.2008, lido na Sessão do Senado Federal dessa mesma data, tendo em vista a renúncia do Deputado Ilderlei Cordeiro, conforme OF GAB Nº 53/2008, de 18.06.2008.

⁶ O Senador Raimundo Colombo retornou ao exercício do mandato em 25.10.2008, conforme comunicado datado de 28.10.2008, lido na Sessão do Senado Federal dessa mesma data.

⁷ Indicado pela Liderança do PMDB, nos termos do OF/GAB/I/nº 949/2008, de 11.11.2008, lido na Sessão do Senado Federal de 12.11.2008.

⁸ Indicado pela Liderança do PC do B, nos termos do Ofício IA/Nº 269/2008, de 16.12.2008, lido na Sessão do Senado Federal de 17.12.2008.

⁹ Indicado pela Liderança do PPS, nos termos do OF/LID/Nº 266/2007, de 17.07.07, em substituição ao Deputado Geraldo Resende.

¹⁰ Vaga anteriormente ocupada pelo Deputado Cezar Schirmer, que renunciou à suplência do mandato de parlamentar, conforme Of.

29/2009/SGM/P, de 14.01.2009. O Deputado Valdir Colatto renunciou à vaga de suplente para assumir a de titular, conforme o Ofício nº 034/2009-GAB/10-CD, de 11.02.2009, e o OF/GAB/I/Nº 12, de 28.01.2009.

¹¹ Indicado pela Liderança do PMDB, nos termos do OF/GAB/I/Nº 177, de 12.03.2009, lido na Sessão do Senado Federal de 12.03.2009.

¹² Eleitos para o biênio 2009/2010, em reunião realizada no dia 27.05.09, conforme Ofício P/48/2009, de 28.05.2009, lido nessa mesma data.

MESA DO PARLAMENTO DO MERCOSUL

PRESIDENTE: Parlamentar Ignacio Mendonza Unzain (Py)

VICE-PRESIDENTE: Deputado Juan Jose Dominguez (Uy)

VICE-PRESIDENTE: Senador José Juan Bautista Pampuro (Ar)

VICE-PRESIDENTE: Senador Aloizio Mercadante (Br)

Secretaria: Câmara dos Deputados - Anexo II - Sala T/28 – 70160-900 Brasília – DF / Brasil

Fones: (55) 61 3216-6871 / 6878 Fax: (55) 61 3216-6880

e-mail: cpcm@camara.gov.br

www.camara.gov.br/mercosul

COMISSÃO MISTA DE CONTROLE DAS ATIVIDADES DE INTELIGÊNCIA - CCAI
(Art. 6º da Lei nº 9.883, de 1999)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Deputado Severiano Alves

CÂMARA DOS DEPUTADOS	SENADO FEDERAL
<u>LÍDER DA MAIORIA</u> HENRIQUE EDUARDO ALVES PMDB-RN	<u>LÍDER DA MAIORIA</u> RENAN CALHEIROS PMDB-AL
<u>LÍDER DA MINORIA</u> ANDRÉ DE PAULA DEM-PE	<u>LÍDER DO BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA</u> RAIMUNDO COLOMBO DEM-SC
<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DE DEFESA NACIONAL</u> SEVERIANO ALVES PDT-BA	<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL</u> EDUARDO AZEREDO PSDB-MG

(Atualizada em 07.05.2009)

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
Senado Federal – Anexo II - Térreo
Telefones: 3303-4561 e 3303- 5258
scop@senado.gov.br
www.senado.gov.br/ccai

PREÇO DE ASSINATURA SEMESTRAL

Assinatura do DCD ou DSF s/o porte	R\$31,00
Porte de Correio	R\$96,00
Assinatura do DCD ou DSF c/o porte	R\$127,60 (cada)
Valor do número avulso	R\$0,30
Porte avulso	R\$0,80

PREÇO DE ASSINATURA ANUAL

Assinatura do DCD ou DSF s/o porte	R\$62,00
Porte de Correio	R\$193,20
Assinatura do DCD ou DSF c/o porte	R\$255,20 (cada)
Valor do número avulso	R\$0,30
Porte avulso	R\$0,80

ug – 00001
gestão – 020055

Os pedidos deverão ser acompanhados de Notas de Empenho. Ordem de Pagamento pelo Banco de Brasil, Agência 4201-3, conta nº 170500-8, ou recibo de depósito via FAX (0xx61) 244-5450, a favor do FUNSEEP, indicando a assinatura pretendida, conforme tabela de códigos identificadores abaixo discriminado:

Subsecretaria de Edições Técnicas	02005500001001-0
Assinaturas DCN	02005500001002-9
Venda de Editais	02005500001003-7
Orçamento/Cobrança	02005500001004-5
Aparas de Papel	02005500001005-3
Leilão	02005500001006-1
Aluguéis	02005500001007-x
Cópias Reprográficas	02005500001008-8

SECRETARIA ESPECIAL DE EDITORAÇÃO E PUBLICAÇÕES
PRAÇA DOS TRÊS PODERES S/Nº – BRASÍLIA-DF – CEP-70165-900
CGC 00.530.279/0005-49

Obs.: Não será recebido cheque via carta para efetivar assinaturas dos DCN

Maiores informações pelos telefones (0xx61) 311-3803 – Serviço de Administração Econômica-Financeira/Controle de assinaturas, Mourão ou Solange.



EDIÇÃO DE HOJE: 214 PÁGINAS